



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 617

Quinta-feira - 18 de Novembro de 2010

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	3
Arroio Trinta.....	4
Biguaçu .....	8
Caçador.....	8
Campo Alegre .....	10
Campos Novos.....	13
Capinzal .....	28
Catanduvas.....	31
Chapadão do Lageado .....	64
Concórdia .....	64
Cordilheira Alta .....	70
Coronel Martins.....	79
Corupá .....	81
Ermo .....	84
Forquilha .....	84
Fraiburgo.....	97
Garopaba.....	99
Garuva .....	100
Gaspar .....	101
Governador Celso Ramos .....	109
Guaramirim.....	109
Herval do Oeste .....	109
Imbituba .....	110
Irineópolis .....	112
Itapoá .....	131
Joaçaba.....	132
José Boiteux .....	135
Luzerna .....	142
Massaranduba.....	162
Morro da Fumaça .....	164
Nova Trento.....	164
Novo Horizonte .....	165
Paulo Lopes .....	166
Pinheiro Preto .....	175
Porto Belo.....	175
Porto União.....	177
Rio do Sul.....	179
São Lourenço do Oeste.....	195
São Pedro de Alcântara.....	195
Schroeder .....	196
Siderópolis.....	209
Timbó .....	210
Tunápolis.....	212
Turvo .....	215
Vidal Ramos.....	215
Videira.....	216

## Água Doce

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato do Contrato N°. 22/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DO CONTRATO N° 22/2010

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce - SC.

CONTRATADO : Estela Lucian Pellicoli

OBJETO : Aplicação de curso de sabonetes decorativos para pessoas atendidas pelo CRAS.

PREÇO : O valor acertado é de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em 15.12.2010.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação do art. 65 da Lei 8.666/93 atualizada.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 15.12.2010.

DATA : 22.10.2010

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo FMAS e Estela Lucian Pellicoli pela contratada.

#### Extrato do Contrato N°. 23/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DO CONTRATO N° 23/2010

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce - SC.

CONTRATADO : Mecânica e Chapeação ATZ Ltda Me

OBJETO : Serviços de transporte rodoviário para José Vitor Fagnello, Água Doce a Joaçaba, para atendimento no APAS.

PREÇO : O valor acertado é de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em 01.12.2010.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação do art. 65 da Lei 8.666/93 atualizada.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 10.12.2010.

DATA : 22.10.2010

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo FMAS e Terezinha Nercolini Atz pela contratada.

#### Extrato do Contrato N°. 77/2010

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO N°77/2010

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antônio Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Iveco Latin America Ltda  
OBJETO : Aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 123.000,00 (cento e vinte três mil reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 30 dias após a entrega do bem.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato, será de 12 meses a partir da assinatura.  
DATA : 14.09.2010  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Amadeu Delphim pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 78/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº78/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda  
OBJETO : Aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 30 dias após a entrega do bem.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato, será de 12 meses a partir da assinatura.  
DATA : 14.09.2010  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Adriana Ceconello pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 79/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº79/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Exata GG - Gestão Governamental Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 66/2010 - Convite nº. 27/2010  
OBJETO : Contratação de serviços para realização de concurso público e realização de teste seletivo.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 30 dias após a entrega do bem.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato, será de 06 meses a partir da assinatura.  
DATA : 20.10.2010  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Riquelme Alexander Stahnke pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 80/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº80/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Espaço Engenharia e Arquitetura Ltda ME  
OBJETO : Prestação de serviços de assessoramento, consultoria e

elaboração de projetos na área de arquitetura para revitalização do Mirante do Morro São José, reurbanização da Avenida Independência e projeto do Coreto e cobertura do Monumento da Praça  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será após a entrega do projeto.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato, será de 45 dias a partir da assinatura.  
DATA : 22.10.2010  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Cristiane Ramos Arruda pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 81/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº81/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Supermercado AR Zanatta Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 65/2010 - Pregão Presencial nº. 18/2010  
OBJETO : Aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino e materiais de limpeza para o período até 31.12.2010.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 23,28 (vinte três reais e vinte oito centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2010.  
DATA : 22.10.2010  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Rodrigo Zanatta pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 82/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº82/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 65/2010 - Pregão Presencial nº. 18/2010  
OBJETO : Aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino e materiais de limpeza para o período até 31.12.2010.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.505,64 (três mil quinhentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2010.  
DATA : 22.10.2010  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 83/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº83/2010

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Lucian & Cia Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 65/2010 - Pregão Presencial nº. 18/2010

**OBJETO :** Aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino e materiais de limpeza para o período até 31.12.2010.

**PREÇO :** O valor total acertado é de R\$ 7.973,45 (sete mil novecentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos)

**PAGAMENTO :** O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

**REAJUSTE :** O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

**PRAZO :** O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2010.

**DATA :** 22.10.2010

**SIGNATÁRIOS:** Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Benjamin Lucian pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 84/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº84/2010

**CONTRATANTE :** Município de Água Doce

**CONTRATADO :** Luzerna Instalações Elétricas Ltda

**PROCESSO:** Processo Licitatório nº. 69/2010 - Convite nº. 29/2010

**OBJETO :** Contratação de serviços e aquisição de materiais para decoração natalina.

**PREÇO :** O valor total acertado é de R\$ 34.995,90 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos)

**PAGAMENTO :** O pagamento será 50% na instalação e 50% em até 30 dias.

**REAJUSTE :** O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

**PRAZO :** O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 08.01.2011.

**DATA :** 09.11.2010

**SIGNATÁRIOS:** Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Aurélio Brustolin pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 85/2010**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº85/2010

**CONTRATANTE :** Município de Água Doce

**CONTRATADO :** Pátria Segurança Ltda

**OBJETO :** Contratação de serviços segurança para finais do campeonato de futsal.

**PREÇO :** O valor total acertado é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

**PAGAMENTO :** O pagamento será em 15.12.2010.

**REAJUSTE :** O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

**PRAZO :** O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 15.11.2010.

**DATA :** 12.11.2010

**SIGNATÁRIOS:** Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce Valdecir Jacovas pela contratada.

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto Nº. 145/2010**

DECRETO Nº. 145/2010 de 17 de Novembro de 2010

Auxílios e convênios no Orçamento programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.1.031-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair convênio R\$ 60.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 146/2010**

DECRETO Nº. 146/2010 de 17 de Novembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 31.100,80 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.1.031-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 31.100,80

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 31.100,80

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**Extrato de Errata do PL Nº 133/2010****EXTRATO DE ERRATA**

Errata do aviso de licitação: nº 133/2010; Objeto Pregão Presencial para aquisição de Material de Expediente e Permanente para a Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - SC. Vimos esclarecer e retificar a data de entrega dos envelopes e abertura.

Onde se lê: Entrega dos envelopes e abertura dia 30/09/10 às 09:00 (nove) horas.

Leia-se: Entrega dos envelopes e abertura dia 30/11/10 às 09:00 (nove) horas.

As demais disposições constantes no Edital supracitado, bem como em seus anexos permanecem inalterados.

Antônio Carlos, 08 de novembro de 2010.

RUDINEI GOEDERT

Pregoeiro

## Arroio Trinta

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei Nº 1507, de 17/11/2010.**

LEI Nº 1507, DE 17/11/2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 97.600,00 (Noventa e sete mil e seiscentos reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		
02.01.28	ENCARGOS ESPECIAIS		
02.01.28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
02.01.28.846.2800	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL		
02.01.28.846.2800.0000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENC. MUNICIPAIS		
31910000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00

02 TOTAL SUPLEMENTADO

CHEFIA DO EXECUTIVO	R\$	10.000,00
02.05	SEC. DA CULTURA E ESPORTE	
02.05.13	CULTURA	
02.05.13.392	DIFUSÃO CULTURAL	
02.05.13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	
02.05.13.392.1301.2039	MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 10.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.04.12	EDUCAÇÃO		

02.04.12.361	ENSINO FUNDAMENTAL		
02.04.12.361.1201	ENSINO PARA TODOS		
02.04.12.361.1201.2033	MANUT. DO TRANSP. ESC. ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
33900000 - 0301.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
33900000 - 0119.00	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$	35.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.04.12	EDUCAÇÃO		
02.04.12.364	ENSINO SUPERIOR		
02.04.12.364.1201	ENSINO PARA TODOS		
02.04.12.364.1201.2035	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$	8.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.10	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		
02.10.26	TRANSPORTE		
02.10.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
02.10.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		
02.10.26.782.2601.2053	MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	29.600,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$	29.600,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.05	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES		
02.05.13	CULTURA		
02.05.13.392	DIFUSÃO CULTURAL		
02.05.13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		
02.05.13.392.1301.2040	MANUT. DAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$	5.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º desta lei, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 97.600,00 (Noventa e sete mil e seiscentos reais), por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		
02.01.04	ADMINISTRAÇÃO		
02.01.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
02.01.04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		
02.01.04.122.0401.2002	MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
TOTAL ANULADO		R\$	10.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.03	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
02.03.10	SAÚDE		
02.03.10.605	ABASTECIMENTO		
02.03.10.605.1003	ÁGUA POTÁVEL		
02.03.10.605.1003.1028	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL		
44900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.300,00
TOTAL ANULADO		R\$	6.300,00





02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.03	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
02.03.18	GESTÃO AMBIENTAL		
02.03.18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AM- BIENTAL		
02.03.18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		
02.03.18.541.1801.2046	MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTE- ÇÃO AMBIENTAL		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.900,00
TOTAL ANULADO		R\$	6.900,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.03	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
02.03.20	AGRICULTURA		
02.03.20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL		
02.03.20.601.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL		
02.03.20.601.2001.2047	INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	7.400,00
TOTAL ANULADO		R\$	7.400,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.04.12	EDUCAÇÃO		
02.04.12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
02.04.12.365.1201	ENSINO PARA TODOS		
02.04.12.365.1201.2038	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFAN- TIL		
31900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
33900000 - 0119.00	Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
TOTAL ANULADO		R\$	28.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.08	SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMEN- TO		
02.08.17	SANEAMENTO		
02.08.17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
02.08.17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS		
02.08.17.512.1701.1045	SANEAMENTO GERAL		
44900000-0300.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
TOTAL ANULADO		R\$	7.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.10	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		
02.10.26	TRANSPORTE		
02.10.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
02.10.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		
02.10.26.782.2601.1055	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
44900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	27.000,00
TOTAL ANULADO		R\$	27.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO		
02.03	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
02.03.20	AGRICULTURA		
02.03.20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL		
02.03.20.601.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL		
02.03.20.601.2001.2048	INCENTIVO A PRODUÇÃO ANIMAL		
33900000-0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
TOTAL ANULADO		R\$	5.000,00

Art. 3º Esta lei entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2010.  
CLÁUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de

novembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

### **Lei Nº 1508, de 17/11/2010.**

LEI Nº 1508, DE 17/11/2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Conceder Bolsas de Estudo para Estudantes Universitários do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da câmara de Vereadores o seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Bolsa de Estudo, para os estudantes universitários do Município de Arroio Trinta que não sejam beneficiados com o transporte escolar gratuito, oferecido pelo Município.

Art. 2º. O valor de cada bolsa de estudo, referido nesta Lei, corresponde a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), para estudantes que iniciaram o curso efetivamente no início do ano letivo e em cursos de frequência regular.

§1º. Receberá o valor de R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais) aquele aluno que iniciou o curso no segundo semestre de 2010, que frequenta cursos em regime de frequência especial e aquele que utiliza transporte particular até a cidade de Treze Tílias, para cursar faculdade em Joaçaba.

§2º. Em todos os casos o valor será pago em uma única parcela.

Art. 3º. Não serão beneficiados com bolsa de estudos, acadêmicos que:

- a) Frequentam Universidades Federais e/ou Estaduais.
- b) Aqueles que já cursaram outra faculdade;
- c) Aqueles que não tem residência fixa no Município de Arroio Trinta;

Art. 4º. O Estudante só fará jus a Bolsa de Estudo, se apresentar atestado de frequência escolar atualizado da fase em curso, expedido pela Instituição de ensino.

Art. 5º. Todo estudante beneficiado com Bolsa de Estudo, deverá prestar serviço voluntário ao Município em áreas correlatas ao curso frequentado, num total de 20 horas, ou proporcionalmente ao valor recebido.

Parágrafo único. Ficará a critério da Secretaria Municipal de Educação, data, horário e forma do cumprimento do serviço voluntário.

Art. 6º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO
0204	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
0204.12	EDUCAÇÃO
0204.12364	ENSINO SUPERIOR
0204.123641201	ENSINO PARA TODOS
0204.123641201.2035	APOIO AO ENSINO SUPERIOR
33900000 - 0100	Aplicações Diretas

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2010.  
CLÁUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de



novembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

### **Lei Nº 1509, de 17/11/2010.**

LEI Nº 1509, DE 17/11/2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar à Empresa MADENEL - MADEIREIRA MANENTI LTDA Área de Terras que especifica, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a doar para a Empresa MADENEL - MADEIREIRA MANENTI LTDA, Empresa privada, com CNPJ sob nº 76.875.129/0001-05, estabelecida à Rua Videira, nesta Cidade de Arroio Trinta - SC, a seguinte área de terra:

- Uma Área de 800,00m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados) que possui as seguintes confrontações: Fundos (norte): com o rio Arroio Trintinha, com distância de 25,50m; Frente (sul): com a Rua Videira, com distância de 16,44m; Lado Direito (leste): com terras de Narciso Civiero, com distância de 51,06m, e Lado Esquerdo (oeste): com terras de Jorge Luiz Tasca, com distância de 39,55m, localizado na Rua Videira, centro, nesta Cidade de Arroio Trinta, cadastrado conforme matrícula nº 6807, do Cartório de Registro de Imóveis de Videira - SC.

Parágrafo único. Os bens Imóveis de que trata o "caput" deste artigo foram avaliados pela Comissão de Avaliação nomeada através do Decreto nº 1.320 de 15 de setembro de 2010.

Art. 2º A transferência definitiva do imóvel deverá ser celebrada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após a publicação desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de novembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

### **Decreto Nº 1339, de 17 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº 1339, de 17 de novembro de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1507 de 17/11/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscentos reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
02.01.28	ENCARGOS ESPECIAIS	
02.01.28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
02.01.28.846.2800	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL	
02.01.28.846.2800.0000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENC. MUNICIPAIS	
31910000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

02 TOTAL SUPLEMENTADO

CHEFIA DO EXECUTIVO		R\$ 10.000,00
02.05	SEC. DA CULTURA E ESPORTE	
02.05.13	CULTURA	
02.05.13.392	DIFUSÃO CULTURAL	
02.05.13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	
02.05.13.392.1301.2039	MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 10.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
02.04.12	EDUCAÇÃO	
02.04.12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	
02.04.12.361.1201	ENSINO PARA TODOS	
02.04.12.361.1201.2033	MANUT. DO TRANSP. ESC. ENSINO FUNDAMENTAL	
33900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
33900000 - 0301.00	Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
33900000 - 0119.00	Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 35.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
02.04.12	EDUCAÇÃO	
02.04.12.364	ENSINO SUPERIOR	
02.04.12.364.1201	ENSINO PARA TODOS	
02.04.12.364.1201.2035	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 8.000,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.10	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
02.10.26	TRANSPORTE	
02.10.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
02.10.26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS	
02.10.26.782.2601.2053	MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 29.600,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 29.600,00

02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.05	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	
02.05.13	CULTURA	
02.05.13.392	DIFUSÃO CULTURAL	
02.05.13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	
02.05.13.392.1301.2040	MANUT. DAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS	

33900000 - 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscentos reais), por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PRE-  
FEITO

02.01.04 ADMINISTRAÇÃO  
02.01.04.122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPE-  
RIOR

02.01.04.122.0401.2002 MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINE-  
TE

33900000 - 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 10.000,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.03 SECRETARIA DE AGRICULTURA  
02.03.10 SAÚDE  
02.03.10.605 ABASTECIMENTO  
02.03.10.605.1003 ÁGUA POTÁVEL  
02.03.10.605.1003.1028 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA  
POTÁVEL

44900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 6.300,00  
TOTAL ANULADO R\$ 6.300,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.03 SECRETARIA DE AGRICULTURA  
02.03.18 GESTÃO AMBIENTAL  
02.03.18.541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AM-  
BIENTAL

02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL  
02.03.18.541.1801.2046 MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTE-  
ÇÃO AMBIENTAL

33900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 6.900,00  
TOTAL ANULADO R\$ 6.900,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.03 SECRETARIA DE AGRICULTURA  
02.03.20 AGRICULTURA  
02.03.20.601 PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL  
02.03.20.601.2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
02.03.20.601.2001.2047 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL

33900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 7.400,00  
TOTAL ANULADO R\$ 7.400,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
02.04.12 EDUCAÇÃO  
02.04.12.365 EDUCAÇÃO INFANTIL  
02.04.12.365.1201 ENSINO PARA TODOS  
02.04.12.365.1201.2038 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFAN-  
TIL

31900000 - 0101.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
33900000 - 0119.00 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 28.000,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMEN-  
TO  
02.08.17 SANEAMENTO  
02.08.17.512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO  
02.08.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS  
02.08.17.512.1701.1045 SANEAMENTO GERAL

44900000-0300.00 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 7.000,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E  
OBRAS

02.10.26 TRANSPORTE  
02.10.26.782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
02.10.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS  
02.10.26.782.2601.1055 OBRAS DE INFRAESTRUTURA  
RURAL

44900000 - 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 27.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 27.000,00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.03 SECRETARIA DE AGRICULTURA  
02.03.20 AGRICULTURA  
02.03.20.601 PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL  
02.03.20.601.2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR  
RURAL

02.03.20.601.2001.2048 INCENTIVO A PRODUÇÃO ANIMAL  
33900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de novembro de 2010.  
CLÁUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 17 de novembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

### Edital Notificação 12.11.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS

A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º, da Lei Federal Nº 9452/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais, com sede instaladas no Município de Arroio Trinta/SC, a liberação de recursos do Governo Federal, conforme abaixo relacionados:

Data Recebi- mento	Banco/Agencia/ Conta	Origem	Recursos	Valor (R\$)
12/11/2010	Banco do Brasil Agencia: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE - PFVPS- Comp. 09/2010	R\$ 2.331,93
16/11/2010	Banco do Brasil Agencia: 5.322-8 Conta: 24.884-3	Ministério da Saúde	AGENTES CO- MUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS -Comp. 10/2010	R\$ 5.712,00

Arroio Trinta/SC, 17 de novembro de 2010.  
CLÁUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Publicação do PE 54 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 054/2010 -FMS

O Senhor Secretário de Saúde Leandro Adriano de Barros (Decreto 101 de 24 de julho de 2009), informa que, perante a Comissão de Pregão do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Biguaçu, encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de material de consumo odontológico para atender as necessidades dos Postos de Saúde e do CEO - Centro de Especialidades Odontológicas do Município. Recurso Federal., cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, Resolução FNDE/CD nº38 de 16/07/2009 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08:00h do dia 18/11/2010/2010, às 14:00h do dia 01/12/2010

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 01/12/2010, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - CidadeCompras - [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (48) 3279-8000 (ramais 8010-8020 e 8035)

E-mail: [licitacao@bigua.sc.gov.br](mailto:licitacao@bigua.sc.gov.br)

Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.

Biguaçu, SC, 11 de Novembro de 2010.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

## Caçador

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 4.682

DECRETO nº 4.682, de 12 de novembro de 2010.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições

legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e combinado com os arts. 2º e 6º do Decreto-Lei 3.365, de 21/06/1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, nos termos do art. 5º, alínea "I", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/1941, uma área do terreno urbano com 49.463,97m<sup>2</sup> (quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três metros e noventa e sete décimos quadrados), de uma área maior de 153.449,18m<sup>2</sup> (cento cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e nome metros e dezoito décimos quadrados), objeto da matrícula nº 26.136, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, pertencente a Vera Márcia Mandelli, localizado na fazenda Rio do Peixe, confrontando: ao Norte, com Francisco Silva Cavalcanti, Celeste Sebastião Mandelli e com um arroio; ao Sul, em dois planos, no primeiro com Joaquim Ribeiro Borges e Eliane Zaias da Luz por sucessão de João Sebastião Gomes Cavaleiro e no segundo plano, com imóveis Zardo Ltda, sucessora de Orestes Mario Mandelli; ao Leste, com Orestes Mario Mandelli; e ao Oeste, com o Loteamento Jucelei, Mitra Diocesana de Caçador, Leonor Antunes de Andrade e João Gans.

Parágrafo único. A área de terreno urbano a que se refere este artigo, destina-se para fins habitacionais de interesse social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAU HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

#### Decreto Nº 4.683

DECRETO nº 4.683, de 16 de novembro de 2010.

Decreta área de especial interesse social, a área de terras destinada a implantação do Projeto de Habitação do Programa Federal PAC II.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 169, de 27/04/2010,

CONSIDERANDO que o Município declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, área de terreno urbano destinada para fins habitacionais de interesse social.

CONSIDERANDO a necessidade de implantação do Projeto de Habitação do Programa Federal PAC II.

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica decretada área de especial interesse social, uma área de terreno urbano com 49.463,97m<sup>2</sup> (quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três metros e noventa e sete décimos quadrados), pertencente a uma área maior de 153.449,18m<sup>2</sup> (cento cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e nome metros e dezoito décimos quadrados), objeto da matrícula nº 26.136, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, pertencente a Vera Márcia Mandelli, localizado na fazenda Rio do Peixe, confrontando: ao Norte, com Francisco Silva Cavalcanti, Celeste Sebastião Mandelli e com um arroio; ao Sul, em dois planos, no primeiro com Joaquim Ribeiro Borges e Eliane Zaias da Luz por sucessão



de João Sebastião Gomes Cavalheiro e no segundo plano, com imóveis Zardo Ltda, sucessora de Orestes Mario Mandelli; ao Leste, com Orestes Mario Mandelli; e ao Oeste, com o Loteamento Jucelei, Mitra Diocesana de Caçador, Leonor Antunes de Andrade e João Gans.

Parágrafo único. A área acima mencionada destina-se a implantação do Projeto de Habitação do Programa Federal PAC II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Edital de Caução de Pavimentação Nº 30/2010

EDITAL DE CAUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - Nº 30/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) de proprietários de imóveis lindeiros à RUA LUIZ FAVARIN, do Bairro Alto Bonito, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal - lei 54/83 - artigos 70, II e 71.

#### CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: RUA LUIZ FAVARIN  
Bairro : ALTO BONITO  
Somatório de testadas: 544,00 metros lineares  
Área de pavimentação: 1.904,00m2

#### MEMORIAL DESCRITIVO DAS OBRAS:

As obras de pavimentação compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista e terraplanagem
- Transporte de materiais
- Serviços de Drenagem pluvial conforme projeto, com assentamento da tubulação e confecção das bocas de lobo nos locais indicados.
- Serviços de Pavimentação com CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, com especificações técnicas e dimensionamento conforme planilha de orçamento descrita abaixo.

#### DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS:

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização estipulado por ocasião do Edital de Contribuição de Melhoria por comissão especialmente nomeada.

#### ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

A determinação do custo da obra do presente Edital de Caução refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descrito acima, e de acordo com os custos especificados abaixo, nos quais encontram-se relacionados todos os serviços com suas quantidades e custos unitários e totais, dando ao final o custo da obra. Os custos unitários apresentados referem-se aos custos vigentes em outubro de 2010, data do início da mobilização dos moradores para viabilização na participação do programa de Pavimentação estipulado no art. 70, item II da lei 54/83.

Especificações e Serviços	Un	Qtidade	Custo Unit.	Custo total à vista -R\$
Drenagem pluvial com tubos de 0,30 m	un	280	23,50	6.580,00
Drenagem pluvial com tubos de 0,40 m	un	0,00		
Camada de brita 2 para forro	m3	62	44,00	2.728,00
Camada de macadame seco	m3	235	R\$ 44,00	10.340,00
Camada de base de brita graduada	m3	160	R\$ 44,00	7.040,00
Imprimação com RM 1-C	Lts	1800	R\$ 1,92	3.456,50
Camada asfáltica com C.A.U.Q.	ton	230	109,20	25.116,00
Bocas de lobo	un	07	170,00	1.190,00
Meio fio de concreto simples	mt	550	7,50	4.125,00
Sinalização Horizontal e vertical	ml	275	7,50	2.062,50
Sub - total				62.637,00
Serviços de Mão de obra e de Horas máquina (INCENTIVO = 30%)				26.850,00
<b>TOTAL</b>				<b>89.488,00</b>

#### Dimensionamento:

- Forro= 03 cm;
- Macadame seco= 12 cm;
- Base de brita graduada=8 cm;
- Capa = 05 cm;
- Custo metro quadrado = R\$ 47,00 /m2.
- Custo metro linear = R\$ 164,50 /ml

O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2o, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% ( dez por cento) e no máximo de 80% ( oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados abaixo, no seguinte Banco e Conta Caução:

Banco	SICOOB/SC - AGÊNCIA: 3038
Nome da Conta	PREF. MUN DE CAÇADOR / CAUÇÃO PAVIMENTAÇÃO RUA LUIZ FAVARIN
Número da Conta	21.219-9

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

- a) Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1o e 4o do artigo 69 da lei 54/83;
- b) Início das obras de pavimentação da rua ;

Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo

com o § 3o do art. 71 da lei 54/83.

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

Os contribuintes para obterem os descontos dos artigos 76 e 77 da Lei 054/83, deverão, no prazo constante no Edital de Contribuição de Melhoria, complementar os depósitos caucionados.

Caçador (SC), Novembro/ 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DA RUA LUIZ FAVARIN / BAIRRO ALTO BONITO, COM O RESPECTIVO VALOR BASE DE PARTICIPAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (caução)

PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TES.TML	CUSTO TOTAL
ADIEL DAVI PALOSCHI	01.04.316.0034.001	12,00	1.381,80
EMERSON DE JESUS VAZ	01.04.316.0046.001	12,00	1.381,80
SILVIO ROBERTO CIVIDINI	01.04.316.0058.001	12,00	1.381,80
VILSON ANTONIO MAZZURANA	01.04.316.0070.001	12,00	1.381,80
NABOR ALVES DOS SANTOS	01.04.316.0082.001	12,00	1.381,80
LUCINDA CANDIAGO	01.04.316.0094.001	12,00	1.381,80
VANIA APARECIDA BERTOTTO	01.04.316.0106.001	12,00	1.381,80
JANDIR F.SPERANÇA E OUTROS	01.04.316.0118.001	12,00	1.381,80
ROSANE APARECIDA NUNES	01.04.316.0130.001	12,00	1.381,80
ALBINA FRANON DA SILVA	01.04.316.0142.001	12,00	1.381,80
AGOSTINI BATISTA DA SILVA	01.04.316.0178.001	12,00	1.381,80
RUA VITOR HUGO PETRY		14,00	1.612,10
AVELINO PERETTI	01.04.077.0252.001	12,00	1.381,80
VALDOCI JOSE TABORDA	01.04.077.0264.001	12,00	1.381,80
EDENILSON RIBEIRO	01.04.077.0276.001	12,00	1.381,80
MARIA M RIBEIRO DA SILVA	01.04.077.0288.001	12,00	1.381,80
HIGINIO PANATTA	01.04.077.0300.001	12,00	1.381,80
LUCIANDRO ZONTA	01.04.077.0312.001	12,00	1.381,80
GELBERTO CARDOSO DO PRADO	01.04.077.0324.001	12,00	1.381,80
PAULO SERGIO FERREIRA	01.04.077.0335.001	12,00	1.381,80
JOSE CARLOS LOCH	01.04.077.0014.001	30,00	3.454,50
JOÃO MARIO RAMOS	01.04.061.0348.001	12,00	1.381,80
ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS	01.04.061.0336.001	12,00	1.381,80
VALDIR QUAGLIOTTO	01.04.061.0324.001	12,00	1.381,80
RICARDO CESAR RODRIGUES DA SILVA	01.04.061.0312.001	12,00	1.381,80
WALMOR WILLER	01.04.061.0300.001	12,00	1.381,80
ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS	01.04.061.0288.001	12,00	1.381,80
JOAO ALMEIDA COSTA	01.04.061.0276.001	12,00	1.381,80
ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS	01.04.061.0264.001	12,00	1.381,80
RENATO MELNICK DE OLIVEIRA	01.04.061.0252.001	12,00	1.381,80

ALMIR RIBEIRO	01.04.061.0240.001	12,00	1.381,80
CELSE DELLAI	01.04.061.0228.001	12,00	1.381,80
RUA VITOR HUGO PETRY		14,00	1.612,10
SUZAMARA APARECIDA DE ALMEIDA	01.04.074.0220.001	12,00	1.381,80
RUTE MIGUEL DOS SANTOS	01.04.074.0184.001	12,00	1.381,80
JAMILO SANTOS ZAGO	01.04.074.0172.001	12,00	1.381,80
AIRTON CRUZ	01.04.074.0160.001	12,00	1.381,80
AIRTON CRUZ	01.04.074.0148.001	12,00	1.381,80
SEBASTIAO DO NASCIMENTO	01.04.074.0136.001	12,00	1.381,80
JOSE LUCAS DE MELLO	01.04.074.0124.001	12,00	1.381,80
IRENO EVALDO PARES	01.04.074.0112.001	12,00	1.381,80
MARLEI APARECIDA DE CASTRO		30,00	3.454,50
TOTAL		544,00	62.641,60

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO

Os proprietários de imóveis localizados na RUA LUIZ FAVARIN, do Bairro ALTO BONITO, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no item II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 30/2010, publicado em, no jornal "e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade corresponde a 70% (setenta por cento) do orçamento da obra:

NOME DO PROPRIETÁRIO	CPF/CGC	DEPÓSITO/CAUÇÃO	ASSINATURA

NOME DO PROPRIETÁRIO	CPF/CGC	DEPÓSITO/CAUÇÃO	ASSINATURA

Caçador, novembro de 2.010.

**Campo Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

#### Decreto Nº 6.267 de 16 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.267 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no Parágrafo 1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006; DECRETA:

Art.1º) Fica instituído o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal n.º 006.

Art.2º) Ficam nomeados os seguintes Servidores Municipais: JEFERSSON JEAN DUVOISIN - Técnico em Nível Médio; ROSANI APARECIDA DA SILVA - Agente Administrativo II; RITA ZEZOTKO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

SCHOLZE - Agente Administrativo III; VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN - Agente Administrativo II; ELVIS ALEXANDRO VIER - Instrutor de Música; BETINA MOREIRA DA SILVA - Assessora Geral; ARICE WAGNER BERNARDES - Agente Administrativo I; LUIZ ANTONIO CÂNDIDO - Agente Operacional V; SILVIA PASDA UHLIG - Professora; PEDRO IVONEI GORNIACK - Agente Operacional II, para sob a Presidência do primeiro, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Os servidores ora designados deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à revisão salarial anual para o exercício de 2011, dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) O Conselho fica instituído provisoriamente, apenas para desenvolver as atividades descritas no Artigo anterior deste Decreto.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.268 de 16 de Novembro de 2010**

DECRETO Nº 6.268 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE HORÁRIO NATALINO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado conforme acordo celebrado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, e o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregadores no Comércio dos Municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme cláusula 1ª do Acordo Coletivo de Trabalho Horário Natalino - 2010 firmado entre as partes em data de 09 de novembro de 2010, o seguinte Horário Natalino para o mês de Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011, em nosso Município:

MÊS DE DEZEMBRO DE 2010 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
Dias	Semana	Horário	Horário
04/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
05/12	Domingo	09:00 às 13:00 horas	Normal
06/12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal
07/12	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal
08/12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
09/12	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
10/12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
11/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
12/12	Domingo	09:00 às 13:00 horas	Normal

13/12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal
14/12	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal
15/12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
16/12	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
17/12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
18/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
19/12	Domingo	09:00 às 13:00 horas	Normal
20/12	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
21/12	Terça-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
22/12	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
23/12	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
24/12	Sexta-feira	Até às 12:00 horas	Até às 18:00 horas
25/12	Sábado - Natal	Fechado	Fechado
26/12	Domingo	Fechado	Fechado
27/12	Segunda-feira	Normal	Normal
28/12	Terça-feira	Normal	Normal
29/12	Quarta-feira	Normal	Normal
30/12	Quinta-Feira	Normal	Normal
31/12	Sexta-feira	FECHADO	Até às 18:00 horas
01/01	Sábado - Ano Novo	Fechado	Fechado
02/01	Domingo	Fechado	Fechado
03/01	Segunda-Feira	Normal	Normal

Parágrafo único: passa fazer parte integrante deste Decreto o Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2010-2011 Horário Natalino - 2010 citado no caput deste Artigo.

Art.2º) Os horários previstos na Cláusula 1ª, correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas Entidades Sindicais, ficando a critério dos empregados o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010-2011 HORÁRIO NATALINO - 2010**

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO BENTO DO SUL, representando a categoria profissional dos empregados no comércio no Município de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre e o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO BENTO DO SUL, representando a categoria econômica do comércio e prestação de serviços no município de São Bento do Sul e Campo Alegre e CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE firmam o presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011, estabelecendo a Prorrogação e Compensação do horário de trabalho durante o período natalino de 2010, para o Município de Campo Alegre, respeitando-se as seguintes cláusulas.



**CLÁUSULA 1ª - HORÁRIO DE TRABALHO****CAMPO ALEGRE**

MÊS DE DEZEMBRO DE 2010 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
Dias	Semana	Horário	Horário
04/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
05/12	Domingo	09:00 às 13:00 horas	Normal
06/12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal
07/12	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal
08/12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
09/12	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
10/12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
11/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
12/12	Domingo	09:00 às 13:00 horas	Normal
13/12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal
14/12	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal
15/12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
16/12	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
17/12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
18/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
19/12	Domingo	09:00 às 13:00 horas	Normal
20/12	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
21/12	Terça-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
22/12	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
23/12	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
24/12	Sexta-feira	Até às 12:00 horas	Até às 18:00 horas
25/12	Sábado - Natal	Fechado	Fechado
26/12	Domingo	Fechado	Fechado
27/12	Segunda-feira	Normal	Normal
28/12	Terça-feira	Normal	Normal
29/12	Quarta-feira	Normal	Normal
30/12	Quinta-Feira	Até às 13:00 horas	Normal
31/12	Sexta-feira	FECHADO	Até às 18:00 horas
01/01	Sábado - Ano Novo	Fechado	Fechado
02/01	Domingo	Fechado	Fechado
03/01	Segunda-Feira	Normal	Normal

**CLÁUSULA 2ª - HORÁRIO MÁXIMO**

Os horários previstos na Cláusula 1ª correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas entidades sindicais, ficando a critério dos empregadores o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Parágrafo único - As horas extraordinárias somente serão devidas quanto efetivamente prestadas pelos empregados, podendo os empregadores estabelecerem "turnos" de trabalho de modo a respeitar a jornada normal diária, ou ainda cumprir horário inferior ao máximo estabelecido, não incidindo em jornada suplementar.

**CLÁUSULA 3ª - BANCO DE HORAS**

A jornada extraordinária prestada na forma da Cláusula 1ª, poderá ser compensada por folgas concedidas em outras datas, ou ainda incluída no Banco de Horas, desde que solicitadas por escrito pelo empregado.

**CLÁUSULA 4ª - LIBERAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS**

Na hipótese dos funcionários cumprirem na totalidade os horários previstos na Cláusula 1ª, deverão os empregadores, em um dia do período previsto, com exceção dos sábados e domingos, deverão liberar o empregado após o horário normal de expediente, possibilitando a este efetuar suas compras de Natal.

**CLÁUSULA 5ª - INTERVALO PARA LANCHE.**

O intervalo para almoço será de 01:00 hrs. (uma hora), quando o horário de encerramento ultrapassar às 13:00 hrs, e nos dias da semana de 00:15 min. (quinze minutos) para o lanche na parte da

noite, quando o horário de encerramento ultrapassar às 19:00 hrs. para as lojas e 20:00 hrs. para os supermercados.

**CLÁUSULA 6ª - FORNECIMENTO DE LANCHE E ALMOÇO**

O empregador fornecerá obrigatoriamente e gratuitamente um lanche correspondente a um "cheese-salada" e um refrigerante, ou em valor equivalente, nos dias 06 a 10, 13 a 17 e 20 a 23 de dezembro para as lojas, e um almoço sortido nos sábados dias 04, 11 e 18 de dezembro para as lojas, quando houver a prestação de horas extraordinárias, em local apropriado para o mesmo. Os lanches deverão ser fornecidos após o cumprimento do horário normal, para o trabalhador que prestar horas extras.

**CLÁUSULA 7ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extraordinárias ficam estabelecidas com o valor de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas.

§ 1º - As horas extraordinárias prestadas nos domingos para as Lojas serão remuneradas com o valor de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas, não se aplicando a Cláusula 08 e seus parágrafos da CCT 2010/2011, dispensando-se a concessão da fruição do descanso semanal remunerado.

§ 2º - As horas não trabalhadas na parte da tarde do dia 24/12/2010, para as Lojas e Supermercados, e no período integral do dia 31/12/2010 para as Lojas e na Parte da tarde para os Supermercados, serão compensadas com horas extraordinárias prestadas em dias da semana e/ou sábados na proporção de 0100/0100, durante o horário natalino 2010, ou anteriormente a este período, ou ainda incluída no Banco de Horas desde que solicitada por escrito pelo empregado.

**CLÁUSULA 8ª- PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

O pagamento das horas extraordinárias será efetuado em folha de pagamento, especificando a quantia de horas, valor unitário e total.

**CLÁUSULA 9ª - EMPREGADO ESTUDANTE**

Ao empregado estudante fica garantida a dispensa para a participação de aulas e prestação de exames finais desde que pré-avisados com 48 horas de antecedência.

**CLÁUSULA 10ª - FISCALIZAÇÃO**

Fica livre o acesso dos dirigentes sindicais em todos os estabelecimentos comerciais para fiscalização do presente acordo.

**CLÁUSULA 11ª - APLICAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS**

As divergências que ocorrerem na aplicação do presente acordo serão dirimidas pelos Sindicatos signatários.

**CLÁUSULA 12ª - MULTA E PENALIDADE**

Pelo não cumprimento das cláusulas pactuadas no presente acordo fica estabelecida a multa no valor de 01 (um) salário mínimo vigente no mês de dezembro de 2010, por infração cometida pela extrapolação do horário diário, a qual reverterá em favor da entidade sindical.

§ 1º - A extrapolação do horário previsto na Cláusula 1ª, em 00:15 min. (quinze minutos) diários, e em 00:30 min. (trinta minutos) aos sábados e domingos, e ainda no dia 24 e 31 de dezembro/2009, após o fechamento do estabelecimento, não caracterizará o descumprimento, não ensejando a multa acima prevista.

§ 2º - O § 2º da Cláusula 30 e a Cláusula 08, e seus §§ da CCT 2010/2011 não se aplicam ao presente Acordo Natalino.



**CLÁUSULA 13ª - VIGÊNCIA**

O presente acordo terá duração de 04/12/2010 até 03/01/2011.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente acordo, em quatro vias, com igual teor e único efeito.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2010.

PEDRO AMANCIO MACHADO HERTON SCHERER

Sindicato dos Empregados no Sindicato do Comércio Varejista Comércio de São Bento do Sul de São Bento do Sul e Campo Alegre  
CPF 638.431.969-15 CPF 332.686.490-68

GERMOLINO ALVES DA SILVA

Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre

CPF 868.793.599-49

## Campos Novos

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei Complementar Nº 06 de 08/11/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 08/11/2010

CRIA E EXTINGUE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Poder Executivo os seguintes cargos de provimento efetivo com as seguintes vagas:

I - No GRUPO II - SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

- a) 01 (uma) Vaga de Auxiliar de Odontologia
- b) 03 (três) Vagas de Atendente de Farmácia

II - No GRUPO III - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG

- a) 02 (duas) Vagas de Técnico em Epidemiologia

III - No GRUPO IV - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

- a) 01 (uma) Vaga de Fiscal Sanitário

Parágrafo Único - Os vencimentos, a carga horária, o enquadramento e as atribuições dos cargos criados por este artigo, constam dos Anexos da presente Lei.

Art. 3º - Fica extinta a seguinte vaga dos Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo:

I - No GRUPO III - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL OAG

- a) 01 (uma) Vaga de Consultor Técnico

Parágrafo Único. A extinção do cargo efetivo ocupado dar-se-á

quando ocorrer a sua vacância, assegurando-se a seu ocupante todos os direitos e vantagens já estabelecidas.

Art. 4º - O vencimento, a carga horária, o enquadramento dos Cargos de Provimento Efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, passam a vigorar de acordo com o Anexo I da presente Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas sob a rubrica própria do orçamento do Município.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,  
08 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

CARGOS/VAGAS DE PROVIMENTO EFETIVO CRIADOS POR ESTA LEI

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	VAGAS	JORNADA	GRUPO
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	01	40	GRUPO II SERVIÇOS AUXILIARES - SAU
ATENDENTE DE FARMÁCIA	03	40	GRUPO II SERVIÇOS AUXILIARES - SAU
TÉCNICO EM EPIDEMIOLOGIA	02	40	GRUPO III - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG
FISCAL SANITÁRIO	01	40	GRUPO IV - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,  
08 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**ANEXO II**  
**DESCRIÇÃO SINTÉTICA DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO CRIADOS POR ESTA LEI**

Nº	CARGO	DESCRIÇÃO
PORTADOR DO CERTIFICADO DE ENSINO MÉDIO E CURSO TÉCNICO NA ÁREA		
01	Auxiliar de Odontologia	Compreende o conjunto de atividades destinadas a auxiliar nas tarefas de odontologia em geral, como preparar os pacientes para as consultas; auxiliar o profissional de odontologia na execução das técnicas; ficar responsável pela esterilização e ordenamento do instrumental; participar de atividades de educação em saúde bucal; auxiliar nos programas de educação em saúde bucal; realizar o serviço de limpeza geral das unidades odontológicas; recolher resíduos e colocá-los nos recipientes adequados; executar outras atribuições afins.
	Grupo II	
	Nível 1	
02	Atendente de Farmácia	Compreende o conjunto de atividades destinadas a separar medicamentos e produtos afins, de acordo com a prescrição ou receita médica, sob orientação do profissional farmacêutico; receber, conferir, organizar e encaminhar medicamentos e produtos correlatos; entregar medicamentos diariamente e produtos afins nas unidades de interação; separar requisições e receitas; executar outras atribuições afins.
	Grupo II	
	Nível 1	
PORTADOR DO CERTIFICADO DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
03	Técnico em Epidemiologia	Compreende a análise e acompanhamento do comportamento epidemiológico das doenças e agravos de interesse no âmbito municipal; coleta e análise de dados, fluxos, periodicidade, variáveis e indicadores necessários da situação de saúde municipal; elaboração e difusão de boletins epidemiológicos e participação em estratégias de comunicação social; notificação e investigação epidemiológica de casos e surtos; conhecimento em informática para preenchimento de relatórios e alimentação de programas na área de epidemiologia; cumprir determinações superiores fazendo sugestões de melhorias em seu campo de atividade; executar outras atribuições afins.
	Grupo III	
	Nível 1	
PORTADOR DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR EM QUALQUER ÁREA DA SAÚDE, COM REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO FISCALIZADOR DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL		
04	Fiscal Sanitário	Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária, como inspecionar ambientes e estabelecimentos de alimentação pública, verificando o cumprimento das normas de higiene sanitária contidas na legislação em vigor; proceder à fiscalização dos estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios, inspecionando a qualidade, o estado de conservação e as condições de armazenamento dos produtos oferecidos ao consumo; executar outras atribuições afins.
	Grupo IV	
	Nível 1	

VILIBALDO ERICH SCHMID  
 Prefeito Municipal

**ANEXO III**  
**QUADRO DE VENCIMENTOS**

Grupos	Cargo	Horas	Nível	Vagas	Venc. Inicial R\$
II	Auxiliar de Odontologia	40	1	01	545,69
II	Atendente de Farmácia	40	1	03	545,69
III	Técnico em Epidemiologia	40	1	02	776,78
IV	Fiscal Sanitário	40	1	01	1.677,13

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,  
 08 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
 Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 05 de 22/09/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 05 DE 22/09/2010

ISENTA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam isentos da contribuição de melhoria os proprietários de imóveis urbanos, cujas testadas situam-se em áreas de preservação permanente.

Art. 2º - Os benefícios previstos no artigo anterior estendem-se aos contribuintes proprietários de imóveis, cujo lançamento tenha ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2009.

Art. 3º - A partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar, o edital de lançamento da contribuição de melhoria, identificará eventual situação dos imóveis que possam ser isentos em decorrência desta Lei Complementar.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 22 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
 Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.569 de 10/11/2010**

LEI Nº 3.569 DE 10/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no

orçamento do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, consignado na seguinte rubrica:

ÓRGÃO:	11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
UNIDADE:	01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
PROJETO/ATIVIDADE:	2.073 - Manutenção do Horto Florestal Municipal
1-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

Art. 2º Art. 3º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação orçamentária, consignada sob as rubricas:

ÓRGÃO:	11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
UNIDADE:	01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
PROJETO/ATIVIDADE:	1.023 - Reequipamento do Fundo Agropecuário
2-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 10 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.570 de 10/11/2010

LEI Nº 3.570 DE 10/11/2010

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO LAR DAS MENINAS CASA DO CAMINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais ao Lar das Meninas Casa do Caminho, CNPJ 00.469.406/0001-18, localizado na Rua Ramon Garcia, 167, bairro Santo Antônio, neste Município.  
§ 1º. Os recursos previstos no caput destinar-se-ão ao pagamento de despesas relacionadas à manutenção da entidade.

§ 2º. O valor constante no caput será liberado mensalmente todo dia 10 (dez), até o final do convênio.

Art. 2º. Os encargos decorrentes do Artigo 1º, serão suportados por dotações consignadas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, sob a rubrica:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ./ATIV.: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
16-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Art. 3º. A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados no prazo de 30 (trinta) dias, a cada parcela liberada, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03 do Sistema de Controle Interno da Prefeitura de Campos Novos.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 10 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.571 de 11/11/2010

LEI Nº 3.571 DE 11/11/2010

INTRODUZ ALTERAÇÕES NO PPA - LEI Nº 3.454/2009 E NA LDO - LEI Nº 3.519/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica criada nova modalidade de aplicação na Ação 2.000 Manutenção do Gabinete do Prefeito, conforme o abaixo discriminado.

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO

AÇÃO: 2.000 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO:

4.4.50.00.00.00.00.0.1.0000 Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos 25.000,00

Art. 2º. Para suprir a nova modalidade constante do artigo 1º, fica subtraída da Ação 2.039 Manutenção do Departamento de Esportes a modalidade abaixo descrita.

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27 - Deptº de Esportes - Gerência Administrativa

AÇÃO: 2.039 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 3º. Fica criado no organograma do orçamento geral do município de Campos Novos o ÓRGÃO 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 4º. Ficam incluídas no PPA 2010/2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 as seguintes ações de governo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - Deptº da Indústria e Comércio

AÇÃO: 1.066 IMPLANTAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AÇÃO: 2.082 MANUTENÇÃO DO CREAS

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0028 Aplicações Diretas 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 12.300,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0028 Aplicações Diretas 15.631,18

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0028 Aplicações Diretas 5.000,00

ÓRGÃO 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
AÇÃO: 2.083 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 7.000,00

ÓRGÃO 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
AÇÃO: 2.084 MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 7.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 1.516,09

ÓRGÃO 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
AÇÃO: 2.085 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 2.000,00

ÓRGÃO 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
AÇÃO: 1.067 CRIAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 5º. Para cobertura das novas Ações de governo, ficam anuladas as Ações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27 - Deptº de Esportes - Gerência Administrativa  
AÇÃO: 2.039 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES:  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 10.000,00

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AÇÃO: 2.050 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SENTINELA

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0028 Aplicações Diretas 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 12.300,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0028 Aplicações Diretas 20.631,18

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 20 - Deptº de Meio Ambiente  
AÇÃO: 2.029 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas 8.516,09

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.572 de 11/11/2010**

LEI Nº 3.572 DE 11/11/2010

AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A CLUBES ESPORTIVOS E RECREATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no

Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) entre os Clubes abaixo relacionados:

I - Pinheiro Futebol Clube

CNPJ: 01.980.213/0001-90

II - Atlético CN Futebol Clube

CNPJ: 11.172.513/0001-04

III - Associação Atlético Coopercampos

CNPJ: 83.826.974/0001-57

Art. 2º - Os recursos mencionados no artigo anterior, destinar-se-ão ao custeio das despesas para participar do evento esportivo, Campeonato Regional de Futebol de Campo Amador da Região LOEC - Liga Esportiva Oeste Catarinense.

Art. 3º - Os valores previstos no Artigo 1º serão liberados da seguinte forma:

I - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a cada clube no início da 1ª Fase.

II - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a cada Clube no início da 2ª fase.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelas dotações consignadas no orçamento do Município sob a rubrica:

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ./ATIV: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração  
93-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.573 de 11/11/2010**

LEI Nº 3.573 DE 11/11/2010

CRIA O SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DE ENTULHOS E MATERIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica criado o Serviço Público de Coleta de Entulhos e Materiais, que tem por fato gerador a efetiva prestação do serviço.

§ 1º As pessoas físicas ou jurídicas que necessitarem depositar entulhos na via pública, por curto espaço de tempo, deverão fazê-lo por meio de caçambas estacionárias ou "containers".



§ 2º Para efeito desta lei, considera-se entulho o lixo com característica não domiciliar, derivado de capina, galhos de poda de árvores, descarte de materiais de construção, reformas, terra e outros entulhos.

§ 3º Entende-se por caçamba estacionária ou "container" o recipiente metálico utilizado para o transporte de material sólido ou pastoso com capacidade máxima de 4m<sup>3</sup> (quatro metros cúbicos).

§ 4º Entende-se por curto espaço de tempo, o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a caçamba estacionária ou "container" permaneça sobre a via pública.

§ 5º Não podem ser utilizadas chapas, placas e outros dispositivos suplementares que promovam a elevação da capacidade volumétrica de caçambas metálicas estacionárias, devendo estas serem utilizadas apenas até o seu nível superior original;

§ 6º No caso do entulho conter material orgânico perecível, qualquer material que possa causar incômodo à população, ou prejudicar a estética da cidade, o prazo máximo de permanência da caçamba estacionária ou do "container" na via pública será de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente do disposto no parágrafo anterior, excetuam-se os entulhos, devidamente embalados como prevê a legislação aplicável ao presente caso.

§ 7º Ficam proibidos, de acordo com a legislação municipal, de realizar a queima de resíduos no interior dos equipamentos.

Art. 2º A necessidade de depositar entulhos na via pública se verifica, quando ocorre a impossibilidade comprovada de local no interior do imóvel, onde estão sendo gerados os entulhos, em questão.

Art. 3º Os custos dos serviços previstos no Art. 1º, serão devidos pelo contribuinte que tenha a propriedade, posse ou domínio útil do imóvel urbano que utilizar os serviços previstos nesta lei, em valores não superiores ao previsto no Anexo I da presente Lei.

§ 1º As pessoas carentes, identificadas no parágrafo seguinte, impossibilitadas de arcar com os custos dos serviços desta Lei, poderão entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, para solicitar a isenção do pagamento, antecipadamente à realização dos serviços.

§ 2º Consideram-se pessoas carentes as inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais, beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou aquelas comprovadas através de estudo social.

Art. 4º As caçambas estacionárias deverão ter sinalização refletiva em cada uma de suas faces, composta por no mínimo duas tarjas de 5cm x 30cm, conforme àquelas regulamentadas pelo Denatran para veículos de transportes de cargas, nas cores branca e vermelha, posicionadas junto as bordas verticais das faces, na altura média da caçamba estacionária ou "container".

Parágrafo único. Além da sinalização reflexiva, as faces laterais deverão conter número de identificação, nome e telefone da concessionária e telefone do setor de fiscalização competente do Executivo Municipal.

Art. 5º As caçambas estacionárias ou "containeres" deverão ser posicionadas próximas e paralelas ao meio fio aproximadamente a 0,20cm (vinte centímetros) do mesmo, observando o afastamento mínimo da esquina e obedecendo as indicações de estacionamento de veículos previstas no local.

§ 1º A localização da caçamba estacionária ou "container" na via pública deverá ser na frente do imóvel em que estiver gerando o

entulho.

Art. 6º Fica proibido a colocação de caçamba estacionária ou "container" onde houver ponto de embarque e desembarque de passageiros de transporte coletivo, ou em locais e horários proibidos, especificamente pela sinalização.

Art. 7º É vedada a colocação de caçamba estacionária ou "container" junto a hidrantes de incêndios, tampas de galerias subterrâneas, no passeio ou sobre faixas destinadas a pedestres, ao lado ou sobre canteiros centrais, divisores de pistas de rolamento, marcas de canalização, gramados ou jardins públicos, impedindo a movimentação de outros veículos ou de pedestres.

Art. 8º Quando houver necessidade de colocar a caçamba estacionária ou "container" em vias estreitas ou locais em que haja risco de acidentes, o Executivo Municipal deverá ser comunicado 48 (quarenta e oito) horas antes da colocação, por escrito, para que se proceda a um estudo da necessidade de sinalização adicional no local.

Art. 9º A colocação da caçamba estacionária na via pública deverá ser realizada somente, por empresa legalmente autorizada pelo Poder Público Municipal.

Art. 10 É de inteira responsabilidade das empresas concessionárias a colocação e disposição da caçamba na via pública, arcando a mesma, com todos os valores decorrentes de indenização causados por acidentes a terceiros.

Parágrafo único. Fica vedada ao usuário ou a terceiros qualquer alteração da posição da caçamba estacionária na via pública.

Art. 11 O transporte das caçambas estacionárias ou "containeres" deverá ser realizado por veículos apropriados, pertencentes às concessionárias.

Art. 12 As questões ambientais quanto à destinação dos entulhos e materiais, serão de responsabilidade dos concessionários, sendo que, o local de destino deverá estar devidamente autorizado pelos órgãos ambientais e/ou pela FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 13 Deverá ser observada a legislação vigente, especialmente quanto aos aspectos de limpeza do local do estacionamento, no cuidado durante o traslado da caçamba estacionária ou "containeres" e, no local de deposição do material.

Art. 14 A não observância do disposto nesta lei, por parte das empresas concessionárias, após notificação, sujeitará os responsáveis que em 24 (vinte e quatro) horas, não cumprirem seus termos, ao pagamento de multa diária no valor de 100 (cem) UFM - Unidade Fiscal do Município, sendo que o referido valor deverá ser recolhido junto aos cofres públicos municipais.

Art. 15 Os serviços criados por esta lei serão prestados sob regime de concessão, através de procedimento administrativo, na modalidade de concorrência pública.

§1º. Os equipamentos utilizados para remoção de entulhos, bem como o uso de vias públicas para seu estacionamento, obedecerão às normas estabelecidas em regulamento.

§2º. Os serviços de remoção de entulhos serão cobrados conforme tabela estabelecida no Anexo I desta Lei.

Art. 16 A concessão dos serviços será por 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, se for do interesse público.

Art. 17 O contribuinte que não observar o disposto nesta lei estará sujeito a uma multa equivalente ao valor de 30 (trinta) UFM - Unidade Fiscal do Município, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Posturas.

Art. 18 Esta Lei será regulamentada pelo Executivo Municipal em 60 dias.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Lei nº 3.573/2010

#### TABELA DE VALORES PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	VALOR EM UFM	PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
Retirada e Transporte de Entulhos	26 (vinte e seis) UFM por caçamba de 4m3	72 (setenta e duas) horas

#### Observação:

1) Valor da UFM - R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) Decreto nº 5.899/09

2) O valor da UFM será corrigido anualmente conforme parágrafo único do artigo 426 - Lei Complementar 01/2002 - Código Tributário

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.574 de 11/11/2010

LEI Nº 3.574 DE 11/11/2010

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 3º, PARÁGRAFO 1º E DO ART. 6º DA LEI Nº 3.181/07 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º Ficam alterados o Art. 3º, o parágrafo 1º e o Art. 6º da Lei nº 3.181/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Somente poderão transitar e estacionar nas vias públicas os equipamentos mencionados no Art. 1º, pertencentes a agentes ambientais, pessoas físicas e ou entidades sociais legalmente instituídas, credenciados pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, cujos objetivos contemplem ações de melhoria do meio ambiente.

§1º Para os efeitos previstos no caput serão credenciados os Agentes Ambientais encaminhados pelas Associações de Agentes Ambientais de nosso município, possuidores de carrinhos padronizados, numerados e normatizados pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º O Poder Executivo poderá celebrar Termo de Cooperação com Associações e entidades privadas, cujos objetivos sociais,

possam contribuir para aprimorar a eficácia desta Lei.”

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.575 de 11/11/2010

LEI Nº 3.575 DE 11/11/2010

AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO ASSERMAE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à ASSERMAE - Associação dos Servidores do SAMAE, CNPJ 03.508.352/0001-40, localizado neste município, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para despesas com atividades esportivas da Autarquia.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIV.: 2.039 - Manutenção do Deptº de Esportes

Elemento de Despesa: 47-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000

R\$ 2.000,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.576 de 11/11/2010

LEI Nº 3.576 DE 11/11/2010

AUTORIZA REPASSE DE SUBVENÇÃO PARA FESTIVIDADES NATALINAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar subvenção na ordem de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), para em conjunto com a CDL - Câmara de Diretores Lojistas, promoverem as festividades natalinas do município de Campos Novos.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA IND.COM. E TURISMO  
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJ./ATIV.: 2.032 - Realização de Eventos em Geral  
12-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta Lei no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.576 de 11/11/2010**

LEI Nº 3.576 DE 11/11/2010

AUTORIZA REPASSE DE SUBVENÇÃO PARA FESTIVIDADES NATALINAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar subvenção na ordem de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), para em conjunto com a CDL - Câmara de Diretores Lojistas, promoverem as festividades natalinas do município de Campos Novos.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA IND.COM. E TURISMO  
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJ./ATIV.: 2.032 - Realização de Eventos em Geral  
12-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta Lei no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.106 de 09/09/2010**

DECRETO Nº 6.106 DE 09/09/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) nas rubricas abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPTº DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJ/ATIV. 2.078 - Recolhimento e Destinação dos Resíduos Sólidos

68-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

69-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 09 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.142 de 22/10/2010**

DECRETO Nº 6.142 DE 22/10/2010

APROVA ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS - FUNDEMA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, incisos V, VIII, XI; da Lei Orgânica;

D E C R E T O:

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de outubro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS - FUNDEMA

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA, entidade dotada de personalidade jurídica, de direito público, sem fins lucrativos, instituída pela Lei Municipal nº 3.563 de 22 de outubro de 2010, com sede e foro no Município de Campos Novos e jurisdição em todo o seu território, reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente estatuto.

Art. 2º - A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA, terá duração indeterminada, ficando sua extensão, em caso de ser impossível sua continuidade ou inconveniente sua manutenção, submetida a aprovação do Poder Legislativo, através de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo do Município.

Art. 3º - Em caso de extinção da Fundação, os bens reverterão:

I - os de convênio, a quem de direito, consoante ao que neles estiver estabelecido;

II - os demais, ao patrimônio público municipal.

## CAPÍTULO II DO OBJETIVO E FINALIDADE

Art. 4º - A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA, tem por objetivo a execução da política ambiental do Município de Campos Novos.

Art. 5º - As finalidades da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA são:

1 - Celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação;

2 - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação e áreas protegidas do Município tais como, matas nativas, restingas, encostas e recursos hídricos, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental;

3 - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, mananciais d'água, nascentes, córregos e rios;

4 - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento da balneabilidade das águas;

5 - propor normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do município, incluindo critérios para a colocação de propaganda em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

6 - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagem e arborização nas áreas públicas e de lazer do município, bem como propor e implantar Unidades de Conservação, Parques, APP's, etc.;

7 - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e no disciplinamento e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no município;

8 - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem no município;

9 - estimular a implantação e normalizar as atividades relacionadas ao turismo ecológico no município;

10 - definir as políticas de limpeza urbana em relação à coleta de resíduos domiciliares, seletiva e de resíduos da saúde, reciclagem e disposição do lixo;

11 - participar na fiscalização das atividades utilizadoras de tecnologia nuclear, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas.

12 - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaço formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental,

especialmente em crianças e adolescentes;

13 - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável;

14 - executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

15 - apoiar com os recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do município;

16 - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, autuando os infratores, realizando apreensões de produtos e de instrumentos da infração administrativa ou daquela resultante de crime ambiental, aplicando as penalidades previstas em Lei, bem como, instruindo os respectivos processos;

17 - assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos relativos ao meio ambiente;

18 - analisar e emitir parecer prévio sobre os projetos hidrossanitários encaminhados à Prefeitura Municipal de Campos Novos;

19 - licenciar as atividades potencialmente poluidoras no âmbito do Município, de acordo com a delegação de poderes emitida pelos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

20 - analisar e emitir parecer técnico sobre os projetos de extensão do serviço público de estrutura básica com repercussão ambiental.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º - A estrutura organizacional básica da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA compreende:

I - Conselho deliberativo;

II - Diretoria

Art. 7º - Para o desempenho de suas atividades a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos - FUNDEMA, terá o seguinte quadro de cargos:

I - Diretor Superintendente

a) Gerente Administrativo

b) Agente de Serviços

II - Diretor Operacional

a) Gerente de Projetos, Controle e Fiscalização

b) Fiscal Ambiental

### Seção I

Do Conselho Deliberativo

Art. 8º - O Conselho Deliberativo é constituído por 8 (oito) membros efetivos e 8 (oito) suplentes, sendo:

a) Um representante do Poder Executivo;

b) Um representante de entidade ligada ao meio ambiente;

c) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

d) Um representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos;

e) Um representante do Núcleo de Técnicos Agrícolas do município;



- f) Um representante do Sindicato Rural;
- g) Um representante da ACIRCAN - Associação Empresarial Rural e Cultural Camponovense.
- h) Um representante da UNICAMPO - União das Associações de Moradores

§ Único - O presidente do Conselho Deliberativo será o representante do Poder Executivo.

Art. 9º - O mandato do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais um período.

§ Único - O exercício do mandato é gratuito e considerado de relevante interesse social e econômico para o Município.

Art. 10 - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - manifestar-se sobre a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;

II - pronunciar-se sobre as despesas extraordinárias autorizadas pela Diretoria da Fundação;

III - lavrar nos livros de atas das reuniões do Conselho Deliberativo, os resultados dos exames e análises que proceder, transcrevendo na íntegra, os pareceres emitidos pelos membros efetivos;

IV - apresentar à Diretoria, no máximo em 15 (quinze) dias após o recebimento, parecer sobre o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral da Fundação do exercício anterior;

V - propor à Diretoria da Fundação, medidas que julgar necessário;

VI - denunciar ao Ministério Público os erros, fraudes ou crimes que porventura constatar;

VII - manifestar-se sobre a programação de trabalho da Fundação, plano de aplicação dos recursos e dotação orçamentária;

VII - contribuir para reformulação, ajustes e alterações do Regimento Interno da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos, sempre que se fizer necessário.

Art. 11 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente, em cada bimestre e extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente, por maioria dos seus membros.

§ primeiro - As reuniões do Conselho Deliberativo serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros, elaborando-se ata que será transcrita em livro próprio.

§ segundo - As decisões do Conselho Deliberativo, serão formalmente estabelecidas através de Resoluções Internas.

§ terceiro - Os Diretores da Fundação e outras pessoas convidadas poderão participar das reuniões e debates, sem direito de Voto.

#### Seção II Da Diretoria

Art. 12 - A Diretoria se constituirá pelo Diretor Superintendente, pelo Diretor Operacional nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 13 - Compete à Diretoria:

I - elaborar e executar:

- a) o Plano de Trabalho da Fundação;
- b) o Orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos;

II - aprovar convênios, contratos, acordos e termos de cooperação de que participe a Fundação Municipal do Meio Ambiente;

III - elaborar o Relatório Anual das Atividades, a Prestação de Contas e o Balanço Geral;

IV - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo:

- a) a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;
- b) o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral do exercício anterior;

V - estabelecer a política de prioridades da Fundação submetendo à consideração e apreciação do Chefe do Poder Executivo, que terá liberdade para analisar e apresentar sugestões.

VI - propor alterações no Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Salários e Carreiras, submetendo-as à aprovação do Prefeito Municipal.

VII - deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação, respeitadas as suas finalidades previstas em seu Estatuto.

VIII - propor as reformas regimentais que se fizerem necessárias, ouvindo os demais membros que compõem a Estrutura Organizacional Básica da Fundação.

IX - Solicitar a transferência de dotações e abertura de crédito adicional.

X - cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais e regulamentares previstos neste Estatuto, bem como, as decisões do Conselho Deliberativo.

#### Seção III Da Superintendência

Art. 14 - São atribuições do Diretor Superintendente:

I - representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações interinstitucionais, nas relações sociais, enfim, em todas as áreas que se fizerem necessárias a presença da autoridade representativa da instituição.

II - movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Prefeito Municipal.

III - firmar acordos, contratos e convênios ou termos de cooperação com entidades públicas ou privadas, obedecidas as formalidades legais;

IV - administrar e supervisionar os bens móveis e imóveis, bem como, todo o patrimônio da Fundação;

V - praticar atos administrativos relativos aos servidores da Fundação, de acordo com os dispositivos legais da Lei Orgânica do Município de Campos Novos e Leis Complementares;

VI - delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação. Dando-se publicação regimental e legal, nos autos dos boletins internos, resoluções, instruções normativas e/ou publicações em veículo de comunicação.

VII - encaminhar à Assessoria Jurídica do Município os processos relativos aos recursos de NOTIFICAÇÃO, de Multas impostas pela Fundação Municipal do Meio Ambiente.

#### Seção IV Da Diretoria Operacional

Art. 15 - São atribuições e competências do Diretor Operacional:

I - coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades;

II - programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à parte patrimonial e de pessoal da Fundação administrativa;

III - articular-se com órgão de planejamento da Prefeitura, com vistas ao cumprimento e execução de atos e instruções normativas;

IV - qualificar os funcionários, objetivando a formação, o aperfeiçoamento e melhorias do desempenho organizacional;

V - executar as atividades técnica da normatização, controle ambiental, registro e licenciamento; elaborando pareceres técnicos a respeito da questão-problema;

VI - supervisionar programas e medias de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais renováveis, de acordo com as diretrizes e estratégias da política de desenvolvimento sustentável;

VII - realizar vistorias técnicas e elaborar relatórios sobre as ações do fiscal ambiental;

VIII- assessorar o Diretor Superintendente da Fundação quando for solicitada;

IX - promover a educação ambiental no município, em ação participativa e integrada pela Secretaria Municipal de Educação e demais entes públicos e privados que atuam na área de ensino;

X - elaborar e coordenar a implantação de políticas de minimização de resíduos, como a reutilização e reciclagem de materiais;

XI - buscar a incorporação dos meios de comunicação na implantação de ações educativas, que facilitem a divulgação das informações dirigidas à comunidade;

XII - capacitar recursos humanos (professores, especialistas, técnicos, funcionários, formadores de opinião) de órgãos governamentais ou não, através de cursos, seminários, fórum, oficinas ecológicas e treinamento;

XIII - estimular e apoiar a criação de Núcleos de Educação Ambiental multiplicando suas ações de forma organizada e integrada;

XIV - desenvolver outras atividades, relacionadas especificamente ao processo pedagógico da Educação Ambiental.

#### CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16 - O patrimônio da Fundação se constituirá de:

I - bens imóveis, móveis e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;

II - bens móveis e imóveis, bem como, os que forem sendo constituídos, adquiridos ou transferidos em caráter definitivo;

III - doações, contribuições, heranças ou legados de qualquer natureza.

Art. 17 - Os recursos financeiros serão provenientes de:

I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município, além dos recursos específicos recebidos pela Prefeitura Municipal de Campos Novos e vinculados à Fundação;

II - auxílios e subvenções da União, do Estado de Santa Catarina ou de quaisquer organismos públicos e entidades privadas;

III- receitas eventuais;

IV - recursos financeiros resultantes;

1. das rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestações de serviços;

2. das contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos;

3. dos produtos de operação de créditos;

4. das ajudas financeiras de qualquer natureza;

5. do produto da venda do patrocínio de qualquer atividade promocional da Fundação;

6. de depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que converterem aos seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;

7. das doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações, restituições e compensações financeiras por danos e impactos negativos causados ao meio ambiente;

8. de quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;

9. do saldo do exercício financeiro encerrado;

10. do produto da cobrança de entrada para visitação de Parques Municipais, áreas de Proteção Ambiental, trilhas ecológicas e outras atividades afins;

11. da renda dos bens patrimoniais;

12. de fundos perdidos da União, do Governo Estadual.

Art. 18 - Os bens imóveis transferidos à Fundação pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, só poderão ser alienados com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 19 - Os bens e direitos que forem adquiridos no decorrer de suas atividades, quer sejam, através de projetos, doações, permutas, empréstimos e outros, deverão ser de uso exclusivo da Fundação.

Art. 20 - O Patrimônio e a renda gerada pela Fundação gozarão de imunidade tributária.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 - O exercício financeiro da Fundação Municipal do Meio Ambiente coincidirá com o ano civil, dentro do exercício fiscal.

Art. 22 - O Regimento Interno da Fundação disporá sobre as atividades e as atribuições dos seus órgãos, e será baixada por ato do Prefeito Municipal.

Art. 23 - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos de acordo com a Legislação em vigor.

Art. 24 - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 22 de outubro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 6.148 de 05/11/2010**

DECRETO Nº 6.148 DE 05/11/2010

REVOGA E ANULA ATO ADMINISTRATIVO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e,

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos nos autos dos processos administrativos 14.407 e 25.537;

Considerando que a Carta de Aforamento nº 125/2004 foi equivocadamente expedida, por tratar-se de terreno particular;

Considerando que os atos administrativos são passíveis de revisão ou revogação;

Com amparo no Art. 100, incisos VIII, XXIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, tornado nulo e sem efeito a Carta de Aforamento nº 125/2004 expedida em 10 de maio de 2009 em nome de Marisa Lins Pereira.

Art. 2º. O disposto no Art. 1º torna-se necessário, porquanto o ato praticado está eivado de vícios que se torna ilegal, e não originam direitos.

Art. 3º. Ficam respeitados eventuais direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Art. 4º. Notifica-se e dá-se conhecimento a Antônio Antunes Telles, atual detentor da posse dos efeitos deste Decreto.

Art. 5º. Requeira-se ao Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos a averbação às margens da Matrícula 23.778, a integrar este decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 05 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.149 de 10/11/2010**

DECRETO Nº 6.149 DE 10/11/2010  
REGULAMENTA LEI Nº 3.569/2010

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.569/10.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação orçamentária constante do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em 10 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.150 de 11/11/2010**

DECRETO Nº 6.150 DE 11/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização Obras e Reformas Sec. Transp. Obras e Urbanismo

Elementos de despesa:

52-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas  
R\$ 140.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), parte do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.151 de 12/11/2010**

DECRETO Nº 6.151 DE 12/11/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 29.593;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º- Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de João Alves Carvalho com a área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), sem benfeitoria, matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 19.534, localizado na Rua santo Amaro da Imperatriz a 15,00m da esquina com a Rua Capinzal, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 600,00m²  
Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Wilmar Alves Carvalho, em 40,00 metros;  
 Ao Sul: confronta com Geomar Salvatti, em 40,00 metros;  
 Ao Leste: confronta com Rua Santo Amaro da Imperatriz, em 15,00 metros;  
 Ao Oeste: confronta com Antônia Macedo Delfis, em 15,00 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 02 (duas) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Área 01: 300,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Wilmar Alves Carvalho, em 25,00 metros;  
 Ao Sul: confronta com Área 2, em 12,00 metros;  
 A Leste: confronta com Rua Santo Amaro da Imperatriz, em 12,00 metros;  
 A Oeste: confronta com Área 2, em 12,00 metros.

Área 02: 300,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Wilmar Alves Carvalho, em 15,00 metros;  
 Ao Sul: confronta com Geomar Salvatti, em 40,00 metros;  
 A Leste: confronta com Área 01 e com a Rua Santo Amaro da Imperatriz, em 3,0 metros;  
 A Oeste: confronta com Antônia Macedo Delfis, em 15,00 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de novembro de 2010.  
 VILIBALDO ERICH SCHMID  
 Prefeito Municipal

### Decreto Nº 6.152 de 16/11/2010

DECRETO Nº 6.152 DE 16/11/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE  
 3.1.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 59.000,00

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Água  
 3.1.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto  
 3.1.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Água  
 3.3.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o Superávit Financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 16 de novembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

## SAMAE

### Portaria 071/2010

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834

89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

PORTARIA SAMAE CNO 071/2010, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Constituir comissão para o recebimento definitivo de obras, integrada pelos seguintes servidores:

Edgar Gonçalves de Carvalho - Presidente

Giovane Luiz de Alvarenga - Vice - Presidente

Jurandir Vieira Sarmiento - Suplente

Qualquer obra que vier a ser realizada a partir desta data até 30 de junho de 2011, será recebida pela referida comissão.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

### Errata de Homologação Resultado Concurso 001/2009

Errata Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

Auxiliar Administrativo1/2

Classificação	Nome Candidato
1º Lugar	Rodrigo Carpes de Oliveira
2º Lugar	Michel Celso G. Moreira
3º Lugar	Priscilla de O. Souza da Silva
4º Lugar	Mariza Koffermann





5º Lugar	Letícia Alves Ribeiro
6º Lugar	Lucimar Teske França
7º Lugar	Josiane da Silva
8º Lugar	Tanizer Hoppen Lindner
9º Lugar	Luis Alberto da Silva
10º Lugar	Adam Cayro Rodrigues
11º Lugar	Marisol Ferrari
12º Lugar	Vanessa Aparecida Torres
13º Lugar	Luciane Gomes de Almeida
14º Lugar	Giovanni F. de Alvarenga
15º Lugar	Masterson da Silva Lopes
16º Lugar	Denis Vicente Telles
17º Lugar	Ana Paula Galgalo
18º Lugar	Ariane Ribeiro
19º Lugar	Diego Sarmento
20º Lugar	Juliana Redante
21º Lugar	Jaiane Raysel
22º Lugar	Melissa Thaís Gehrke Gomes
23º Lugar	Luciano Ávila
24º Lugar	Daiane Aparecida Demétrio
25º Lugar	Fernando Masson
26º Lugar	Gilvania Marcon
27º Lugar	Mara Lucia Bitarello
28º Lugar	Sergio Alipio de Moraes
29º Lugar	Nei Daniel de Souza Peres
30º Lugar	Vanessa C. de O. Mena Barretto
31º Lugar	Letícia Sabei de Almeida
32º Lugar	Daniele Ortiz de Castro
33º Lugar	Vitor A. Cordeiro dos Santos
34º Lugar	Elisangela Raizer Maculan
35º Lugar	Paola T. Cesa

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAÉ – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Auxiliar Administrativo2/2

Classificação	Nome Candidato
36º Lugar	Jaciara T. Rodrigues da Silva
37º Lugar	Patrícia Aparecida Zambonim
38º Lugar	Marlene Ap. de Moura
39º Lugar	Matilde Bevilacqua
40º Lugar	Jamile Lorenzini Vieira
41º Lugar	Juliano Meira
42º Lugar	Rozane Rostirola Amalcaburio
43º Lugar	Emanuelle Bosi
44º Lugar	Julieta Cristina Rosa
45º Lugar	Vinicius Maciel Kunen
46º Lugar	Sandra Ap. de Andrade
47º Lugar	Daiane Alves
48º Lugar	Sandra M. Fischer Flesch
49º Lugar	Atalize Ap. Mocelin
50º Lugar	Rosa Cristina da Cruz
51º Lugar	Márcia da Silva
52º Lugar	Soleni Rieter
53º Lugar	Fabiane de Lima
54º Lugar	Tatiani Bach da Silva
55º Lugar	Andréia R. V. Redante Roberto
56º Lugar	Ana Paula dos Santos
57º Lugar	Leonardo Luiz Rambo

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES

#### Diretor do Samae

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAÉ – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Escriturário1/1

Classificação	Nome Candidato
1º Lugar	Alexandre José Biolchi
2º Lugar	Claudia A. B. dos Santos Telles
3º Lugar	Adelita Terezinha Serpa
4º Lugar	Débora Redante
5º Lugar	Aline Alves Ribeiro
6º Lugar	Michele Alves Betin
7º Lugar	Ianara W. França de Azevedo
8º Lugar	Ivana R. Pereira Dutra
9º Lugar	Luciana de Oliveira Meneghetti
10º Lugar	Marilu L. dos Santos Calgato
11º Lugar	Claudia Colle
12º Lugar	Fernanda Sutil de Oliveira
13º Lugar	Ana Claudia Pontes
14º Lugar	Vânia Maria Kuster
15º Lugar	Francielli Fagundes
16º Lugar	Marcelo Henrique Machado
17º Lugar	Adroaldo Moreira Junior
18º Lugar	Rodrigo Capelari
19º Lugar	José Roberto Catão Miranda
20º Lugar	Fagner João Padilha
21º Lugar	Tiago B. de Pelegrin

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do Samae

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAÉ – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Vigilante1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Antonio Carlos Gomes da Silva
2º Lugar	Paulo Adão Pietroboli
3º Lugar	José Rogério R. dos Santos
4º Lugar	Anderson Lopes
5º Lugar	Edson Lucas Muniz
6º Lugar	Ires Antonio Lopes Batista
7º Lugar	Camilo de Lélis Rosa
8º Lugar	Jaison da Silva de Matos
9º Lugar	Natalino Francisco de Oliveira
10º Lugar	Eloi Nivaldo Sur
11º Lugar	Jaime da Cruz
12º Lugar	Valmir Pinto
13º Lugar	Fabiano Antunes

#### Operador de ETA ou ETE1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Rafael Rodrigo Borella
2º Lugar	João Fernando Fornara
3º Lugar	Liliane Dourado de Mello
4º Lugar	Renan Benevenuto Marcon

5º Lugar	Nadia Thome
6º Lugar	Cíntia Carla Faedo
7º Lugar	Jean Carlo de Matos

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do Samae

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Auxiliar de Operações1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Pedro Henrique Ribeiro
2º Lugar	Denis Francisco de Assis
3º Lugar	Rudinei Antonio do Nascimento
4º Lugar	Murilo Campagnoni
5º Lugar	Irene Alves de Castro
6º Lugar	Davi de Souza Thibes
7º Lugar	Darlan Miguel G. da Silva
8º Lugar	Alex Ferrari
9º Lugar	José Jeferson Lorini
10º Lugar	Jean Gustavo Campagnoni
11º Lugar	Generoso Pinto

#### Engenheiro1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Eduardo Bello Rodrigues
2º Lugar	Sergio Assis Silva
3º Lugar	Haidi Rauber
4º Lugar	Debora Aline Silva
5º Lugar	Jonas Locks Ghisi
6º Lugar	Cristiane Carezia

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do Samae

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Leiturista1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Flavio Junior Varela
2º Lugar	Marcia Rosana Aparecida Sant'ana
3º Lugar	Rudinei Rossi
4º Lugar	Agostinho Becker
5º Lugar	Vagner Antonio Junho
6º Lugar	Marcos R. F. do Nascimento
7º Lugar	Tiago Rodrigues
8º Lugar	Temístocles Julio de Oliveira
9º Lugar	Franco Ricardo Ramos
10º Lugar	Douglas Turella Domingues
11º Lugar	Aleson José Santos
12º Lugar	Soni Francisco de Oliveira
13º Lugar	Adilson Miguel Fagundes
14º Lugar	Fabio Junior Favaretto
15º Lugar	Adilson Alves Walter

16º Lugar	Flavio Wilpert
17º Lugar	Paulo Roberto de Souza
18º Lugar	Edson Kuhnen
19º Lugar	Oscar da Silva
20º Lugar	Emerson Adriano de Oliveira
21º Lugar	Roberto P. de Souza
22º Lugar	Marcelo dos Santos
23º Lugar	Marcio Lemos Pereira
24º Lugar	Rodrigo Retore
25º Lugar	Juliano Martins Roath
26º Lugar	Tiago da Silva
27º Lugar	Juliano Moreira dos Santos
28º Lugar	Paulo da Silveira
29º Lugar	Marines Fátima Almeida Lopes
30º Lugar	Fabio Domingos de Andrade
31º Lugar	Gelson Machado de Oliveira Pinto
32º Lugar	Valdemir João Semin
33º Lugar	Marcos Antonio Medeiros Silva
34º Lugar	Junior Cesar Alves de Góes
35º Lugar	José Eduardo Martinazzo

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010 Joel Francisco Fagundes  
Diretor do Samae

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Pedreiro1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Cláudio Rayzer
2º Lugar	Edílson Joacir Lago
3º Lugar	Maicon Daniel Belotto
4º Lugar	Amarildo Surdi
5º Lugar	Wilson Ribeiro

#### Operador de Maquina1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Leocir A. Neres da Silva
2º Lugar	Edson Ronaldo da Silva
3º Lugar	Antonio Jesus Viater
4º Lugar	Francisco Lino Machado

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do Samae

Edital de Homologação do Resultado nº 003/2009 do Concurso Público do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos/SC

#### Encanador1/1

Para Distrito de Ibicui Campos Novos/SC

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Jair da Silva Lesse
2º Lugar	Paulo Roberto Inácio
3º Lugar	Silvio Alves da Cruz
4º Lugar	Luciano Carlos de Mello
5º Lugar	Sebastião Antonio Walter
6º Lugar	Vilmar da Silva Lesse

## Encanador Para Campos Novos/SC 1/1

Nº Inscrição	Nome Candidato
1º Lugar	Fernando M. dos Santos
2º Lugar	Robson Molon
3º Lugar	Edson Jair Lago
4º Lugar	Herminio T. de J. Almeida
5º Lugar	Domingos Dambroz
6º Lugar	Joacir Gomes Pereira
7º Lugar	João Carlos Becker
8º Lugar	Adão Alvisio Cordeiro
9º Lugar	Claudemir da Fonseca
10º Lugar	Fabio Junior Titon
11º Lugar	Celso Felipe
12º Lugar	Celso José Vezolli
13º Lugar	Adauto Luiz Petry
14º Lugar	Mauri Antonio Ferreira
15º Lugar	Valney Roberto Raisel

Campos Novos, 16 de Novembro de 2010

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do Samae

**Retificação de Resultado de Edital**

Retificação Parcial do Edital de Homologação do Resultado do Concurso Público nº. 01/2009 do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Considerando que:

1º. No Edital do Concurso Público, no item 7.4.5.1 foi estabelecido que o primeiro critério de desempate era a idade dos candidatos que obtivessem a mesma nota;

2º. Na prova para o cargo de Auxiliar de Operações, houve empate entre os candidatos Irene Alves de Castro, Davi de Souza Thibes e Darlan Miguel G. da Silva, respectivamente em 5º, 6º e 7º lugar; na prova para o cargo de Auxiliar Administrativo houve empate entre os candidatos Marisol Ferrari e Vanessa Aparecida Torres, respectivamente em 11º e 12º lugar, Masterson da Silva Lopes e Denis Vicente Telles, respectivamente em 15º e 16º lugar, Ariane Ribeiro e Diego Sarmento, respectivamente em 18º e 19º lugar, Juliana Redante e Jaiane Raysel, respectivamente em 20º e 21º lugar, Daiane Aparecida Demétrio e Fernando Masson, respectivamente em 24º e 25º lugar, Sérgio Alípio de Moraes, Nei Daniel de Souza Peres e Vanessa C. De O Mena Barreto, respectivamente em 28º, 29º e 30º lugar, Vitor A Cordeiro dos Santos e Elisangela Raizer Maculan, respectivamente em 33º e 34º lugar, Paola T Cesa, Jaciara T Rodrigues da Silva e Patrícia Aparecida Zambonim, respectivamente em 35º, 36º e 37º lugar, Rozane Rostirola Amalcaburio, Emanuelle Bosi, Julieta Cristina Rosa e Vinícius Maciel Kunen, respectivamente em 42º, 43º, 44º e 45º lugar, Sandra Ap. De de Andrade e Daiane Alves, respectivamente em 46º e 47º lugar, Sandra M. Fischer Flesch, Atalize Ap. Mocelin, Rosa Cristina da Cruz e Márcia da Silva, respectivamente em 48º, 49º, 50º e 51º lugar, Soleni Rieter e Fabiane de Lima, respectivamente em 52º e 53º lugar, Andréia R. V. Redante Roberto, respectivamente em 55º e 56º lugar ; na prova para o cargo de Escriturário, houve empate entre os candidatos Michele Alves Betin e Ianara W. França de Azevedo, respectivamente em 6º e 7º lugar, Luciana de Oliveira Meneguetti, Marilu L. Dos Santos Calgaro e Claudia Colle, respectivamente em 9º, 10º e 11º lugar, Vânia Maria Kuster, Francielli Fagundes e Marcelo Henrique Machado, respectivamente em 14º, 15º e 16º lugar, José Roberto Catão Miranda e Fagner João Padilha, respectivamente em 19º e 20º lugar, na prova para o cargo de Encanador para Campos Novos, houve empate entre

os candidatos Joacir Gomes Pereira, João Carlos Becker e Adão Alvisio Cordeiro, respectivamente em 6º, 7º e 8º lugar e na prova para o cargo de Leiturista, houve empate entre os candidatos Marcia Rosana Aparecida Sant'ana e Rudinei Rossi, respectivamente em 2º e 3º lugar, Agostinho Becker, Vagner Antonio Junho e Marcos R. F. Do Nascimento, respectivamente em 4º e 5º e 6º lugar, Franco Ricardo Ramos e Douglas Turella Domingues, respectivamente em 9º e 10º lugar, Soni Francisco de Oliveira, Adilson Miguel Fagundes, Fabio Junior Favaretto e Adilson Alves Walter, respectivamente em 12º, 13º, 14º e 15º lugar, Paulo Roberto de Souza e Edson Kuhnien, respectivamente em 17º e 18º lugar, Oscar da Silva, Emerson Adriano de Oliveira e Roberto P. De Souza, respectivamente em 19º, 20º e 21º lugar, Marcio Lemos Pereira e Rodrigo Retore, respectivamente em 23º e 24º lugar, Juliano Martins Roath e Tiago da Silva, respectivamente em 25º e 26º lugar, Marcos Antônio Medeiros Silva e Junior Cesar Alves de Góes, respectivamente em 33º e 34º lugar

3º. Por erro na publicação dos resultados não foi observado o critério de desempate, tendo sido invertida a ordem dos candidatos; 4º. Conforme parecer n. 16.10 da Consultoria Jurídica a administração pode rever os erros de seus atos, através do presente Edital fica retificada a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público n. 01/2009, para os cargos mencionados, para a seguinte sequência:

Auxiliar de Operações:

5º Irene Alves de Castro

6º Davi de Souza Thibes

7º Darlan Miguel G. Da Silva

Auxiliar Administrativo:

11º Marisol Ferrari

12º Vanessa Aparecida Torres

15º Masterson da Silva Lopes

16º Denis Vicente Telles

18º Ariane Ribeiro

19º Diego Sarmento

20º Juliana Redante

21º Jaiane Raysel

24º Daiane Aparecida Demétrio

25º Fernando Masson

28º Sergio Alipio de Moraes

29º Nei Daniel de Souza Peres

30º Vanessa C. de O. Mena Barretto

33º Vitor A. Cordeiro dos Santos

34º Elisangela Raizer Maculan

35º Paola T. Cesa

36º Jaciara T. Rodrigues da Silva

37º Patrícia Aparecida Zambonim

42º Rozane Rostirola Amalcaburio

43º Emanuelle Bosi

44º Julieta Cristina Rosa

45º Vinicius Maciel Kunen

46º Sandra Ap. de Andrade

47º Daiane Alves

48º Sandra M. Fischer Flesch

49º Atalize Ap. Mocelin

50º Rosa Cristina da Cruz

51º Márcia da Silva

52º Soleni Rieter

53º Fabiane de Lima

55º Andréia R. V. Redante Roberto

56º Ana Paula dos Santos

Escriturário:

6º Michele Alves Betin

7º Ianara W. França de Azevedo

9º Luciana de Oliveira Meneguetti

10º Marilu L. dos Santos Calgaro

11º Claudia Colle  
 14º Vânia Maria Kuster  
 15º Francielli Fagundes  
 16º Marcelo Henrique Machado  
 19º José Roberto Catão Miranda  
 20º Fagner João Padilha

Encanador para Campos Novos  
 6º Joacir Gomes Pereira  
 7º João Carlos Becker  
 8º Adão Alvisio Cordeiro

**Leiturista:**

2º Marcia Rosana Aparecida Sant'ana  
 3º Rudinei Rossi  
 4º Agostinho Becker  
 5º Vagner Antonio Junho  
 6º Marcos R. F. do Nascimento  
 9º Franco Ricardo Ramos  
 10º Douglas Turella Domingues  
 12º Soni Francisco de Oliveira  
 13º Adilson Miguel Fagundes  
 14º Fabio Junior Favaretto  
 15º Adilson Alves Walter  
 17º Paulo Roberto de Souza  
 18º Edson Kuhnen  
 19º Oscar da Silva  
 20º Emerson Adriano de Oliveira  
 21º Roberto P. de Souza  
 23º Marcio Lemos Pereira  
 24º Rodrigo Retore  
 25º Juliano Martins Roath  
 26º Tiago da Silva  
 33º Marcos Antonio Medeiros Silva  
 34º Junior Cesar Alves de Góes

Campos Novos, 16 de novembro de 2010.  
 JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
 Diretor do SAMAE

## Capinzal

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei 2.936.2010

LEI Nº 2.936, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Proíbe, no âmbito do Município de Capinzal, a utilização de animais silvestres, exóticos ou selvagens, em apresentação de circos e congêneres, e dá outras providências.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL promulga, nos termos do § 6º do art. 43 da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei, resultado de Projeto de Lei Legislativo nº 03, de 2010, vetado pelo Prefeito Municipal e mantido pela Câmara Municipal:

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Município de Capinzal, a utilização de animais silvestres, exóticos ou selvagens, em apresentação de circos e congêneres.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei, implicará em multa no valor de vinte e cinco (25) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, dobrada na reincidência, com a posterior cassação da licença de funcionamento, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei.

Parágrafo único. Caberá a regulamentação dispor a respeito do reajuste da multa aplicada.

Art. 3º A fiscalização do disposto no art. 1º da presente Lei ficará

a cargo da vigilância sanitária do município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo a partir de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no prazo de trinta dias, a partir da data de sua publicação.

Capinzal, 4 de novembro de 2010

VEREADOR SENAIR BRESSAN

Presidente

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

VEREADOR SENAIR BRESSAN

Presidente

#### Lei 2.939/2010

LEI Nº 2.939, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

#### PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.247.077,32 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setenta e sete reais e trinta e dois centavos), sendo: R\$ 1.602.277,32 (um milhão, seiscentos e dois mil, duzentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos) para reforço das dotações orçamentárias nº 2007, 2009, 2014, 2017, 1020, 2046, 2047, 2048, 2042, 2070, 2090, 2101, 2109 e 2041 vinculados ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal e R\$ 644.800,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), para reforço das dotações orçamentárias nº 2123 e 2132 vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na forma dos quadros a seguir:

#### I – Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Prefeitura

0201.04.122.0005.2007	MANUT GABINETE PREF E VICE PREFEITO	FTE	DR	R\$0,00
31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$89.900,00
0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO DOS SERV GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$0,00
31901100-007	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$7.400,00
31901300-008	Obrigações patronais	00	00	R\$62.100,00
33903900-017	Outros serviços de terceiros –pessoa jurídica	00	00	R\$87.000,00
0301.04.122.0035.2014	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIP	FTE	DR	R\$0,00
33504100-034	Contribuições	00	00	R\$4.907,32
0401.04.122.0045.2017	MANUT SECRET AGRIC MEIO AMBIENTE	FTE	DR	R\$0,00
31901100-057	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$2.350,00
31901300-058	Obrigações patronais	00	00	R\$5.100,00
0401.20.601.0045.1020	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$0,00



44905200-070	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$31.340,00
44905200-070	Equipamentos e material permanente	24	54	R\$123.750,00
0501.04.122.0065.2046	MANUT SECRET EDUCAÇÃO, CULT. ESP	FTE	DR	R\$0,00
33903900-090	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$70.000,00
0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$0,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$65.700,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$151.800,00
31901300-094	Obrigações patronais	01	00	R\$181.000,00
33903900-098	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$13.000,00
0501.12.361.0065.2048	MANUT DOS PROFIS DA EDUCAÇÃO BÁS.	FTE	DR	R\$0,00
31901100-100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	18	00	R\$210.000,00
0501.12.365.0060.2042	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOL	FTE	DR	R\$0,00
31901100-119	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$210.000,00
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULT	FTE	DR	R\$0,00
33903900-137	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$7.000,00
0601.15.452.0120.2090	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$0,00
31901300-174	Obrigações patronais	00	00	R\$21.430,00
31903400-175	Outras despesas de pessoal decorrentes de cont	00	00	R\$18.500,00
33903900-178	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$50.000,00
0601.15.452.0130.2101	MANUT AMPL SISTEMA ILM PÚBLICA	00	00	R\$0,00
33903900-191	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	17	00	R\$70.000,00
0601.26.782.0145.2109	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$0,00
33903000-198	Material de consumo	00	00	R\$80.000,00
1701.23.695.0055.2041	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$0,00
33903000-249	Material de consumo	00	00	R\$5.000,00
33903900-250	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$35.000,00
	Subtotal (I)			R\$1.602.277,32

## II - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$0,00
-----------------------	-----------------------------	-----	----	---------

31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	02	00	R\$120.000,00
31901300-002	Obrigações patronais	02	00	R\$74.800,00
33903900-008	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	02	00	R\$400.000,00
0801.10.303.0150.2132	MANUTENÇÃO DA ASSIST FARMACÊUTICA	FTE	DR	R\$0,00
33903000-025	Material de consumo	02	00	R\$50.000,00
	Subtotal (II)			R\$644.800,00
	Total (I + II)			2.247.077,32

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, I, II e III desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 1012, 2184, 2186, 2187, 2019, 2022, 1021, 1024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2046, 2068, 2047, 2051, 1049, 2042, 2044, 2069, 2070, 2072, 2073, 2074, 2075, 2089, 2083, 2086, 2087, 2096, 2098, 2099, 2102, 1143, 1144, 2016, 2035 e 2037 vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 1.831.388,76 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos), o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 2135 e 2136 vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 75.688,56 (setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) e o cancelamento do saldo da dotação orçamentária nº 1005 vinculada ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), totalizando o valor de R\$ 2.247.077,32 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setenta e sete reais e trinta e dois centavos), na forma dos quadros a seguir:

## I - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Prefeitura Municipal

0301.04.122.0025.1012	CONSTRUÇÃO CENTRO DE ADM MUNIC	FTE	DR	R\$ 0,00
44905100-030	Obras e instalações	00	00	R\$ 35.000,00
0302.06.181.0190.2184	MANUT CONVÊNIO COM A POLÍCIA CIVIL	FTE	DR	R\$ 0,00
44905200-040	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$ 7.800,00
0302.06.181.0190.2186	MANUT COV POLIC MILITAR SERV RADIO P	FTE	DR	R\$ 0,00
33903000-042	Material de consumo	00	00	R\$ 20.000,00
33903900-044	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$ 8.000,00
0302.06.182.0190.2187	MANUT COORD MUNIC DEFESA CIVIL	FTE	DR	R\$ 0,00
33903000-046	Material de consumo	00	00	R\$ 2.380,00
33903900-047	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$ 1.860,00
0401.20.601.0045.2019	ASSIST PROD RURAL MANUT SERV. AGRIC	FTE	DR	R\$ 0,00
33903000-064	Material de consumo	00	00	R\$ 29.138,00
33903600-065	Outros serviços de terceiros – pessoa física	00	00	R\$ 2.800,00
33903900-066	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$ 9.882,01

0401.20.601.0045.2022	MANUT. DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-069	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	70.000,00
0401.20.601.0045.1021	AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRICOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-071	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	39.050,00
44905200-071	Equipamentos e material permanente	24	54	R\$	26.250,00
0401.20.601.0045.1024	IMPL E ADEQ CASA COLONIAL AGROP	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-073	Obras e instalações	00	00	R\$	20.000,00
0401.20.602.0045.2025	MELHORIA GENE-TICA REBANHO BOVINO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-074	Material de consumo	00	00	R\$	4.000,00
0401.20.602.0045.2026	APOIO AS DESENVOLVIMENTO DA PISCIC	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-075	Material de consumo	00	00	R\$	3.000,00
33903900-076	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	4.000,00
0401.20.604.0045.2027	MANUT DOS SERV DE INSP MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-078	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	13.000,00
0401.20.606.0045.2028	MANUTENÇÃO CONVÊIO COM A EPAGRI	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-079	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	500,00
0401.20.606.0045.2029	REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZ	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-080	Material de consumo	00	00	R\$	2.000,00
33903600-081	Outros serviços de terceiros – pessoa física	00	00	R\$	2.000,00
33903900-082	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	8.000,00
0401.20.606.0045.2030	APOIO REALIZ. ENCONTROS, SEMIN E EVEN	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-083	Material de consumo	00	00	R\$	4.000,00
33903900-084	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	4.000,00
0501.04.122.0065.2046	MANUT. SECRET. EDUC. CULT. E ESPORTES	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-085	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$	7.000,00
31909100-086	Sentenças judiciais	01	00	R\$	2.000,00
33901400-087	Diárias – civil	01	00	R\$	1.000,00
33903600-089	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$	3.295,00
0501.10.306.0090.2068	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-092	Material de consumo	01	00	R\$	8.000,00
33903000-092	Material de consumo	60	51	R\$	10.000,00

0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-095	Diárias – civil	19	00	R\$	500,00
33903000-096	Material de consumo	59	50	R\$	4.700,00
33903000-096	Material de consumo	93	37	R\$	19.014,85
33903600-097	Outros serviços de terceiros – pessoa física	01	00	R\$	1.100,00
0501.12.361.0065.2051	AQUIS DE MATERIAL DIDÁT PEDAGÓGICO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-102	Material de consumo	19	00	R\$	252,88
0501.12.361.0065.1049	AMPLIAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-109	Material de consumo	19	00	R\$	5.000,00
0501.12.365.0060.2042	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOL	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-119	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$	36.401,94
44905200-122	Equipamentos e material permanente	01	00	R\$	1.750,80
0501.12.365.0060.2044	MANUT CENTRO MUNIC EDUC INFANTIL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-124	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$	10.000,00
0502.13.391.0095.2069	MANUTENÇÃO MUSEU HIST MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-129	Material de consumo	00	00	R\$	341,80
33903900-130	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	461,75
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-132	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	18.000,00
33901400-133	Diárias – civil	00	00	R\$	1.230,00
0502.13.392.0095.2072	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-139	Material de consumo	00	00	R\$	28,76
33903900-140	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	4,00
0502.13.392.0095.2073	MANUT ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-141	Material de consumo	00	00	R\$	116,09
33903900-142	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	30,00
44905200-143	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	3.301,00
0502.13.392.0095.2074	AUXÍLIO FINANCEIRO À ENT CULTURAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33504300-144	Subvenções sociais	00	00	R\$	4.500,00
0502.13.392.0095.2075	MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-145	Material de consumo	00	00	R\$	6.000,00
44905100-147	Obras e instalações	00	00	R\$	23,18

0601.04.122.0120.2089	MANUTENÇÃO DA SECRET. DE INFRA-EST	FTE	DR	R\$	0,00
339036000-160	Material de consumo	00	00	R\$	7.000,00
44905200-162	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	11.077,00
0601.15.451.0110.2083	MANUTENÇÃO CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-164	Material de consumo	00	00	R\$	11.675,64
33903900-165	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	4.755,20
0601.15.451.0115.2086	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-167	Material de consumo	00	00	R\$	5.000,00
33903900-168	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	5.000,00
0601.15.451.0115.2087	REVITALIZ. MANUT. ÁREA LAZER DR. ARN	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-169	Material de consumo	00	00	R\$	5.000,00
33903900-170	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	4.000,00
0601.15.452.0125.2096	SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-183	Material de consumo	00	00	R\$	15.000,00
33903900-184	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	55.000,00
0601.15.452.0130.2098	MANUT SERV COLETA E DEST FINAL LIXO	FTE	DR	R\$	0,00
31903400-186	Outras despesas de pessoal décor. de contratação	00	00	R\$	35.000,00
33903900-187	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	35.000,00
0601.15.452.0130.2099	MANUT CEMITÉRIOS E CAPELA MORTUAR.	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-188	Material de consumo	00	00	R\$	9.228,43
33903900-189	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	4.020,00
0601.15.453.0135.2102	MANUT SIST TRANSP COLET PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-192	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	50.000,00
0701.17.512.0165.1143	IMPL.SISTEMA TRAT. ESGOTO SANITÁRIO	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-233	Obras e instalações	24	54	R\$	87.720,43
0701.17.512.0165.1144	AMPL. SISTEMA CAPTAÇÃO ÁGUA BRUTA	FTE	DR	R\$	0,00
449051000-234	Obras e instalações	00	00	R\$	58.000,00
44905100-234	Obras e instalações	24	54	R\$	860.000,00
1601.04.122.0010.2016	MANUT DA SECRET DE PLANEJAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-235	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	80.000,00
33903000-236	Material de consumo	00	00	R\$	4.000,00

33903900-237	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	2.000,00
44905200-238	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	4.000,00
1701.04.122.0055.2035	MANUT.SECRET.DE-SENV. ECONÔMICO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-239	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	12.200,00
33903000-240	Material de consumo	00	00	R\$	3.000,00
1701.23.691.0055.2037	APOIO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-244	Material de consumo	00	00	R\$	3.000,00
	Subtotal (I)	00	00	R\$	1.831.388,76

## II - Demonstrativo das Anulações no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0155.2135	MANUT DA ESTRAT SAÚDE DA FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-020	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	02	00	R\$	50.000,00
0801.10.301.0155.2136	MANUT PROG AGENTES COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-021	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	02	00	R\$	23.427,79
31901100-021	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	64	12	R\$	2.260,77
	Subtotal (II)			R\$	75.688,56

## III - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

0101.01.031.0001.1005	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-015	Obras e instalações	00	00	R\$	340.000,00
	Subtotal (III)			R\$	340.000,00
	Total (I + II + III)				2.247.077,32

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 17 de novembro de 2010.

LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

# Catanduvás

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria P/ 5063/10

PORTARIA P/ 5063/10, de 30.10.2010.

“Demite, antes do termo final de contratação temporária, MARIVANE LOPES”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

**RESOLVE:**

DEMITIR, a pedido do Servidor (a), Marivane Lopes, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, com 25 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 30 de outubro de 2010.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4970/10.

**Portaria P/ 5064/10**

PORTARIA P/ 5064/10, de 03.11.2010,  
"Admite temporariamente, JOCENI GROBE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010,

**RESOLVE:**

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Joceni Grobe, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de novembro a 17 de dezembro de 2010.

Catanduvas, 03 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

**Portaria P/ 5065/10**

PORTARIA P/ 5065/10, de 04.11.2010.  
"Exonera a pedido, SHAYANA MAGNABOSCO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

**RESOLVE:**

EXONERAR, mediante pedido do (a) interessado (a), Shayana Magnabosco, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, Nível CE-51-A do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Este ato atende pedido do (a) Servidor (a), que desempenhou suas funções até 04 de novembro de 2010.

Catanduvas, 04 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4283/07.

**Portaria P/ 5066/10**

PORTARIA P/ 5066/10, de 04.11.2010,  
"Altera nomeação de CLÁUDIA ELIZÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, cap. III, anexo III, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001, e Lei Complementar Municipal nº 68/2010, de 19 de agosto de 2010,

**R e s o l v e**

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação da funcionária Cláudia Elizângela Vieira dos Santos, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor (a) de Desenvolvimento Social, Nível CC-03, passando-a para as funções do Cargo em Comissão de Diretor (a) do Centro de Referência Social - CRAS, Nível CC-08, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com alteração em seus vencimentos.

Este ato altera a Portaria P/ 4771/09, e tem seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2010, quando a Servidora passa a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 04 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4771/09.

**Portaria P/ 5067/10**

PORTARIA P/ 5067/10, de 04.11.2010  
"Altera a designação da funcionária, MARLENE MINGORI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 19, da Lei Complementar nº 16/01 de 17 de dezembro de 2001, e de Lei Complementar Municipal nº 68/2010, de 19 de agosto de 2010,

**R e s o l v e**

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, as funções da servidora Marlene Mingori, ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Agente Operacional, Nível CE-11A, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor (a) do Hospital Municipal, Nível CC-08 no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com alteração em seus vencimentos.

O presente ato altera em partes os termos da Portaria P/ 3278/03, e tem seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2010.

Catanduvas, 04 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4808/09.

**Portaria P/ 5068/10**

PORTARIA P/ 5068/10, de 04.11.2010.  
"Demite, antes do termo final de contratação temporária, SONIA RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,



**RESOLVE:**

DEMITIR, a pedido do Servidor (a), Sonia Ribeiro, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, com 40 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 04 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4934/10.

**Extrato de Contrato Nº 0115/2010**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0115/2010

Processo Licitatório nº 110/2010 - Pregão Presencial nº 0035/2010.

Objeto: aquisição de pedrisco, pó de brita e pedra brita nº 1 para execução e conserto de calçamento em pedras regulares e paralelepípedos nas vias públicas municipais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): Pedreira Joaçaba Ltda.

CNPJ sob n.º 84.585.306/0001-47.

Prazo de vigência: de 08 de novembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Valor global R\$ 29.010,00 (vinte e nove mil e dez reais).

Data e assinatura do contrato: 08 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

+[ CPL ]-----{ 001 }+	
	Município de CATANDUVAS
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Balanco Orçamentário
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
-----	
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I	

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.700.000,00	14.700.000,00	2.671.292,20	18,170	13.516.544,78	91,950	1.183.455,22
RECEITAS CORRENTES	13.070.000,00	13.070.000,00	2.600.519,88	19,900	12.912.690,24	98,800	157.309,76
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.150.200,00	1.150.200,00	219.552,05	19,090	1.550.315,99	134,790	-400.115,99
IMPOSTOS	887.000,00	887.000,00	174.858,02	19,710	1.227.253,60	138,360	-340.253,60
TAXAS	200.200,00	200.200,00	42.745,55	21,350	310.549,29	155,120	-110.349,29
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	63.000,00	63.000,00	1.948,48	3,090	12.513,10	19,860	50.486,90
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	371.400,00	371.400,00	99.753,22	26,860	308.174,30	82,980	63.225,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	135,52	0,000	2.156,10	0,000	-2.156,10
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	371.400,00	371.400,00	99.617,70	26,820	306.018,20	82,400	65.381,80
RECEITA PATRIMONIAL	53.020,00	53.020,00	13.597,47	25,650	66.643,09	125,690	-13.623,09
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.600,00	22.600,00	6.291,41	27,840	24.259,15	107,340	-1.659,15
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	30.420,00	30.420,00	7.306,06	24,020	42.383,94	139,330	-11.963,94
RECEITA DE SERVIÇOS	105.000,00	105.000,00	19.105,35	18,200	86.431,20	82,320	18.568,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.192.020,00	11.192.020,00	2.231.334,93	19,940	10.705.310,76	95,650	486.709,24
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.181.020,00	11.181.020,00	2.133.343,28	19,080	10.157.897,57	90,850	1.023.122,43
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.000,00	11.000,00	97.991,65	890,830	547.413,19	4976,480	-536.413,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.360,00	198.360,00	17.176,86	8,660	195.814,90	98,720	2.545,10
MULTAS E JUROS DE MORA	57.800,00	57.800,00	7.620,69	13,180	42.664,20	73,810	15.135,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.000,00	88.000,00	466,33	0,530	47.488,42	53,960	40.511,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	42.120,00	42.120,00	8.250,58	19,590	80.388,37	190,860	-38.268,37
RECEITAS DIVERSAS	10.440,00	10.440,00	839,26	8,040	25.273,91	242,090	-14.833,91
RECEITAS DE CAPITAL	1.630.000,00	1.630.000,00	70.772,32	4,340	603.854,54	37,050	1.026.145,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	77.000,00	256,670	-47.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	77.000,00	256,670	-47.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	1.600.000,00	70.772,32	4,420	526.854,54	32,930	1.073.145,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.600.000,00	1.600.000,00	70.772,32	4,420	526.854,54	32,930	1.073.145,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	14.700.000,00	14.700.000,00	2.671.292,20	100,000	13.516.544,78	100,000	1.183.455,22
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	14.700.000,00	14.700.000,00	2.671.292,20	100,000	13.516.544,78	100,000	1.183.455,22
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	14.700.000,00	14.700.000,00	2.671.292,20		13.516.544,78		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	455.608,97	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	455.608,97	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	455.608,97	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	14.700.000,00	2.746.828,43	17.446.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.614.662,45	13.116.499,82	0,00	75,18	4.330.328,61
DESPESAS CORRENTES	12.049.380,00	2.067.050,39	14.116.430,39	2.182.462,89	11.197.947,47	2.259.902,85	11.078.645,50	0,00	78,48	3.037.784,89
Pessoal e Encargos Sociais	7.051.418,00	635.948,00	7.687.366,00	1.240.575,58	5.900.184,20	1.240.575,58	5.900.184,20	0,00	76,75	1.787.181,80
Juros/Encargos da Dívida	200.000,00	-60.000,00	140.000,00	29.581,79	80.136,40	29.581,79	80.136,40	0,00	57,24	59.863,60
Outras despesas Correntes	4.797.962,00	1.491.102,39	6.289.064,39	912.305,52	5.217.626,87	989.745,48	5.098.324,90	0,00	81,07	1.190.739,49
DESPESAS DE CAPITAL	2.635.620,00	679.778,04	3.315.398,04	340.781,70	2.037.854,32	354.759,60	2.037.854,32	0,00	61,47	1.277.543,72
Investimentos	2.435.620,00	722.778,04	3.158.398,04	307.812,87	1.917.863,75	321.790,77	1.917.863,75	0,00	60,72	1.240.534,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	200.000,00	-43.000,00	157.000,00	32.968,83	119.990,57	32.968,83	119.990,57	0,00	76,43	37.009,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	14.700.000,00	2.746.828,43	17.446.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.614.662,45	13.116.499,82	0,00	75,18	4.330.328,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	14.700.000,00	2.746.828,43	17.446.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.614.662,45	13.116.499,82	0,00	75,18	4.330.328,61
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	400.044,96	400.044,96	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	14.700.000,00	2.746.828,43	17.446.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.671.292,20	13.516.544,78	0,00	75,18	4.330.328,61

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+  
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>14.700.000,00</b>	<b>17.446.828,43</b>	<b>2.523.244,59</b>	<b>13.235.801,79</b>	<b>2.614.662,45</b>	<b>13.116.499,82</b>	<b>100,00</b>	<b>75,18</b>	<b>4.330.328,61</b>
01	LEGISLATIVA	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	3,48	63,31	264.163,87
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	3,48	63,31	264.163,87
	<b>Subtotal</b>	<b>720.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>88.395,69</b>	<b>457.690,13</b>	<b>86.541,69</b>	<b>455.836,13</b>	<b>3,48</b>	<b>63,31</b>	<b>264.163,87</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.588.000,00	1.880.040,00	257.234,95	1.561.920,33	286.143,36	1.519.465,74	11,58	80,82	360.574,26
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.588.000,00	1.880.040,00	257.234,95	1.561.920,33	286.143,36	1.519.465,74	11,58	80,82	360.574,26
	<b>Subtotal</b>	<b>2.308.000,00</b>	<b>2.600.040,00</b>	<b>345.630,64</b>	<b>2.019.610,46</b>	<b>372.685,05</b>	<b>1.975.301,87</b>	<b>15,06</b>	<b>75,97</b>	<b>624.738,13</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	254.400,00	434.400,00	36.878,75	154.628,47	39.601,69	149.811,13	1,14	34,49	284.588,87
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	1.388,00	11.785,98	1.487,09	10.841,74	0,08	15,49	59.158,26
06.182	DEFESA CIVIL	184.400,00	364.400,00	35.490,75	142.842,49	38.114,60	138.969,39	1,06	38,14	225.430,61
	<b>Subtotal</b>	<b>2.562.400,00</b>	<b>3.034.440,00</b>	<b>382.509,39</b>	<b>2.174.238,93</b>	<b>412.286,74</b>	<b>2.125.113,00</b>	<b>16,20</b>	<b>70,03</b>	<b>909.327,00</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	371.500,00	493.795,63	94.486,06	337.437,56	91.547,62	334.499,12	2,55	67,74	159.296,51
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	15.000,00	15.000,00	0,00	4.520,27	0,00	4.520,27	0,03	30,14	10.479,73
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	356.500,00	478.795,63	94.486,06	332.917,29	91.547,62	329.978,85	2,52	68,92	148.816,78
	<b>Subtotal</b>	<b>2.933.900,00</b>	<b>3.528.235,63</b>	<b>476.995,45</b>	<b>2.511.676,49</b>	<b>503.834,36</b>	<b>2.459.612,12</b>	<b>18,75</b>	<b>69,71</b>	<b>1.068.623,51</b>
10	SAÚDE	3.037.605,00	4.331.521,16	654.638,34	3.429.284,72	669.533,78	3.418.064,34	26,06	78,91	913.456,82
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.013.305,00	4.307.071,16	654.638,34	3.413.304,00	669.533,78	3.402.083,62	25,94	78,99	904.987,54
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	7.200,00	0,00	4.851,31	0,00	4.851,31	0,04	67,38	2.348,69
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.100,00	17.250,00	0,00	11.129,41	0,00	11.129,41	0,08	64,52	6.120,59
	<b>Subtotal</b>	<b>5.971.505,00</b>	<b>7.859.756,79</b>	<b>1.131.633,79</b>	<b>5.940.961,21</b>	<b>1.173.368,14</b>	<b>5.877.676,46</b>	<b>44,81</b>	<b>74,78</b>	<b>1.982.080,33</b>
11	TRABALHO	346.500,00	296.600,00	134.862,07	271.453,22	134.862,07	271.453,22	2,07	91,52	25.146,78
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	346.500,00	296.600,00	134.862,07	271.453,22	134.862,07	271.453,22	2,07	91,52	25.146,78
	<b>Subtotal</b>	<b>6.318.005,00</b>	<b>8.156.356,79</b>	<b>1.266.495,86</b>	<b>6.212.414,43</b>	<b>1.308.230,21</b>	<b>6.149.129,68</b>	<b>46,88</b>	<b>75,39</b>	<b>2.007.227,11</b>
12	EDUCAÇÃO	3.992.425,00	3.946.749,68	618.249,06	3.053.115,12	641.179,53	3.033.682,35	23,13	76,87	913.067,33
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	101.000,00	101.000,00	13.722,52	68.797,88	13.722,52	68.797,88	0,52	68,12	32.202,12
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	3.696.425,00	3.578.749,68	580.791,75	2.894.691,68	603.722,22	2.875.258,91	21,92	80,34	703.490,77
12.364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00	100.000,00	21.326,79	75.515,01	21.326,79	75.515,01	0,58	75,52	24.484,99
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	125.000,00	157.000,00	0,00	4.968,60	0,00	4.968,60	0,04	3,16	152.031,40
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	2.408,00	9.141,95	2.408,00	9.141,95	0,07	91,42	858,05
	<b>Subtotal</b>	<b>10.310.430,00</b>	<b>12.103.106,47</b>	<b>1.884.744,92</b>	<b>9.265.529,55</b>	<b>1.949.409,74</b>	<b>9.182.812,03</b>	<b>70,01</b>	<b>75,87</b>	<b>2.920.294,44</b>
13	CULTURA	50.000,00	101.215,00	23.124,69	79.183,82	17.226,26	70.332,49	0,54	69,49	30.882,51
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	101.215,00	23.124,69	79.183,82	17.226,26	70.332,49	0,54	69,49	30.882,51
	<b>Subtotal</b>	<b>10.360.430,00</b>	<b>12.204.321,47</b>	<b>1.907.869,61</b>	<b>9.344.713,37</b>	<b>1.966.636,00</b>	<b>9.253.144,52</b>	<b>70,55</b>	<b>75,82</b>	<b>2.951.176,95</b>
15	URBANISMO	1.022.000,00	1.010.958,86	101.725,02	782.915,18	115.702,92	782.915,18	5,97	77,44	228.043,68
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	529.500,00	589.958,86	25.633,58	390.410,87	39.611,48	390.410,87	2,98	66,18	199.547,99
15.452	SERVIÇOS URBANOS	492.500,00	421.000,00	76.091,44	392.504,31	76.091,44	392.504,31	2,99	93,23	28.495,69
	<b>Subtotal</b>	<b>11.382.430,00</b>	<b>13.215.280,33</b>	<b>2.009.594,63</b>	<b>10.127.628,55</b>	<b>2.082.338,92</b>	<b>10.036.059,70</b>	<b>76,51</b>	<b>75,94</b>	<b>3.179.220,63</b>
16	HABITAÇÃO	103.450,00	125.650,00	0,00	23.220,89	0,00	23.220,89	0,18	18,48	102.429,11
16.482	HABITAÇÃO URBANA	103.450,00	125.650,00	0,00	23.220,89	0,00	23.220,89	0,18	18,48	102.429,11
	<b>Subtotal</b>	<b>11.485.880,00</b>	<b>13.340.930,33</b>	<b>2.009.594,63</b>	<b>10.150.849,44</b>	<b>2.082.338,92</b>	<b>10.059.280,59</b>	<b>76,69</b>	<b>75,40</b>	<b>3.281.649,74</b>
17	SANEAMENTO	0,00	292.760,21	58.954,84	122.572,72	58.954,84	122.572,72	0,93	41,87	170.187,49
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	292.760,21	58.954,84	122.572,72	58.954,84	122.572,72	0,93	41,87	170.187,49
	<b>Subtotal</b>	<b>11.485.880,00</b>	<b>13.633.690,54</b>	<b>2.068.549,47</b>	<b>10.273.422,16</b>	<b>2.141.293,76</b>	<b>10.181.853,31</b>	<b>77,63</b>	<b>74,68</b>	<b>3.451.837,23</b>
20	AGRICULTURA	552.000,00	879.328,14	13.371,31	803.162,82	18.602,33	796.158,91	6,07	90,54	83.169,23
20.606	EXTENÇÃO RURAL	552.000,00	879.328,14	13.371,31	803.162,82	18.602,33	796.158,91	6,07	90,54	83.169,23
	<b>Subtotal</b>	<b>12.037.880,00</b>	<b>14.513.018,68</b>	<b>2.081.920,78</b>	<b>11.076.584,98</b>	<b>2.159.896,09</b>	<b>10.978.012,22</b>	<b>83,70</b>	<b>75,64</b>	<b>3.535.006,46</b>
24	COMUNICAÇÕES	40.000,00	20.000,00	1.200,00	16.872,60	2.796,65	14.046,70	0,11	70,23	5.953,30
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	40.000,00	20.000,00	1.200,00	16.872,60	2.796,65	14.046,70	0,11	70,23	5.953,30
	<b>Subtotal</b>	<b>12.077.880,00</b>	<b>14.533.018,68</b>	<b>2.083.120,78</b>	<b>11.093.457,58</b>	<b>2.162.692,74</b>	<b>10.992.058,92</b>	<b>83,80</b>	<b>75,64</b>	<b>3.540.959,76</b>
26	TRANSPORTE	1.349.120,00	1.791.859,75	269.415,78	1.440.641,21	274.848,21	1.437.943,13	10,96	80,25	353.916,62



+= [ CPL ] =-----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.349.120,00	1.791.859,75	269.415,78	1.440.641,21	274.848,21	1.437.943,13	10,96	80,25	353.916,62
	<b>Subtotal</b>	<b>13.427.000,00</b>	<b>16.324.878,43</b>	<b>2.352.536,56</b>	<b>12.534.098,79</b>	<b>2.437.540,95</b>	<b>12.430.002,05</b>	<b>94,77</b>	<b>76,14</b>	<b>3.894.876,38</b>
27	DESPORTO E LAZER	223.000,00	168.750,00	22.888,16	135.950,03	29.301,63	120.744,80	0,92	71,55	48.005,20
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	223.000,00	168.750,00	22.888,16	135.950,03	29.301,63	120.744,80	0,92	71,55	48.005,20
	<b>Subtotal</b>	<b>13.650.000,00</b>	<b>16.493.628,43</b>	<b>2.375.424,72</b>	<b>12.670.048,82</b>	<b>2.466.842,58</b>	<b>12.550.746,85</b>	<b>95,69</b>	<b>76,09</b>	<b>3.942.881,58</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.035.000,00	938.200,00	147.819,87	565.752,97	147.819,87	565.752,97	4,31	60,30	372.447,03
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	635.000,00	641.200,00	85.269,25	365.626,00	85.269,25	365.626,00	2,79	57,02	275.574,00
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	297.000,00	62.550,62	200.126,97	62.550,62	200.126,97	1,53	67,38	96.873,03
	<b>Subtotal</b>	<b>14.685.000,00</b>	<b>17.431.828,43</b>	<b>2.523.244,59</b>	<b>13.235.801,79</b>	<b>2.614.662,45</b>	<b>13.116.499,82</b>	<b>100,00</b>	<b>75,24</b>	<b>4.315.328,61</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>14.700.000,00</b>	<b>17.446.828,43</b>	<b>2.523.244,59</b>	<b>13.235.801,79</b>	<b>2.614.662,45</b>	<b>13.116.499,82</b>	<b>100,00</b>	<b>75,18</b>	<b>4.330.328,61</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>14.700.000,00</b>	<b>17.446.828,43</b>	<b>2.523.244,59</b>	<b>13.235.801,79</b>	<b>2.614.662,45</b>	<b>13.116.499,82</b>	<b>100,00</b>	<b>75,18</b>	<b>4.330.328,61</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

+=[ CPL ]=-										-----{ 001 }+									
										CONSOLIDADO									
Município de CATANDUVAS																			
Relatório Resumido da Execução Orçamentária																			
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção																			
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social																			
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO																			
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II																			

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em		Restos a Pagar		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		+- ((b+c)/a)		SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.				%	%	(a-(b+c))		
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)					(C)								
	<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>14.700.000,00</b>	<b>17.446.828,43</b>	<b>2.523.244,59</b>	<b>13.235.801,79</b>	<b>2.614.662,45</b>	<b>13.116.499,82</b>	<b>119.301,97</b>	<b>100,00</b>	<b>75,86</b>	<b>4.211.026,64</b>					
01	LEGISLATIVA	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	1.854,00	3,46	63,57	262.309,87					
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	1.854,00	3,46	63,57	262.309,87					
	<b>Subtotal</b>	<b>720.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>88.395,69</b>	<b>457.690,13</b>	<b>86.541,69</b>	<b>455.836,13</b>	<b>1.854,00</b>	<b>3,46</b>	<b>63,57</b>	<b>262.309,87</b>					
04	ADMINISTRAÇÃO	1.588.000,00	1.880.040,00	257.234,95	1.561.920,33	286.143,36	1.519.465,74	42.454,59	11,80	83,08	318.119,67					
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.588.000,00	1.880.040,00	257.234,95	1.561.920,33	286.143,36	1.519.465,74	42.454,59	11,80	83,08	318.119,67					
	<b>Subtotal</b>	<b>2.308.000,00</b>	<b>2.600.040,00</b>	<b>345.630,64</b>	<b>2.019.610,46</b>	<b>372.685,05</b>	<b>1.975.301,87</b>	<b>44.308,59</b>	<b>15,26</b>	<b>77,68</b>	<b>580.429,54</b>					
06	SEGURANÇA PÚBLICA	254.400,00	434.400,00	36.878,75	154.628,47	39.601,69	149.811,13	4.817,34	1,17	35,60	279.771,53					
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	1.388,00	11.785,98	1.487,09	10.841,74	944,24	0,09	16,84	58.214,02					
06.182	DEFESA CIVIL	184.400,00	364.400,00	35.490,75	142.842,49	38.114,60	138.969,39	3.873,10	1,08	39,20	221.557,51					
	<b>Subtotal</b>	<b>2.562.400,00</b>	<b>3.034.440,00</b>	<b>382.509,39</b>	<b>2.174.238,93</b>	<b>412.286,74</b>	<b>2.125.113,00</b>	<b>49.125,93</b>	<b>16,43</b>	<b>71,65</b>	<b>860.201,07</b>					
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	371.500,00	493.795,63	94.486,06	337.437,56	91.547,62	334.499,12	2.938,44	2,55	68,34	156.358,07					
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	15.000,00	0,00	4.520,27	0,00	4.520,27	0,00	0,03	30,14	10.479,73					
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	356.500,00	478.795,63	94.486,06	332.917,29	91.547,62	329.978,85	2.938,44	2,52	69,53	145.878,34					
	<b>Subtotal</b>	<b>2.933.900,00</b>	<b>3.528.235,63</b>	<b>476.995,45</b>	<b>2.511.676,49</b>	<b>503.834,36</b>	<b>2.459.612,12</b>	<b>52.064,37</b>	<b>18,98</b>	<b>71,19</b>	<b>1.016.559,14</b>					
10	SAÚDE	3.037.605,00	4.331.521,16	654.638,34	3.429.284,72	669.533,78	3.418.064,34	11.220,38	25,91	79,17	902.236,44					
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.013.305,00	4.307.071,16	654.638,34	3.413.304,00	669.533,78	3.402.083,62	11.220,38	25,79	79,25	893.767,16					
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	7.200,00	0,00	4.851,31	0,00	4.851,31	0,00	0,04	67,38	2.348,69					
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.100,00	17.250,00	0,00	11.129,41	0,00	11.129,41	0,00	0,08	64,52	6.120,59					
	<b>Subtotal</b>	<b>5.971.505,00</b>	<b>7.859.756,79</b>	<b>1.131.633,79</b>	<b>5.940.961,21</b>	<b>1.173.368,14</b>	<b>5.877.676,46</b>	<b>63.284,75</b>	<b>44,89</b>	<b>75,59</b>	<b>1.918.795,58</b>					
11	TRABALHO	346.500,00	296.600,00	134.862,07	271.453,22	134.862,07	271.453,22	0,00	2,05	91,52	25.146,78					
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	346.500,00	296.600,00	134.862,07	271.453,22	134.862,07	271.453,22	0,00	2,05	91,52	25.146,78					
	<b>Subtotal</b>	<b>6.318.005,00</b>	<b>8.156.356,79</b>	<b>1.266.495,86</b>	<b>6.212.414,43</b>	<b>1.308.230,21</b>	<b>6.149.129,68</b>	<b>63.284,75</b>	<b>46,94</b>	<b>76,17</b>	<b>1.943.942,36</b>					
12	EDUCAÇÃO	3.992.425,00	3.946.749,68	618.249,06	3.053.115,12	641.179,53	3.033.682,35	19.432,77	23,07	77,36	893.634,56					
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	101.000,00	101.000,00	13.722,52	68.797,88	13.722,52	68.797,88	0,00	0,52	68,12	32.202,12					
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	3.696.425,00	3.578.749,68	580.791,75	2.894.691,68	603.722,22	2.875.258,91	19.432,77	21,87	80,89	684.058,00					
12.364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00	100.000,00	21.326,79	75.515,01	21.326,79	75.515,01	0,00	0,57	75,52	24.484,99					
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	125.000,00	157.000,00	0,00	4.968,60	0,00	4.968,60	0,00	0,04	3,16	152.031,40					
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	10.000,00	2.408,00	9.141,95	2.408,00	9.141,95	0,00	0,07	91,42	858,05					
	<b>Subtotal</b>	<b>10.310.430,00</b>	<b>12.103.106,47</b>	<b>1.884.744,92</b>	<b>9.265.529,55</b>	<b>1.949.409,74</b>	<b>9.182.812,03</b>	<b>82.717,52</b>	<b>70,00</b>	<b>76,56</b>	<b>2.837.576,92</b>					
13	CULTURA	50.000,00	101.215,00	23.124,69	79.183,82	17.226,26	70.332,49	8.851,33	0,60	78,23	22.031,18					
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	101.215,00	23.124,69	79.183,82	17.226,26	70.332,49	8.851,33	0,60	78,23	22.031,18					
	<b>Subtotal</b>	<b>10.360.430,00</b>	<b>12.204.321,47</b>	<b>1.907.869,61</b>	<b>9.344.713,37</b>	<b>1.966.636,00</b>	<b>9.253.144,52</b>	<b>91.568,85</b>	<b>70,60</b>	<b>76,57</b>	<b>2.859.608,10</b>					
15	URBANISMO	1.022.000,00	1.010.958,86	101.725,02	782.915,18	115.702,92	782.915,18	0,00	5,92	77,44	228.043,68					
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	529.500,00	589.958,86	25.633,58	390.410,87	39.611,48	390.410,87	0,00	2,95	66,18	199.547,99					
15.452	SERVIÇOS URBANOS	492.500,00	421.000,00	76.091,44	392.504,31	76.091,44	392.504,31	0,00	2,97	93,23	28.495,69					
	<b>Subtotal</b>	<b>11.382.430,00</b>	<b>13.215.280,33</b>	<b>2.009.594,63</b>	<b>10.127.628,55</b>	<b>2.082.338,92</b>	<b>10.036.059,70</b>	<b>91.568,85</b>	<b>76,52</b>	<b>76,64</b>	<b>3.087.651,78</b>					
16	HABITAÇÃO	103.450,00	125.650,00	0,00	23.220,89	0,00	23.220,89	0,00	0,18	18,48	102.429,11					
16.482	HABITAÇÃO URBANA	103.450,00	125.650,00	0,00	23.220,89	0,00	23.220,89	0,00	0,18	18,48	102.429,11					
	<b>Subtotal</b>	<b>11.485.880,00</b>	<b>13.340.930,33</b>	<b>2.009.594,63</b>	<b>10.150.849,44</b>	<b>2.082.338,92</b>	<b>10.059.280,59</b>	<b>91.568,85</b>	<b>76,69</b>	<b>76,09</b>	<b>3.190.080,89</b>					
17	SANEAMENTO	0,00	292.760,21	58.954,84	122.572,72	58.954,84	122.572,72	0,00	0,93	41,87	170.187,49					
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	292.760,21	58.954,84	122.572,72	58.954,84	122.572,72	0,00	0,93	41,87	170.187,49					
	<b>Subtotal</b>	<b>11.485.880,00</b>	<b>13.633.690,54</b>	<b>2.068.549,47</b>	<b>10.273.422,16</b>	<b>2.141.293,76</b>	<b>10.181.853,31</b>	<b>91.568,85</b>	<b>77,62</b>	<b>75,35</b>	<b>3.360.268,38</b>					
20	AGRICULTURA	552.000,00	879.328,14	13.371,31	803.162,82	18.602,33	796.158,91	7.003,91	6,07	91,34	76.165,32					
20.606	EXTENÇÃO RURAL	552.000,00	879.328,14	13.371,31	803.162,82	18.602,33	796.158,91	7.003,91	6,07	91,34	76.165,32					
	<b>Subtotal</b>	<b>12.037.880,00</b>	<b>14.513.018,68</b>	<b>2.081.920,78</b>	<b>11.076.584,98</b>	<b>2.159.896,09</b>	<b>10.978.012,22</b>	<b>98.572,76</b>	<b>83,69</b>	<b>76,32</b>	<b>3.436.433,70</b>					
24	COMUNICAÇÕES	40.000,00	20.000,00	1.200,00	16.872,60	2.796,65	14.046,70	2.825,90	0,13	84,36	3.127,40					
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	40.000,00	20.000,00	1.200,00	16.872,60	2.796,65	14.046,70	2.825,90	0,13	84,36	3.127,40					

+=[ CPL ]=------{ 002 }+									
Município de CATANDUVAS									
Relatório Resumido da Execução Orçamentária									
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO									
-----+-----									
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II									

Inscritas em											
DESPESAS			D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Restos a Pagar NÃO Process.	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
			Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			+- ((b+c)/a)
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)				(B)	(C)	%	%	(a-(b+c))	SALDO
	Subtotal	12.077.880,00	14.533.018,68	2.083.120,78	11.093.457,58	2.162.692,74	10.992.058,92	101.398,66	83,81	76,33	3.439.561,10
26	TRANSPORTE	1.349.120,00	1.791.859,75	269.415,78	1.440.641,21	274.848,21	1.437.943,13	2.698,08	10,88	80,40	351.218,54
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.349.120,00	1.791.859,75	269.415,78	1.440.641,21	274.848,21	1.437.943,13	2.698,08	10,88	80,40	351.218,54
	Subtotal	13.427.000,00	16.324.878,43	2.352.536,56	12.534.098,79	2.437.540,95	12.430.002,03	104.096,74	94,70	76,78	3.790.779,64
27	DESPORTO E LAZER	223.000,00	168.750,00	22.888,16	135.950,03	29.301,63	120.744,80	15.205,23	1,03	80,56	32.799,97
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	223.000,00	168.750,00	22.888,16	135.950,03	29.301,63	120.744,80	15.205,23	1,03	80,56	32.799,97
	Subtotal	13.650.000,00	16.493.628,43	2.375.424,72	12.670.048,82	2.466.842,58	12.550.746,85	119.301,97	95,73	76,82	3.823.579,61
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.035.000,00	938.200,00	147.819,87	565.752,97	147.819,87	565.752,97	0,00	4,27	60,30	372.447,03
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	635.000,00	641.200,00	85.269,25	365.626,00	85.269,25	365.626,00	0,00	2,76	57,02	275.574,00
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	297.000,00	62.550,62	200.126,97	62.550,62	200.126,97	0,00	1,51	67,38	96.873,03
	Subtotal	14.685.000,00	17.431.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.614.662,45	13.116.499,82	119.301,97	100,00	75,93	4.196.026,64
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Subtotal	14.700.000,00	17.446.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.614.662,45	13.116.499,82	119.301,97	100,00	75,86	4.211.026,64
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)		14.700.000,00	17.446.828,43	2.523.244,59	13.235.801,79	2.614.662,45	13.116.499,82	119.301,97	100,00	75,86	4.211.026,64

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	Não Process.		+- ((b+c)/a)
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)				(B)		(C)	%	%	(a-(b+c))
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010                            |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	11/2009	12/2009	01/2010	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	1.359.391,56	1.861.786,96	1.265.203,57	1.206.875,25	1.836.292,61	1.562.983,76	1.458.606,22
Receita Tributária	75.708,80	196.394,79	70.335,78	114.564,14	546.263,60	120.458,08	107.992,68
IPTU	2.838,09	5.495,49	0,00	0,00	387.957,23	33.750,44	22.896,05
ISS	57.787,48	69.792,61	42.735,32	27.771,04	45.289,40	45.882,62	54.875,91
ITBI	3.940,00	8.506,41	5.069,92	4.560,22	16.248,13	4.332,50	8.698,00
IRRF	5.703,46	99.159,05	7.094,34	6.601,06	6.648,99	6.752,97	7.693,34
Outras	5.439,77	13.441,23	15.436,20	75.631,82	90.119,85	29.739,55	13.829,38
Receita de Contribuições	61.915,65	888,28	40.485,40	0,00	70,00	63.837,34	39.692,14
Receita Patrimonial	4.518,53	13.759,26	7.187,58	2.826,38	6.393,11	7.292,46	5.463,42
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.811,66	8.219,38	2.242,09	8.144,04	9.054,50	10.131,28	8.207,18
Transferências Correntes	1.192.258,38	1.618.049,95	1.127.718,99	1.054.639,64	1.241.456,12	1.330.689,29	1.273.470,85
Cota-Parte do FPM	353.041,97	540.831,24	293.735,94	355.650,81	264.197,38	316.608,12	389.735,18
Cota-Parte do ICMS	361.804,57	610.370,84	483.151,10	408.223,20	504.259,44	495.102,53	467.099,25
Cota-Parte do IPVA	40.550,72	29.292,74	21.018,21	48.520,28	87.235,16	72.555,83	71.213,95
Cota-Parte do ITR	150,85	177,77	146,21	35,60	0,00	0,00	25,77
Transf.da LC 87/1996	3.137,81	3.137,81	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62
Transferência do FUNDEB	168.255,16	182.881,06	179.713,19	161.623,82	178.830,37	188.505,55	186.549,35
Outras Transferências	265.317,30	251.358,49	146.743,72	77.375,31	203.723,15	254.706,64	155.636,73
Demais Receitas Correntes	15.178,54	24.475,30	17.233,73	26.701,05	33.055,28	30.575,31	23.779,95
II-DEDUÇÕES	153.395,48	207.109,03	162.231,99	164.565,86	173.541,16	179.339,05	188.085,29
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	153.395,48	207.109,03	162.231,99	164.565,86	173.541,16	179.339,05	188.085,29
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.205.996,08	1.654.677,93	1.102.971,58	1.042.309,39	1.662.751,45	1.383.644,71	1.270.520,93



```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010                           |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.493.007,83	1.470.505,00	1.410.264,78	1.367.376,77	1.596.901,81	17.889.196,12	15.054.980,00
Receita Tributária	134.045,21	151.100,44	86.004,01	85.920,74	133.631,31	1.822.419,58	1.150.200,00
IPTU	4.045,35	4.079,90	2.769,17	2.898,02	3.244,23	469.973,97	262.000,00
ISS	80.111,84	47.351,71	36.882,59	44.353,67	73.015,37	625.849,56	512.500,00
ITBI	20.965,00	21.878,58	21.816,20	20.752,00	16.510,00	153.276,96	47.500,00
IRRF	6.775,67	63.509,03	7.353,06	7.073,08	7.011,65	231.375,70	65.000,00
Outras	22.147,35	14.281,22	17.182,99	10.843,97	33.850,06	341.943,39	263.200,00
Receita de Contribuições	32.558,47	31.717,76	59,97	31.395,79	68.357,43	370.978,23	371.400,00
Receita Patrimonial	6.526,28	10.134,27	7.222,12	5.827,72	7.769,75	84.920,88	53.020,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.859,33	12.529,57	7.157,86	10.166,74	8.938,61	104.462,24	105.000,00
Transferências Correntes	1.288.693,38	1.251.360,45	1.297.515,77	1.226.784,11	1.368.309,52	15.270.946,45	13.177.000,00
Cota-Parte do FPM	338.240,57	248.721,31	333.336,20	278.258,05	299.541,54	4.011.898,31	4.120.000,00
Cota-Parte do ICMS	480.573,66	482.466,99	495.464,86	520.575,27	560.493,73	5.869.585,44	5.050.000,00
Cota-Parte do IPVA	66.085,07	63.384,30	67.741,24	64.618,17	58.367,33	690.583,00	566.000,00
Cota-Parte do ITR	323,54	0,00	0,00	337,92	7.794,76	8.992,42	6.700,00
Transf.da LC 87/1996	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62	38.381,82	39.600,00
Transferência do FUNDEB	167.988,49	198.760,17	187.192,16	190.274,97	201.413,41	2.191.987,70	1.194.000,00
Outras Transferências	232.271,43	254.817,06	210.570,69	169.509,11	237.488,13	2.459.517,76	2.200.700,00
Demais Receitas Correntes	21.325,16	13.662,51	12.305,05	7.281,67	9.895,19	235.468,74	198.360,00
II-DEDUÇÕES	179.822,98	161.831,15	182.151,18	175.593,88	188.164,82	2.115.831,87	1.984.980,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	179.822,98	161.831,15	182.151,18	175.593,88	188.164,82	2.115.831,87	1.984.980,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.313.184,85	1.308.673,85	1.228.113,60	1.191.782,89	1.408.736,99	15.773.364,25	13.070.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>Previsão Orçamentária</b>				
Valor					0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(09/2010)	Exercício Anterior(2009)	Exercício Atual(2010)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	187.907,34	180.885,60	147.916,77
DEDUÇÕES (II)	376.620,81	1.135.718,83	1.290.910,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	596.871,21	1.203.473,58	1.291.143,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-220.250,40	-67.754,75	-233,21
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-188.713,47	-954.833,23	-1.142.993,51
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-188.713,47	-954.833,23	-1.142.993,51

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-188.160,28	-954.280,04

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-250.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                      |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO         |
|-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	13.039.580,00	2.593.213,82	12.870.306,30	10.846.047,17
Receita Tributária	1.150.200,00	219.552,05	1.550.315,99	1.156.565,26
IPTU	262.000,00	6.142,25	461.640,39	377.376,94
ISS	512.500,00	117.369,04	498.269,47	424.452,47
IRRF	65.000,00	14.084,73	126.513,19	53.922,12
ITBI	47.500,00	37.262,00	140.830,55	63.616,09
Outras	263.200,00	44.694,03	323.062,39	237.197,64
Receita de Contribuição	371.400,00	99.753,22	308.174,30	234.535,41
Outras Contribuições	371.400,00	99.753,22	308.174,30	234.535,41
Receita Patrimonial Liquida	22.600,00	6.291,41	24.259,15	25.790,00
Receita Patrimonial	53.020,00	13.597,47	66.643,09	49.815,19
(-) Aplicações Financeiras	30.420,00	7.306,06	42.383,94	24.025,19
Transferências Correntes	11.192.020,00	2.231.334,93	10.705.310,76	9.152.001,91
FPM	3.296.000,00	462.239,73	2.494.920,46	2.348.410,48
ICMS	4.040.000,00	864.855,36	3.917.928,84	3.146.701,72
Outras Transferências	3.856.020,00	904.239,84	4.292.461,46	3.656.889,71
Demais Receitas Correntes	303.360,00	36.282,21	282.246,10	277.154,59
Dívida Ativa	42.120,00	8.250,58	80.388,37	100.967,64
Diversas Receitas Correntes	261.240,00	28.031,63	201.857,73	176.186,95
Receitas de Capital (II)	1.630.000,00	70.772,32	603.854,54	159.515,46
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	77.000,00	72.170,00
Tranferências de Capital	1.600.000,00	70.772,32	526.854,54	87.345,46
Outras Transferências de Capital	1.600.000,00	70.772,32	526.854,54	87.345,46
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.600.000,00	70.772,32	526.854,54	87.345,46
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	14.639.580,00	2.663.986,14	13.397.160,84	10.933.392,63

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	14.116.430,39	2.259.902,85	11.078.645,50	9.821.950,39
Pessoal e Encargos Sociais	7.685.998,00	1.240.347,58	5.899.044,20	5.047.745,04
Outras Despesas Correntes	6.290.432,39	989.973,48	5.099.464,90	4.663.168,76
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	140.000,00	29.581,79	80.136,40	111.036,59
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	13.976.430,39	2.230.321,06	10.998.509,10	9.710.913,80
Despesas de Capital (XI)	3.315.398,04	354.759,60	2.037.854,32	1.361.647,01
Investimentos	3.158.398,04	321.790,77	1.917.863,75	1.225.365,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	157.000,00	32.968,83	119.990,57	136.281,55
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.158.398,04	321.790,77	1.917.863,75	1.225.365,46
Reserva de Conting. (XVI)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	17.149.828,43	2.552.111,83	12.916.372,85	10.936.279,26
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.510.248,43	111.874,31	480.787,99	-2.886,63
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			455.608,97	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

324.580,00



+=[ CPL ]=-----{ 002 }+	
	Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Demonstrativo do Resultado Primario
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL	TÉC. EM CONTABILIDADE
GISA APARECIDA GIACOMIN	DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS										
	0,00	176.079,65	10.630,00	165.306,44	143,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	1.924,82	0,00	1.924,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS										
	0,00	42.245,93	0,00	42.155,93	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	220.250,40	10.630,00	209.387,19	233,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2009				de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
 GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	933.200,00	933.200,00	183.156,60	1.305.213,88	139,86
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	289.000,00	289.000,00	12.675,59	518.241,85	179,32
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	262.000,00	262.000,00	6.142,25	461.640,39	176,20
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propri.Terri	9.000,00	9.000,00	890,26	2.800,12	31,11
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propri.Territ.U	18.000,00	18.000,00	5.643,08	53.801,34	298,90
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	47.500,00	47.500,00	37.262,00	140.830,55	296,49
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	47.500,00	47.500,00	37.262,00	140.830,55	296,49
1.3 - Receita Resultante do - ISS	531.700,00	531.700,00	119.134,28	519.628,29	97,73
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	512.500,00	512.500,00	117.369,04	498.269,47	97,22
1.3.2- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	1.200,00	1.200,00	290,66	2.276,99	189,75
1.3.3- Receita Divida Ativa Imp. s/ Serviços Qua	18.000,00	18.000,00	1.474,58	19.081,83	106,01
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	65.000,00	65.000,00	14.084,73	126.513,19	194,64
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	60.000,00	60.000,00	14.084,73	126.513,19	210,86
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.924.900,00	9.924.900,00	1.818.795,67	8.779.147,57	88,46
2.1 - Cota Parte do FPM	4.120.000,00	4.120.000,00	577.799,59	3.118.025,10	75,68
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.120.000,00	4.120.000,00	577.799,59	3.118.025,10	75,68
2.2- Cota-Parte do ICMS	5.050.000,00	5.050.000,00	1.081.069,00	4.897.410,03	96,98
2.3- Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	39.600,00	39.600,00	6.421,24	32.106,20	81,08
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	142.600,00	142.600,00	22.387,66	102.202,90	71,67
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	6.700,00	6.700,00	8.132,68	8.663,80	129,31
2.6- Cota-Parte do IPVA	566.000,00	566.000,00	122.985,50	620.739,54	109,67
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>10.858.100,00</b>	<b>10.858.100,00</b>	<b>2.001.952,27</b>	<b>10.084.361,45</b>	<b>92,87</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	475.000,00	475.000,00	54.635,80	244.237,83	51,42
5.1- Transferência do Salário-Educação	192.800,00	192.800,00	33.360,08	171.029,81	88,71
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	51.000,00	51.000,00	10.782,00	36.462,00	71,49
5.2- Transf Diretas FNDE referente PNATE	231.200,00	231.200,00	10.493,72	36.746,02	15,89
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>475.000,00</b>	<b>475.000,00</b>	<b>54.635,80</b>	<b>244.237,83</b>	<b>51,42</b>

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.984.980,00	1.984.980,00	363.758,70	1.755.327,36	88,43
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	824.000,00	824.000,00	115.559,86	623.104,64	75,62
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.010.000,00	1.010.000,00	216.213,64	979.481,19	96,98
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	7.920,00	7.920,00	1.284,24	6.421,20	81,08
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	28.520,00	28.520,00	4.477,53	20.440,58	71,67
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	1.340,00	1.340,00	1.626,49	1.732,68	129,30
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	113.200,00	113.200,00	24.596,94	124.147,07	109,67
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.019.000,00	2.019.000,00	396.251,84	1.861.503,58	92,20
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	1.990.000,00	1.990.000,00	391.688,38	1.840.851,48	92,51
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	29.000,00	29.000,00	4.563,46	20.652,10	71,21
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	5.020,00	5.020,00	27.929,68	85.524,12	1703,67

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d) x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.710.000,00	2.724.600,00	306.533,69	1.448.462,04	53,16
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.710.000,00	2.724.600,00	306.533,69	1.448.462,04	53,16
14.0 - OUTRAS DESPESAS	294.500,00	344.500,00	43.491,89	186.139,65	54,03
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	294.500,00	344.500,00	43.491,89	186.139,65	54,03
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	2.004.500,00	3.069.100,00	350.025,58	1.634.601,69	53,26

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>0,00</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100</b>	<b>% 77,81</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009</b>	<b>0,00</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.714.525,00	2.714.525,00	500.488,07	2.521.090,36	92,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d) x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.000.450,00	4.348.384,00	501.465,65	2.516.054,38	57,86
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.004.500,00	3.069.100,00	350.025,58	1.634.601,69	53,26
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	995.950,00	1.279.284,00	151.440,07	881.452,69	68,90
25.0 - ENSINO MEDIO	10.000,00	20.000,00	2.408,00	9.141,95	45,71





[ www.cplinformatica.com.br ]

003

CONSOLIDADO

Município de CATANDUVAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	60.000,00	160.000,00	21.326,79	75.515,01	47,20
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE (23+24+25+26+27+28)</b>	<b>3.070.450,00</b>	<b>4.528.384,00</b>	<b>525.200,44</b>	<b>2.600.711,34</b>	<b>57,43</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	85.524,12
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	20.652,10
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	64.872,02
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	2.516.054,38

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 24,95

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f) = (e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	194.000,00	388.000,00	46.612,58	182.695,27	47,09
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	596.975,00	1.811.490,07	55.643,99	176.509,26	9,74
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS (40+41+42+43)	790.975,00	2.199.490,07	102.256,57	359.204,53	16,33
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.861.425,00	6.727.874,07	627.457,01	2.959.915,87	43,99

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2009 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

	VALOR	
	FUNDEB (b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	0,00	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-20.652,10	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	20.652,10	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	20.652,10	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



+=[ CPL ]=-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	3.315.398,04	354.759,60	2.037.854,32	1.277.543,72
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.315.398,04	354.759,60	2.037.854,32	1.277.543,72
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-3.315.398,04	-354.759,60	-2.037.854,32	-1.277.543,72
---------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITA MUNICIPAL  
 GISA APARECIDA GIACOMIN

\_\_\_\_\_  
 TÉC. EM CONTABILIDADE  
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                          |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO          |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	30.000,00	77.000,00	-47.000,00
Alienação de Veiculos	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos	20.000,00	16.000,00	4.000,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos	5.000,00	61.000,00	-56.000,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	0,00	0,00
Total	30.000,00	77.000,00	-47.000,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	120.978,14	118.978,14	2.000,00
Despesas de Capital	120.978,14	118.978,14	2.000,00
Investimentos	120.978,14	118.978,14	2.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	120.978,14	118.978,14	2.000,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	42.970,35	-41.978,14	992,21

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO          |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	10.901.500,00	10.901.500,00	9.944.449,61	91,22
Impostos	976.600,00	976.600,00	1.323.576,91	135,53
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	262.000,00	262.000,00	460.274,36	175,68
Imp.S/a Renda e Prov.Qualquer Natureza e Adic.	65.000,00	65.000,00	120.249,59	185,00
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros Rendime	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	47.500,00	47.500,00	133.380,55	280,80
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	512.500,00	512.500,00	496.347,30	96,85
Multas e Juros de Mora dos Tributos	19.200,00	19.200,00	3.009,19	15,67
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	600,00	600,00	296,66	49,44
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Tribut	3.600,00	3.600,00	9.576,45	266,01
Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat	1.200,00	1.200,00	2.276,99	189,75
Receita da Dívida Ativa Tributária	42.000,00	42.000,00	79.083,99	188,30
Receita Dívida Ativa Imp. s/ Serviços Qualq.Nat.	18.000,00	18.000,00	19.081,83	106,01
Receitas de transf. constitucionais e Legais	9.924.900,00	9.924.900,00	8.620.872,70	86,86
da União	4.126.700,00	4.126.700,00	3.034.471,09	73,53
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.120.000,00	4.120.000,00	3.025.957,93	73,45
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	6.700,00	6.700,00	8.513,16	127,06
do Estado	5.798.200,00	5.798.200,00	5.586.401,61	96,35
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	39.600,00	39.600,00	28.895,58	72,97
Cota-Parte do ICMS	5.050.000,00	5.050.000,00	4.853.220,69	96,10
Cota-Parte do IPVA	566.000,00	566.000,00	603.481,10	106,62
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	142.600,00	142.600,00	100.804,24	70,69
(-)Dedução para o Fundef	-1.984.980,00	-1.984.980,00	-1.723.672,43	86,84
Total de Receita de Impostos	8.916.520,00	8.916.520,00	8.220.777,18	92,20

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.870.455,00	3.910.721,22	3.041.770,55	77,78
Pessoal e Encargos Sociais	2.172.300,00	2.509.597,00	1.963.496,22	78,24
Outras Despesas Correntes	698.155,00	1.401.124,22	1.078.274,33	76,96
Despesas de Capital	167.150,00	420.799,94	376.293,79	89,42
Investimentos	167.150,00	420.799,94	376.293,79	89,42
Total	3.037.605,00	4.331.521,16	3.418.064,34	78,91

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	3.418.064,34	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	616.500,00	616.500,00	996.289,27	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	616.500,00	616.500,00	996.289,27	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	2.421.775,07	0,00

```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO          |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2009(e)	Aplic.Apurada em 2009(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010(g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	20,88	-42.245,93	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	24,35
---	-------

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	3.013.305,00	4.307.071,16	3.402.083,62	99,53
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	7.200,00	4.851,31	0,14
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.100,00	17.250,00	11.129,41	0,33
Total	3.037.605,00	4.331.521,16	3.418.064,34	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	616.500,00	616.500,00	996.289,27	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	616.500,00	616.500,00	996.289,27	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	3.037.605,00	4.331.521,16	2.421.775,07	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de CATANDUVAS

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	14.700.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	14.700.000,00
Receitas Realizadas	2.671.292,20	13.516.544,78
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	455.608,97
Déficit Orçamentário	0,00	2.746.828,43

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	14.700.000,00
Dotação Atualizada	0,00	17.446.828,43
Despesas Empenhadas	2.523.244,59	13.235.801,79
Despesas Liquidadas	2.614.662,45	13.116.499,82
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.523.244,59	13.235.801,79
Despesas Liquidadas	2.614.662,45	13.116.499,82

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	15.773.364,25

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-250.000,00	-954.280,04	381,7120
Resultado Primario	324.580,00	480.787,99	148,1262

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	220.250,40	10.630,00	209.387,19	233,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE	409.052,70	<25%/18%>	24,9501
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.	292.586,82	60%	77,8114
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.037.854,32	1.277.543,72

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	77.000,00	-47.000,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	42.978,14	78.000,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	2.421.775,07	15,00	24,35

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL  
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE  
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



## CÂMARA DE VEREADORES

```

+[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|      Município de CATANDUVAS
|      Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|      Balanço Orçamentário
|      Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|      JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
|
+-----+
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

```

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				%	SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	(c/a)		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)			(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000		0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000		0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000		0,00
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000		0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000		0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000		0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000		0,00
DÉFICIT (VI)					455.836,13			
TOTAL (VII)=(V+VI)	0,00	0,00	0,00		0,00			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-		-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-		-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-		-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-		-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO		%	Saldo a
DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício		/ ( )		
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)		(f- (g+h))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	720.000,00	0,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	0,00	63,31	264.163,87	
DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	597.000,00	88.395,69	457.430,13	86.541,69	455.576,13	0,00	76,31	141.423,87	
Pessoal e Encargos Sociais	390.000,00	0,00	390.000,00	63.332,82	309.254,56	63.332,82	309.254,56	0,00	79,30	80.745,44	
Juros/Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas Correntes	207.000,00	0,00	207.000,00	25.062,87	148.175,57	23.208,87	146.321,57	0,00	70,69	60.678,43	
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	260,00	0,00	260,00	0,00	0,21	122.740,00	
Investimentos	123.000,00	0,00	123.000,00	0,00	260,00	0,00	260,00	0,00	0,21	122.740,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	720.000,00	0,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	0,00	63,31	264.163,87	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	720.000,00	0,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	0,00	63,31	264.163,87	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	720.000,00	0,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	0,00	63,31	264.163,87	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

										INSCRITAS EM			
										RESTOS A PAGAR			
										NÃO		%	
										PROCESSADOS		(g+h)	
										(h)		/f	
										(g)		(f-(g+h))	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLITEC. CRC/SC 22.439/0-0  
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|               Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
|
+-----+

```

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	100,00	63,31	264.163,87
01	LEGISLATIVA	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	100,00	63,31	264.163,87
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	100,00	63,31	264.163,87
	Subtotal	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	100,00	63,31	264.163,87
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	720.000,00	720.000,00	88.395,69	457.690,13	86.541,69	455.836,13	100,00	63,31	264.163,87

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE DA CAMARA  
 ODAIR JOSE GABRIELLI

\_\_\_\_\_  
 TEC. CRC/SC 22.439/0-0  
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 | Município de CATANDUVAS |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	103.078,38	35.624,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	103.078,38	35.624,23
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	0,00	-103.078,38	-35.624,23
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	0,00	-103.078,38	-35.624,23

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	67.454,15	-35.624,23

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA  
 ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0  
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                Município de CATANDUVAS
|                Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|                Demonstrativo do Resultado Primario
|                Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|                JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
|
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	597.000,00	86.541,69	455.576,13	476.749,52
Pessoal e Encargos Sociais	390.000,00	63.332,82	309.254,56	295.448,78
Outras Despesas Correntes	207.000,00	23.208,87	146.321,57	181.300,74
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	597.000,00	86.541,69	455.576,13	476.749,52
Despesas de Capital (XI)	123.000,00	0,00	260,00	3.315,00
Investimentos	123.000,00	0,00	260,00	3.315,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	123.000,00	0,00	260,00	3.315,00
Reserva de Conting. (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	720.000,00	86.541,69	455.836,13	480.064,52
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-720.000,00	-86.541,69	-455.836,13	-480.064,52
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			0,00	

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0  
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
|
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	123.000,00	0,00	260,00	122.740,00
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	123.000,00	0,00	260,00	122.740,00
--------------------------------	------------	------	--------	------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-123.000,00	0,00	-260,00	-122.740,00
---------------------	-------------	------	---------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0  
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de CATANDUVAS

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	0,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	0,00
Receitas Realizadas	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit Orçamentário	0,00	720.000,00

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	720.000,00
Dotação Atualizada	0,00	720.000,00
Despesas Empenhadas	88.395,69	457.690,13
Despesas Liquidadas	86.541,69	455.836,13
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	88.395,69	457.690,13
Despesas Liquidadas	86.541,69	455.836,13

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	0,00

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	0,00	-35.624,23	0,0000
Resultado Primario	0,00	-455.836,13	0,0000

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	0
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	0
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	260,00	122.740,00

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	0,00	15,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0  
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI





# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato de Contrato nº 081/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 081/2010 - PM

Número do contrato: 081/2010  
Vigência: 18/11/2010 à 31/12/2010  
Prazo de Execução: 90 dias após a emissão da Ordem de Serviço.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado  
Processo Licitatório nº 072/2010 - PM  
Contratado/Credenciado: BLOCO E PEIVER COMERCIO E CONSTRUTORA LTDA ME.  
Valor: R\$ 241.064,43 (duzentos e quarenta e um mil sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos).  
Objeto: O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA 6 DE AGOSTO (696,36 M²) DA ESTACA OPP A ESTACA 3 + 16,612 MM, E DA RUA ALLAN REGIS INACIO (2.690,86 M²) DA ESTACA OPP A ESTACA 8 + 0,86 M, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTIDADES E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIROS.  
DATA DA ASSINATURA: 18 de novembro de 2010.

ABEL DA SILVA  
Prefeito Municipal em exercício

# Concórdia

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Complementar Nº 571, de 12 de Novembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
LEI COMPLEMENTAR Nº 571, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.  
Autoriza o Município executar ações complementares ao programa Minha Casa Minha Vida.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a executar ações complementares ao Programa Minha Casa Minha Vida, de que trata a Lei Complementar Municipal nº 538, de 21 de setembro de 2009, entre as quais:

I - realizar serviços de abertura das vias públicas no Loteamento Frei Lency II;

II - realizar serviços de terraplenagem nos locais onde serão edificadas as unidades habitacionais nos Loteamentos Frei Lency I e II e Nova Brasília;

III - conceder isenção:

a) das taxas de licença para aprovação de projetos e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidentes sobre

as obras;

b) do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI Inter Vivos e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, este último pelo prazo de 2 (dois) anos da publicação desta Lei;

IV - conceder, em contrapartida, desconto de parte do valor necessário para aquisição dos imóveis, a fim de que se enquadrem no teto máximo do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, para mutuários com renda de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos.

Parágrafo único. A contrapartida de que trata o inciso IV deste artigo, será realizada por meio de desconto da diferença entre o valor da avaliação administrativa do imóvel e o valor proposto de venda, para viabilizar o enquadramento no PMCMV, conforme Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data da contratação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

MAURO KICHEL  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### ANEXO ÚNICO

LOTEAMENTO NOVA BRASÍLIA I - Matrícula nº 16.647 - Quadra "A"

Lote nº	Área - m2	Valor da avaliação administrativa - R\$	Valor proposto de venda para enquadramento no PMCMV- R\$	Valor do desconto - R\$
13	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
14	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
15	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
16	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
17	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
18	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
19	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
20	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
21	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
22	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
23	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
24	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
25	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
26	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
27	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
28	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
29	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00

30	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
31	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
32	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
33	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
34	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
35	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
36	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
37	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
38	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
39	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
40	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00
41	200,00	9.400,00	6.500,00	2.900,00

**LOTEAMENTO FREI LENCY - Matrícula nº 11.526 - Quadra "J"**

Lote nº	Área - m2	Valor da avaliação administrativa - R\$	Valor proposto de venda para enquadramento no PMCMV- R\$	Valor do desconto - R\$
1	238,07	8.330,00	6.500,00	1.830,00
2	238,07	8.330,00	6.500,00	1.830,00
3	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
4	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
5	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
6	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
7	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
8	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
9	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
10	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
11	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
12	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
14	240,00	8.400,00	6.500,00	1.900,00
16	253,96	8.890,00	6.500,00	2.390,00

**Decreto Nº 5.547, de 3 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.547, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.145, de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	18	FUNDO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR		
Unidade Orçamentária	18.01	Fundo Municipal de Assistência ao Servidor
Projeto/Atividade	04.302.0068.2352	Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	O u t r a s
Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0020	Recursos Ordinários
R\$	100.000,00	

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 941/2010, de 4 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 941/2010, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora IEDA MARIA SCHUMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora IEDA MARIA SCHUMANN, ocupante do cargo de Enfermeira, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DIRLEI TERESINHA MAGNANI

Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 942/2010, de 4 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 942/2010, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia, ao servidor VANDERLEI MAURO MENEGHINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002 e alteração.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida ao servidor VANDERLEI MAURO MENEGHINI, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefe do Setor de Transportes de Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, com dedicação exclusiva, no período de 3 de novembro a 2 de dezembro de 2010, em face do afastamento do titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

DIRLEI TERESINHA MAGNANI  
Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 943/2010, de 4 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 943/2010, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA HELENA EVERLING.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora MARIA HELENA EVERLING, ocupante do cargo de Especialista em Educação, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 944/2010, de 4 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 944/2010, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LUCIANE TEREZINHA BORELLA MARQUES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora LUCIANE TEREZINHA BORELLA MARQUES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de agosto de 2005 a 9 de agosto de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 945/2010, de 4 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 945/2010, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o desligamento da servidora ROSELI APARECIDA LIMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desligada, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2010, a servidora ROSELI APARECIDA LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, função: Zelador, nível GSO1, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 946/2010, de 8 de Novembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 946/2010, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010.  
Extingue vínculo institucional.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, VII, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo institucional existente, tendo em vista o falecimento da servidora MARIZETE FATIMA MASSON PEGORARO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, função: Zelador, regime estatutário, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 4 de novembro de 2010.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 8 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 947/2010, de 9 de Novembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 947/2010, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.  
Altera dispositivos do Decreto nº 753/2010, de 10 de agosto de 2010, que designa Pregoeiros e Equipe de Apoio.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.028, de 13 de setembro de 2005.

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 753/2010, de 10 de agosto de 2010, que designa Pregoeiros e Equipe de Apoio, terá dispositivos alterados na forma deste Decreto.

Art. 2º Fica acrescido inciso VI ao art. 1º, com a seguinte redação:

“Art. 1º ( )

VI - LEONICE PARIZOTTO CAMARGO.” (NR)

Art. 3º O art. 2º terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o inciso V passa a vigorar com a seguinte redação:

“V - SILVANA ZABLOCKI SALVADORI;” (NR)

II - fica revogado o inciso VI.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2010.

**Decreto Nº 948/2010, de 9 de Novembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 948/2010, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dá nova redação à alínea “e” do inciso V do art. 1º do Decreto nº 752/2010, de 10 de agosto de 2010, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “e” do inciso V do art. 1º do Decreto nº 752/2010, de 10 de agosto de 2010, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ( )

e) SILVANA ZABLOCKI SALVADORI;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 949/2010, de 9 de Novembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 949/2010, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

Designa a servidora HAIDE GOSSENHEIMER para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei



Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora HAIDE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos, no período de 9 a 21 de novembro de 2010, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 950/2010, de 9 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 950/2010, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

Designa a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário, no período de 17 a 24 de novembro de 2010, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI, pelo art. 2º do Decreto nº 754/2010, de 10 de agosto de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 951/2010, de 9 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 951/2010, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora IVO-NE RODRIGUES DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de outubro de 2005 a 15 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL  
Secretário Municipal de Desenvolvimento  
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de novembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Portaria Nº 178/2010, de 9 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 178/2010, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde na CI nº 586/2010, de 5 de novembro de 2010.

**R E S O L V E :**

Art. 1º Convocar o servidor GENILSON CANESSO, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 3 a 16 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 12/2010 FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2010 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição, durante o exercício de 2011, de utensílios domésticos e gêneros alimentícios, com recursos oriundos dos convênios FMAS/FNAS/FEAS.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 08/12/2010. Início da Sessão: dia 08/12/2010, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**Pregão Eletrônico nº 23/2010 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 23/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo gráfico para confecção de materiais impressos.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 09/12/2010

Início da Sessão: dia 09/12/2010, às 08:30, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aplicação de Sanções - Pregão Presencial Nº 106/2010 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 236/2010 PMC

Edital de Pregão Presencial nº 106/2010

Contrato nº 305/2010

Detentora: TRANSPORTES PROVIM LTDA - ME

APLICA-SE à empresa TRANSPORTES PROVIM LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.143.791/0001-58, com sede na Rua Nelson Arend, 317, Bairro da Gruta, Concórdia, SC, CEP 89700-000, representada pelo Sr. Gilberto Rauber, portador do CPF nº 016.790.479-57, pelo inadimplemento contratual, as sanções de:

- multa de 20% (vinte por cento), totalizando o valor de R\$ 429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), sobre o descumprimento de cláusula contratual;

- declarar a empresa impedida de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal e Municipal, além de descredenciá-la do SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município de Concórdia, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar desta data.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos das alíneas "e" e "f", do Inciso "I", do Art. 109, da Lei nº. 8.666/93, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 16 de novembro de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Comunicação Indeferimento de Recurso Pregão Presencial Nº 13/2010 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2010 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa para ministrar curso aos cuidadores de idosos, do Centro de Referência de Assistência Social, com recursos oriundos da reprogramação do convênio PAIF/FNAS

**COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, bem como a Lei 10.520/2002, a Pregoeira torna público que na data de 16/11/2010 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante CONSAIARTE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 03/11/2010, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Concórdia, SC, 16 de novembro de 2010.

INÊS SALETE KLEIN

Pregoeira

**Edital de Concurso Público Nº 5/2010, de 16 de Novembro de 2010**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 5/2010, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.670/0001-96, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01 e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON, inscrito no CNPJ sob nº 03.383.321/0001-00,

**TORNAM PÚBLICA**

A homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 16 dias do mês de novembro de 2010.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**Editais de Convocação Nº 4/2010, de 8 de Novembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4/2010, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010.

Convoca Audiência Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 40, § 4º, I, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar Audiência Pública Municipal, com a finalidade de debater a revisão e atualização do Plano Diretor Físico-Territorial Urbano - PDFTU da cidade de Concórdia.

Art. 2º A Audiência Pública de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 23 de novembro de 2010, a partir das 19 horas, no Auditório do Centro de Eventos Concórdia, situado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Concórdia, SC.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

**Editais de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMA SIGDBFG/BOLSAFAMÍLIA**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMA SIGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, no valor de R\$ 4.151,40 (quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos), referente repasse do Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 17 de novembro de 2010.

MAURO KICHEL

Secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

**Editais de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMA SPBFI/PAIF/CRAS**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMA SPBFI/PAIF/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 17 de novembro de 2010.

MAURO KICHEL

Secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

**Extrato do Termo de Compromisso de DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 2/2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 2/2010

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 2/2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e a empresa CLEUDEMIR ROGÉRIO ALBIERO - ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.720.558/0001-68, doravante denominada PROPRIETÁRIA, representada pelo seu Sócio-Proprietário, senhor CLEUDEMIR ROGÉRIO ALBIERO, inscrito no CPF sob nº 753.659.959-53.

OBJETO: Aquisição da área de terras de 691,78m², necessária para permuta com área de Reserva Legal, local onde será edificado um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

VALOR: R\$ 40.000,00, que será pago pelo Município após assinatura da escritura de compra e venda.

DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2010.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 118/2010**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 118/2010

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante MARIANA MARTINS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 090.147.699-46, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: A estagiária receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 502,46 (quinhentos e dois reais com quarenta e seis centavos).

PRAZO: 17.11.2010 a 31.12.2010.

**Cordilheira Alta****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 929/2010**

LEI Nº 929/2010

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000 - 92

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 190.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados os seguintes recursos orçamentários:

Projeto/Atividade nº. 12.361.2506.2.023 - Manutenção do

Transporte Escolar do Ensino Fundamental e Infantil  
Modalidade de Aplicação: 339000 - 93  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade nº. 12.364.2506.2.016 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Superior  
Modalidade de Aplicação: 339000 - 6  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade nº. 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infra Estrutura  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 80  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade nº. 26.782.2511.1.006 - Pavimentação de Vias Públicas  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 36  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 70.000,00

Projeto/Atividade nº. 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social  
Modalidade de Aplicação: 339000 - 64  
Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de novembro de 2010.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto Nº102/2010**

DECRETO N.º 102/2010

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência e tendo em vista o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal e o art. 19 da Lei Complementar 018/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º A garantia constitucional da estabilidade será adquirida pelo servidor após aprovação em estágio probatório, de três anos, período no qual ficará sujeito a avaliação especial de desempenho.

Art. 2º A avaliação especial de desempenho será feita por uma comissão designada pelo Prefeito Municipal, mediante atribuição de pontos de 01 a 10 (um a dez) e em conformidade com o Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º Durante o estágio probatório o servidor exercerá as atribuições do cargo e cumprirá fielmente os deveres a que estiver sujeito, sendo o seu desempenho avaliado nos aspectos constantes no Estatuto do Servidor Art.19 e no Anexo I.

Parágrafo único. O servidor que esteve subordinado a mais de uma chefia, no período da avaliação, será avaliado pela qual tenha estado subordinado por maior período de tempo.

Art. 4º Para os fins deste Decreto, a Comissão de Avaliação deverá preencher, semestralmente, o Resultado da Avaliação de Desempenho Semestral, na forma do Anexo II deste Decreto, indicando o número de fatores avaliados, o número de pontos possíveis, soma de pontos obtidos, a nota e parecer da avaliação.

§ 1º O Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, Anexo I e o Resultado da Avaliação de Desempenho Semestral, Anexo II, deverão ser encaminhados, devidamente preenchidos e assinados, ao Setor de Pessoal, até o quinto dia útil posterior ao término do período.

§ 2º Caso o servidor não concorde com o resultado de sua avaliação, deverá anexar ao Formulário de Avaliação, dentro de 05 (cinco) dias úteis, recurso fundamentando os motivos de sua discordância, encaminhando-o à comissão de Avaliação para análise.

§ 3º O responsável pelo órgão de Setor de Pessoal, de posse dos documentos a que se refere os §§ 1º e 2º, emitirá parecer sobre àquela avaliação e os manterá em arquivo para a realização da consolidação do resultado final da avaliação de desempenho, prevista no Anexo III, deste Decreto.

Art. 5º O servidor que não obtiver nota igual ou superior a 07 (sete), atribuída em cada avaliação, ficará sujeito a acompanhamento pela chefia imediata, auxiliada pela Comissão de Avaliação e pelo Órgão de Pessoal, visando sua adequação funcional.

Art. 6º Quinze dias antes de findo o período do estágio probatório, a Comissão de Avaliação, de posse de todas as avaliações semestrais do servidor, preencherá a Planilha de Avaliação de Desempenho Resultado Final, Anexo III, deste Decreto, elaborará um relatório final, indicando o(s) nome(s) do(s) servidor(es) avaliados, as notas semestrais e a nota final, seguido do termo "APROVADO" ou "REPROVADO", encaminhando todo o processo ao Órgão de Pessoal.

Art. 7º Será reprovado e exonerado, o servidor que após duas avaliações desfavoráveis, consecutivas ou não, não obtiver média igual ou superior a 07 (sete) pontos.  
Parágrafo único. O servidor reprovado será exonerado, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 8º O responsável pelo Órgão de Pessoal, de posse dos Anexos I, II, III e do relatório final da Comissão de Avaliação, redigirá os atos necessários e os encaminhará ao Prefeito Municipal para assinatura e publicação.

Art. 9º As disposições deste Decreto aplicam-se aos servidores que se encontrarem em estágio probatório na data de sua publicação, independentemente do mês de cumprimento.  
Par. Único. O servidor em estágio probatório, a mais de 6 (seis) meses, que ainda não foi avaliado nenhuma vez, deverá passar pela primeira avaliação dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar da vigência deste Decreto.

Art. 10. Os casos omissos a este Decreto serão resolvidos pela Comissão de Avaliação.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 16 de novembro de 2010.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário de administração, Fazenda e Planejamento

**ANEXO I - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO****INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO:**

1. O método de Avaliação de Desempenho utilizado é o de escala gráfica, com a utilização de pontos, cujo formulário é composto por Fatores e Graus de Avaliação;
2. Este modelo de Avaliação de Desempenho é utilizado para fins de Estágio Probatório;
3. Este questionário contém na vertical, 16 (dezesesseis) Fatores de Avaliação e na horizontal 4 (quatro) Graus, distribuídos por pontos que variam de 1 (um) a 10 (dez);
4. O número máximo de pontos possíveis a serem atingidos na avaliação é de 160 (cento e sessenta) pontos;
5. O avaliador deverá proceder sua avaliação por Fator, seqüencialmente, observando em qual dos graus mais se enquadra o desempenho do avaliado, atribuindo-lhe um número e transcrevendo-o para a coluna de pontos correspondente;
6. Os pontos atribuídos para cada Fator de Avaliação deverão ser somados e o resultado encontrado, transcrito na linha correspondente ao total de Pontos;
7. Para fins de Estágio Probatório o avaliado deverá atingir, no mínimo, 70% (setenta) dos pontos possíveis;
8. Os Fatores de Avaliação onde não for possível a avaliação, serão desconsiderados para fins de aplicação do item 7.

**NOME DO SERVIDOR:****DATA DE NOMEAÇÃO:****CARGO:****LOTAÇÃO:****DATA DA AVALIAÇÃO:****N.º DA AVALIAÇÃO:** ( )1ª ( )2ª ( )3ª ( )4ª ( )5ª ( )6ª

FATORES DE AVALIAÇÃO	G R A U S				PONTOS
	1 - 2 - 3	4 - 5 - 6	7 - 8 - 9	10	
1.ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE Considere a frequência, pontualidade, permanência no local de trabalho e saídas antecipadas	Constantemente falta ao trabalho, chega atrasado e sai do local de trabalho sem autorização e justificativa	Sempre justifica as eventuais faltas ou Atrasos	Pede autorização antecipadamente Quando precisa faltar ou ausentar-se do trabalho	É assíduo, pontual e cumpridor do horário de trabalho	
2.CUMPRIMENTO DAS HORAS ATIVIDADES Analisa se o servidor prepara suas aulas dentro do projeto político Pedagógico, no estabelecimento de ensino.	Raramente cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	As vezes cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	Quase sempre cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	Sempre cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	
3.PARTICIPAÇÃO EXTRA-CLASSE Analisa se o servidor tem interesse em participar e colaborar com eventos que visem a integração dos mesmos.	Eventualmente participa das atividades extra-classe programadas pela Secretaria Municipal de Educação.	As vezes participa das atividades extra-classe programadas pela Secretaria Municipal de Educação.	Quase sempre participa e atende convocações quando chamada a participar das atividades extra-classe.	Sempre atende a convocação e toma iniciativa para as atividades extra-classe.	
4.PRODUTIVIDADE Avalie o volume e quantidade de trabalho executado	Produção inadequada, sempre abaixo das exigências. Muito	Produção apenas aceitável. Satisfaz as exigências	Sempre mantém uma boa produção. As vezes ultrapassa as exigências	Ultrapassa sempre as exigências. Muito rápido.	



normalmente	lento.				
5.RESPONSABILIDADE Avalie a maneira como o Servidor se dedica ao trabalho, se cumpre os prazos, ordens, determinações, Lei e regulamentos. Considere quanta fiscalização é necessária para conseguir os resultados desejados	Não se pode confiar nem mesmo depender de seus serviços. Necessita de constante fiscalização	É confiável, dependendo de vigilância normal	Dedica-se ao trabalho, merece confiança e raramente necessita de fiscalização	Assume e cumpre as suas atividades, merece a máxima confiança. Não é preciso fiscalização	
6.DISCIPLINA Avalia se o servidor cumpre ou não as determinações superiores.	É Indisciplinada não cumpre as determinações dos superiores.	Eventualmente é indisciplinada, descumprindo algumas determinações.	Quase sempre cumpre as determinações superiores.	É disciplinada e cumpre integralmente as determinações dos superiores.	
<b>7.IDONEIDADE MORAL</b> <b>Considera a conduta social e a postura do servidor em relação ao seu comportamento de moral pública</b>	<b>O comportamento Público do servidor compromete a ética e a moral do serviço público</b>	<b>O comportamento do servidor público as vezes compromete a ética e a moral do serviço público.</b>	<b>O comportamento público do servidor raramente compromete a ética e a moral do serviço público.</b>	<b>O comportamento público do servidor , além de não comprometer a ética e a moral do serviço 'público perante a comunidade, é referenciado como exemplo</b>	
8.DEDICAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO Avalia o empenho, a ordem e o esmero do servidor	Demonstra desleixo e falta de cuidado, baixa qualidade e eficiência	Geralmente satisfaz. Precisa de acompanhamento	É dedicado e o trabalho é desenvolvido com eficiência e qualidade	É extremamente dedicado e eficiente.	
9.COOPERAÇÃO Avalia a vontade de	Só colabora quando muito necessário.	Geralmente cumpre o que lhe é confiado.	Gosta de colaborar e a ajudar os colegas em	Possui excelente espírito de	



cooperar e a atitude em relação e chefia e colegas	Afasta-se da execução de atividades fora da rotina	Coopera somente quando é solicitado	trabalhos de equipe	colaboração, É prestativo e espontâneo e tem prazer em cooperar com a chefia e colegas	
10.CRIATIVIDADE Engenhosidade e capacidade de criar e executar as idéias e projetos próprios ou de outros	Executa apenas as atividades rotineiras. Tem poucas idéias e dificuldades na execução de novos projetos	As vezes apresenta novas idéias e projetos	Freqüentemente apresenta boas idéias e projetos, executando-os	Tem sempre ótimas idéias e capacidade de executar novos projetos	
11.ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO Avaliação da organização, planejamento e limpeza no local de trabalho	É desorganizado, não planeja suas atividades e não se preocupa muito com a limpeza	As vezes organiza e planeja suas atividades. Mantém limpo o local de trabalho	Sempre organiza e planeja seu trabalho, mantendo limpo o local de trabalho	É muito organizado. Suas atividades são planejadas detalhadamente e o local de trabalho sempre está limpo e organizado	
12.QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Avalia se o servidor(a) tem interesse em se aperfeiçoar e de participar em eventos e reuniões	Não demonstra interesse em aperfeiçoar-se nem mesmo de participar de eventos e reuniões que tratam de assuntos de sua área de atuação	As vezes demonstra algum interesse em aperfeiçoar-se e participa de eventos e reuniões quando convocado(a)	Demonstra interesse em qualificar-se e participa de eventos e reuniões que tratam de assuntos de sua área de interesse	Empenha-se em buscar a sua qualificação profissional e procura estar sempre atualizado(a) em relação a sua área de atuação. Participa com prazer de eventos e de reuniões que agregam conhecimentos	
13.QUALIDADE Avalie a exatidão a freqüência de erros, a apresentação, a ordem e o esmero que	Comete erros em demasia e o serviço demonstra desleixo e falta de cuidado	Geralmente satisfaz e o trabalho é feito com cuidado	Seu trabalho é bem feito	Seu trabalho é sempre realizado com capricho e dificilmente comete erros durante a sua execução	

caracterizam o serviço do servidor					
14.CONHECIMENTO DO TRABALHO Avalia o grau de conhecimento e da eficiência do trabalho	Tem pouco conhecimento do trabalho. Precisa de treinamento	Conhece parte do trabalho. Precisa de aperfeiçoamento	Tem o conhecimento necessário do trabalho	Conhece profundamente o trabalho que realiza	
15.BOM SENSO E INICIATIVA Considere o bom senso nas decisões do servidor na ausência de instruções detalhadas ou em situações inesperadas	Quase sempre toma a decisão errada. Convém fornecer-lhe instruções detalhadas	As vezes demonstra bom senso e toma as decisões acertadas	Resolve os problemas que aparecem com facilidade	Pensa rápido e analisa todas as situações. É criterioso e confiável em suas decisões	
16.APRESENTAÇÃO PESSOAL Observe a maneira de vestir-se, de arrumar-se, seu cabelo, barba e outros aspectos da higiene pessoal	As vezes apresenta-se de maneira imprópria. Não se preocupa muito com a aparência pessoal	Normalmente está bem vestido(a). Preocupa-se com a aparência pessoal	Apresenta-se bem vestido(a), usa roupas adequadas e é cuidadoso com a aparência pessoal	Sempre se apresenta bem vestido e arrumado, A apresentação pessoal é impecável.	
TOTAL DE PONTOS.....>					

**ANEXO II - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SEMESTRAL**

1. Número de Fatores avaliados	
2. Número de pontos possíveis dos fatores avaliados	
3. Soma de pontos efetivamente obtidos	
4. Percentual obtido: item 3 dividido pelo item 2, multiplicado por 100	

**PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**


Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura dos membros da Comissão

Servidor Avaliado

**PARECER DO SETOR DE PESSOAL**


Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO III - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO RESULTADO FINAL**

<b>NOME SERVIDOR:</b>	<b>DATA DE NOMEAÇÃO:</b>
<b>CARGO:</b>	<b>LOTAÇÃO:</b>
<b>DATA DE INÍCIO E DO TÉRMINO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO:</b>	

**INSTRUÇÕES**

1. Utilize esta planilha para consolidação das notas semestrais obtidas pelo servidor durante todo o processo de avaliação.
2. A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO deverá enviar esta planilha e as avaliações semestrais Órgão de Pessoal, quinze dias antes de findo o período do estágio probatório.

RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO						
NOTAS OBTIDAS NAS AVALIAÇÕES SEMESTRAIS						MÉDIA GERAL (somatório das 6 (seis) avaliações dividido por 6)
1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	

**Nota: Média Geral inferior a 7 (sete) reprovava o servidor**

DATA: \_\_/\_\_/\_\_ ( ) APROVADO ( ) REPROVADO

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos Membros da Comissão de Avaliação\_\_\_\_\_  
Servidor Avaliado

**Decreto Nº103/2010**

DECRETO No 103/2010

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigo 11 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 10.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

DO: Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.2502.2.002 - 3.3.50.00 - 1.00 - 44 - Aplicações Diretas 10.000,00

Para: Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.2502.2.002 - 3.3.90.00 - 1.0000.0 - 43 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**Portaria Nº374/2010**

PORTARIA N.º 374/2010

"CONCEDE LICENÇA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, À SERVIDORA MUNICIPAL (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 30(trinta) dias de licença, para tratamento de saúde, sendo do dia 16 de novembro até 15 de dezembro de 2010, a Servidora, em caráter temporário, Sra. ANDRÉIA LANZARIN DI DOMÊNICO, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais - 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 16 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento  
Registrada e Publicada em data supra.**Portaria Nº375/2010**

PORTARIA Nº 375/2010

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º, I da Lei Municipal nº 468/2001 e a Lei Municipal nº.858/2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica demitida, por término de contrato, a partir desta data, a Srª. LILIANE MARTELLI, ocupante do cargo de Professora de Artes Visuais - 15 horas semanais - ACT, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra

**Coronel Martins****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº. 177, de 17 de Novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 177, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 08/2003 de 11/07/2003 e Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e tendo em vista a realização de Teste Seletivo, para preenchimento de vagas no Serviço Público Municipal da Administração Diretas não preenchidas através de Concurso Público, RESOLVE:

DESIGNAR:

Art. 1º Os Servidores Alexandre Sachs, Claudete Conte, Carolina de Fátima de Jesus, Ivair Carlos Baldissera e Lorinete Aparecida de Jesus para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão de Teste Seletivo, para preenchimento de vagas de professores, instrutor de violão, Instrutor de Dança, Instrutor de teatro, Assistente Social e Agente de Combate a Endemias.

Parágrafo único - Na ausência do Presidente fica indicado o segundo nome como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do Processo Seletivo.

Art. 3º A Comissão terá a competência de emitir lista dos aprovados, encaminhando ao Chefe do Executivo para homologação,

sempre de acordo com o contido no Edital de Processo Seletivo.

Art. 4º A comissão terá a competência de requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Art. 5º Compete, ainda, à Comissão analisar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no Edital do respectivo Processo Seletivo.

Art. 6º Fica a Comissão encarregada de elaborar a seleção dos candidatos inscritos e a homologação dos candidatos aprovados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 17 de novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº. 178, de 17 de Novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 178, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994 e, em cumprimento à Lei Federal nº 8.666/93, RESOLVE:

NOMEAR:

Art. 1º Os Servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Licitação, Abertura, Análise e Julgamento das modalidades de Convite, Dispensa, Inexigibilidade, Tomada de Preço, Concorrência e Concurso, para o Exercício de 2010, sob a presidência do primeiro:

- Jair Coelho - Assessor de Orçamento Planej. e Finanças (Presidente)
- Carolina de Fátima de Jesus - Auxiliar Administrativo (Secretário);
- Marinilse de Freitas - Auxiliar administrativo (Membro);

Parágrafo Único - Nos casos de ausência da presidência, assumirá os trabalhos dos certames o Secretário e automaticamente substituirá este o terceiro membro, sendo que subirá para compor a Comissão, pela respectiva ordem, um dos seguintes membros suplentes:

- Lucas Cuchi - Chefe de Gabinete;
- Belonir dos Santos - Técnico em Agropecuária.

Art. 2º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 001, de 04 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 17 de novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### **Portaria Nº. 112, de 11 de Novembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 112, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 12/11/2010 à 11/12/2010

Nome	Cargo	Referência
Elvir Perrusso	Auxiliar de Serviços Gerais	24/10/2009 à 23/10/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### **Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 022/2010 de Contrato de 05 de Novembro de 2010**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 022/2010 DE CONTRATO DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

MÊS/ANO: JULHO/2010. NÚMERO CONTRATO: 088/2010  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/07/2010

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 088, de 05 de julho de 2010

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Terceira do Contrato nº. 088/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇO

O objeto do presente contrato deverá ser executado no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da data de assinatura do presente instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Quarta e as demais Cláusulas do referido contrato.



RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693  
TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94  
CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA

## Corupá

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Portaria 1000/10 - Autoriza Contratação Funcional Por Tempo Determinado Como Trabalhador Braçal - Lauro Fossile Neto**

PORTARIA Nº 1000/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TRABALHADOR BRAÇAL O SR. LAURO FOSSILE NETO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. LAURO FOSSILE NETO, a partir de 01 de outubro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Trabalhador Braçal, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 1001/10 - Dispõe Sobre Rescisão de Contrato de Trabalho da Sra Cristiane Tamanini Alcantara do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais**

PORTARIA Nº 1001/10

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. CRISTIANE TAMANINI ALCANTARA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de CRISTIANE TAMANINI ALCANTARA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 750/10 de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 05 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 1002/10 - SUSPENDE FG - 4 de RUBENS GONÇALVES MARTINS**

PORTARIA Nº 1002/10

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 30, em consonância com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 4, ao servidor RUBENS GONÇALVES MARTINS, pela Coordenação de Sistema de Águas Pluviais, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 1004/10 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo Determinado Como Auxiliar de Sala a Sra. Andriele Glowacki**

PORTARIA Nº 1004/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA ANDRIELE GLOWACKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANDRIELE GLOWACKI, a partir de 20 de outubro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição de Sidnéia da Costa, que esta em licença-maternidade, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 1005/10 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo Determinado Como Auxiliar de Serviços Gerais a Sra. Gisele Cristine da Luz**

PORTARIA Nº 1005/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A SRA GISELE CRISTINE DA LUZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. GISELE CRISTINE DA LUZ, a partir de 20 de outubro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Cristiane Tamanini Alcântara, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 1006/10 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo Determinado Como Auxiliar de Serviços Gerais a Sra. Antonia Regina de Farias.**

PORTARIA Nº 1006/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A SRA ANTONIA REGINA DE FARIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANTONIA REGINA DE FARIAS, a partir de 20 de outubro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Gilmara Gonçalves, que solicitou demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 996/10 - Autoriza Contratação Funcional Por tempo Determinado Como Auxiliar de Serviços Gerais a Sra. Laurita Dumke**

PORTARIA Nº 996/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A SRA LAURITA DUMKE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LAURITA DUMKE, a partir de 03 de setembro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão do falecimento do funcionário efetivo Hélio Lourenço da Silva, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de setembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 997/10 - Exon. Silvio Cesar da Silva**

PORTARIA Nº 997/10

EXONERA A PEDIDO O SR. SILVIO CESAR DA SILVA DO CARGO DE TRABALHADOR BRAÇAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, SILVIO CESAR DA SILVA, do cargo de Trabalhador Braçal, admitido pelo Concurso Público 001/08, nomeado através da Portaria nº 415/08 de 15 de abril de 2008.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de setembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de outubro de 2010

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 998/10 - Exo. Gilmara Gonçalves**

PORTARIA Nº 998/10

EXONERA A PEDIDO A SRA. GILMARA GONÇALVES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso

VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, GILMARA GONÇALVES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido pelo Concurso Público 001/08, nomeada através da Portaria nº 195/09 de 16 de março de 2009.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de setembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de outubro de 2010

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Portaria 999/10 - Exo. Aurilene Adriana de Alencar Dias**

PORTARIA Nº 999/10

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. AURILENE ADRIANA DE ALENCAR DIAS, DO CARGO DE PROFESSORA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de AURILENE ADRIANA DE ALENCAR DIAS, do cargo de Professora ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 962/10 de 02 de agosto de 2010.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de setembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 1003 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo Determinado Como Auxiliar de Sala a Sra Elma de Oliveira Silva da Costa**

PORTARIA Nº 1003/10

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA, a partir de 19 de outubro de 2010, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2010, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da substituição das férias de professores que trabalharam no plantão das creches durante o mês de janeiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 080/10**

EXTRATO DO CONTRATO 080/10

Processo de licitação nº 091/10

Modalidade Dispensa nº 024/10

Comprador: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Vendedor: SAMIR JOSÉ SELL brasileiro, solteiro, empresário, portador da C.I. nº 3.379.315-8 e do CPF nº 024.012.939-30, residente e domiciliado sito na Rua Ernesto Poerner - Caminho Pequeno, em Corupá/SC.

Objeto: É objeto da presente Promessa de Compra e Venda o imóvel constituído pelos terrenos:

I - "terreno em formato retangular, situado no lado par da Rua III - Izabel, município de Corupá-SC, desta Comarca, com as seguintes confrontações: fazendo frente com a referida rua com 2,50ms, travessão dos fundos com 2,70ms com terras de aluvião, estremando do lado direito com 25,80ms com terras de José Sell, e do lado esquerdo com 27,20ms com terras de Sirio Linzmeyer, contendo uma área de (66,25m²) sem benfeitorias", matriculado perante o Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o nº 23.585 e avaliado em R\$ 1.500,00;

II - "terreno situado no município de Corupá-SC, desta Comarca, no lado par da Rua 4-Roberto Seidel, distante 6Km do centro de Corupá-SC, com a área de 1.302,05m², edificado com uma casa de madeira com 8x12m, construída em 1930, fazendo frente em 33,50m com a Rua 4-Roberto Seidel, travessão dos fundos em 44,30m com terras de aluvião do Rio Isabel, estrema do lado direito em 27,20m com terras de José Sell e do lado esquerdo em 41,50m com a parcela desmembrada de José Sell", matriculado perante o Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o nº 46.969 e avaliado em R\$ R\$ 45.000,00 (Obs.: Em visita in loco foi constatado que a casa prevista na matrícula foi demolida);

III - "terreno em formato irregular, situado no lado par da Estrada Isabel, perímetro urbano, em Corupá-SC, fazendo frente em 17,50ms com a estrada Isabel, travessão dos fundos em 26,00ms com o Rio Isabel, estremando pelo lado direito com a Estrada Felipe Schmidt em 15,00ms e pelo lado esquerdo com Waldemar Werner em 25,80ms, contendo a área total de 423,00m², edificado com uma casa de morada construída de madeira medindo 8x9ms coberta com telhas de barro tipo francesas", matriculado perante o Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o nº 8.861 e avaliado em R\$ 7.500,00.

Parágrafo único - Os bens imóveis acima transcritos serão utilizados pelo Município de Corupá para a construção de equipamento público, consistente em praça pública.

Valor do Contrato: R\$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais).

Data da Assinatura: 16/11/2010

Data da Vigência: 16/11/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Ermo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº. 074, de 17 de novembro de 2010.

DECRETO Nº. 074, de 17 de novembro de 2010.

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 7º e 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores: CLAUDIOMIRO FERRAZ, CPF Nº. 784.843.329-34, EDÉZIO COSTA, CPF Nº. 580.353.209-63 e AILTO SILVA MORO, CPF Nº. 742.218.929-00, para procederem a avaliação, por preço de mercado, para constituir o preço mínimo de alienação através de Leilão dos bens móveis conforme anexo I deste decreto, por estarem em desuso devido as condições em que se encontram.

Art. 2º Os membros da Comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de novembro de 2010.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças interino

## Forquilha

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 1.595, de 03 de Novembro de 2010.

LEI Nº 1.595, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1481/09, Nº 1482/09 E Nº 1499/09, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 2010/2013, LDO DE 2010, LOA DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.012 - Manutenção da Merenda Escolar, na função Educação; Subfunção Alimentação e Nutrição no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) na modalidade de aplicação 3.3.5.0.1.09 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, na destinação de recursos da Merenda Escolar, não incluído nas leis 1481/09, 1482/09 e 1499/09 que referem-se ao PPA -2010-2013, LDO 2010 e LOA 2010.

Art. 2º O valor da ação que trata o artigo anterior fica por conta da redução do Projeto 2.012 - Manutenção da Merenda Escolar - Secretaria de Educação no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com destinação (0.1.09) - recursos da merenda

escolar, na modalidade de aplicação 3.3.9.0 (54) para o exercício financeiro de 2010.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010 - Lei Municipal nº. 1.482/2009 e Lei Orçamentária Anual para 2010 - Lei Municipal nº. 1.499/2009, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 03 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Administração e Finanças

#### Lei Nº 1.596, de 03 de Novembro de 2010.

LEI Nº 1.596, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 1.730.000,00 (um milhão, setecentos e trinta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 03 - Secretaria de Planejamento  
2.006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
18 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2.008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
24 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00  
27 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2.011 - MANUTENÇÃO CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
49 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
52 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
2.014 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
62 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
65 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 06 - Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Urbano  
1.016 - AQUISIÇÃO, CONST. AMPL. CENTROS COMUN/ CENTROS CONVIV/ MULTIPLO USO  
86 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
2.021 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES  
91 - 3350 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 40.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
1.033 - ABERTURA DE AVENIDAS,PAVIM., MANUT. DRENAGEM ESTRADAS MUNICIPAIS



111 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
1.034 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES	
114 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
2.041 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
120 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Órgão 09 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
2.030 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
166 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde	
1.050 - AQUISIÇÃO ÁREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REEQ. UNIDADE DE SAUDE	
1 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
2.050 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
7 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
2.054 - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
30 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
2.055 - PROGRAMA FARMACIA BÁSICA	
33 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
34 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 1.730.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 02 - Gabinete do Prefeito	
2.002 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO	
3 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.003 - MANUTENÇÃO GABINETE DO VICE PREFEITO	
5 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
2.004 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
9 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Órgão 03 - Secretaria de Planejamento	
1.004 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA RELUZ	
15 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
2.007 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
21 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
22 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação	
1.014 - AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS E OUTROS VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO	
45 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
2.013 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB	
57 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00
59 - 3191 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
60 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
2.015 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
71 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
2.017 - MANUTENÇÃO A BOLSISTAS	
77 - 3350 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	R\$ 70.000,00
78 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano	
2.033 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
104 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

2.037 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
108 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
2.022 - Manutenção da Seção de Esportes	
137 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social	
2.023 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS SOCIAIS	
177 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
178 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
179 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
181 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
182 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
2.029 - IMPLANT. E MANUTENÇÃO CENTRO REFERÊNCIA ESPECIALIZADO ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	
198 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
200 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
201 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
200 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Órgão 14 - Fundo Municipal Direito Criança e Adolescente	
1.039 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	
203 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
2043 - MANUTENÇÃODO FDO MUN. DIREITO CRIANÇA E ADOLESCENTE	
206 - 3350 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	R\$ 150.000,00

Órgão 15 - Encargos Especiais	
2.044 - MANUTENÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS	
211 - 4690 - Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde	
2.051 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMA SAUDE MENTAL - CAPS	
16 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
19 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
21 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.052 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA- PAB	
23 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00

2.058 - PROGRAMA SAÚDE BUCAL	
41 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.059 - PROGRAMA NÚCLEO PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA - CRISS	
43 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
44 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

TOTAL	R\$ 1.730.000,00
-------	------------------

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, SC, 03 de novembro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 03 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 1.597, de 04 de Novembro de 2010.

LEI Nº 1.597, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO

## ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, entidade nacional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; com a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina; bem como, com a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, entidade regional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Forquilha junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

- I - integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;
- II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;
- III - representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;
- IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com as entidades em valores mensais a serem estabelecidos na Assembléia-Geral anual das mesmas.

Parágrafo único. As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembléias Gerais.

Art. 4º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 04 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.598, de 04 de Novembro de 2010.**

LEI Nº 1.598, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

DENOMINA PRAÇA CAPANEMA O LOGRADOURO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Praça Capanema, o logradouro público, localizado a Rua dos Príncipes, atrás do Centro Comunitário do Bairro Santa Ana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 04 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 04 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.599, de 04 de Novembro de 2010.**

LEI Nº 1.599, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

cria o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formação de diretrizes para políticas e ações da área de segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º Cabe ao COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional estabelecer diálogo permanente entre Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar o Município de Forquilha na formação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º Compete ao COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha propor e pronunciar-se sobre:

- I - As diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;
- II - Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município;
- III - As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV - A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;
- V - A organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. Compete também ao COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 4º O COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha será composto por no mínimo 10 conselheiros (as), sendo cinco representantes da sociedade civil organizada e cinco representantes governamentais.  
§ 1º Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.  
§ 2º A definição dos representantes da sociedade civil deverá ser estabelecida na forma do seu regimento interno.



§ 3º As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º O COMSEA será instituído através de decreto municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamentais com seus respectivos suplentes.

§ 5º Os Conselheiros suplentes substituirão os titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA, com direito a voz e voto.

§ 6º O mandato dos conselheiros será de dois anos, admitida a recondução.

§ 7º A ausência às reuniões plenárias devem ser justificadas em comunicação à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à sessão, se imprevisível a falta.

§ 8º O COMSEA será presidido por um conselheiro, escolhido por seus pares.

§ 9º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§ 10º O COMSEA poderá ter como convidados, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

§ 11º A participação dos Conselheiros no COMSEA não será remunerada.

Art. 5º O COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 6º Cabe ao Governo Municipal assegurar ao COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

Art. 7º O COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, por pelo menos, metade de seus membros, cuja convocação deverá anteceder cinco dias da data designada para reunião extraordinária.

Art. 8º O COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Forquilha elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar de data de sua instalação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 04 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.600, de 04 de Novembro de 2010.**

LEI Nº 1.600, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A COLOCAR MÉDICO VETERINÁRIO A DISPOSIÇÃO DA COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, PARA EXERCER AS FUNÇÕES NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS

### **PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a colocar um Médico Veterinário do quadro de servidores do Município a disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para exercer as funções no Serviço de Inspeção Estadual no Município de Forquilha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 04 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 04 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 87 de 22 de Outubro de 2010**

DECRETO Nº. 87 DE 22 DE OUTUBRO DE 2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.499/2009;

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 149.000,00 (Cento e quarenta e nove mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças	
2008 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças	
27 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
24 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Órgão 05 - Secretaria de Educação	
2011 Manutenção do Centro de Educação infantil	
49 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
53 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 11.000,00
2014 Manutenção do Ensino Fundamental / Departamento de Educação	
62 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
2041 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
120 - 3190 - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde	
2055 Programa Farmácia Básica - PFB	
34 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 149.000,00</b>
Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar	

de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças  
25 - 3191 - Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2011 Manutenção do Centro de Educação infantil  
52 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

2014 Manutenção do Ensino Fundamental / Departamento de Educação  
65 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
2041 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
123 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2055 Programa Farmácia Básica - PFB  
33 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 149.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 22 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretario de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 89 de 29 de Outubro de 2010**

DECRETO Nº. 89 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.499/2009;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 14.000,00 (Trinta e nove mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças  
27 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2014 Manutenção do Ensino Fundamental / Departamento de Educação  
62 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2050 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
10 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças  
24 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

28 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
2014 Manutenção do Ensino Fundamental / Departamento de Educação  
65 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde  
2050 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
11 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 29 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretario de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 088, de 27 de Outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 088, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.  
CRIA E NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUÍREM A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMOBILIÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 494, de 17 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Avaliação para Elaboração da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Forquilha.

Art. 2º Para constituir a Comissão criada no artigo anterior, ficam nomeados os membros abaixo relacionados, representando os seguintes órgãos e instituições:

I - Representantes do Departamento de Serviços Urbanos: Valmir Hobold, Rodrigo Loch e Luiz Renato Steiner;

II - Representante da Gerência de Tributação: Igorvani Luiz Pedroso;

III - Representante da Procuradoria Geral do Município: Ander Luiz Warmling;

IV - Representante dos Corretores de Imóveis de Forquilha: Ana Paula Steiner e Ingo Eyng;

V - Representante dos Vereadores: Valcir Antônio Matias e Angelo Ronchi Neto;

Art. 3º Considera-se serviço de natureza relevante à participação nesta Comissão constituindo-se esta sem ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 27 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 85 de 18 de Outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 85 DE 18 DE OUTUBRO DE 2010.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES  
VANDERLEI ALEXANDRE, prefeito do Município de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 1.499/09, art. 13, Incisos V e VII,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação e Reeq. Unidades de Saúde

2 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação e Reeq. Unidades de Saúde

1 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 18 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 90, de 29 de Outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 90, DE 29 DE OUTUBRO DE 2010.  
NOMEIA O RESPONSÁVEL PARA ATESTAR A RESIDÊNCIA DE PESSOAS ATINGIDAS POR ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, e

CONSIDERANDO a necessidade de emitir atestados de residência

para pessoas atingidas por enxurradas ou inundações bruscas ocorridas no município de Forquilha, no mês de maio de 2010, conforme dispõe o Decreto Municipal nº. 60, de 10 de agosto de 2010, que prorroga o Decreto Municipal nº. 40, de 12 de maio de 2010, com o objetivo de liberar saque do FGTS;

#### **DECRETA:**

Art. 1º. É nomeado o servidor DIEGO PASSARELA, matrícula nº. 2488, para assinar certidões atestadoras de residências de pessoas moradoras em Forquilha, que necessitam desse documento para liberação dos recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, em virtude das enxurradas ou inundações bruscas ocorridas no município de Forquilha, no mês de maio de 2010, conforme dispõe o Decreto Municipal nº. 60, de 10 de agosto de 2010, que prorroga o Decreto Municipal nº. 40, de 12 de maio de 2010, que reconheceu em situação anormal, caracterizada como de emergência, a área do Município afetada por ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 91, de 29 de Outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 91, DE 29 DE OUTUBRO DE 2010.  
DESIGNA OS SERVIDORES PARA ASSINAR DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE AUTENTICIDADE E DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, PARA LIBERAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, e

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Designar os servidores Carla Machado Giassi, Clayton Willian da Rosa, Diego Passarela, Edela Arns Back, Eduardo Alexandre de Oliveira, Elisandra Colombo Donato, Fernanda Amboni Colonetti Borges, Gilberto Medeiros Campos, Gisele Scandolara Bosa, Idelci Francisco Rampinelli, Igorvani Luiz Pedroso, Isabela Niehues dos Santos, Jadna Colombo Pereira, Janaina Gomes Teixeira, Janaina Preis da Silva Mota, João Batista de Assis, Jucemar Borges, Lenoir Henrique, Lizabet Terezinha Tomazi da Silva, Maria Salete Pereira, Maria Sonia Pacheco Tiscoski, Paula Pokamaja Teixeira, Raulino Pires da Silva, Rejane Maria Loch, Roberta Casagrande G. Pasini, Rosinete Menegon Zanivan, Sirlene Sandra Salvador Tiscoski, Sonia Regina Horr Gomes, Valdecir Tiscoski, Valmir Colombo e Vanderlei de Jesus Serafim para assinar documentos de comprovação de autenticidade e declaração de residência, para liberação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, em virtude das enxurradas ou inundações bruscas ocorridas no município de Forquilha, no mês de janeiro de 2009, conforme dispõe o Decreto Municipal nº. 60, de 10 de agosto de 2010, que prorroga o Decreto Municipal nº. 40, de 12 de maio de 2010, que reconheceu em situação anormal, caracterizada como de emergência, a área do Município afetada por ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Administração e Finanças

**Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 02/2010.**  
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 02/2010.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados nas Rua José Zanon, Rua Castro Alves, Rua Hilda Ricken Martins, Rua Fridolino Preis, Rua Augusto Arns e Rua Olávio Zanette - Bairro Santa Ana, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo das ruas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 321, de 13 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 321, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010.  
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA O SERVIDOR ROBERTO STEFANIAK.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Roberto Stefaniak protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Motorista;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 13 de outubro de 2010, a pedido, o servidor ROBERTO STEFANIAK do cargo efetivo de Motorista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 322, de 13 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 322, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010.  
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE MÉDICO PLANTONISTA A SERVIDORA CINTIA LINHARES E SOUZA CASTAGNEL.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Cíntia Linhares e Souza Castagnel protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Médico Plantonista;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 13 de outubro de 2010, a pedido, a servidora CINTIA LINHARES E SOUZA CASTAGNEL do cargo efetivo de Médico Plantonista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 323, de 13 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 323, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010.  
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA VANDERLEIA IZÉ MARANGONI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora VANDERLEIA IZÉ MARANGONI do Cargo Temporário de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE



Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 324, de 13 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 324, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TATIANI FELTRIN DE OLIVEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde para o PSF - Vila Franca;

CONSIDERANDO que não há lista de espera em Concurso Público para o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF - Vila Franca;

CONSIDERANDO que no quadro permanente não há servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, TATIANI FELTRIN DE OLIVEIRA para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível ACS-1.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 876/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 325, de 18 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 325, DE 18 DE OUTUBRO DE 2010.

CANCELA LICENÇA, SEM VENCIMENTOS, DA SERVIDORA GIANE REGINA ELIAS BORTOLOTTI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1.998;

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Giane Regina Elias Bortolotto requereu licença sem vencimentos do cargo de Técnico em Enfermagem do PSF, com a possibilidade de, a qualquer tempo, solicitar seu cancelamento; e

CONSIDERANDO que a servidora solicitou o cancelamento da licença,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica cancelada a licença sem vencimentos da servidora GIANE REGINA ELIAS BORTOLOTTI a partir do dia 18 de outubro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 18 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 326, de 20 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 326, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE À SERVIDORA SILVANA GOULART PADOIN A FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE ADJUNTO DE DIVISÃO, FG-07.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2.001.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 1º de outubro de 2010, a função gratificada de Chefe Adjunto de Divisão, FG-07, à servidora SILVANA GOULART PADOIN.

Art. 2º - A servidora designada passará a perceber as vantagens da função, previstas na Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 20 de outubro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 20 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 327, de 21 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 327, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA LENOIR HENRIQUE PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, NÍVEL DAS-2.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008 e seus anexos,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado LENOIR HENRIQUE para ocupar o cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Planejamento, Nível DAS-2.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 21 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 21 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo**Portaria Nº. 328, de 25 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 328, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO XI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Elaine Goulart de Jesus Ferrari que está afastada em razão de licença maternidade;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em caráter temporário, MARIA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais,

Nível 1, Referência "INICIAL" do Anexo XI.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença maternidade.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo**Portaria Nº. 329, de 25 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 329, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DORALINA FERNANDES PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Alexsandra Dondossola Trombim que está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, DORALINA FERNANDES para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 330, de 25 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 330, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA, POR CONCURSO, GRAZIELE LUMMERTZ DAL MOLIN PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL, NÍVEL OAG-8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Técnico de Higiene Dental;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 7º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, GRAZIELE LUMMERTZ DAL MOLIN para exercer o cargo de Técnico de Higiene Dental, Nível OAG-8.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 331, de 25 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 331, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GEILSON PEREIRA SANTOS JUNIOR PARA OCUPAR O CARGO DE MÉDICO PLANTONISTA, NÍVEL ANS/P-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e

XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Médico Plantonista;

CONSIDERANDO que não tem lista de espera em concurso público;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, GEILSON PEREIRA SANTOS JUNIOR para ocupar o cargo de Médico Plantonista, Nível ANS/P-1.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 332, de 26 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 332, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES QUE REALIZA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

CONSIDERANDO que a servidora Cleusa Fernandes da Silva afastou-se para tratamento de saúde de 06.04.2007 até 15.05.2007 e de 31.08.2007 até 25.09.2007;

CONSIDERANDO que o servidor Nelson Scantamburlo afastou-se por licença sem vencimentos de 26.07.2004 até 02.08.2005 e de 22.02.2010 até 10.05.2010;

CONSIDERANDO que o servidor Rubival de Oliveira afastou-se para tratamento de saúde de 28.12.2004 até 21.04.2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Pro-gredido
521	CLEUSA FERNANDES DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	24/10/2010	TSA-7
968	NELSON SCANTAMBURLO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	15/10/2010	TSA-6
566	RUBIVAL DE OLIVEIRA	MOTORISTA	26/10/2010	TSA-11

Art. 2º - Os servidores referidos no artigo 1º desta Portaria receberão o novo valor do salário mensal, de acordo com o anexo V da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 26 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 26 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 333, de 27 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 333, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO, POR CONCURSO, DE GRAZIELE LUMMERTZ DAL MOLIN PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que a Portaria Nº. 330, de 25 de outubro de 2010, nomeou, por concurso, Grazielle Lummertz Dal Molin para exercer o cargo efetivo de Técnico de Higiene Dental.

CONSIDERANDO que Grazielle Lummertz Dal Molin apresentou termo de desistência de sua nomeação,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Técnico de Higiene Dental de GRAZIELE LUMMERTZ DAL MOLIN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 27 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 334, de 27 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 334, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

NOMEIA, POR CONCURSO, ROSIMEIRE DE JESUS VICENTE PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL, NÍVEL OAG-8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Técnico de Higiene Dental;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 8º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, ROSIMEIRE DE JESUS VICENTE para exercer o cargo de Técnico de Higiene Dental, Nível OAG-8.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 27 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 335, de 28 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 335, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO E SEM VENCIMENTOS, À SERVIDORA SABRINA PIROLA DE CAMPOS SOUZA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/1998;

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Sabrina Pirola de Campos Souza, requereu licença sem vencimentos do cargo

efetivo de Psicóloga para tratar de assuntos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 28 de outubro de 2010, licença, a pedido e sem vencimentos, até o dia 31 de janeiro de 2011, à servidora SABRINA PIROLLA DE CAMPOS SOUZA do cargo de Psicóloga.

Art. 2º - Caso a licença seja cancelada, ou encerrado o prazo da licença disposto nesta Portaria, deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 28 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 28 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 336, de 29 de Outubro de 2010.**

PORTARIA Nº. 336, DE 29 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/98;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida licença aos servidores conforme tabela abaixo:

Cód.	Servidor	Cargo	Motivo do Afastamento	Data do Afastamento
2530	ADEMAR ZANELLATTO FERRARI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	08.10.2010
1533	ALEXSANDRA DONDOSSOLA TROMBIM	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	25.10.2010
2167	ALINE CORREA PIZZOLO CESA	ODONTÓLOGO DO PSF	AUXÍLIO DOENÇA	02.10.2010
826	CELIA RUBIA TOPA-NOTI	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	09.10.2010
2200	EDINARA ROMÃO SCUSSEL FABRIS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO MATERNIDADE	18.10.2010
2702	ELAINE GOULART DE JESUS FERRARI	AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO MATERNIDADE	25.10.2010
322	ELIETE PIRES WARMLING	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	24.09.2010
2695	ERICA HENRIQUE RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	08.09.2010
2209	HILDA FORMENTIN TISCOSKI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO DOENÇA	28.09.2010
1080	JORGE UTENSKI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	10.10.2010

2728	KATIUCIA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO DOENÇA	26.10.2010
1490	LUCIANA WESTRUP	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AUXÍLIO DOENÇA	16.09.2010
1877	LUCIANA WESTRUP	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AUXÍLIO DOENÇA	16.09.2010
2436	MARCIA REGINA RITTER PORTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO DOENÇA	25.09.2010
2757	MARIA APARECIDA ARAUJO CESÁRIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO DOENÇA	06.10.2010
2851	MARIA DE FATIMA ALVES KOPITZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	06.10.2010
1884	MARIA TEREZA BILLESSIMO MARIOT	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	19.10.2010
26	NAIR MOTTA RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	01.09.2010
2739	PATRICIA DAL PONT MANDELLI DE ANDRADE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO MATERNIDADE	19.10.2010
881	ROSELEIA MINATTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	02.09.2010
2078	VALCIONIR ANTONIO VENZON	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	08.09.2010
2164	VANESSA MARTINHA-GO BORGES FERNANDES	ENFERMEIRO DO PSF	AUXÍLIO DOENÇA	29.09.2010
2693	VANESSA ROCHA DA COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	02.10.2010

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de outubro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de outubro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 337, de 1º de Novembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 337, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2010.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS O SERVIDOR ADAIR DELFINO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ADAIR DELFINO do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de novembro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado 1º de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 338, de 03 de Novembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 338, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.  
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADAIR DELFINO PARA OCUPAR O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, NÍVEL TSA-10.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Operador de Equipamentos;

CONSIDERANDO que não tem lista de espera em concurso público;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, ADAIR DELFINO para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, Nível TSA-10.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de novembro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 03 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 339, de 03 de Novembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 339, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.  
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL A SERVIDORA FERNANDA PERUCHI DA SILVA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Fernanda Peruchi da Silva protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Técnico de Higiene Dental;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 03 de novembro de 2010, a pedido, a servidora FERNANDA PERUCHI DA SILVA do cargo efetivo de Técnico de Higiene Dental.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de novembro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 03 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo

**Portaria Nº. 340, de 03 de Novembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 340, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.  
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA ROSANE BROCCA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Rosane Brocca protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 03 de novembro de 2010, a pedido, a servidora ROSANE BROCCA do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de novembro de 2010.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 03 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA  
Secretário de Governo



# Fraiburgo

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 0328/2010

DECRETO Nº 0328 DE 16 DE NOVEMBRO 2010.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

#### DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.140,00 (Seis mil, cento e quarenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento	
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento	
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	
3.3.50.00 - Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.1.0200 (18)	R\$ 6.140,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 6.140,00</b>

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações.

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento	
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento	
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (20)	R\$ 6.140,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 6.140,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 16 de Novembro 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0329/2010

DECRETO Nº 0329, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.  
APROVA DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0014-002 DA QUADRA 446, DE PROPRIEDADE DE ANGELO BOSCATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelmar pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 4077/2010, o desmembramento do lote 0014-002 da quadra 446, matriculado no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 8855, de propriedade de ANGELO BOSCATTO, conforme abaixo descrito:

a) A área desmembrada com 390,22m² identificada na planta como 14-002-1, será cadastrada neste município como lote nº 0014-002-1 da quadra 446;

b) A área remanescente com 1.365,92m² identificada na planta como 14-002, permanecerá como lote 0014-002 da quadra 446.

Art. 2º - A área desmembrada com 390,22m² será unificada ao lote nº 0014-003 com 2.997,95m²., objeto da matrícula nº 8856, totalizando 3.388,17m².

Art. 3º - Dentro do Plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV tabela II da Lei Municipal Complementar nº 0097/2008, os lotes serão cadastrados como ZMD (Zona Mista Diversificada).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC., 17 de Novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELOI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0330/2010

DECRETO Nº 0330, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.  
DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, nos dias 24 de dezembro de 2010 (sexta-feira) e 30 de dezembro de 2010 (quinta-feira).

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 17 de Novembro 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0331/2010

DECRETO Nº 0331, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

#### DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 - Secretaria de Finanças  
06.02 - Encargos Gerais do Município  
29.846.0000.0.400 - Indenizações e Restituições  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (285)  
R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Fraiburgo, 17 de Novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2542/2010**

PORTARIA N.º 2.542 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora JANIZERA APARECIDA DE CORDUVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 928.515.769-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 17 de novembro de 2010 até 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2543/2010**

PORTARIA N.º 2.543 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;  
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GECIANE XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.561.029-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de novembro de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2544/2010**

PORTARIA Nº 2.544, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 004.720.519-97, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2545/2010**

PORTARIA Nº 2.545, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor EDEVALDO LUIZ RIBAS FRAGOSO, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 899.241.349-15, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 16 de novembro de 2010.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Aviso de Pregão Presencial Nº 0131/2010-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0131/2010 - PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0060/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de pneus, protetores e câmaras de ar para uso na frota do Órgão Gerenciador - Município de Fraiburgo e dos Órgãos Participantes - SANEFRAL, FME e FMS. Validade da Ata de Registro de Preços: Dezembro de 2010 a Junho de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: A partir das 09:15 horas do dia 13.12.2010. Abertura: No mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0024/2010**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0024 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da saúde do Município de Fraiburgo, para a função de Agente Comunitário de Saúde dos seguintes bairros e localidades: Bairro São Miguel; Bairro Santo Antonio; Bairro Das Nações; Bairro São José; Bairro Jardim América; Bairro Macieira; Bairro Liberata; Localidade Faxinal dos Carvalhos; Bairro São Sebastião; Bairro Dez de Novembro; Localidade Linha Baia I; Assentamento Rio Mansinho; Localidade Lau Mello; Bairro Roland Mayer; Localidade Butiá Verde - Setor I; Bairro Bela Vista; Bairro Santa Mônica; Localidade Rio Mansinho - FISCHER; Localidade Faxinal dos Domingues; Localidade Butiá Verde; Assentamento Chico Mendes; Localidade Faxinal dos Domingues I e II; Bairro São Cristovão; Bairro Vila Salete e Localidade Campina do Serro/Santa. O preenchimento de vagas será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 26 de novembro a 03 de dezembro de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "[www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3000.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0025/2010**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da saúde do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de Médico PSF - Programa de Saúde da Família; Odontólogo PSF - Programa de Saúde da Família; Técnico de Enfermagem PSF - Programa de Saúde da Família e Farmacêutico Bioquímico. O preenchimento de vagas será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 26 de novembro a 03 de dezembro de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "[www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3000.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

## **Garopaba**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.04/2010 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Ata nº. 02/2010; Processo nº. 04/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Priscila de Castro da Silva - ME; Objeto: Acrescentar a Ata nº. 02/2010, de 03/02/2010, o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 03/11/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.41/2010 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 14/2010; Processo nº. 41/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda. EPP; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 30 dias, que vigerá até 28/02/2011; Data da Assinatura: 03/11/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.42/2010 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 13/2010; Processo nº. 42/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Construtora Deus & Brati Ltda. - ME; Objeto: Acrescentar ao referido contrato a importância de R\$ 20.012,91 (vinte mil e doze reais e noventa e um centavos) corresponde as alterações do projeto inicial promovidas pelo Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 03/11/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.56/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 33/2010; Processo nº. 56/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.F.M. Construções Ltda.; Objeto: O presente aditivo tem por objeto acrescentar ao Contrato 33/2010 o valor de R\$ 8.022,85 (oito mil vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 04/11/2010.

**Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 118/2010; IL nº. 11/2010; Contratada: Expresso Transporte Garopaba Ltda. - ME, CNPJ: 80.429.160/0001-90; Objeto: Aquisição de passe escolar, para auxiliar de forma complementar o transporte dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, do ensino fundamental e médio da rede estadual, compreendendo as localidades de Costa do Macacu, Macacu, Siriu, Areias de Macacu, Ferraz, Ambrosio, Capão, palhocinha, Areias de Palhocinha, Encantada, Moro da Encantada, Ressacada, Campo D'Una e Ibirapuera, durante o ano letivo de 2010; Valor: R\$ 95.880,00 (Noventa e cinco mil oitocentos e oitenta reais); Data da Assinatura: 03/11/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

**Aviso de Extrato de Contrato Nº 58/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 58/2010; Processo nº. 118/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Expresso Transporte Garopaba Ltda.; Objeto: Aquisição de passe escolar, para auxiliar de forma complementar o transporte dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, do ensino fundamental e médio da rede estadual, compreendendo as localidades de Costa do Macacu,

Macacu, Siriu, Areias de Macacu, Ferraz, Ambrosio, Capão, palhocinha, Areias de Palhocinha, Encantada, Moro da Encantada, Ressacada, Campo D'Una e Ibirapuera, durante o ano letivo de 2010; Valor: R\$ 95.880,00; Data da Assinatura: 04/11/2010.

**Garuva**

**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 35/2010 - Processo nº 015/2010

Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratada: Feldhaus Transportes Coletivos de Passageiros Ltda - Me

Contratante: Prefeitura Municipal de Garuva - Fundo Municipal de Saúde de Garuva

Objeto: Contratação de empresa de serviços de transportes, para locação de veículo tipo Van, com 16 lugares, com o fornecimento de combustível e motorista, para transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), no trajeto Garuva-Joinville-Garuva.

Valor: R\$ R\$ 7.895,00 (sete mil oitocentos e noventa e cinco Reais).

Dotação: 14.01.2083.339039 - 10200

Data de Assinatura: 09/11/2010.

Prazo: 30 (trinta) dias úteis.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 590 588/2010**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 588/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABW5423	8590015729	VALMIR BUTTCHEWICZ	7463/0	218 * II
AMN2470	8590017635	ROGERIO NOGUEIRA NETO	7455/0	218 * I
BLG8039	8590017815	ROSA CAPELESSO DALL AGNOLO	7455/0	218 * I
CRR1117	8590016554	ANTONIO MARCOS CANDIDO	7455/0	218 * I
CYI5936	8590018887	VICTOR MULLER DE ALMEIDA PRADO	7455/0	218 * I
DHV5243	8590017648	BANCO ITAULEASING S.A.	7463/0	218 * II
IAS4419	8590018371	AMARILDO OLINDO TEIXEIRA	7463/0	218 * II
IGO0870	8590017430	MARIA SUELI PENAFORT SANTOS	7455/0	218 * I
IJC0532	8590014906	EDUARDO PAGNONCELLI SAMPAIO	7455/0	218 * I
JTD3511	8590016978	MARCOS RIBEIRO DA LUZ	7463/0	218 * II
LWW2102	8590017979	LAERTE DOMINGOS	7455/0	218 * I
LWX2705	8590017898	ELEANDRO TAUSCHER SIMOES	7455/0	218 * I
LYC3183	8590017824	DIOGO WILFRIDO VEGA BARRETO	7455/0	218 * I
LYC5317	8590019784	BERNARDETE CLARA BOSING	7455/0	218 * I
LYQ7347	8590017560	ROSALINO SCHNEIDER	7455/0	218 * I
MAJ6363	8590019600	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAS0144	8590019696	IRINEO DALCASTAGNE	7455/0	218 * I
MBC8754	8590018694	GILSON ANTONIO DAMIN	7455/0	218 * I
MBG6778	8590017918	VANDO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MBH3844	8590017783	JULIANO SPLITTER	7455/0	218 * I
MBO8418	8590017657	OLIVIO GREITER	7463/0	218 * II
MBX3653	8590019137	MARCK KLEBER SEVERINO	7455/0	218 * I
MBY9524	8590019327	COMERCIO DE OVOS RONCHI LTDA	7455/0	218 * I
MCF2345	8590017843	MARCIO HENING DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MCI5816	8590019712	ADILSON RAMOS	7463/0	218 * II
MCJ2467	8590018842	JEICY SCHATZ	7455/0	218 * I

MCK4112	8590019666	EDER DE SOUZA	7455/0	218 * I
MCR2495	8590016491	ALESSANDRO KOPICHINSKI	7455/0	218 * I
MDC8747	8590018706	JESUS PAULO CARDOSO	7455/0	218 * I
MDI7046	8590014877	LUCIANO LEITZOW	7455/0	218 * I
MDK4429	8590017655	JADES GARZ	7463/0	218 * II
MDO3293	8590017337	NEIDE ARTIFON	7455/0	218 * I
MDO9199	8590017472	DAYANI DE SOUZA CASAGRANDE	7463/0	218 * II
MDW6011	8590016782	FRANCISCO KLAHOLD	7455/0	218 * I
MFF4698	8590019321	SOLANGE MARIA ZIMMERNANN TESTONI	7463/0	218 * II
MGZ4169	8590017984	ESEQUIEL CAMPANHOLO	7455/0	218 * I
MHA6899	8590015524	FABIANA SANTOS DE SOUZA	7463/0	218 * II
MHT1221	8590017336	MARISTELA MACHADO ROLIM	7455/0	218 * I
MQZ8538	8590017777	TERESINHA DE FATIMA RIBEIRO FELSKI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 517/2010**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 517/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJJ4072	SF00050589	JOSE CARLOS SCHMITZ	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 519/2010**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 519/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAR6271	8685012857	FELIPE DUARTE IUNG	6050/3	208
AFK9556	8685015863	MARCIA DENISE BARBIERI ALVES	6050/3	208
AGG3183	8685014228	JOEL GLANERT	6050/3	208
AMC6383	8685014841	DAIANE EVES	6050/3	208
AMK9977	8685014112	JOAO CARLOS DA LUZ	6050/3	208
BWP1295	8685015941	ELI MANOEL DE ASSIS	6050/3	208
BYC0837	8685013051	JOSE LINO HAMES	6050/3	208
CBR8480	8685013784	MARIA DA GLORIA FERNANDES	6050/3	208
CON0621	8685013155	SILVIO CLEFFI	6050/3	208
DKG2123	8685015774	MAURICIO DENARDI	6050/3	208
IIF9263	8685013624	RODRIGO RIBEIRO SERPA	6050/3	208
JNQ8778	8685014095	VALMIR ROQUE DE OLIVEIRA FLORES	6050/3	208
JTD3511	8685013048	MARCOS RIBEIRO DA LUZ	6050/3	208
JYI1035	8685013783	ELOIR DOS SANTOS	6050/3	208
KCV4521	8685012354	MANOEL INACIO DE MATOS	6050/3	208
KDV8180	8685014758	BASTOS TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL LTDA ME	6050/3	208
LRL0931	8685014517	TRAVEL ROUPAS LTDA	6050/3	208
LWR2467	8685015930	THIAGO PEREIRA PRAXEDES	6050/3	208
LXB3556	8685013827	JANAINA CORREA	6050/3	208
LXD3777	8685011598	MARIO ANDRE BARBOSA ZINK	6050/3	208
LXK4256	8685014147	GERTRUDES GONCALVES DA LUZ	6050/3	208
LXV1801	8685014390	MARLI MARIA SILVA	6050/3	208
LYA2681	8685014605	RICARDO ELAN HAMES	6050/3	208
LYA5448	8685014620	MARCELO HORNBURG	6050/3	208
LYD6073	8685014351	REGINALDO SCHILISTING NETTO	6050/3	208
LYD6490	8685015859	ACACIO PAMPLONA	6050/3	208



LYO9222	8685013835	JOSEANA DE FATIMA SALBEGO	6050/3	208
LYU9311	8685014587	HERCILIO DRECHSLER	6050/3	208
LYZ0627	8685012498	CINTIA CRISTINE KIENOLT	6050/3	208
LZI7726	8685014460	TACILIA CONSTANTE	6050/3	208
LZO3461	8685016024	PAULO SERGIO CHAVES JUNIOR	6050/3	208
MAA0321	8685010999	RAFAEL DA LUZ TAMIOZZO	6050/3	208
MAB9823	8685014512	SALVIO DA SILVA	6050/3	208
MAP8895	8685014498	JULIO CESAR DE AMARAL	6050/3	208
MAT3138	8685014726	ALTAMIR BERTOLINO DE SOUZA	6050/3	208
MAT6522	8685014804	VILSON GOHR	6050/3	208
MAZ0092	8685001330	ADEMIR MIGUEL PEIXE	6050/3	208
MBC9224	8685012431	MOACIR DA ROCHA	6050/3	208
MBJ2673	8685014652	SIDNEY CARLOS GRAHL	6050/3	208
MBU0869	8685014127	ANGELO JOAQUIM SOARES	6050/3	208
MBY9360	8685013744	ALDAIR TOMAO	6050/3	208
MCN5329	8685010686	JOEL REINERT	6050/3	208
MCO1383	8685014640	LUCIANE DE OLIVEIRA BURGER	6050/3	208
MDG6037	8685016267	SZ TRANSPORTES LTDA EPP	6050/3	208
MDZ3622	8685014584	RICARDO JOSE IMHOF	6050/3	208
MEB2133	8685015809	DEBOSSAN DESPACHOS ADUANEIROS LTDA	6050/3	208
MEE9464	8685014479	GIL JORGE SIQUEIRA	6050/3	208
MEH2833	8685014298	MIRIAM EVANGELISTA RIBEIRO	6050/3	208
MEH3261	8685014242	PEDRO DIONISIO RODEN	6050/3	208
MEI1179	8685012758	ADRIANO ANTONIO DA SILVEIRA MINEIRO	6050/3	208
MEJ0575	8685013728	BERNADETE PERINI	6050/3	208
MEJ3488	8685016042	ADAIR CARLOS DE OLIVEIRA	6050/3	208
MEL9555	8685014508	MAURICIO DE OLIVEIRA CARNEIRO	6050/3	208
MEN1150	8685014657	JULIANO ZABEL	6050/3	208
MEO9967	8685014145	ANSELMO ANTONIO SCHRAMM DO NASCIMENTO	6050/3	208
MES1371	8685014819	ALEXANDRE CAVICHIOLI	6050/3	208
MET0568	8685014747	ROBERT DARCI MICHELON STAHL	6050/3	208
MEU3085	8685014151	VALDIR NONATO DE SOUZA	6050/3	208
MEX9188	8685010746	MARCELO CAVILHA DA SILVA	6050/3	208
MFI3358	8685014209	FABIO ROBERTO DALLAZEM	6050/3	208
MFR1935	8685012242	VALMOR VIDAL RICHARTZ	6050/3	208
MFT0720	8685015881	RUAN CARLOS POFFO	6050/3	208
MGG1953	8685014393	JOAO CARLOS FURLAN	6050/3	208

MGH7805	8685012500	NEI SANTANA FERREIRA DE AZAMBUJA	6050/3	208
MGI7613	8685012885	ROGERIO JOSE NOVAES DE CARVALHO	6050/3	208
MGL3306	8685014683	SERGIO RECH	6050/3	208
MGQ2240	8685013786	NAIR DA COSTA	6050/3	208
MGQ8682	8685013708	LUIZ GONZAGA PACHECO	6050/3	208
MGY4705	8685013778	ALBERTO PESSATTI PRIMO	6050/3	208
MHE6039	8685014137	CHARLES MARCELO BLUNING	6050/3	208
MHE6039	8685014823	CHARLES MARCELO BLUNING	6050/3	208
MHK0119	8685014545	FILLIPE JOSE DOS SANTOS FRAGA	6050/3	208
MHN2090	8685015910	EDERSON PASQUALOTTO	6050/3	208
MHP0981	8685016035	PONTA DOS GANCHOS EMPREENDIMENTOS TURISCOS LTD	6050/3	208
MIT2070	8685014168	JEFERSON LUCHTEMBERG E CIA LTDA ME	6050/3	208
MVK9748	8685014690	VENTURELLI REPRESENTACOES LTDA	6050/3	208
MWC0518	8685014752	WILSON ROBERTO MIRANDA CARDOSO	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 518/2010**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 685 518/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEC2843	8685016719	VANDERLEIA MACIEL	6050/3	208
AHO8521	8685016750	FRANCIANE SCHUSSLER	6050/3	208
AJQ7852	8685016763	EVALDO DA SILVA FILHO	6050/3	208
AMH0349	8685016755	EDSON EZIDORO MACHADO	6050/3	208
GSK3956	8685016708	EDUARDO DE JESUS	6050/3	208
LWR2785	8685016717	ANILTON ROSA	6050/3	208
LWT8004	8685016461	MOACIR BUBLITZ	6050/3	208
LXC0065	8685016309	VALTER MARCOLLA	6050/3	208
LXY5736	8685016498	JOAO EDSON MUNIZ RIBEIRO	6050/3	208
LYA6355	8685016871	SEBASTIAO LOURENCO SCHWARTZ	6050/3	208
LYH2792	8685016469	OLAIR MARTINS DOS SANTOS	6050/3	208
LYV8786	8685016738	IVANA APARECIDA DALPIAZ BORGES	6050/3	208
LZD8501	8685016472	TRANSPORTADORA VANOLLI LTDA	6050/3	208
LZI2188	8685016329	EVANDRO ROBERTO MASTELOTTO	6050/3	208
MAK4235	8685016764	ALCEU BITTENCOURT	6050/3	208
MAL0715	8685016836	IZOLETE GONCALVES	6050/3	208
MBA8886	8685016744	MARIA DA GRACA CARVALHO	6050/3	208
MBC0738	8685016779	EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA	6050/3	208
MBD1004	8685016788	DEVANIR RODRIGUES	6050/3	208
MBQ1121	8685016620	GREICE SGARIA	6050/3	208
MBY1977	8685016370	EDECIR BARELA	6050/3	208
MCF5031	8685016845	MARCIO PEREIRA	6050/3	208
MCY5265	8685016802	DO CAMPO TEMPEROS E CONDIMENTOS LTDA ME	6050/3	208
MCY7450	8685016659	RODRIGO FERNANDES	6050/3	208
MDV6417	8685016394	ELIANE RITA	6050/3	208
MEM3342	8685016631	VLADEMIR BATISTA BORTOLETTI	6050/3	208

MF8166	8685016514	SERGIO GIROTTO	6050/3	208
MF5336	8685016716	JOSE SILVEIRA	6050/3	208
MGJ5805	8685016598	SANDRO BUSCHIROLLI ME	6050/3	208
MHC7055	8685016833	KATIA REGINA HERMES GARTNER	6050/3	208
MHN8584	8685016756	JOSE AGENOR DE ARAGAO JUNIOR	6050/3	208
MHS8105	8685016321	FRANCISCO ASSIZ DE OLIVEIRA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2010

PEDRO DA SILVA

DIRETOR GERAL DA DITRAN

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de contrato Nº. 129/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 129/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: TUDO TEM COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de saco de lixo 75 x 100 reforçado na cor preto com impressão conforme anexo do edital, para uso nas praias do município na temporada de verão 2010/2011. PRAZO: Da assinatura do contrato até 10/03/2011. VALOR: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Turismo.

Governador Celso Ramos, 11 de novembro de 2010.  
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.  
Prefeito Municipal.

## Guaramirim

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato 1 termo aditivo 13/2010

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Processo 13/2010  
Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 19/2010  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC  
Contratada: RENATO TOMELIN - ME  
Objeto: Fica aditivado o item nº 1,4 e 5 do processo licitatório nº. 13/2010 (Contratação de Horas Máquinas) no valor de R\$ 39.698,40 ( trinta e nove mil seissentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).  
Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Renato Tomelin

Guaramirim-SC, 10 de Junho de 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### Extrato contrato 180/2010

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato: 180/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
Contratada: CONSTRUTORA ITAJUBA LTDA.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BIBLIOTECA MUNICIPAL.  
Valor: R\$ 488.027,87 ( Quatrocentos e oitenta e oito mil vinte e sete reais e oitenta e sete centavos )  
Vigência: INÍCIO: 08/10/2010 TÉRMINO: 08/06/2011  
Licitação: Tomada de Preços / Obras Engenharia nº 115/2010

Guaramirim-SC, 08 de Outubro de 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### 1º Termo de Retificação Edital de Processo Seletivo 001/2010 SMECE

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2010 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.  
PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL NR. 002/2010 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE ALTERA AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ESPECIFICADAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

Art. 1.º Ficam alterados os seguintes itens do Edital nr. 002/2010 que passam a ter a seguinte redação:

(...)

2.6.2 Ensino Fundamental Séries Iniciais e/ou um cargo das disciplinas específicas do Ensino Fundamental.

(...)

6.4.1 Para os cargos de Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Agente de Serviços Gerais, Assistente Social e Psicólogo: início às 9h e término às 12h, sendo que o fechamento dos portões ocorrerá às 8h30min, recomendando-se que o candidato esteja no local das provas até às 08h munido de documento de identidade;

(...)

Art. 2.º Fica alterado o item 10 do Anexo II do Edital nr. 002/2010 que passam a ter a seguinte redação:

(...)

10) CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Conteúdos de Ensino Fundamental de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Português, Matemática, História, Geografia e Temas Transversais. Papel da Escola no Ensino Fundamental no contexto Sócio - Econômico e Cultural Brasileiro. Processo de Escolarização e Progressão Continuada. Planejamento do Ensino, Interdisciplinaridade no Trabalho Pedagógico. Avaliação de Ensino. A relação Ensino - Aprendizagem numa Visão Construtivista Sócio - Interacionista. Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional.

(...)

Art. 3.º Fica alterado o item 7.1 do Anexo III do Edital nr. 002/2010 que passam a ter a seguinte redação:

(...)

7.1 Para os cargos de Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, Agente de Serviços Gerais, Assistente Social e Psicólogo: início às 9h e término às 12h, sendo que o fechamento dos portões ocorrerá às 8h30min, recomendando-se que o candidato esteja no local das provas até às 08h munido de documento de identidade;

(...)

Art. 4.º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nr. 002/2010 de 12 de novembro de 2010.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, SC, 17 de novembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria DGP/SEAGP N.º 374/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 374, de 16 de novembro de 2010.  
Dispõe sobre a revogação do ato de demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art.1º Revogar o pedido de demissão a pedido do servidor, abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, com carga horária de 40 horas semanais, admitido em 18/02/2010 para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Marcelo Salvador Martins	Professor II	053.134.479-71	01/11/2010

Portaria DGP/SEAGP nº 335 de 03/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2010.  
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Diretora de Gestão de Pessoas

### Portaria DGP/SEAGP N.º 375/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 375, de 16 de novembro de 2010.  
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Viviane Vieira de Souza Rosa	Servente Merendeira	888.341.239-72	08/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de novembro de 2010.  
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Diretora de Gestão de Pessoas

### Publicação de Extrato de Dispensa 79/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 203/2010  
DISPENSAS Nº 79/2010

Objeto: Prestação de serviços para monitoramento eletrônico de segurança.

Valor Total: R\$ 7.920,00

Empresa: Centhauro Segurança Eletrônica Ltda ME.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 18 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial 37/2010 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO Nº 51/2010  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 30 de novembro de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de uma empresa para colocação e fornecimento de equipamentos esportivos de academia ao ar livre, na praça do Bairro Mirim. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 18 de novembro de 2010.

MILENE RIBEIRO  
Pregoeira Oficial

### Errata Portaria PMI Nº 33.2009

ERRATA

Estado de Santa Catarina  
Município de Imbituba

Em razão de erro ocorrido na digitação da Portaria PMI nº 033/2009, realizada no Boletim Oficial do Município, publicada na Edição nº 185 de Janeiro/2009, p.41. Onde se lê:

Art. 1º Nomear, CRISTIANO ABÍLIO JOÃO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.355.969-04, para exercer o cargo/função de Diretor de Controle Interno da Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Leia-se:

Art. 1º Nomear, CRISTIANO ABÍLIO JOÃO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.355.969-04, para exercer o cargo/função de Diretor de Controle Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Os demais dados permanecem inalterados.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

### Extrato Concurso 2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL PMI/CERSP/CP No 01/2010  
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas no Decreto PMI nº 65, de 30 de abril de 2008, torna pública as instruções especiais destinadas a realização de Concurso Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos cargos existentes no quadro permanente de pessoal da Prefeitura, sob a égide do regime jurídico adotado pela Administração Municipal de Imbituba, conforme Lei nº 1.144/91 e o Edital PMI/CERSP/CP nº 01/2010.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimento
<b>Nível Superior</b>	
Arquiteto (01), Biólogo (01), Enfermeiro (03), Engenheiro Sanitarista e Ambiental (02) Farmacêutico (02), Fonoaudiólogo (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 1.304,05
Médico Cardiologista (01), Médico Dermatologista (01), Médico Endocrinologista (01), Médico Ginecologista (01), Médico Neurologista (01), Médico Ortopedista (01), Médico Pediatra (01) Carga horária semanal 20h	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento conforme Lei nº 1.144/91.
<b>Nível Médio</b>	
Técnico em Agrimensura (01) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 873,92

As inscrições serão realizadas no período de 17/11/2010 à 03/12/2010 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)  
Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.  
Data das provas: 16/01/2011 às 09:00 horas.

Imbituba, 12/11/2010.  
ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Presidenta da CERSP

### Extrato processo seletivo 01.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SC  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO  
EDITAL PMI/CERSP/PSP No 01/2010

#### EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de

Processo Seletivo Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos cargos existentes no quadro de pessoal da Prefeitura, por prazo indeterminado, conforme as Leis Complementares nos 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009 e o Edital PMI/CERSP/PSP nº 01/2010.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimentos
<b>Nível Superior</b>	
Assistente Social – ESF (01), CAPS (RT), CRAS (01) CREAS (01); Farmacêutico (01); Fonoaudiólogo (RT); Nutricionista (01); Psicólogo - DST/AIDS (RT) CREAS (01), CRAS (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 1.173,19
Médico Autorizador – SMA (01), Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 2.662,50
Médico Clínico Geral – ESF (02), Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 4.130,00
Médico Ginecologista (02), Médico Pediatra (01), Médico Psiquiatra – NASF (01) Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 2.065,00
Médico Psiquiatra – CAPS (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 2.065,00
Odontólogo Cirurgião (RT), Odontólogo Endodontista (RT), Odontólogo Periodontista (01) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 90,00 Vencimento de R\$ 2.047,93
<b>Nível Médio</b>	
Atendente de Consultório Dentário (09), Digitador (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 510,00
Auxiliar de Enfermagem – ESF (03), Auxiliar de Enfermagem – CAPS (01) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 540,75
Técnico em Enfermagem (04) Carga horária semanal 36h	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 700,00
Técnico em Vigilância Sanitária (01) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 60,00 Vencimento de R\$ 737,40
<b>Nível Fundamental Completo</b>	
Agente Comunitário de Saúde – Área 02 (01), demais áreas (RT) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 510,00
Instrutor de Marcenaria (02) Carga horária semanal 20h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 547,95
Motorista Socorrista (04) Carga horária semanal 36h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 700,00

As inscrições serão realizadas no período de 17/11/2010 à 03/12/2010 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)  
Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.  
Data das provas: 16/01/2011 às 14:00 horas.

Imbituba, 12/11/2010.  
ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Presidenta da CERSP

### Extrato Processo Seletivo Simplificado 04.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SC  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

**EDITAL PMI/CERSP/PSS No 04/2010**  
**EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP -da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos cargos públicos temporários existentes nos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nos 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009 e o Edital PMI/CERSP/PSS nº 04/2010.

O presente edital objetiva selecionar candidatos para Reserva Técnica.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos contratuais competentes.

Cargos/ Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
<b>Nível Superior</b>	
Assistente Social, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Pedagogo, Psicólogo - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 1.173,19
Enfermeiro - CAPS - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 1.687,44
Enfermeiro - Quadro Geral, Médico Cardiologista, Médico Dermatologista, Médico Endocrinologista, Médico Ginecologista, Médico Neurologista, Médico Ortopedista, Médico Pediatra - Quadro Geral - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 1.304,05
Médico Clínico Geral - ESF - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 4.130,00
Médico Pediatra - NASF, Médico Pneumologista, Médico Psiquiatra - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 2.065,00
Odontólogo - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 2.027,45
Odontólogo Cirurgião, Odontólogo Endodontista, Odontólogo Periodontista - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 2.047,93
Professor II de: Artes, Ciências, Educação Física, Educação Infantil, Anos Iniciais, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. Carga horária semanal: de acordo com a necessidade.	Valor de inscrição R\$ 45,00 Vencimento de R\$ R\$ 315,47 (10h) a R\$ 1.261,90 (40h).
<b>Nível Médio</b>	
Professor I de: Artes, Ciências, Educação Física, Educação Infantil, Anos Iniciais, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. Carga horária semanal: de acordo com a necessidade.	Magistério ou cursando licenciatura Valor de inscrição R\$ 35,00 Vencimento de R\$ 291,38 (10h) a R\$ 1.165,53 (40h).
Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 540,75
Agente Administrativo - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 603,33

Atendente de Consultório Dentário, Digitador- Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 510,00
Técnico de Enfermagem - SAMU- Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 700,00
Técnico de Enfermagem - Quadro Geral- Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 873,93
Técnico em Higiene Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 737,40
<b>Nível Fundamental Completo</b>	
Agente Comunitário de Saúde (todas as áreas), Agente de Combate às Endemias, Motorista ESF - Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 510,00
Motorista SAMU - Carga horária semanal 36h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 700,00
Motorista - Quadro Geral - Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 582,80
<b>Nível Fundamental Incompleto - 4º ano/série</b>	
Servente/Merendeira	
Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 510,00

As inscrições serão realizadas no período de 17/11/2010 à 03/12/2010 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)  
 Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 16/01/2010 às 09:00 horas.

Imbituba, 12/11/2010.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidenta da CERSP

# Irineópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria Nº. 342/2010

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 288/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 12 de Novembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.



**Portaria Nº. 343/2010**

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

PRORROGAR, a contar de 15/11/2010, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria n.º 134/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 12 de Novembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria Nº. 344/2010**

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

PRORROGAR, a contar de 18/11/2010, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria n.º 212/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 16 de Novembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria Nº. 345/2010**

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria n.º 263/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 16 de Novembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Homologação - Medicamentos**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2010

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2010

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epígrafe e a adjudicação das empresas: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Sulmedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Comercial Cirúrgica Rio Clarense Ltda.; Promefarma Representações Comerciais Ltda.; Mauro Marciano Garcia de Freitas; Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Ltda.; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda.; Diprolmedi Medicamentos Ltda.

Irineópolis, 16 de novembro de 2010.

NILDA E.B. GALVÃO

Secretaria Municipal de Saúde

**ERRAta do Edital Nº 039/2010**

O edital 039/2010, de abertura CONCURSO PÚBLICO para a seleção de servidores a serem admitidos em caráter efetivo, nos termos da Lei Complementar n.º 001/1997, de 30/12/1997, e admissão para emprego público, nos termos da Lei Complementar n.º 035/2007, de 19/12/2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

2.3 A vaga de emprego público da Estratégia de Saúde da Família - ESF, objeto do presente Concurso Público deverá obedecer aos seguintes requisitos:

Nº de vagas	Descrição dos cargos	Requisitos básicos	Carga horária diária	Remuneração básica inicial (r\$)	Valor da inscrição
1	Agente Comunitário de Saúde residente em Poço Preto, Vila Nova, Campo do Meio, Serrinha, Serra Grande, Col Escada, Área Central do Município, Bairro N Sra Ap., Bairro S Francisco, Vila Batatal (Olaria Brand), Col Nova, Lot Plugge, Lot Vicente Lech, Lot Kobus	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental Completo	40h	485,48 + abono salarial	R\$ 50,00
1	Agente Comunitário de Saúde residente em Área Central do Município, Bairro N Sra Ap., Bairro S Francisco, Lot Plugge, Lot Vicente Lech, Lot Kobus				

1	Agente Comunitário de Saúde residente em S Pascoal, Col Litikoski, Rio Preto, Assentamentos, Km 4 ao 20, Ap. dos Pardos, Serra Chata, Bom Retiro				
1	Agente Comunitário de Saúde residente em Bom Sossego 1 e 2, Boa Vista, Timbozinho, Rio Branco, Rio Vermelho, Pedra Branca, Tokaski, Santo Antônio 1 e 2, Pé da Serra, Campina dos Pintos, Col Franconia, S Roque				

\* Segundo o artigo 6.º da Lei Federal n.º 11.350, de 11 de outubro de 2006 o candidato a agente comunitário de saúde deve comprovar a residência na área da comunidade em que atuar.

#### ANEXO I - CONTEÚDO DAS PROVAS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Emprego vocabular. Abreviação. Acentuação. Pontuação. Flexões nominais e verbais. Descrição. Narração. Dissertação. Fatores que contribuem para a incorreção em um texto. Qualidades de um texto. Matemática: Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números. Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Equações e Inequações do 1º e 2º grau. Exponenciação e Radiciação. Razões e Proporções. Porcentagem. Conhecimentos gerais e da atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural.

Permanecem inalteradas as demais informações sobre o CONCURSO PÚBLICO, e a íntegra do presente edital está à disposição dos interessados no endereço eletrônico: [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br).

União da Vitória, 17 de novembro de 2010.  
ODELIR DILETO CACHOEIRA  
Presidente da Comissão do Concurso Público - UNIUV

GIOZANI REGINA CRESTANI  
Presidente da Comissão do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis

#### Ata de Registro de Preços 09/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Promitente Fornecedor: Dimaster - Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 2.378,50 (Dois mil trezentos setenta oito reais e cinquenta centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial

Para Registro de Preços 06/2010  
Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Gestora do F.M.S.

#### Ata de Registro de Preços 10/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Promitente Fornecedor: Diprolmedi Medicamentos Ltda

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 9.624,60 (Nove mil seiscentos e vinte quatro reais e sessenta centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial  
Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Gestora do F.M.S.

#### Ata de Registro de Preços 11/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Promitente Fornecedor: Sulmedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 10.644,00 (Dez mil seiscentos e quarenta quatro reais)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial  
Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Gestora do F.M.S.

#### Ata de Registro de Preços 12/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Promitente Fornecedor: Mauro Marciano Garcia de Freitas - MF Medicamentos

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 19.079,90 (Dezenove mil setenta nove reais e noventa centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial  
Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO  
Gestora do F.M.S.

**Ata de Registro de Preços 13/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Promitente Fornecedor: Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 10.463,21 (Dez mil quatrocentos sessenta três reais e vinte um centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

**Ata de Registro de Preços 14/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Promitente Fornecedor: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 8.956,84 (Oito mil novecentos cinquenta seis reais e oitenta quatro centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

**Ata de Registro de Preços 15/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Promitente Fornecedor: Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 17.538,50 (Dezessete mil quinhentos trinta oito reais e cinquenta centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

**Ata de Registro de Preços 16/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Promitente Fornecedor: Promefarma Representações Comerciais

Ltda.

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 18.731,18 (Dezoito mil setecentos trinta um reais e dezoito centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

**Ata de Registro de Preços 17/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Promitente Fornecedor: Comercial Cirúrgica RioClarense Ltda.

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 15.603,30 (Quinze mil seiscentos e três reais e trinta centavos)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

**Ata de Registro de Preços 18/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Promitente Fornecedor: Ciamed - Distribuidora de Medicamentos Ltda

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 720,00 (Setecentos e vinte reais)

Vigência - 16.11.2010 a 15.11.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 09/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 06/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

**Extrato da Ata de Registro de Preços - Medicamentos**

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 09/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 06/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Romulo Antonio Azambuja e Roney Randig - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Roberto dos Santos, representante da empresa Comercial Cirúrgica Rio Clarense Ltda.; Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Artur Aranha Ribeiro, representante da empresa Cirurgica Jaw; Sr. Franciel Tiago Izycki, representante da empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Sr.



Nilton Luiz Cortiano, representante da empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas; Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Zelismar Antonio Cadore, representante da empresa Dipromedi Medicamentos Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENESE LTDA, CIRURGICA JAW LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS; ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

As empresas a seguir relacionadas, encaminharam os envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda (Sedex SZ 11874112 0 BR); Aglon Comércio e Representações Ltda (Sedex SZ 36751739 5 BR); Victoria Comércio de Produtos Hospitalares Ltda (Sedex SZ 13969907 3 BR); e as empresas: Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda (Protocolo de Recebimento nº 003); Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda (Protocolo de Recebimento nº 004); encaminharam os envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação através de seus representantes diretamente no setor de protocolo, anteriormente a licitação, não tendo nenhum representante das mesmas presentes no ato, permanecendo as propostas originais das proponentes, não havendo lances verbais.

O representante da empresa Diprolmedi Medicamentos Ltda, Sr. Zelismar Antonio Cadore, pediu desclassificação dos itens 03 e 04, conforme declaração por escrito por oferecer cotação equivocada, com valores errôneos.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 09/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 06/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Romulo Antonio Azambuja e Roney Randig - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Roberto dos Santos, representante da empresa Comercial Cirúrgica Rio Clarense Ltda.; Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Artur Aranha Ribeiro, representante da

empresa Cirurgica Jaw; Sr. Franciel Tiago Izycki, representante da empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Sr. Nilton Luiz Cortiano, representante da empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas; Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Zelismar Antonio Cadore, representante da empresa Dipromedi Medicamentos Ltda.

Foi aberta uma nova seção em virtude do item 99 ser reaberto para lances, pelo motivo de que a única empresa que ofereceu proposta com valores máximos conforme edital foi a empresa Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, e a mesma solicitou a desistência do item, pelo motivo de que houve um equívoco da parte da empresa que cotou o referido item errado, no valor de R\$ 0,554, sendo que o preço correto seria R\$ 1,07. O valor máximo no edital é de R\$ 0,554, o Pregoeiro Senhor José Osnir Cardoso, admitiu estar incorreto o valor máximo e classificou todas as empresas que ofereceram propostas.

O representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, Senhor Fernando de Lacerda, pediu a desclassificação do item 164 por motivo de não ser de 35 gramas e não atende o edital, da mesma forma o representante da empresa Cirurgica Jaw, Senhor Artur Aranha Ribeiro, solicitou desclassificação do item 164 por não ter disponibilidade para entregar purilon com 35 gramas, declarando que só existe com 8, 15 e 25 gramas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

#### Dimaster – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
018	5.000	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	Multilab	0,069	345,00
037	2.000	Comprimido	Carbonato de lítio 300 mg	Arrow	0,067	134,00
046	5.000	Comprimido	Ciprofloxacino 500 mg	Prati	0,065	325,00
048	100	Frasco	Clonazepam 2,5 mg 20 ml	Hipolabor	1,46	146,00
055	8.000	Comprimido	Cloridrato de biperideno 2 mg	Teuto	0,042	336,00
058	3.000	Comprimido	Cloridrato de nortriptilina 50 mg	Teuto	0,118	354,00
062	4.000	Comprimido	Cloridrato de sertralina 50 mg	Neo Química	0,088	352,00
088	1.000	Comprimido	Dimorf 30 mg	U.Química	0,349	349,00
166	50	Frasco	Salbutamol xarope 20mg 120 ml	Neo Química	0,75	37,50
Valor Global da empresa: Dois mil trezentos e setenta oito reais e cinquenta centavos						2.378,50

#### Diprolmedi Medicamentos Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor Total
023	2.000	Comprimido	Azitromicina 500 mg	Multilab	0,278	556,00
044	15.000	Comprimido	Cimetidina 200 mg	Multilab	0,024	360,00

047	2.000	Comprimido	Clonazepan 0,5 mg	Neo Química	0,021	42,00
053	100	Frasco	Cloridrato de ambroxol para inalação 7,5 mg 50 ml	Nativita	0,976	97,60
056	3.000	Comprimido	Cloridrato de clorpromazina 100 mg	Cristalia	0,0937	281,10
110	700	Frasco	Hidróxido de alumínio suspensão 120 ml	Sobral	0,89	623,00
117	200	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	Teuto	0,037	7,40
122	6.000	Comprimido	Levodopa + Carbidopa 25/250 mg	Cristalia	0,17	1.020,00
126	2.000	Comprimido	Maleato de levomepromazina 25 mg	Cristalia	0,098	196,00
138	400	Tubo	Metronidazol creme vaginal 50 mg 50 gr	Prati	0,97	388,00
141	700	Tubo	Nistatina creme vaginal com 60 gr	Prati	0,92	644,00
157	500	Ampola	Penicilina 1.200.000UI	Prodotti	0,699	349,50
180	10.000	Comprimido	Valproato de sódio 500 mg	Sanofi	0,467	4.670,00
182	10.000	Comprimido	Verapamil 80 mg	Sanval	0,039	390,00
Valor Global da empresa R\$ 9.624,60 (Nove mil seiscentos vinte quatro reais e sessenta centavos)						

## Sulmedi – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
015	40.000	Comprimido	Amitriptilina 25 mg	Teuto	0,02	800,00
025	800	Frasco	Benzoato de benzila 25% loção 100 ml	Phytolab	0,90	720,00
082	2.000	Ampola	Diclofenaco de sódio 75 mg – 3 ml	Teuto	0,20	400,00
094	2.000	Comprimido	Eritromicina 500 mg	Prati	0,15	300,00
115	7.000	Comprimido	Hioscina simples 10 mg	Belfar	0,12	840,00
134	30.000	Comprimido	Metildopa 500 mg	TKS	0,11	3.300,00
178	840	Cartela	Triquilar com 21 drágeas	Bayer	5,10	4.284,00
Valor Global da empresa: Dez mil seiscentos e quarenta quatro reais						10.644,00

## Mauro Marciano Garcia de Freitas

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor Total
006	100	Tubo	Aciclovir pomada 5 gr	Prati	0,698	69,80

011	2.000	Frasco	Albendazol suspensão 40 mg/ml	Teuto	0,468	936,00
029	3.000	Comprimido	Blacofeno 10 mg	Teuto	0,039	117,00
040	1.000	Frasco	Cefalexina 250 mg suspensão 60 ml	Bergamo	1,999	1.999,00
043	2.000	Comprimido	Cilostazol 100 mg	Eurofarma	0,525	1.050,00
059	3.000	Comprimido	Cloridrato de prometazina 25 mg	Prati	0,024	72,00
064	2.000	Comprimido	Cloridrato de tramadol 100 mg	Uci	0,99	1.980,00
073	200	Ampola	Dexalgen injetável 1 ml	Eurofarma	7,66	1.532,00
079	400	Frasco	Dexclorfeniramina 2 mg xarope – 100 ml	Teuto	0,689	275,60
095	3.000	Comprimido	Fenitoína 100 mg	Teuto	0,059	177,00
096	2.000	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	Teuto	0,0265	53,00
098	20.000	Comprimido	Fluoxetina 20 mg	Teuto	0,03	600,00
100	1.000	Comprimido	Alprazolam 0,25 mg	EMS	0,066	66,00
102	2.000	Comprimido	Fumarato de quetiapina 25 mg	Arrow	1,24	2.480,00
108	10.000	Comprimido	Haloperidol 5 mg	Teuto	0,0214	214,00
109	50.000	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg	Pharlab	0,0099	495,00
111	7.000	Comprimido	Hioscina composta	Prati	0,097	679,00
114	100	Ampola	Hioscina simples 1 ml – intramuscular	Hypofarma	0,385	38,50
147	50	Frasco	Óleo mineral 100 ml	Mariol	1,16	58,00
151	8.000	Comprimido	Oxcarbamazepina 600 mg	Medley	0,612	4.896,00
153	5.000	Comprimido	Paracetamol 300mg + carisoprodol 125mg + diclofenaco 50mg + cafeína 30mg	Mdcpharma	0,078	390,00
163	20.000	Comprimido	Propanolol 40 mg	Osorio	0,009	180,00
175	2.000	Comprimido	Sulfametazol 400 mg + trimetopina 80 mg	Prati	0,039	78,00
181	200	Frasco	Valproato de sódio solução oral com 100 ml	Teuto	2,08	416,00

183	200	Tubo	Vitamina A e D pomada dermatológica – tubo com 45 gr	Vitapan	1,14	228,00
Valor Global da empresa R\$ 19.079,90 (Dezenove mil setenta e nove reais e noventa centavos)						

## Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor Total
010	4.000	Comprimido	Albendazol 400 mg	Prati	0,146	584,00
016	700	Frasco	Amoxicilina 250 mg/ml suspensão – 150 ml	Neo Química	2,039	1.427,30
017	500	Frasco	Amoxicilina 250 mg/ml suspensão – 60 ml	Prati	1,019	509,50
026	1.000	Unidade	Benzoato de benzila sabonete 60 g	Multilab	1,379	1.379,00
028	100	Ampola	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável 10 ml	Santec	0,295	29,50
035	200	Frasco	Carbocisteína xarope adulto 50 mg/ml com 100 ml	Lasa	1,206	241,20
039	4.000	Comprimido	Carvedilol 3,125 mg	Torrent	0,08	320,00
066	10	Frasco	Colírio anestésico 20 ml	Allergan	6,50	65,00
076	500	Frasco	Dexametasona elixir – 100 ml	Farmace	0,9243	462,15
080	25.000	Comprimido	Diazepam 10 mg	Medley	0,0169	422,50
083	100	Tubo	Diclofenaco emulgel 60 gr	Prati	1,0318	103,18
097	100	Frasco	Fenobarbital 4% gotas 20 ml	Sanval	1,474	147,40
107	200	Ampola	Glicose 25% 10 ml	Farmace	0,134	26,80
124	40.000	Comprimido	Losartan potássico 50 mg	Prati	0,042	1.680,00
129	10.000	Comprimido	Meloxicam 15 mg	Prati	0,0376	376,00
135	7.000	Comprimido	Metoclopramida 10 mg	Hipolabor	0,0148	103,60
137	5.000	Comprimido	Metronidazol 250 mg	Prati	0,0289	144,50
146	2.000	Comprimido	Norfloxacino 400 mg	Hipolabor	0,0999	199,80
150	50	Frasco	Oxcarbamezina Solução 6% 100 ml	União Química	16,08	804,00
156	2.000	Comprimido	Paroxetina 20 mg	Cristália	0,189	378,00
162	100	Tubo	Propionato de clobetazol 0,5 mg/gr – 30 gr	Prati	1,999	199,90
167	20.000	Comprimido	Sinvastatina 20 mg	Multilab	0,0349	698,00

184	100	Tubo	Xilocaína gel 20 mg 30gr	Hipolabor	1,6188	161,88
Valor Global da empresa R\$ 10.463,21 (Dez mil quatrocentos sessenta e três reais e vinte e um centavos)						

## Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor Total
013	20.000	Comprimido	Aminofilina 100 mg	Hipolabor	0,012	240,00
027	19.000	Comprimido	Besilato de anlodipino 10 mg	Geolab	0,0329	625,10
032	150.000	Comprimido	Captopril 25 mg	Prati	0,0109	1.635,00
045	7.000	Comprimido	Cinarizina 25 mg	Sanval	0,0229	160,30
068	500	Ampola	Complexo B + ácido ascórbico + frutose com 10 ml	Bunker	1,05	525,00
071	200	Frasco	Deltametrina suspensão 60 ml	Santa Terezinha	1,04	208,00
101	500	Ampola	Fructogenase injetável 10 ml	Bunker	1,03	515,00
104	600	Ampola	Gentamicina 40 mg	Novafarma	0,309	185,40
119	20	Frasco	Insulina NPH Regular 100 UI/ 10 ml	Cellofarm	8,6022	172,04
127	1.000	Comprimido	Maleato de metilergometrina 0,125 mg	Novartis	0,439	439,00
132	20.000	Comprimido	Metformina 850 mg	Teuto	0,0349	698,00
143	700	Tubo	Nitrato de miconazol creme 60 gr	Prati	1,02	714,00
149	50.000	Comprimido	Omeprazol 20 mg	Prati	0,047	2.350,00
160	6.000	Comprimido	Prednisona 20 mg	Prati	0,045	270,00
173	1.000	Pacote	Soro oral pó 27,9 gr	Prati	0,22	220,00
Valor Global da empresa R\$ 8.956,84 (Oito mil novecentos cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)						

## Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor Total
002	20.000	Comprimido	Acido Acetil Salicílico 500 mg	Balm-Labor	0,021	420,00
007	500	Comprimido	Acido fólico 5 mg	Prati	0,01	5,00
012	3.000	Comprimido	Alendronato de sódio 70 mg	Uci-Farma	0,294	882,00
019	4.000	Comprimido	Ampicilina 500 mg	Prati	0,09	360,00
024	1.000	Frasco/Amp	Benzil penicilina proc. + potássica 400.000UI	Teuto	0,40	400,00

036	200	Frasco	Carbocisteína xarope infantil 20 mg/ml com 100 ml	Prati	0,97	194,00
041	7.000	Comprimido	Cefalexina 500 mg	Teuto	0,128	896,00
052	1.000	Frasco	Cloridrato de ambroxol adulto xarope – 120 ml	Mariol	0,819	819,00
054	1.000	Frasco	Cloridrato de ambroxol pediátrico xarope – 120 ml	Mariol	0,78	780,00
057	4.000	Comprimido	Cloridrato de imipramina 25 mg	Teuto	0,027	108,00
063	2.000	Comprimido	Cloridrato de tioridazina 50 mg	União Química	0,37	740,00
099	7.000	Comprimido	Fosfato de codeína 30 mg	Cristalia	0,87	6.090,00
145	150	Cartela	Noretisterona 0,35 mg – 35 comprimidos	Biolab	6,15	922,50
165	2.000	Comprimido	Risperidona 1 mg	Torrent	0,056	112,00
168	1.500	Bolsa	Soro fisiológico 125 ml – Bolsa	Basa	1,25	1.875,00
169	500	Bolsa	Soro fisiológico 250 ml – Bolsa	Basa	1,35	675,00
170	500	Bolsa	Soro fisiológico 500 ml – Bolsa	Basa	1,50	750,00
172	500	Bolsa	Soro glicosado 500 ml – Bolsa	Basa	1,92	960,00
179	1.000	Comprimido	Clobazam 20 mg	Sanofi	0,55	550,00
Valor Global da empresa: Dezesete mil quinhentos trinta oito reais e cinquenta centavos						17.538,50

## Promefarma Representações Comerciais Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor Total
001	100.000	Comprimido	Acido Acetil Salicílico 100 mg	Sobral	0,0069	690,00
004	200	Frasco	Acebrofilina xarope infantil 25 mg / 5ml com 120ml	Prati	1,74	348,00
005	3.000	Comprimido	Aciclovir 200 mg	Prati	0,061	183,00
008	1.000	Cápsula	Adalat 10 mg sl	Bayer	0,329	329,00
014	5.000	Comprimido	Amiodarona 200 mg	Geolab	0,072	360,00
021	10	Frasco	Benzocaina + Benzoxiquina + Mentol + Cloreto Benzetonio 43g - Aerosol	Eurofarma	17,256	172,56
022	50.000	Comprimido	Atenolol 50 mg	Prati	0,014	700,00
030	40	Frasco	Brometo de ipratrópio 0,25 mg – frasco com 20 ml	Hipolabor	0,54	21,60
031	40	Frasco	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml – frasco com 20 ml	Hipolabor	1,14	45,60

049	30	Tubo	Cloranfenicol + colagenase 30 gr	Cristália	9,90	297,00
051	100	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% 30 ml	Mariol	0,312	31,20
061	10.000	Comprimido	Cloridrato de ranitidina 150 mg	Teuto	0,038	380,00
065	2.000	Comprimido	Clortalidona 50 mg	Vitapan	0,075	150,00
069	100	Frasco	Complexo B gotas 30 ml	Belfar	1,188	118,80
070	50	Ampola	Contracep 150 mg 1 ml	EMS	11,40	570,00
072	700	Caixa	Dexadoze injetável caixa com 3 – 2 ml / 1 ml	TEUTO	0,84	588,00
074	600	Ampola	Dexametasona 2 mg 1ml	Farmace	0,252	151,20
077	500	Ampola	Dexaneurim 5.000UI	Bunker	0,96	480,00
078	5.000	Comprimido	Dexclorfeniramina 2 mg	Geolab	0,012	60,00
081	80.000	Comprimido	Diclofenaco de sódio 50 mg	Vitamed	0,014	1.120,00
084	1.000	Frasco	Diclofenaco resinato gotas 15 mg – 20 ml	Hipolabor	0,42	420,00
086	2.000	Comprimido	Dimeticona 40 mg	Prati	0,0265	53,00
087	100	Frasco	Dimeticona gotas 75 mg/ml 10ml	Hipolabor	0,42	42,00
090	700	Frasco	Dipirona sódica gotas 500 mg - 10 ml	Mariol	0,264	184,80
091	1.000	Comprimido	Dolamin 125 mg	Farmo Química	0,792	792,00
092	10	Tubo	Epitezan pomada 3,5 gr	Latino-farma	7,76	77,60
093	500	Frasco	Eritromicina 250 mg suspensão - 60 ml	Prati	1,56	780,00
103	20.000	Comprimido	Furosemida 40 mg	Hipolabor	0,012	240,00
112	400	Frasco	Hioscina composta gotas 20 ml	Hipolabor	0,99	396,00
113	200	Ampola	Hioscina composta injetável 5 ml	Farmace	0,476	95,20
118	10	Frasco	Insulina glargina lantus 100 UI/ 10 ml	Sanofi	260,292	2.602,92
120	500	Frasco	Iodeto de potássio xarope 120 ml	Sobral	0,90	450,00
121	5.000	Comprimido	Isossorbida 10 mg	Green Pharma	0,024	120,00
125	50.000	Comprimido	Maleato de enalapril 10 mg	Cimed	0,0189	945,00
128	500	Frasco	Mebendazol 20 mg/ml suspensão – 30 ml	Sobral	0,30	150,00



130	20	Frasco	Mentol + terpinol + eucalipto + acido benzóico gotas 20 ml p/inalação	Daudt	12,12	242,40
131	20.000	Comprimido	Metformina 500 mg	Multilab	0,029	580,00
136	500	Frasco	Metoclopramida gotas 4 mg – 10 ml	Hipolabor	0,259	129,50
140	5.000	Comprimido	Nifedipina 20 mg	Geolab	0,019	95,00
142	100	Frasco	Nistatina solução oral 30 ml	Parti	1,198	119,80
152	5.000	Frasco	Paracetamol gotas 100 mg – 10 ml	Farmace	0,30	1.500,00
155	40.000	Comprimido	Paracetamol 750 mg	Mariol	0,024	960,00
158	200	Ampola	Penicilina 600.000UI	Novafarma	0,48	96,00
159	100	Frasco	Permetrina loção 1% - 60 ml	Ifal	0,87	87,00
161	3.000	Comprimido	Prednisona 5 mg	Prati	0,0198	59,40
174	200	Bolsa	Soro ringer com lactato 500 ml – Bolsa	Texon	2,088	417,60
176	500	Frasco	Sulfametazol 400 mg + trimetoprima 80 mg suspensão 50 ml	Sobral	0,60	300,00
Valor Global da empresa R\$ 18.731,18 (Dezoito mil setecentos trinta um reais e dezoito centavos)						

## Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor Total
003	800	Frasco	Acebrofilina xarope adulto 50 mg / 5ml com 120 ml	Prati	2,50	2.000,00
009	1.500	Ampola	Água destilada 5 ml	Isofarma	0,095	142,50
020	800	Ampola	Ampicilina 500 mg injetável com diluente	Ariston	0,65	520,00
034	60.000	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	Neo Química	0,036	2.160,00
042	7.000	Comprimido	Cetoconazol 200 mg	Hipolabor	0,058	406,00
060	200	Ampola	Cloridrato de prometazina 25 mg 2 ml	Sanval	0,68	136,00
067	10.000	Comprimido	Complexo B	Belfar	0,035	350,00
075	500	Tubo	Dexametasona creme 10 gr	Multilab	0,425	212,50
085	10.000	Comprimido	Digoxina 0,25 mg	Pharlab	0,024	240,00
089	25.000	Comprimido	Dipirona 500 mg	Balm-Labor	0,029	725,00
105	600	Ampola	Gentamicina 80 mg injetável	Hipolabor	0,278	166,80
106	20.000	Comprimido	Glibenclâmida 5 mg	Sanval	0,008	160,00
123	3.200	Cartela	Levonorgestrel 0,15 mg + etinilestradiol 0,03 mcg	Cifarma	0,549	1.756,80

133	30.000	Comprimido	Metildopa 250 mg	Laboris	0,0628	1.884,00
139	700	Tubo	Neomicina + bacitracina pomada 10 gr	Multilab	0,595	416,50
144	540	Ampola	Enantato de Noretisterona 50mg + Valerato de Estradiol 5g - 1 ml	Cifarma	6,18	3.337,20
171	500	Bolsa	Soro glicofisiológico 500 ml – Bolsa	Segmenta	1,98	990,00
Valor Global da empresa R\$ 15.603,30 (Quinze mil seiscentos e três reais e trinta centavos)						

## Ciamed – Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor Total R\$
154	40.000	Comprimido	Paracetamol 500 mg	TKS	0,018	720,00
Valor total da empresa R\$ 720,00 (Setecentos e vinte reais)						720,00

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 09/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 06/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osni Cardoso - Pregoeiro, Sr. Romulo Antonio Azambuja e Roney Randig - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Roberto dos Santos, representante da empresa Comercial Cirúrgica Rio Clarense Ltda.; Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Artur Aranha Ribeiro, representante da empresa Cirurgica Jaw; Sr. Franciel Tiago Izycki, representante da empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Sr. Nilton Luiz Cortiano, representante da empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas; Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Zelismar Antonio Cadore, representante da empresa Dipromedi Medicamentos Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas que se apresentaram para o certame: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA, CIRURGICA JAW LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS; ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.



**RREO - 5º BIMESTRE**

Município de IRINEOPOLIS - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>2.989.846,85</b>	<b>13,07</b>	<b>13.568.752,28</b>	<b>59,29</b>	<b>9.315.497,72</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.995.000,00</b>	<b>14.995.000,00</b>	<b>2.459.846,85</b>	<b>16,40</b>	<b>12.070.560,08</b>	<b>80,50</b>	<b>2.924.439,92</b>
RECEITA TRIBUTARIA	640.200,00	640.200,00	106.566,08	16,65	693.894,46	108,39	-53.694,46
IMPOSTOS	570.000,00	570.000,00	104.401,71	18,32	621.289,83	109,00	-51.289,83
TAXAS	68.700,00	68.700,00	2.164,37	3,15	72.604,63	105,68	-3.904,63
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	19.730,18	13,15	160.967,46	107,31	-10.967,46
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	69.997,00	0,00	-69.997,00
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	150.000,00	150.000,00	19.730,18	13,15	90.970,46	60,65	59.029,54
RECEITA PATRIMONIAL	45.800,00	45.800,00	277,78	0,61	22.729,59	49,63	23.070,41
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	42.500,00	42.500,00	277,78	0,65	20.099,68	47,29	22.400,32
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Outras Rec. Patrimoniais	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	2.629,91	146,11	-829,91
RECEITA DE SERVIÇOS	214.000,00	214.000,00	33.414,88	15,61	157.161,08	73,44	56.838,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.847.200,00	13.847.200,00	2.231.363,98	16,11	10.874.945,73	78,54	2.972.254,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.467.200,00	13.467.200,00	2.182.464,44	16,21	10.679.307,52	79,30	2.787.892,48
Transf. de Conv.	380.000,00	380.000,00	48.899,54	12,87	195.638,21	51,48	184.361,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.800,00	97.800,00	68.493,95	70,03	160.861,76	164,48	-63.061,76
Multas e Juros de Mora	23.400,00	23.400,00	25.986,17	111,05	51.812,48	221,42	-28.412,48
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.700,00	15.700,00	1.085,53	6,91	13.659,99	87,01	2.040,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	27.700,00	27.700,00	36.748,01	132,66	66.362,88	239,58	-38.662,88
RECEITAS DIVERSAS	31.000,00	31.000,00	4.674,24	15,08	29.026,41	93,63	1.973,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.889.250,00</b>	<b>7.889.250,00</b>	<b>530.000,00</b>	<b>6,72</b>	<b>1.498.192,20</b>	<b>18,99</b>	<b>6.391.057,80</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.320.000,00	1.320.000,00	0,00	0,00	201.550,71	15,27	1.118.449,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.320.000,00	1.320.000,00	0,00	0,00	201.550,71	15,27	1.118.449,29
ALIENAÇÃO DE BENS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	50.891,69	99,79	108,31
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.891,69	101,78	-891,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.518.250,00	6.518.250,00	530.000,00	8,13	1.245.749,80	19,11	5.272.500,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.518.250,00	6.518.250,00	530.000,00	8,13	1.245.749,80	19,11	5.272.500,20
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>2.989.846,85</b>	<b>13,07</b>	<b>13.568.752,28</b>	<b>59,29</b>	<b>9.315.497,72</b>

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>2.989.846,85</b>	<b>13,07</b>	<b>13.568.752,28</b>	<b>59,29</b>	<b>9.315.497,72</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	296.013,91	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.884.250,00	22.884.250,00	2.989.846,85	13,07	13.864.766,19	59,29	9.315.497,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	174.000,00	—	—	127.730,54	—	—
Superávit Financeiro	—	174.000,00	—	—	127.730,54	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>23.149.250,00</b>	<b>2.998.706,40</b>	<b>14.105.136,74</b>	<b>2.921.058,94</b>	<b>13.864.766,19</b>	<b>59,89</b>	<b>9.284.483,81</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.232.500,00</b>	<b>844.657,28</b>	<b>14.077.157,28</b>	<b>2.084.187,09</b>	<b>10.894.350,84</b>	<b>2.090.480,74</b>	<b>10.789.970,99</b>	<b>76,65</b>	<b>3.287.186,29</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.245.710,00	435.500,00	7.681.210,00	1.196.172,72	6.188.244,80	1.196.172,72	6.188.244,80	80,56	1.492.965,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	78.000,00	1.300,00	79.300,00	7.910,82	40.689,72	7.910,82	40.689,72	51,31	38.610,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.908.790,00	407.857,28	6.316.647,28	880.103,55	4.665.416,32	886.397,20	4.561.036,47	72,21	1.755.610,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.569.750,00</b>	<b>-579.657,28</b>	<b>8.990.092,72</b>	<b>914.519,31</b>	<b>3.210.785,90</b>	<b>830.578,20</b>	<b>3.074.795,20</b>	<b>34,20</b>	<b>5.915.297,52</b>
INVESTIMENTOS	8.854.750,00	-546.848,02	8.307.901,98	792.172,90	2.825.170,74	708.231,79	2.689.180,04	32,37	5.618.721,94
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	-36.809,26	163.190,74	42.190,74	42.190,74	42.190,74	42.190,74	25,85	121.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	515.000,00	4.000,00	519.000,00	80.155,67	343.424,42	80.155,67	343.424,42	66,17	175.575,58
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>82.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>23.149.250,00</b>	<b>2.998.706,40</b>	<b>14.105.136,74</b>	<b>2.921.058,94</b>	<b>13.864.766,19</b>	<b>59,89</b>	<b>9.284.483,81</b>

Continuação 2/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>23.149.250,00</b>	<b>2.998.706,40</b>	<b>14.105.136,74</b>	<b>2.921.058,94</b>	<b>13.864.766,19</b>	<b>59,89</b>	<b>9.284.483,81</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>23.149.250,00</b>	<b>2.998.706,40</b>	<b>14.105.136,74</b>	<b>2.921.058,94</b>	<b>13.864.766,19</b>	<b>59,89</b>	<b>9.284.483,81</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	22.884.250,00	23.149.250,00	2.998.706,40	14.105.136,74	2.921.058,94	13.864.766,19	100,00	59,89	9.284.483,81
Legislativa	766.000,00	766.000,00	101.408,21	474.052,15	101.408,21	474.052,15	3,42	61,89	291.947,85
Ação Legislativa	766.000,00	766.000,00	101.408,21	474.052,15	101.408,21	474.052,15	3,42	61,89	291.947,85
Administração	1.835.000,00	1.808.690,74	261.345,44	1.248.206,97	260.194,03	1.242.526,05	8,96	68,70	566.164,69
Planejamento e Orçamento	357.000,00	372.500,00	53.461,88	299.855,66	53.640,72	299.483,75	2,16	80,40	73.016,25
Administração Geral	1.163.000,00	1.129.190,74	167.691,88	742.516,30	165.758,63	737.281,29	5,32	65,29	391.909,45
Administração Financeira	315.000,00	307.000,00	40.191,68	205.835,01	40.794,68	205.761,01	1,48	67,02	101.238,99
Segurança Pública	36.000,00	31.000,00	2.615,81	13.294,43	2.615,81	11.971,65	0,09	38,62	19.028,35
Defesa Civil	36.000,00	31.000,00	2.615,81	13.294,43	2.615,81	11.971,65	0,09	38,62	19.028,35
Assistência Social	1.263.500,00	1.431.500,00	148.690,39	567.983,11	152.960,65	565.443,75	4,08	39,50	866.056,25
Assistência ao Idoso	82.000,00	82.000,00	3.863,80	9.893,99	3.251,72	9.024,35	0,07	11,01	72.975,65
Assistência ao Portador de Deficiência	13.000,00	13.000,00	787,76	7.877,60	787,76	7.877,60	0,06	60,60	5.122,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	197.500,00	288.500,00	57.263,31	155.416,10	62.068,86	154.954,98	1,12	53,71	133.545,02
Assistência Comunitária	846.000,00	923.000,00	65.246,39	282.196,74	65.323,18	280.988,14	2,03	30,44	642.011,86
Previdência Básica	125.000,00	125.000,00	21.529,13	112.598,68	21.529,13	112.598,68	0,81	90,08	12.401,32
Saúde	4.518.500,00	4.605.500,00	660.926,12	3.749.694,92	544.759,15	3.592.998,57	25,91	78,02	1.012.501,43
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Atenção Básica	3.916.500,00	3.922.500,00	570.896,99	3.313.952,12	448.330,61	3.158.509,61	22,78	80,52	763.990,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	556.000,00	637.000,00	85.960,71	421.421,11	92.211,92	420.219,77	3,03	65,97	216.780,23
Vigilância Sanitária	26.000,00	26.000,00	2.387,40	3.537,85	2.387,40	3.537,85	0,03	13,61	22.462,15
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	18.000,00	1.681,02	10.783,84	1.829,22	10.731,34	0,08	59,62	7.268,66
Educação	6.013.000,00	5.881.309,26	788.564,34	3.802.293,20	804.089,79	3.752.380,89	27,06	63,80	2.128.928,37
Administração Geral	3.000,00	1.000,00	0,00	180,00	0,00	180,00	0,00	18,00	820,00
Ensino Fundamental	5.094.000,00	4.979.500,00	661.876,37	3.227.969,20	688.768,57	3.190.064,14	23,01	64,06	1.789.435,86
Ensino Médio	22.000,00	22.000,00	0,00	18.900,00	0,00	18.900,00	0,14	85,91	3.100,00
Ensino Superior	83.000,00	74.809,26	22.135,00	42.870,00	15.052,50	35.787,50	0,26	47,84	39.021,76
Educação Infantil	788.000,00	783.000,00	100.052,97	497.374,00	97.268,72	493.949,25	3,56	63,08	289.050,75
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	4.500,00	15.000,00	3.000,00	13.500,00	0,10	67,50	6.500,00
Cultura	181.000,00	66.000,00	2.755,40	21.858,81	2.755,40	21.858,81	0,16	33,12	44.141,19
Difusão Cultural	181.000,00	66.000,00	2.755,40	21.858,81	2.755,40	21.858,81	0,16	33,12	44.141,19
Urbanismo	3.896.000,00	3.969.000,00	718.586,08	2.457.248,30	718.808,28	2.455.710,80	17,71	61,87	1.513.289,20
Infra-Estrutura Urbana	3.896.000,00	3.969.000,00	718.586,08	2.457.248,30	718.808,28	2.455.710,80	17,71	61,87	1.513.289,20
Habituação	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Habituação Urbana	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	22.884.250,00	23.149.250,00	2.998.706,40	14.105.136,74	2.921.058,94	13.864.766,19	100,00	59,89	9.284.483,81
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	1.002.250,00	997.250,00	69.773,56	341.935,24	81.799,53	331.133,84	2,39	33,20	666.116,16
Extensão Rural	1.002.250,00	997.250,00	69.773,56	341.935,24	81.799,53	331.133,84	2,39	33,20	666.116,16
Indústria	81.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Promoção Industrial	81.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Comércio e Serviços	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Turismo	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Energia	120.000,00	120.000,00	26.550,13	104.909,07	26.550,13	104.909,07	0,76	87,42	15.090,93
Energia Elétrica	120.000,00	120.000,00	26.550,13	104.909,07	26.550,13	104.909,07	0,76	87,42	15.090,93
Transporte	2.853.000,00	3.116.000,00	206.630,67	1.262.559,95	214.124,21	1.250.991,52	9,02	40,15	1.865.008,48
Transporte Rodoviário	2.853.000,00	3.116.000,00	206.630,67	1.262.559,95	214.124,21	1.250.991,52	9,02	40,15	1.865.008,48
Desporto e Lazer	47.000,00	98.000,00	10.860,25	61.100,59	10.993,75	60.789,09	0,44	62,03	37.210,91
Desporto Comunitário	47.000,00	98.000,00	10.860,25	61.100,59	10.993,75	60.789,09	0,44	62,03	37.210,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>23.149.250,00</b>	<b>2.998.706,40</b>	<b>14.105.136,74</b>	<b>2.921.058,94</b>	<b>13.864.766,19</b>	<b>100,00</b>	<b>59,89</b>	<b>9.284.483,81</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	604.700,00	604.700,00	145.558,66	693.632,08	114,71
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	203.500,00	203.500,00	28.884,41	226.182,35	111,15
1.1.1- IPTU	180.000,00	180.000,00	5.659,76	186.067,63	103,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	7.764,75	16.027,27	160,27
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	13.500,00	13.500,00	15.459,90	24.087,45	178,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	28.500,00	28.500,00	4.702,00	48.686,14	170,83
1.2.1- ITBI	28.000,00	28.000,00	4.702,00	48.686,14	173,88
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.700,00	220.700,00	94.409,69	332.259,64	150,55
1.3.1- ISS	210.000,00	210.000,00	76.477,39	300.032,11	142,87
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.000,00	4.000,00	9.892,42	15.967,06	399,18
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	6.700,00	6.700,00	8.039,88	16.260,47	242,69
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	152.000,00	152.000,00	17.562,56	86.503,95	56,91
1.4.1- IRRF	152.000,00	152.000,00	17.562,56	86.503,95	56,91
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.010.000,00	10.010.000,00	1.611.731,49	7.981.540,43	79,74
2.1- Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	770.399,44	4.154.032,84	70,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.900.000,00	5.900.000,00	770.399,44	4.154.032,84	70,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	750.860,30	3.396.658,33	94,35
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	36.000,00	36.000,00	4.456,92	22.284,60	61,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	15.540,77	70.940,14	64,49
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	17.535,12	20.454,57	102,27
2.6- Cota-Parte IPVA	344.000,00	344.000,00	52.938,94	317.169,95	92,20
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.614.700,00</b>	<b>10.614.700,00</b>	<b>1.757.290,15</b>	<b>8.675.172,51</b>	<b>81,73</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	472.000,00	472.000,00	97.312,78	426.874,20	90,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	255.000,00	255.000,00	45.051,70	230.004,42	90,20
5.2- Outras Transferências do FNDE	217.000,00	217.000,00	52.261,08	196.869,78	90,72
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	1.740.000,00	1.740.000,00	48.899,54	195.638,21	11,24
6.1- Transferências de Convênios	1.740.000,00	1.740.000,00	48.899,54	195.638,21	11,24
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.214.000,00</b>	<b>2.214.000,00</b>	<b>146.212,32</b>	<b>622.512,41</b>	<b>28,12</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.921.400,00	1.921.400,00	322.345,93	1.596.306,19	83,08
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.140.000,00	1.140.000,00	154.079,83	830.806,29	72,88
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	680.000,00	680.000,00	150.171,91	679.330,84	99,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.600,00	6.600,00	891,38	4.456,90	67,53
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	3.108,15	14.188,05	64,49
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	3.507,00	4.090,82	102,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	68.800,00	68.800,00	10.587,66	63.433,29	92,20
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.860.000,00	2.860.000,00	563.477,56	2.651.652,85	92,72
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.850.000,00	2.850.000,00	563.477,56	2.651.652,85	93,04
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>928.600,00</b>	<b>928.600,00</b>	<b>241.131,63</b>	<b>1.055.346,66</b>	<b>113,65</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.839.000,00	1.959.000,00	396.038,94	1.587.438,44	81,03
13.1- Com Educação Infantil	139.000,00	139.000,00	79.057,50	82.461,31	59,32
13.2- Com Ensino Fundamental	1.700.000,00	1.820.000,00	316.981,44	1.504.977,13	82,69
14- OUTRAS DESPESAS	1.011.000,00	1.111.000,00	180.704,64	762.254,06	68,61
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.011.000,00	1.111.000,00	180.704,64	762.254,06	68,61
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.850.000,00	3.070.000,00	576.743,58	2.349.692,50	76,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					59,87
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.653.675,00	2.653.675,00	439.322,54	2.168.793,13	81,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	633.000,00	633.000,00	97.268,72	439.927,27	69,50
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	139.000,00	139.000,00	79.057,50	82.461,31	59,32
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	494.000,00	494.000,00	18.211,22	357.465,96	72,36
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.039.000,00	3.304.000,00	543.970,51	2.449.223,37	74,13
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.711.000,00	2.931.000,00	497.686,08	2.267.231,19	77,35
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	328.000,00	373.000,00	46.284,43	181.992,18	48,79
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.682.000,00	3.947.000,00	641.239,23	2.889.150,64	73,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.055.346,66
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					79.428,86
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.134.775,52
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.754.375,12
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,22

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	255.000,00	280.000,00	45.800,00	230.528,34	82,33
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.967.000,00	1.557.500,00	98.998,06	529.430,43	33,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.000,00	1.837.500,00	144.798,06	759.958,77	41,36
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.904.000,00	5.784.500,00	786.037,29	3.649.109,41	63,08
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	139.986,24	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.651.652,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.524.413,10	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	267.225,99	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 79.428,86, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.614.700,00	10.614.700,00	8.675.172,51	81,73
Impostos	570.000,00	570.000,00	621.289,83	109,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	180.000,00	180.000,00	186.067,63	103,37
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	28.000,00	28.000,00	48.686,14	173,88
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	210.000,00	210.000,00	300.032,11	142,87
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	152.000,00	152.000,00	86.503,95	56,91
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	34.700,00	34.700,00	72.342,25	208,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.500,00	14.500,00	31.994,33	220,65
Dívida Ativa dos Impostos	20.200,00	20.200,00	40.347,92	199,74
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.010.000,00	10.010.000,00	7.981.540,43	79,74
Da União	5.956.000,00	5.956.000,00	4.196.772,01	70,46
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	5.900.000,00	5.900.000,00	4.154.032,84	70,41
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	20.000,00	20.000,00	20.454,57	102,27
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	36.000,00	36.000,00	22.284,60	61,90
Do Estado	4.054.000,00	4.054.000,00	3.784.768,42	93,36
Cota-Parte do ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	3.396.658,33	94,35
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.000,00	110.000,00	70.940,14	64,49
Cota-Parte do IPVA	344.000,00	344.000,00	317.169,95	92,20
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.485.500,00	2.485.500,00	1.207.175,54	48,57
Da União para o Município	1.692.500,00	1.692.500,00	1.004.360,81	59,34
Do Estado para o Município	793.000,00	793.000,00	202.814,73	25,58
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	11.705.450,00	11.705.450,00	5.282.710,42	45,13
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.921.400,00	-1.921.400,00	-1.596.306,19	83,08
<b>TOTAL</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>22.884.250,00</b>	<b>13.568.752,28</b>	<b>59,29</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.628.500,00	3.657.848,02	3.031.060,34	82,86
Pessoal e Encargos Sociais	2.274.500,00	2.256.500,00	1.929.425,54	85,51
Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	4.300,00	2.633,09	61,23
Outras Despesas Correntes	1.351.000,00	1.397.048,02	1.099.001,71	78,67
DESPESAS DE CAPITAL	878.000,00	931.651,98	561.938,23	60,32
Investimentos	878.000,00	931.651,98	551.477,97	59,19
Amortização da Dívida	0,00	0,00	10.460,26	0,00

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	878.000,00	931.651,98	561.938,23	60,32
Amortização da Dívida	0,00	0,00	10.460,26	0,00
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>4.506.500,00</b>	<b>4.589.500,00</b>	<b>3.592.998,57</b>	<b>78,29</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	4.506.500,00	4.589.500,00	3.592.998,57	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.480.500,00	2.541.500,00	1.878.524,30	52,28
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.480.500,00	2.541.500,00	1.878.524,30	52,28
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>2.026.000,00</b>	<b>2.048.000,00</b>	<b>1.714.474,27</b>	<b>47,72</b>

**CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE**  
**INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE  
FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	131.696,28	723,70

**PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL  $\leq \frac{(V - VI)}{I}$**

19,75

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	3.916.500,00	3.922.500,00	3.158.509,61	87,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	556.000,00	637.000,00	420.219,77	11,70
Vigilância Sanitária	26.000,00	26.000,00	3.537,85	0,10
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	18.000,00	10.731,34	0,30
Outras Subfunções	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.537.500,00</b>	<b>4.624.500,00</b>	<b>3.592.998,57</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.



# Itapoá

## PREFEITURA MUNICIPAL

### **Pregão Nº 44/2010 - Aquisição de duas motocicletas** EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2010 PROCESSO Nº 117/2010

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 4728/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário e que às 09h e 30 m, do dia 30 de novembro de 2010, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame, que constitui objeto da presente licitação a Aquisição 02 (duas) motocicletas 0 km para uso dos fiscais da Secretaria de Administração, conforme especificações contidas no Anexo V do edital. Para aquisição na íntegra do Edital através do site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

Itapoá, 17 de novembro de 2010.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

### **Termo Aditivo Nº 21/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
TERMO ADITIVO Nº 21/2010  
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 191/2009  
(2º aditivo).

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede na Rua Otomar Doerffel, nº 841, Bairro Atiradores, município de Joinville (SC).

Licitação: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2009 - PROCESSO Nº 85/2009;

Objeto: Serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Itapoá, contemplando: a captação, tratamento e distribuição de água, execução de melhorias, administração do sistema comercial incluindo a leitura informatizada de hidrômetros e geração de faturas, e a inspeção e manutenção das instalações elétricas e equipamentos elétricos como motores de bombas, painéis de comando e transformadores.

Do preço e reajuste: base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado) conforme cláusula contratual nº 9.2, que totaliza um percentual de 7,7702400%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 223.981,10 (duzentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e um reais e dez centavos), resultando em um VALOR TOTAL GERAL PARA O PERÍODO DE DOZE MESES de R\$ 2.687.773,20 (dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e setenta e três reais, e vinte centavos) - referente à Planilha I. Resta reajustado também a Planilha II de serviços emergenciais executados pela CONTRATADA, resultando em um VALOR TOTAL GERAL PARA O PERÍODO DE DOZE MESES estimado, que passará à R\$ 840.468,46 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, e quarenta e seis centavos).

O somatório dos VALORES TOTAIS GERAIS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES (referente às Planilhas I e II) resultam num VALOR GLOBAL estimado de R\$ 3.528.241,66 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e um reais, e sessenta e seis centavos).

Itapoá, 28 de novembro de 2010.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

### **Contrato Administrativo Nº 77/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2010

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP com sede à Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 55, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual n.º 255.464.754.

Licitação: CONVITE N.º 17/2010 - PROCESSO Nº 72/2010;  
Objeto: aquisição de e instalação de 200 luminárias e deslocamento de 30 postes na área urbana municipal, conforme especificações constantes no anexo I deste edital

Valor total: R\$ 83.622,00 (oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais).

Orçamento: Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras - Aplicação direta nº 1155 - Fontes nº 100- Ação nº 2048- desdobramento da despesa nº 1395.

Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras - Aplicação direta nº 147 - Fontes nº 100- Ação nº 2048- desdobramento da despesa nº 457.

Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras - Aplicação direta nº 162 - Fontes nº 117- Ação nº 2052- desdobramento da despesa nº 306.

Data da assinatura: 08/11/2010;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total dos objetos, ou até 31/12/2010.

Itapoá, 08 de novembro de 2010.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

### **Contrato Administrativo Nº 78/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2010

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: OLIVEIRA E POZZER LTDA-ME, com sede à Rua Av. Brasil, nº 200, Bairro: Itapema do Norte, nesta cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.607.573/0001-03 e Inscrição Estadual n.º 25.613.096-5.

Licitação: CONVITE N.º 29/2010 - PROCESSO Nº 109/2010;  
Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para rejuntamento (vedação) entre as placas de ardósia, com argamassa aditivada na obra da galeria de águas pluviais da Rua 620 no Balneário Cambiju, conforme Anexo I do edital.

Valor total: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Orçamento: (11) Secretaria de Obras- Manutenção do Departamento de Obras- Ação 2048 -Fonte de Recurso: 100 - Código Reduzido da aplicação direta nº 147 - Código reduzido do Desdobramento da Despesa nº 457.

Data da assinatura: 08/11/2010;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à

assinatura e findará com o término na prestação do serviço em até 30 (trinta) dias corridos.

Itapoá, 08 de novembro de 2010.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

### Contrato Administrativo Nº 79/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2010

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede á Rua Alberto Torres , nº 2001 - sala nº 02, Bairro: Centenário, na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual nº 255.711.239.  
Licitação: CONVITE N.º 28/2010 - PROCESSO Nº 106/2010;  
Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para execução de 6.500 m2 de acostamento (estacionamento) na Avenida Beira Mar III e Rua Leonidas Pommer, conforme Anexo I do edital.  
Valor total: R\$ 129.300,00 (cento e vinte e nove mil e trezentos reais).  
Orçamento: (11) Secretaria de Obras- Departamento de Obras-Ação 2048 -Fonte de Recurso: 100 - Código Reduzido da aplicação direta nº 147 - Código reduzido do Desdobramento da Despesa nº 457.  
Data da assinatura: 16/11/2010;  
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura e findará com o término na prestação do serviço em 60 (sessenta) dias corridos.

Itapoá, 16 de novembro de 2010.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

**Joaçaba**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Extrato Contrato 11/2010/FMCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2010/FMCE  
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE.  
CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A  
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 6/2010/FES, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 02/2010, homologado no dia 15/04/2010, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, pela CONTRATADA, destinado às viagens especiais da delegação do Município e de equipes desportivas, durante as competições esportivas promovidas em nível de Estado, no exercício financeiro de 2010, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO: O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 13.768,75 (treze mil setecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 25% do valor original contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93. As demais cláusulas permanecem inalteradas.  
DATA ASSINATURA: 14/10/2010.

### Edital de Notificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos §§ 2º e 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados do lançamento da TLLF (taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento), com vencimento em 16/01/2010, os quais deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizar sua situação.

Nome	CMC	Notificação nº
Polanda Transportes Ltda.	87587	223/2010
Reciclar Solução Ambiental Ltda	88020	224/2010
Redecred Promotora de Vendas e Eventos Ltda.	88071	225/2010
Carlos Roberto Zanchet ME	51829	183/2010
J.Z. Publicidade e Propaganda Ltda.	81175	191/2010

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 16 de novembro de 2010.  
TATIANE MARATEU BORGES  
Fiscal de Tributos Municipais  
Matrícula 7.274

ANDREIA L. ANTUNES DE SOUZA LOVATEL  
Fiscal de Tributos Municipais  
Matrícula 7.292

### Pedido de Autorização de Corte

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE  
Pedido de Autorização de Corte  
Pedido de Autorização de Corte

Prefeitura Municipal de Joaçaba, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n. 82.939.380/0001-99 torna público que está requerendo à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Autorização de Corte de árvores para alargamento de via pública, localizado na estrada geral da Linha Ferreirinha (Rua Urbano Barcella).  
Francisco Moreira Lopes  
Prefeito Municipal de Joaçaba  
Rua Felipe Schmidt, n. 485, Centro  
88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina  
Fone: + 55 48 3216 1700  
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br  
URL: www.fatma.sc.gov.br

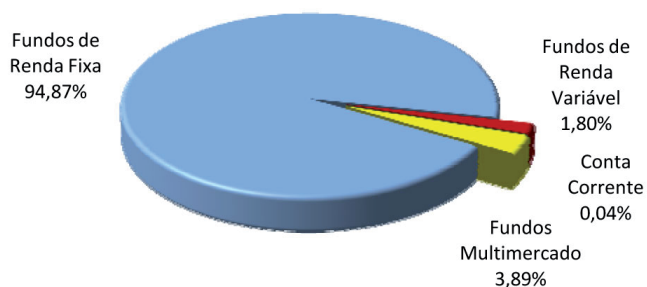
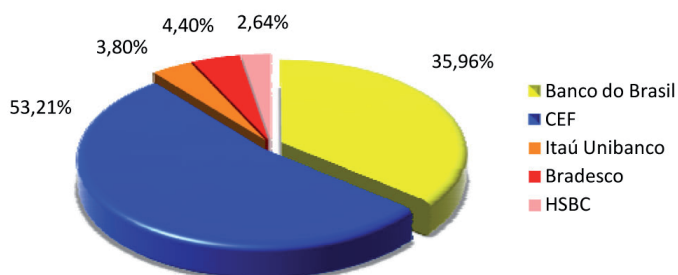
## IMPRES


### Publicação Rentabilidade Aplicações IMPRES

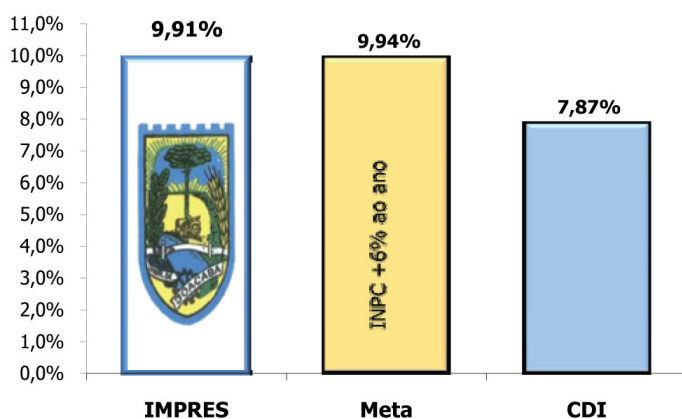
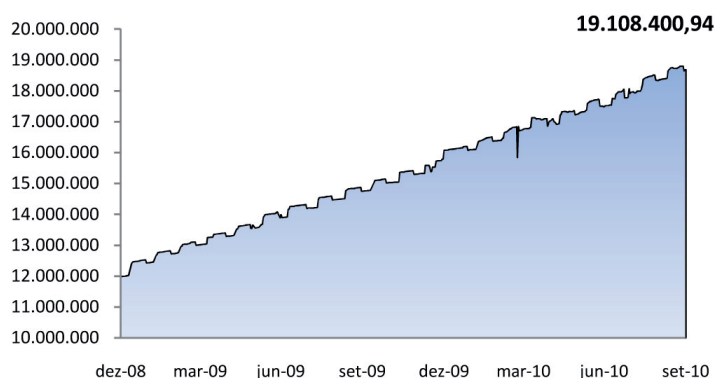
## Relatório da Carteira de Investimentos do IMPRES

**OUTUBRO - 2010**

Os recursos do IMPRES são aplicados com fundamento e observância dos princípios de segurança, legalidade, liquidez e rentabilidade. Com o intuito de melhorar as práticas de administração dos recursos disponíveis, além de aumentar o nível de confiabilidade do sistema de controladoria, o IMPRES contratou a Somma Investimentos – empresa especializada em assessoria aos RPPS – que auxiliará o Instituto na gestão da carteira de investimentos.

**Distribuição da Carteira de Investimentos**

**Distribuição por Instituição**


HISTÓRICO DE RENTABILIDADE	Rentabilidade no Mês		Acumulado em 2010		Acumulado desde 31/12/2008	
 <b>IMPRES</b>	<b>1,32 %</b>	comparativo	<b>9,91 %</b>	comparativo	<b>20,88 %</b>	comparativo
<b>Meta Atuarial (INPC + 6%)</b>	1,41 %	94%	9,94 %	100%	21,31 %	98%
<b>CDI</b>	0,81 %	163%	7,87 %	126%	18,55 %	113%

**Comparativo de Rentabilidade no ano de 2010**

**Evolução Patrimonial**


**Análise de Desempenho:** A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a meta atuarial.

**SIMAE****Publicação Homologação Pregão 39/2010**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 39/2010 - PR**

Processo Administrativo: 45/2010  
 Processo de Licitação: 45/2010  
 Data do Processo: 22/10/2010

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 45/2010  
 b ) Licitação Nr.: 39/2010-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 16/11/2010  
 e ) Data da Adjudicação: 16/11/2010 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PVC A SER UTILIZADO NA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE LUZERNA, EFETUADO PELO SIMAE.

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007322 - NICOLL INDUSTRIA PLASTICA LTDA	2	0,0000	6.664,00
	2		6.664,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 186.918,39

Joaçaba, 16 de Novembro de 2010.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



**Publicação Resumo Contrato 87/2010 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0087/2010  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2010  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2010  
PROTOCOLO Nº 2621/2010

Data: 16/11/2010

Objeto: Aquisição de material de PVC a ser utilizado na ampliação do sistema de abastecimento

de água no município de Luzerna, pelo SIMAE.

Contratado: NICOLL INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA

Valor do Contrato: R\$6.664,00 (Seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)

Programa/atividade - 14.01.2.061

Elemento - 3.3.90.30.99

Prazo de vigência: 16/11/2010 a 31/12/2010.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora do SIMAE.

**José Boiteux**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Lei 850/2010**

LEI 850/2010, de 09 de novembro de 2010.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 809/2009, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2010-2013 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. JOSELIO DA SILVA, Prefeito em Exercício de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os anexos mencionados no Art. 1º da Lei nº. 809/2009, de 16 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2010-2013, passam a vigorar na forma dos anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Boiteux (SC), 09 de novembro de 2010.

JOSELIO DA SILVA

Prefeito em Exercício

**Lei 851/2010**

Lei 851/2010, de 09 de novembro de 2010.

Autoriza a abrir crédito adicional especial por conta dos recursos de convênio nº 152/MDS/2006 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

JOSELIO DA SILVA, Prefeito em exercício do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial por conta dos recursos de convênio 152/MDS/2006 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Sub-função : 365	Educação Infantil
Recursos : 0.1.2400	Transferências de Convênios - Outros
Projeto/Atividade : 2.027	Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00.00 (69)	
Valor :	R\$30.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de Novembro de 2010

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito em Exercício

**Lei 852/2010**

Lei nº. 852/2010, de 09 de novembro de 2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município. JOSELIO DA SILVA, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 46.747,35 (quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01	Secretaria de Administração e Finanças
Função : 04	Administração
Programa : 0	Operações Especiais
Subfunção : 122	Administração Geral
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.010	Pagamento de Inativos e Pensionistas
Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (36)	
Valor :	R\$1.907,73

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 362	Ensino Médio
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.025	Assistência ao Ensino Médio
Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (2)	
Valor :	R\$3.240,00

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 364	Ensino Superior
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.026	Apoio ao Estudante Universitário
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (4)	
Valor :	R\$2.599,00

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1062	Esporte para Todos
Subfunção : 812	Desporto Comunitário
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários



Projeto/Atividade : 2.031 Manutenção das Atividades Esportivas  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (12)  
 Valor : R\$26.272,10

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social  
 Órgão : 08 Assistência Social  
 Programa : 1090 Assistência Social  
 Subfunção : 423 Assistência aos Povos Indígenas  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.043 Apoio e Assistência aos Povos Indígenas  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (61)  
 Valor : R\$4.800,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social  
 Órgão : 08 Assistência Social  
 Programa : 1090 Assistência Social  
 Subfunção : 244 Assistência Comunitária  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.044 Atenção a Família Carente  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (26)  
 Valor : R\$2.675,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social  
 Órgão : 08 Assistência Social  
 Programa : 1090 Assistência Social  
 Subfunção : 241 Assistência ao Idoso  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.046 Apoio a Pessoa Idosa  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (25)  
 Valor : R\$5.253,52

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo descrito:

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Unidade : 01 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 1020 Gestão Administração Superior  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.004 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Sua Assessoria  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (1)  
 Valor : R\$10.000,00

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Unidade : 01 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 1020 Gestão Administração Superior  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.004 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Sua Assessoria  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (33)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 0 Operações Especiais  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.011 Contribuição ao PASEP  
 Modalidade Aplicação : 3.3.20.00.00.00 (37)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 1034 Fortalecimento do Municipalismo  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.008 Fortalecimento do Municipalismo  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (39)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 606 Extensão Rural  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (46)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 606 Extensão Rural  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (47)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 606 Extensão Rural  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.056 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas  
 Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (48)  
 Valor : R\$300,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 542 Controle Ambiental  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.057 Transferência Consórcio Serra São Miguel  
 Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (45)  
 Valor : R\$1.000,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Órgão : 26 Transporte  
 Programa : 1070 Estradas Vicinais  
 Subfunção : 782 Transporte Rodoviário  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (22)  
 Valor : R\$10.447,35

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de novembro de 2010.  
 JOSELIO DA SILVA  
 Prefeito em Exercício

**Lei 853/2010**

Lei nº. 853/2010, de 09 de novembro de 2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.  
JOSELIO DA SILVA, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 112.632,16 (cento e doze mil, seiscentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 362	Ensino Médio
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.025	Assistência ao Ensino Médio
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (29)	
Valor :	R\$19.513,01

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.027	Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (60)	
Valor :	R\$18.767,15

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.027	Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (31)	
Valor :	R\$24.352,00

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 365	Educação Infantil
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.028	Transporte Escolar - Infantil
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (08)	
Valor :	R\$50.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental

Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.020	Transporte Escolar Ensino Fundamental
Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (56)	
Valor :	R\$30.000,00

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.020	Transporte Escolar Ensino Fundamental
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (57)	
Valor :	R\$10.000,00

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.016	Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura
Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (51)	
Valor :	R\$62.632,16

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.016	Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (52)	
Valor :	R\$10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA  
Prefeito em Exercício

**Decreto 100/2010**

DECRETO Nº.100/2010  
CONCEDE OS PONTOS DE TÁXIS.

JOSELIO DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica concedido ao senhor VALDEMAR BERTELLI o ponto de táxi denominado Ponto Nº. 1.

Art. 2º - Fica concedido a senhora NATALINA BERTELLI o ponto de táxi denominado Ponto Nº. 2.

Art. 3º - Fica concedido ao senhor ARMELINDO FUSINATO o ponto de táxi denominado Ponto Nº. 3.

Art. 4º - Fica concedido ao senhor ALMIR JACINTO o ponto de táxi denominado Ponto Nº. 4.

Art. 5º - Fica concedido a senhora MARLETE VENTURA LUNELLI, 1 (um) veículo do ponto de táxi denominado Ponto Nº. 5.

Art. 6º - Fica concedido a senhora MAURINILZA BERTELLI, 1 (um) veículo do ponto de táxi denominado Ponto Nº. 5.

Art. 6º - As concessões mencionadas nos artigos anteriores obedecem ao disposto na Lei Municipal nº. 018, de fevereiro de 1990, sujeitando-se o concessionário às normas estabelecidas.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 05 de novembro de 2010.  
JOSELIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

### Decreto 101/2010

DECRETO nº 101/2010 de 05 de Novembro de 2010.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".  
CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto na Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, que autoriza suplementar por conta do excesso de arrecadação, recursos de alienações e anulação de dotação orçamentária;
- Que a dotação 58 da Secretaria de Educação Cultura e Desporto, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação a importância de R\$ 36.753,34 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.6152	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (58)	
Projeto Atividade : 2.021	Transporte Escolar PNATE
Valor :	R\$36.753,34

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 05 de Novembro de 2010.  
JOSÉLIO DA SILVA  
Prefeito em Exercício

### Decreto 102/2010

DECRETO nº 102/2010.

Autoriza a abrir crédito adicional especial por conta dos recursos de convênio nº 152/MDS/2006 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe

confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial por conta dos recursos de convênio 152/MDS/2006 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Sub-função : 365	Educação Infantil
Recursos : 0.1.2400	Transferências de Convênios - Outros
Projeto/Atividade : 2.027	Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00.00 (69)	
Valor :	R\$30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de novembro de 2010.  
JOSÉLIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

### Decreto 104/2010

DECRETO nº 104/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 112.632,16 (cento e doze mil, seiscentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 362	Ensino Médio
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.025	Assistência ao Ensino Médio
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (29)	
Valor :	R\$19.513,01

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recursos : 0.1.0100	Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.027	Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (60)	
Valor :	R\$18.767,15

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental

Recursos : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação  
 Projeto/Atividade : 2.027 Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula  
 Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (31)  
 Valor : R\$24.352,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Órgão : 12 Educação  
 Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola  
 Subfunção : 365 Educação Infantil  
 Recursos : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação  
 Projeto/Atividade : 2.028 Transporte Escolar - Infantil  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (08)  
 Valor : R\$50.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Órgão : 12 Educação  
 Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola  
 Subfunção : 361 Ensino Fundamental  
 Recursos : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação  
 Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (56)  
 Valor : R\$30.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Órgão : 12 Educação  
 Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola  
 Subfunção : 361 Ensino Fundamental  
 Recursos : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. Impostos - Educação  
 Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (57)  
 Valor : R\$10.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Órgão : 12 Educação  
 Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola  
 Subfunção : 361 Ensino Fundamental  
 Recursos : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação  
 Projeto/Atividade : 2.016 Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (51)  
 Valor : R\$62.632,16

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Órgão : 12 Educação  
 Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola  
 Subfunção : 361 Ensino Fundamental  
 Recursos : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação  
 Projeto/Atividade : 2.016 Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (52)  
 Valor : R\$10.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de novembro de 2010.  
 JOSÉLIO DA SILVA  
 Prefeito Municipal

### **Decreto 105/2010**

DECRETO nº 105/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 68.530,53 (sessenta e oito mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta e três centavos) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Função : 4 Administração  
 Programa : 1030 Administração Geral e Financeira  
 Subfunção : 123 Administração Financeira  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (42)  
 Projeto/Atividade : 2.006 Manutenção Geral da Secretaria de Administração  
 Valor : R\$68.530,53

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Função : 4 Administração  
 Programa : 1030 Administração Geral e Financeira  
 Subfunção : 123 Administração Financeira  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (41)  
 Projeto/Atividade : 2.006 Manutenção Geral da Secretaria de Administração  
 Valor : R\$50.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Função : 4 Administração  
 Programa : 1030 Administração Geral e Financeira  
 Subfunção : 123 Administração Financeira  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (40)  
 Projeto/Atividade : 2.006 Manutenção Geral da Secretaria de Administração  
 Valor : R\$18.530,53

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de Novembro de 2010.  
 JOSÉLIO DA SILVA  
 Prefeito em Exercício



**Decreto 106/2010**

DECRETO nº 106/2010 de 09 de NOVEMBRO de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA".

**CONSIDERANDO:**

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 825 de 08 de Dezembro de 2009, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.1800 - Transferências FUNDE/FUNDEF 60%, verificados até o primeiro semestre de 2010.
- Que a dotação 53 da Secretaria de Educação Cultura e Desporto encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2010.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361	Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.1800	Transferências FUNDEB/FUNDEF 60%
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (53)	
Projeto Atividade : 2.017	FUNDEF 60%
Valor :	R\$150.000,00

Art. 2º - Para a suplementação do artigo anterior utilizar-se-á parcialmente o excesso de arrecadação verificado no primeiro semestre de 2010, no valor de 150.000,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de Novembro de 2010.

JOSELIO DA SILVA  
Prefeito em Exercício

**Decreto 99/2010**

DECRETO Nº. 99/2010

CRIA E FIXA OS PONTOS DE ESTACIONAMENTO DE TÁXIS NO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELIO DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º - Ficam criados e fixados como pontos de estacionamento de táxis, os seguintes locais:

PONTO Nº. 01 - no lado ímpar da Avenida 26 de Abril, em frente à Merceria Bertelli, com estacionamento para 1 (um) veículo;

PONTO Nº. 02 - no lado par da Avenida 26 de Abril, em frente ao Banco do Brasil, com estacionamento para 1 (um) veículo;

PONTO Nº. 03 - no lado par da Rua 26 de Julho, em frente a CELESC, com estacionamento para 1 (um) veículo.

PONTO Nº. 04 - no lado ímpar da Avenida 26 de Abril, em frente ao Supermercado Gonçalves, com estacionamento para 1 (um) veículo.

PONTO Nº. 05 - no lado par da Avenida 26 de Abril, em frente ao Supermercado CRAVIL, com estacionamento para 2 (dois) veículos.

Art. 2º - Todos os pontos de estacionamento serão obrigatoriamente identificados e numerados.

Art. 3º - O horário de funcionamento será das 7:00 às 19:00 horas, após este horário terão livre acesso.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Boiteux, 05 de novembro de 2010.

JOSELIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

**Decreto103/2010**

DECRETO nº 103/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 46.747,35 (quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01	Secretaria de Administração e Finanças
Função : 04	Administração
Programa : 0	Operações Especiais
Subfunção : 122	Administração Geral
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.010	Pagamento de Inativos e Pensionistas
Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (36)	
Valor :	R\$1.907,73

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 362	Ensino Médio
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.025	Assistência ao Ensino Médio
Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (2)	
Valor :	R\$3.240,00

Órgão : 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Órgão : 12	Educação
Programa : 1060	Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 364	Ensino Superior
Recursos : 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.026	Apoio ao Estudante Universitário
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (4)	
Valor :	R\$2.599,00



Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
 Órgão : 12 Educação  
 Programa : 1062 Esporte para Todos  
 Subfunção : 812 Desporto Comunitário  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.031 Manutenção das Atividades Esportivas  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (12)  
 Valor : R\$26.272,10

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social  
 Órgão : 08 Assistência Social  
 Programa : 1090 Assistência Social  
 Subfunção : 423 Assistência aos Povos Indígenas  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.043 Apoio e Assistência aos Povos Indígenas  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (61)  
 Valor : R\$4.800,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social  
 Órgão : 08 Assistência Social  
 Programa : 1090 Assistência Social  
 Subfunção : 244 Assistência Comunitária  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.044 Atenção a Família Carente  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (26)  
 Valor : R\$2.675,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social  
 Órgão : 08 Assistência Social  
 Programa : 1090 Assistência Social  
 Subfunção : 241 Assistência ao Idoso  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.046 Apoio a Pessoa Idosa  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (25)  
 Valor : R\$5.253,52

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo descrito:

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Unidade : 01 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 1020 Gestão Administração Superior  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.004 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Sua Assessoria  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (1)  
 Valor : R\$10.000,00

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Unidade : 01 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 1020 Gestão Administração Superior  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.004 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Sua Assessoria  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (33)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Órgão : 04 Administração

Programa : 0 Operações Especiais  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.011 Contribuição ao PASEP  
 Modalidade Aplicação : 3.3.20.00.00.00 (37)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças  
 Órgão : 04 Administração  
 Programa : 1034 Fortalecimento do Municipalismo  
 Subfunção : 122 Administração Geral  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.008 Fortalecimento do Municipalismo  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (39)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 606 Extensão Rural  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (46)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 606 Extensão Rural  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (47)  
 Valor : R\$5.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 606 Extensão Rural  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.056 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas  
 Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (48)  
 Valor : R\$300,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura  
 Unidade : 01 Secretaria da Agricultura  
 Órgão : 20 Agricultura  
 Programa : 1040 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Subfunção : 542 Controle Ambiental  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.057 Transferência Consórcio Serra São Miguel  
 Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (45)  
 Valor : R\$1.000,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Órgão : 26 Transporte  
 Programa : 1070 Estradas Vicinais  
 Subfunção : 782 Transporte Rodoviário  
 Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Projeto/Atividade : 2.051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (22)  
 Valor : R\$10.447,35

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de novembro de 2010.  
JOSÉLIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

**Portaria 418/2010**  
PORTARIA Nº 418/2010

JOSELIO DA SILVA, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Aldrin Duarte, a partir de 04.11.2010, nomeado pela Portaria nº 348/2010 de 26.07.2010, no cargo efetivo de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais.

José Boiteux, 03 de novembro de 2010.  
JOSÉLIO DA SILVA  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra

**Portaria 419/2010**  
PORTARIA Nº 419/2010

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Aparecido Geraldo de Oliveira, relativas ao período aquisitivo de 01.06.2009 a 31.05.2010 que serão usufruídas no período de 12.11.2010 a 11.12.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 09 de novembro de 2010.  
JOSÉLIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

**Luzerna**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Editais de Homologação DAS inscrições para o processo seletivo - Edital Nº 002/2010**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA ATENDER O PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF." E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010.

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC) para atender o Programa Estratégia Saúde da Família - ESF." e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), designada pela Portaria nº 115/10 de 25 de

outubro de 2010, torna pública a lista das INSCRIÇÕES DEFERIDAS dos candidatos:

**Emprego Público: MÉDICO CLÍNICO GERAL**

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
084	Geisa Finger
091	Maria Cristine Antelo Bender
145	Divane Lodi

**Emprego Público: MÉDICO PEDIATRA**

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
140	Angela Ferri Frares

**Emprego Público: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
002	Ana Paula Motta
005	Luciane da Cruz
007	Bernadete Costa Beber
011	Michele Antunes Pereira Issler
021	Sibele Justino
027	Rosemari Schmautz Scheuermann
067	Angélica Bianchetti da Silva
070	Adriane Cristina Ebert
071	Sandra Martins de Jesus
076	Francieli Nunes do Amaral
085	Renata Stoffel
086	Silvana Eunice Carreira Correia
094	Cleide Aparecida da Silva
096	Leiza Regina Razera
099	Cristiane Aparecida Besen Mardula
100	Aline Zang
112	Neila Sosnoski
123	Juliana Kudreck Alves Meisterlin
128	Neusa da Silva Schumarcher
142	Isolina Batista Scheuer
144	Odete Maria Richardi Scheuer
147	Sonia Mara de Almeida
150	Angelica Ludwig
151	Solange dos Santos
157	Iara Rhoden Scheuermann
167	Paulina de Oliveira
168	Daiane Aparecida de Oliveira
169	Rosane Hentz Dutra

171	Daiana Carla Beal
175	Juliana Pieri Fenski

## Emprego Público: PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
006	Monica Klein
013	Luciana Soraia Costenaro Carrer
014	Edina Belini Balbinot Andrade
015	Juliana Valquiria Rosa Taugen
016	Talita Pereira Dias
019	Neides Teresinha Turra Ribeiro
020	Marioni Fátima Machado
023	Jurema Caricimi
024	Eliete Adriana Casanova Tedesco
026	Ediane Paviani Hoppen
028	Rosangela Aparecida Goulart Ribeiro
030	Katia Teresinha Lamb Vier
031	Renata Parenti
035	Elaine Zanezi
037	Jussara de Oliveira Andolfatto
038	Andréa Riepe Pires
039	Edivani Bizognin
042	Charlene Aparecida Mazzarollo Fiorese
043	Simone Simioni
044	Ivone Rodrigues de Souza Kaczur
045	Fernanda Selzlein
047	Simone Aparecida Borsoi
050	Vanderlei de Oliveira Alves
053	Eliane Paviani Gab
054	Regina Tedesco Gehm
056	Liliane Aparecida Valduga Krug
058	Eliane Bonatto Dembinski Alves
060	Paula Andressa Kwieczinski Castelo Branco
062	Monaliza Aparecida Surdi Gemelli
063	Daiana Antunes de Oliveira
065	Michelli Novello
066	Maria Helena Dahmer Olivo
073	Camila Hoffelder
075	Daniele Patricia Pratto
080	Simara Pedroso
081	Vânia Recalcatti Piovesan

087	Jaqueline Bressan da Silva
093	Angela Hericks
095	Fátima Aparecida Pinheiro
101	Daiani Doré
103	Andrea Vicente
104	Deisy Karine Juchen
105	Sarita Karla Juchen
106	Sandra Vaccari
107	Kássia Fernanda Callai
108	Simone Schneider Deckert
109	Solange Fiorio Bucco
111	Danieli Fell
114	Lourdes Ferreira Brandão
115	Lucineia Regina Machado
116	Fabiana Aparecida Nardi Marca
118	Maria Luiza Dezanet
119	Vilma Carolina Broeto
120	Regina Inês Reisdorfer
121	Cristiane Martendal Facin
122	Cleciane Luvison
124	Monica Lucia Costa Fell
131	Sandrine Cristina Pizoni
132	Edelir Fatima Deitos
133	Mônica Regina de Matos
136	Elizete Zanini Zarpelon
137	Luciani Rodrigues
138	Marivete de Moraes Zarpelon
139	Rosângela Ribeiro Beherns Pintro
141	Rosangela Maria Lamperti Kielling
148	Tami Rafaela Pascotto Dahmer
149	Juliana Aparecida Thomazi Samoura
154	Karen Aline de Freitas Thomaz Savaris
155	Francia Talita Cyrino Ramos
160	Raquel Hoffmann Petry
161	Leandra Francielli Valentina Gomes de Lima Desidério
165	Vali Carolina Spier
172	Fabiola Teixeira Goetze
174	Cristiane Bertelle de Oliveira
176	Vanice Cristiane Tureck

## Emprego Público: PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
004	Denise Dalla Lana Lazarotto
017	Fabiana de Fátima Rossa
022	Liciane de Fatima Telles
029	Josélia Zambiazzi
031	Maria Elizabete Alves
032	Giovane Aparecida Amaral Mayer
040	Ana Piovesan
041	Dionilde Sutil Mocelin
046	Deyse Elaine Rocha
049	Varnei Barcaro
052	Francieli Carabolante
057	Elma Cecília Etges
059	Adriana Correia de Melo
064	Sandra Mara Pilatti Serena
068	Rafaela Dartora dos Santos
069	Emanuele Hoffelder Rover
079	Joselange de Lima Surdi
082	Elissonia Sutil Mazetto
083	Rejane Aparecida Severgnini Kremer
088	Martha Behrend Rocha
092	Silvana Maria Mussuline
097	Neusa de Fátima Gervásio
098	Miriam Maria Schlindwein
129	Alzira Maestri
130	Edna Scalabrin
135	Juliana de Souza Katschor
156	Livonir Mendes Balestrin
159	Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho

## Emprego Público: PROFESSOR II - LÍNGUA INGLESA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
048	Lúcia Angela Klein
055	Elisabete Garay Goulart Calegaro
090	Fernanda Lourenço de Almeida
146	Clelis Alexandra Merlo Reimann
164	Francieli Prando Dacas Lokstein
166	Simone Brezolin

## Emprego Público: PROFESSOR II - GEOGRAFIA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
001	Fernanda Barbizan
008	Edilene Regina Kochhann Medeiros

## Emprego Público: PROFESSOR II - HISTÓRIA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
009	Simone Lazzarotto Alves
061	Eliane Trevisol Christ
117	Ana Cristina Feltes Schaedler
152	Selmar José Klein

## Emprego Público: PROFESSOR II - EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
025	Vanderlei Feltrin
125	Elisangela Gonçalves dos Santos

## Emprego Público: PROFESSOR II - LÍNGUA PORTUGUESA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
074	Elizalda Casagrande
089	Liciane Oliveira dos Santos

## Emprego Público: PROFESSOR II - CIÊNCIAS

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
034	Janinha Vieira Bressan
077	Juliana Letícia Debertolis
110	Marlene Aparecida Vilar
134	Gislaine Bonatto

## Emprego Público: PROFESSOR II - MATEMÁTICA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
102	Ravel Ribeiro
162	Patrícia de Deus e Silva
173	Wilkerson Silva Pereira Diersmann

## Emprego Público: PROFESSOR II - ARTES

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
010	Tatiana Cristina Brandalise
143	Regina Carin Jacoby Cureau
158	Janete Luzia Katschor

## Emprego Público: PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
003	Thiara Gabriela Cyrino Ramos
012	Viviane Carine Brunetto Machado
018	Analie Pasquali

036	Juliana Caroline Schneider
051	Edoardo Trindade dos Santos
072	Michel Petry Dalapria
078	Julio Pasqual Rigo
113	Leandro Antonio Turra
126	Tássio Marcel Hoffmann Coelho
127	Renan Souza
153	Daniely Schaly
163	Natalicio Poster de Avila
170	Jeniane Cristine dos Santos

As PROVAS ESCRITAS serão realizadas na seguinte data, local e horário:

DATA: 27 de novembro de 2010  
LOCAL: Seminário São João Batista  
Rua Frei João, 601 - Luzerna(SC)  
HORÁRIO: das 08 às 11 horas.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2010.  
ADRIANA ELISABETH BIER  
Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

Ficam homologadas as inscrições, data, local e horário das provas escritas e práticas do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC) para atender o Programa Estratégia Saúde da Família - ESF." e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 002/2010.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal



## Contas Públicas Município de Luzerna 5º bimestre

+ [ CPL ] ----- { 001 } +  
 | Municipício de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Balanço Orçamentário |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.000.000,00	11.000.000,00	1.768.879,30	16,080	9.098.139,50	82,710	1.901.860,50
RECEITA CORRENTE	10.880.000,00	10.880.000,00	1.768.879,30	16,260	8.524.576,88	78,350	2.355.423,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.060.500,00	1.060.500,00	193.231,60	18,220	900.204,95	84,880	160.295,05
IMPOSTOS	657.500,00	657.500,00	86.989,19	13,230	549.344,88	83,550	108.155,12
TAXAS	260.734,00	260.734,00	8.569,36	3,290	240.903,02	92,390	19.830,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	142.266,00	142.266,00	97.673,05	68,660	109.957,05	77,290	32.308,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	32.362,10	16,180	128.914,26	64,460	71.085,74
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	200.000,00	200.000,00	32.362,10	16,180	128.914,26	64,460	71.085,74
RECEITA PATRIMONIAL	195.800,00	195.800,00	23.185,78	11,840	117.664,35	60,090	78.135,65
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	68.769,00	68.769,00	3.493,84	5,080	19.359,60	28,150	49.409,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	126.031,00	126.031,00	19.691,94	15,620	98.304,75	78,000	27.726,25
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	60.000,00	60.000,00	4.050,00	6,750	25.838,50	43,060	34.161,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.195.700,00	9.195.700,00	1.505.526,01	16,370	7.246.865,59	78,810	1.948.834,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.155.700,00	9.155.700,00	1.505.526,01	16,440	7.246.865,59	79,150	1.908.834,41
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	25.000,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.000,00	168.000,00	10.523,81	6,260	105.089,23	62,550	62.910,77
MULTAS E JUROS DE MORA	95.477,00	95.477,00	5.188,23	5,430	44.677,05	46,790	50.799,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.021,00	28.021,00	213,00	0,760	2.723,80	9,720	25.297,20
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	39.402,00	39.402,00	5.122,58	13,000	53.069,25	134,690	-13.667,25
RECEITAS DIVERSAS	5.100,00	5.100,00	0,00	0,000	4.619,13	90,570	480,87
RECEITAS DE CAPITAL	120.000,00	120.000,00	0,00	0,000	573.562,62	477,970	-453.562,62
ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00	120.000,00	0,00	0,000	39.850,00	33,210	80.150,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,000	34.650,00	69,300	15.350,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,000	5.200,00	7,430	64.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	533.712,62	0,000	-533.712,62
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,000	533.712,62	0,000	-533.712,62
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	11.000.000,00	11.000.000,00	1.768.879,30	100,000	9.098.139,50	100,000	1.901.860,50
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	11.000.000,00	11.000.000,00	1.768.879,30	100,000	9.098.139,50	100,000	1.901.860,50
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	11.000.000,00	11.000.000,00	1.768.879,30		9.098.139,50		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	928.113,08	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	928.113,08	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	928.113,08	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	11.000.000,00	1.484.018,80	12.484.018,80	1.740.561,22	9.514.784,49	1.960.927,76	8.632.234,06	0,00	69,15	3.851.784,74
DESPESAS CORRENTES	9.528.900,00	368.634,89	9.897.534,89	1.434.486,18	7.586.607,53	1.531.057,40	6.954.588,22	0,00	70,27	2.942.946,67
Pessoal e Encargos Sociais	4.795.100,00	60.558,52	4.855.658,52	751.490,92	3.732.758,67	751.490,92	3.732.758,67	0,00	76,87	1.122.899,85
Juros/Encargos da Dívida	84.000,00	0,00	84.000,00	13.061,00	62.816,40	13.061,00	62.816,40	0,00	74,78	21.183,60
Outras despesas Correntes	4.649.800,00	308.076,37	4.957.876,37	669.934,26	3.791.032,46	766.505,48	3.159.013,15	0,00	63,72	1.798.863,22
DESPESAS DE CAPITAL	1.453.800,00	1.115.383,91	2.569.183,91	306.075,04	1.928.176,96	429.870,36	1.677.645,84	0,00	65,30	891.538,07
Investimentos	1.438.800,00	1.115.383,91	2.554.183,91	303.536,26	1.916.261,80	427.331,58	1.665.730,68	0,00	65,22	888.453,23
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	15.000,00	0,00	15.000,00	2.538,78	11.915,16	2.538,78	11.915,16	0,00	79,43	3.084,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.300,00	0,00	17.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.300,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	11.000.000,00	1.484.018,80	12.484.018,80	1.740.561,22	9.514.784,49	1.960.927,76	8.632.234,06	0,00	69,15	3.851.784,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	11.000.000,00	1.484.018,80	12.484.018,80	1.740.561,22	9.514.784,49	1.960.927,76	8.632.234,06	0,00	69,15	3.851.784,74
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	465.905,44	465.905,44	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	11.000.000,00	1.484.018,80	12.484.018,80	1.740.561,22	9.514.784,49	1.960.927,76	9.098.139,50	0,00	69,15	3.851.784,74

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NORIVAL FIORINContadora CRC/20394/O-8  
MARIA INÊS DALLOLMOResponsável pelo Controle Interno  
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.000.000,00</b>	<b>12.484.018,80</b>	<b>1.740.561,22</b>	<b>9.514.784,49</b>	<b>1.960.927,76</b>	<b>8.632.234,06</b>	<b>100,00</b>	<b>69,15</b>	<b>3.851.784,74</b>
01	LEGISLATIVA	550.000,00	550.000,00	45.064,04	214.384,58	44.034,33	209.695,87	2,43	38,13	340.304,13
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	550.000,00	550.000,00	45.064,04	214.384,58	44.034,33	209.695,87	2,43	38,13	340.304,13
	<b>Subtotal</b>	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>45.064,04</b>	<b>214.384,58</b>	<b>44.034,33</b>	<b>209.695,87</b>	<b>2,43</b>	<b>38,13</b>	<b>340.304,13</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.278.300,00	1.401.923,80	168.654,79	1.083.331,34	183.350,09	1.029.938,13	11,93	73,47	371.985,67
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.086.500,00	1.210.123,80	140.826,60	924.039,75	155.421,90	870.646,54	10,09	71,95	339.477,26
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	191.800,00	191.800,00	27.828,19	159.291,59	27.928,19	159.291,59	1,85	83,05	32.508,41
	<b>Subtotal</b>	<b>1.828.300,00</b>	<b>1.951.923,80</b>	<b>213.718,83</b>	<b>1.297.715,92</b>	<b>227.384,42</b>	<b>1.239.634,00</b>	<b>14,36</b>	<b>63,51</b>	<b>712.289,80</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	83.600,00	99.164,45	5.714,02	53.878,97	8.252,58	48.943,45	0,57	49,36	50.221,00
06.181	POLICIAMENTO	83.600,00	99.164,45	5.714,02	53.878,97	8.252,58	48.943,45	0,57	49,36	50.221,00
	<b>Subtotal</b>	<b>1.911.900,00</b>	<b>2.051.088,25</b>	<b>219.432,85</b>	<b>1.351.594,89</b>	<b>235.637,00</b>	<b>1.288.577,45</b>	<b>14,93</b>	<b>62,82</b>	<b>762.510,80</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	388.000,00	578.125,46	89.789,16	440.171,60	138.714,38	273.439,51	3,17	47,30	304.685,95
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	20.000,00	32.000,00	6.165,22	25.792,65	5.723,22	23.765,85	0,28	74,27	8.234,15
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	119.000,00	129.000,00	10.895,83	100.170,08	13.770,83	49.344,84	0,57	38,25	79.655,16
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	249.000,00	417.125,46	72.728,11	314.208,87	119.220,33	200.328,82	2,32	48,03	216.796,64
	<b>Subtotal</b>	<b>2.299.900,00</b>	<b>2.629.213,71</b>	<b>309.222,01</b>	<b>1.791.766,49</b>	<b>374.351,38</b>	<b>1.562.016,96</b>	<b>18,10</b>	<b>59,41</b>	<b>1.067.196,75</b>
10	SAÚDE	2.108.000,00	2.503.572,67	329.744,82	1.909.491,69	341.911,35	1.783.006,91	20,66	71,22	720.565,76
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.888.100,00	2.230.566,60	298.263,58	1.725.008,38	300.494,16	1.602.405,05	18,56	71,84	628.161,55
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	26.900,00	26.900,00	2.870,62	9.700,53	2.870,62	9.700,53	0,11	36,06	17.199,47
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	26.000,00	49.806,07	1.128,30	26.266,41	1.387,65	22.384,96	0,26	44,94	27.421,11
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	167.000,00	196.300,00	27.482,32	148.516,37	37.158,92	148.516,37	1,72	75,66	47.783,63
	<b>Subtotal</b>	<b>4.407.900,00</b>	<b>5.132.786,38</b>	<b>638.966,83</b>	<b>3.701.258,18</b>	<b>716.262,73</b>	<b>3.345.023,87</b>	<b>38,75</b>	<b>65,17</b>	<b>1.787.762,51</b>
11	TRABALHO	21.000,00	21.000,00	439,60	17.846,07	1.207,60	16.614,07	0,19	79,11	4.385,93
11.332	RELAÇÕES DE TRABALHO	21.000,00	21.000,00	439,60	17.846,07	1.207,60	16.614,07	0,19	79,11	4.385,93
	<b>Subtotal</b>	<b>4.428.900,00</b>	<b>5.153.786,38</b>	<b>639.406,43</b>	<b>3.719.104,25</b>	<b>717.470,33</b>	<b>3.361.637,94</b>	<b>38,94</b>	<b>65,23</b>	<b>1.792.148,44</b>
12	EDUCAÇÃO	3.073.100,00	3.295.792,53	602.572,18	2.686.074,06	679.318,61	2.555.247,10	29,60	77,53	740.545,43
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.373.700,00	2.559.392,53	448.700,89	2.098.064,43	529.390,84	1.984.669,62	22,99	77,54	574.722,91
12.363	ENSINO PROFISSIONAL	20.000,00	32.000,00	4.823,80	21.591,78	5.793,40	19.090,98	0,22	59,66	12.909,02
12.364	ENSINO SUPERIOR	67.000,00	67.000,00	9.844,38	51.287,24	14.987,76	46.419,14	0,54	69,28	20.580,86
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	589.400,00	614.400,00	139.203,11	498.295,33	129.146,61	488.232,08	5,66	79,46	126.167,92
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	23.000,00	23.000,00	0,00	16.835,28	0,00	16.835,28	0,20	73,20	6.164,72
	<b>Subtotal</b>	<b>7.502.000,00</b>	<b>8.449.578,91</b>	<b>1.241.978,61</b>	<b>6.405.178,31</b>	<b>1.396.788,94</b>	<b>5.916.885,04</b>	<b>68,54</b>	<b>70,03</b>	<b>2.532.693,87</b>
13	CULTURA	154.600,00	201.100,00	13.399,66	156.833,34	16.539,76	154.622,74	1,79	76,89	46.477,26
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	16.000,00	41.500,00	716,00	27.339,00	0,00	26.623,00	0,31	64,15	14.877,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	138.600,00	159.600,00	12.683,66	129.494,34	16.539,76	127.999,74	1,48	80,20	31.600,26
	<b>Subtotal</b>	<b>7.656.600,00</b>	<b>8.650.678,91</b>	<b>1.255.378,27</b>	<b>6.562.011,65</b>	<b>1.413.328,70</b>	<b>6.071.507,78</b>	<b>70,34</b>	<b>70,19</b>	<b>2.579.171,13</b>
15	URBANISMO	1.163.746,00	1.366.117,19	70.778,69	1.041.483,85	147.109,44	847.991,46	9,82	62,07	518.125,73
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	220.446,00	418.159,12	170,28	238.712,17	23.229,14	238.712,17	2,77	57,09	179.446,95
15.452	SERVIÇOS URBANOS	943.300,00	947.958,07	70.608,41	802.771,68	123.880,30	609.279,29	7,06	64,27	338.678,78
	<b>Subtotal</b>	<b>8.820.346,00</b>	<b>10.016.796,10</b>	<b>1.326.156,96</b>	<b>7.603.495,50</b>	<b>1.560.438,14</b>	<b>6.919.499,24</b>	<b>80,16</b>	<b>69,08</b>	<b>3.097.296,86</b>
16	HABITAÇÃO	30.000,00	33.000,00	22.830,00	22.830,00	7.610,00	7.610,00	0,09	23,06	25.390,00
16.481	HABITAÇÃO RURAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	20.000,00	23.000,00	22.830,00	22.830,00	7.610,00	7.610,00	0,09	33,09	15.390,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.850.346,00</b>	<b>10.049.796,10</b>	<b>1.348.986,96</b>	<b>7.626.325,50</b>	<b>1.568.048,14</b>	<b>6.927.109,24</b>	<b>80,25</b>	<b>68,93</b>	<b>3.122.686,86</b>
17	SANEAMENTO	39.554,00	124.375,00	71.415,26	95.026,51	9.402,26	20.237,55	0,23	16,27	104.137,45
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	39.554,00	124.375,00	71.415,26	95.026,51	9.402,26	20.237,55	0,23	16,27	104.137,45
	<b>Subtotal</b>	<b>8.889.900,00</b>	<b>10.174.171,10</b>	<b>1.420.402,22</b>	<b>7.721.352,01</b>	<b>1.577.450,40</b>	<b>6.947.346,79</b>	<b>80,48</b>	<b>68,28</b>	<b>3.226.824,31</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	8.000,00	8.000,00	1.890,00	1.890,00	1.750,00	1.750,00	0,02	21,88	6.250,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	8.000,00	8.000,00	1.890,00	1.890,00	1.750,00	1.750,00	0,02	21,88	6.250,00

+= [ CPL ] =-----{ 002 }+  
 |  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.897.900,00</b>	<b>10.182.171,10</b>	<b>1.422.292,22</b>	<b>7.723.242,01</b>	<b>1.579.200,40</b>	<b>6.949.096,79</b>	<b>80,50</b>	<b>68,25</b>	<b>3.233.074,31</b>
20	AGRICULTURA	574.700,00	521.300,00	70.090,18	381.074,38	74.847,98	362.445,50	4,20	69,53	158.854,50
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	70.000,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600,00
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	13.000,00	23.000,00	0,00	16.213,00	10.060,70	13.999,70	0,16	60,87	9.000,30
20.606	EXTENSÃO RURAL	491.700,00	491.700,00	70.090,18	364.861,38	64.787,28	348.445,80	4,04	70,87	143.254,20
	<b>Subtotal</b>	<b>9.472.600,00</b>	<b>10.703.471,10</b>	<b>1.492.382,40</b>	<b>8.104.316,39</b>	<b>1.654.048,38</b>	<b>7.311.542,29</b>	<b>84,70</b>	<b>68,31</b>	<b>3.391.928,81</b>
22	INDÚSTRIA	278.800,00	436.447,70	57.783,23	371.911,96	81.123,13	371.096,96	4,30	85,03	65.350,74
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	278.800,00	436.447,70	57.783,23	371.911,96	81.123,13	371.096,96	4,30	85,03	65.350,74
	<b>Subtotal</b>	<b>9.751.400,00</b>	<b>11.139.918,80</b>	<b>1.550.165,63</b>	<b>8.476.228,35</b>	<b>1.735.171,51</b>	<b>7.682.639,25</b>	<b>89,00</b>	<b>68,96</b>	<b>3.457.279,55</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	85.000,00	50.000,00	0,00	19.999,99	0,00	19.999,99	0,23	40,00	30.000,01
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	85.000,00	50.000,00	0,00	19.999,99	0,00	19.999,99	0,23	40,00	30.000,01
	<b>Subtotal</b>	<b>9.836.400,00</b>	<b>11.189.918,80</b>	<b>1.550.165,63</b>	<b>8.496.228,34</b>	<b>1.735.171,51</b>	<b>7.702.639,24</b>	<b>89,23</b>	<b>68,84</b>	<b>3.487.279,56</b>
26	TRANSPORTE	823.200,00	953.700,00	122.111,02	768.233,19	163.684,70	687.715,20	7,97	72,11	265.984,80
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	823.200,00	953.700,00	122.111,02	768.233,19	163.684,70	687.715,20	7,97	72,11	265.984,80
	<b>Subtotal</b>	<b>10.659.600,00</b>	<b>12.143.618,80</b>	<b>1.672.276,65</b>	<b>9.264.461,53</b>	<b>1.898.856,21</b>	<b>8.390.354,44</b>	<b>97,20</b>	<b>69,09</b>	<b>3.753.264,36</b>
27	DESPORTO E LAZER	132.500,00	112.500,00	34.138,55	87.438,78	27.925,53	78.995,44	0,92	70,22	33.504,56
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	132.500,00	112.500,00	34.138,55	87.438,78	27.925,53	78.995,44	0,92	70,22	33.504,56
	<b>Subtotal</b>	<b>10.792.100,00</b>	<b>12.256.118,80</b>	<b>1.706.415,20</b>	<b>9.351.900,31</b>	<b>1.926.781,74</b>	<b>8.469.349,88</b>	<b>98,11</b>	<b>69,10</b>	<b>3.786.768,92</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	190.600,00	210.600,00	34.146,02	162.884,18	34.146,02	162.884,18	1,89	77,34	47.715,82
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	99.000,00	99.000,00	15.599,78	74.731,56	15.599,78	74.731,56	0,87	75,49	24.268,44
28.845	TRANSFERÊNCIAS	91.600,00	111.600,00	18.546,24	88.152,62	18.546,24	88.152,62	1,02	78,99	23.447,38
	<b>Subtotal</b>	<b>10.982.700,00</b>	<b>12.466.718,80</b>	<b>1.740.561,22</b>	<b>9.514.784,49</b>	<b>1.960.927,76</b>	<b>8.632.234,06</b>	<b>100,00</b>	<b>69,24</b>	<b>3.834.484,74</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	17.300,00	17.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.300,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	17.300,00	17.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.300,00
	<b>Subtotal</b>	<b>11.000.000,00</b>	<b>12.484.018,80</b>	<b>1.740.561,22</b>	<b>9.514.784,49</b>	<b>1.960.927,76</b>	<b>8.632.234,06</b>	<b>100,00</b>	<b>69,15</b>	<b>3.851.784,74</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>11.000.000,00</b>	<b>12.484.018,80</b>	<b>1.740.561,22</b>	<b>9.514.784,49</b>	<b>1.960.927,76</b>	<b>8.632.234,06</b>	<b>100,00</b>	<b>69,15</b>	<b>3.851.784,74</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8  
MARIA INÊS DALLOLOMO

Responsável pelo Controle Interno  
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de LUZERNA                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010                          |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	11/2009	12/2009	01/2010	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	865.295,60	1.289.752,82	863.875,69	848.717,59	1.112.360,13	1.006.287,37	1.045.137,37
Receita Tributária	46.620,47	76.597,00	40.447,85	26.646,65	252.092,09	108.576,70	102.243,70
IPTU	947,15	3.096,56	0,00	0,00	113.342,51	22.965,75	15.794,51
ISS	18.816,38	24.751,76	25.155,09	20.213,09	23.018,89	20.160,29	34.753,87
ITBI	13.370,00	9.520,00	3.159,93	1.277,00	5.825,00	0,00	6.696,60
IRRF	8.309,43	31.862,86	8.147,42	3.257,01	3.615,30	20.415,35	5.763,42
Outras	5.177,51	7.365,82	3.985,41	1.899,55	106.290,39	45.035,31	39.235,30
Receita de Contribuições	16.350,55	15.165,35	0,00	16.899,46	0,00	16.689,53	15.315,26
Receita Patrimonial	8.817,10	9.031,61	7.088,27	13.366,53	11.811,57	7.603,27	10.412,11
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.538,00	1.360,00	300,00	3.375,00	4.910,00	2.290,00	2.490,00
Transferências Correntes	784.675,36	1.175.268,61	812.438,43	782.907,90	831.212,59	863.331,48	907.969,55
Cota-Parte do FPM	353.041,96	543.271,69	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18
Cota-Parte do ICMS	203.467,73	343.210,63	272.666,05	230.341,78	284.578,55	279.411,23	261.154,35
Cota-Parte do IPVA	29.418,28	15.289,97	13.748,94	31.194,05	34.172,14	35.719,66	32.770,97
Cota-Parte do ITR	113,94	125,81	17,88	31,24	7,88	0,00	25,74
Transf.da LC 87/1996	1.764,04	1.764,04	1.811,91	1.811,91	1.811,91	1.811,91	1.811,91
Transferência do FUNDEB	121.381,68	131.975,38	139.507,22	123.802,75	136.960,16	145.129,67	142.797,71
Outras Transferências	75.487,73	139.631,09	93.390,94	40.075,36	109.484,57	84.710,89	79.673,69
Demais Receitas Correntes	7.294,12	12.330,25	3.601,14	5.522,05	12.333,88	7.796,39	6.706,75
II-DEDUÇÕES	118.493,68	149.631,74	117.025,13	124.892,70	117.947,09	127.745,32	138.131,35
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	118.493,68	149.561,74	117.025,13	124.892,70	117.947,09	127.745,32	138.131,35
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	746.801,92	1.140.121,08	746.850,56	723.824,89	994.413,04	878.542,05	907.006,02



+= [ CPL ] =-----{ 002 }+  
 |  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	958.347,62	912.534,19	1.006.680,80	1.033.672,11	993.386,48	11.936.047,77	12.531.460,00	
Receita Tributária	55.245,54	61.179,93	60.540,89	146.881,74	46.349,86	1.023.422,42	1.060.500,00	
IPTU	8.042,62	8.342,03	9.104,40	1.573,77	1.874,02	185.083,32	200.000,00	
ISS	19.422,11	22.578,45	24.820,94	24.476,30	19.137,61	277.304,78	260.000,00	
ITBI	1.200,00	5.659,80	1.880,00	9.898,18	5.360,00	63.846,51	75.900,00	
IRRF	13.010,38	9.903,53	4.830,40	14.914,51	9.754,80	133.784,41	121.600,00	
Outras	13.570,43	14.696,12	19.905,15	96.018,98	10.223,43	363.403,40	403.000,00	
Receita de Contribuições	32.336,76	-888,87	16.200,02	16.395,29	15.966,81	160.430,16	200.000,00	
Receita Patrimonial	13.049,32	14.977,46	16.170,04	15.182,95	8.002,83	135.513,06	195.800,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	2.360,00	3.833,50	2.230,00	2.290,00	1.760,00	28.736,50	60.000,00	
Transferências Correntes	849.905,42	828.742,87	863.074,52	848.748,65	914.956,65	10.463.232,03	10.847.160,00	
Cota-Parte do FPM	338.240,57	248.721,31	333.336,20	278.258,05	299.541,54	4.011.838,30	4.590.000,00	
Cota-Parte do ICMS	271.214,91	272.283,37	279.632,56	297.092,45	319.308,53	3.314.362,14	3.230.000,00	
Cota-Parte do IPVA	32.490,79	33.664,43	28.817,26	37.342,31	39.830,75	364.459,55	345.000,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	15,89	483,06	2.780,81	3.602,25	800,00	
Transf.da LC 87/1996	1.811,91	1.811,91	1.811,91	1.811,91	1.811,91	21.647,18	25.000,00	
Transferência do FUNDEB	142.532,18	136.332,81	144.811,75	145.749,32	154.281,30	1.665.261,93	1.620.000,00	
Outras Transferências	63.615,06	135.929,04	74.648,95	88.011,55	97.401,81	1.082.060,68	1.036.360,00	
Demais Receitas Correntes	5.450,58	4.689,30	48.465,33	4.173,48	6.350,33	124.713,60	168.000,00	
II-DEDUÇÕES	129.957,20	112.579,75	129.964,64	124.235,85	133.943,44	1.524.547,89	1.651.460,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	129.957,20	112.579,75	129.964,64	124.235,85	133.943,44	1.524.477,89	1.651.460,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	828.390,42	799.954,44	876.716,16	909.436,26	859.443,04	10.411.499,88	10.880.000,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NORIVAL PIORIN

\_\_\_\_\_  
 Contadora CRC/20394/O-8  
 MARIA INÊS DALLOLMO

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>Previsão Orçamentária</b>
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(09/2010)	Exercício Anterior(2009)	Exercício Atual(2010)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NORIVAL FIORIN

\_\_\_\_\_  
 Contadora CRC/20394/O-8  
 MARIA INÊS DALLOLMO

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	316.153,95	306.777,57	304.238,79
DEDUÇÕES (II)	1.874.139,43	2.233.530,70	2.040.961,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.889.845,44	2.233.530,70	2.040.961,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-15.706,01	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.557.985,48	-1.926.753,13	-1.736.722,81
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.557.985,48	-1.926.753,13	-1.736.722,81

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	190.030,32	-178.737,33

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-8.915,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NORIVAL FIORIN

\_\_\_\_\_  
 Contadora CRC/20394/O-8  
 MARIA INÊS DALLOIMO

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de LUZERNA                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária          |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                  |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social              |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO      |
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	10.752.969,00	1.749.187,36	8.426.272,13	7.365.446,77
Receita Tributária	1.060.500,00	193.231,60	900.204,95	744.755,35
IPTU	200.000,00	3.447,79	181.039,61	178.323,47
ISS	260.000,00	43.613,91	233.736,64	191.695,58
IRRF	121.600,00	24.669,31	93.612,12	79.155,27
ITBI	75.900,00	15.258,18	40.956,51	62.119,13
Outras	403.000,00	106.242,41	350.860,07	233.686,90
Receita de Contribuição	200.000,00	32.362,10	128.914,26	143.905,02
Outras Contribuições	200.000,00	32.362,10	128.914,26	143.905,02
Receita Patrimonial Líquida	68.769,00	3.493,84	19.359,60	19.542,59
Receita Patrimonial	195.800,00	23.185,78	117.664,35	102.105,50
(-) Aplicações Financeiras	127.031,00	19.691,94	98.304,75	82.562,91
Transferências Correntes	9.195.700,00	1.505.526,01	7.246.865,59	6.388.886,02
FPM	3.672.000,00	462.239,73	2.492.420,01	2.347.410,08
ICMS	2.584.000,00	493.120,94	2.214.147,84	1.770.499,37
Outras Transferências	2.939.700,00	550.165,34	2.540.297,74	2.270.751,57
Demais Receitas Correntes	228.000,00	14.573,81	130.927,73	68.357,79
Dívida Ativa	39.402,00	5.122,58	53.069,25	30.578,97
Diversas Receitas Correntes	188.598,00	9.451,23	77.858,48	37.778,82
Receitas de Capital (II)	120.000,00	0,00	573.562,62	763.550,00
(-) Alienação de Ativos (V)	120.000,00	0,00	39.850,00	20.900,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	533.712,62	742.650,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	533.712,62	742.650,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	533.712,62	742.650,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	10.752.969,00	1.749.187,36	8.959.984,75	8.108.096,77

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	9.897.534,89	1.531.057,40	6.954.588,22	6.250.748,31
Pessoal e Encargos Sociais	4.854.290,52	751.490,92	3.731.390,67	3.211.977,08
Outras Despesas Correntes	4.959.244,37	766.505,48	3.160.381,15	2.977.808,23
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	84.000,00	13.061,00	62.816,40	60.963,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	9.813.534,89	1.517.996,40	6.891.771,82	6.189.785,31
Despesas de Capital (XI)	2.569.183,91	429.870,36	1.677.645,84	1.254.523,75
Investimentos	2.554.183,91	427.331,58	1.665.730,68	1.244.061,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	15.000,00	2.538,78	11.915,16	10.462,42
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.554.183,91	427.331,58	1.665.730,68	1.244.061,33
Reserva de Conting. (XVI)	17.300,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	12.385.018,80	1.945.327,98	8.557.502,50	7.433.846,64
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.632.049,80	-196.140,62	402.482,25	674.250,13
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			928.113,08	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

147.031,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA										
	0,00	14.804,00	0,00	14.804,00	0,00	290.962,78	71.004,83	210.103,81	9.854,14	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS										
	0,00	415,00	0,00	415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS										
	0,00	487,01	0,00	487,01	0,00	109.301,42	6.563,45	102.737,97		0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FMDCA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	63,77	136,23		0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	15.706,01	0,00	15.706,01	0,00	400.464,20	77.632,05	312.978,01		9.854,14

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2009				de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8  
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno  
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Luzerna**  
**Secretaria da Fazenda e Administração**

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM A**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO N.º 212**  
**LEI FEDERAL 9.394/96 - Art. 69**  
**L.O.M. Art. 121**  
**PERÍODO JANEIRO/OUTUBRO DE 2010**

Anexo X – Lei 9.394/96, Art. 72

<b>1. Receita Resultante de Impostos</b>	<b>R\$</b>	<b>6.896.560,22</b>
1.1. IPTU	R\$	181.039,61
1.2. IRRF	R\$	93.612,12
1.3. ITBI	R\$	40.956,51
1.4. ISSQN	R\$	233.736,64
1.5. Cota Parte FPM	R\$	3.115.524,65
1.6. Cota-Parte ITR	R\$	3.362,50
1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96	R\$	18.119,10
1.8. Cota-Parte ICMS	R\$	2.767.683,78
1.9. Cota-Parte IPVA	R\$	319.751,30
1.10. Cota parte IPI , Est. Exp. De Prod. Ind.	R\$	57.681,15
1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos	R\$	65.092,86
<b>25% da Receita Resultante de Impostos – Aplicação mínima</b>	<b>R\$</b>	<b>1.724.140,06</b>
<b>2. Aplicado no exercício</b>	<b>R\$</b>	<b>2.114.975,43</b>
<b>Gasto a maior no Exercício</b>	<b>R\$</b>	<b>390.835,37</b>
<b>3. Percentual gasto</b>		<b>30,68%</b>

**RESUMO**

4. Composição da Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada <sup>(1)</sup>		Saldo Banco/2008 Receitas Aplicadas de Conv., Rendas de Aplicações Financeiras e Fundeb		Líquido	
4.1. Ensino Infantil	R\$	498.295,33	R\$	488.232,08	(-)R\$	0,00	=R\$	488.232,08
4.2. Manutenção Ensino Fundamental	R\$	1.444.697,11	R\$	1.412.495,40	(-)R\$	23.171,97 <sup>(2)</sup>	=R\$	1.389.323,43
4.3 FUNDEB	R\$	1.256.422,47	R\$	1.256.422,47	(-)R\$	1.411.904,87	=R\$	155.482,40(-)
4.4 Constr. Complexo Educ. São Francisco e Aquisição Seminário São João Batista	R\$	339.466,29	R\$	288.161,21	(-)R\$	-	=R\$	288.161,21
4.5 Transporte Escolar	R\$	313.901,03	R\$	284.013,01	(-)R\$	169.620,92 <sup>(3)</sup>	=R\$	114.392,09
4.6 Rendas de Aplicações Financeiras	R\$	-	R\$	-	(-)R\$	9.650,98	R\$	9.650,98(-)
<b>Totais</b>	<b>R\$</b>	<b>3.852.782,23</b>	<b>R\$</b>	<b>3.729.324,17</b>	<b>(-)R\$</b>	<b>1.614.348,74</b>	<b>=R\$</b>	<b>2.114.975,43</b>

(1) Para o cálculo da despesa com o ensino, considera-se somente a despesa liquidada.

(2) Saldo do FUNDEB do exercício de 2009, de R\$ 23.171,97, foi aplicado na educação básica.

(3) Saldo da Verba Estadual do exercício de 2009, R\$ 1.906,07, foi aplicado em despesas de transporte de estudantes da rede estadual de ensino.

**DEDUÇÕES**

TÍTULOS	FONTES	VALOR R\$	
Ensino Fundamental	FUNDEB 2009	R\$	23.171,97
Receita FUNDEB	LEI Nº 9.424/96	R\$	1.411.904,87
Transporte Escolar	Salário Educação – Saldo 2009	R\$	14.725,40
Transporte Escolar	Salário Educação	R\$	102.577,75
Transporte Escolar	PNATE	R\$	24.428,06
Transporte Escolar	Verba Estadual	R\$	27.889,71
Rendas de Aplicações Financeiras de Saldos Vinculados à Educação	Rendas de Aplicações Financeiras	R\$	9.650,98
<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>	<b>1.614.348,74</b>

Fonte: Dados extraídos do Setor Contábil

Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

Norival Fiorin  
Prefeito MunicipalMaria Inês Dallolmo  
Contadora  
CRC/SC 20394/0-8Ana Caroline Diesel Deitos  
Coordenadora do  
Controle Interno

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada (a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Até o Bim. (b)	Saldo a Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>				
Despesas	Dotação Atualizada (c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Até o Bim. (d)	Saldo a Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	2.569.183,91	429.870,36	1.677.645,84	891.538,07
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.569.183,91	429.870,36	1.677.645,84	891.538,07
<hr/>				
DIFERENÇA (A) - (B)	-2.569.183,91	-429.870,36	-1.677.645,84	-891.538,07
<hr/>				

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NORIVAL FIORIN

\_\_\_\_\_  
 Contadora CRC/20394/O-8  
 MARIA INÊS DALLOLMO

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	120.000,00	39.850,00	80.150,00
Alienação de Veículos	20.000,00	34.650,00	-14.650,00
Alienação de Moveis e Utensílios	10.000,00	0,00	10.000,00
Alienação de Equipamentos	20.000,00	0,00	20.000,00
Alienação de Imóveis Urbanos	70.000,00	5.200,00	64.800,00
Total	120.000,00	39.850,00	80.150,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	39.850,00	39.850,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NORIVAL FIORIN

\_\_\_\_\_  
 Contadora CRC/20394/O-8  
 MARIA INÊS DALLOLMO

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS  
PÚBLICOS DE SAÚDE.  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO Nº 198  
L.O.M. Art. 111  
PERÍODO JANEIRO/OUTUBRO DE 2010**

ADCT Art. 77 - Anexo XVI

<b>1.Receita Resultante de Impostos e Transferências de Impostos</b>	<b>R\$</b>
1.1. IPTU	181.039,61
1.2. IRRF	93.612,12
1.3. ITBI	40.956,51
1.4. ISSQN	233.736,64
1.5. Cota-parte FPM	3.115.524,65
1.6. Cota-parte ITR	3.362,50
1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96	18.119,10
1.8. Cota-parte ICMS	2.767.683,78
1.9. Cota-parte IPVA	319.751,30
1.10. Cota-parte IPI, Est. Exp. De Produtos Industrializados	57.681,15
1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos	65.092,86
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>6.896.560,22</b>

<b>2. Despesas Liquidadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	<b>R\$</b>
2.1 Atenção Básica	1.602.405,05
2.2 Vigilância Sanitária	9.700,53
2.3 Vigilância Epidemiológica	22.384,96
2.4 Alimentação e Nutrição	5.448,55
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.639.939,09</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

<b>3. Verificação Do Cumprimento Dos Limites Constitucionais</b>	(+) (-) (%)	<b>R\$</b>
<b>3.1 – Total das Despesas com Saúde</b>	(+)	<b>1.639.939,09</b>
<b>3.2 – Total das Deduções:</b>	(-)	<b>557.015,37</b>
<b>3.2.1 – Transferências Federais/ Programas de Saúde</b>	(-)	424.364,15
<b>3.2.2 – Transferências Estaduais/ Programas de Saúde</b>	(-)	20.730,00
<b>3.2.3 – Rendimentos de Aplicações Financeiras</b>	(-)	12.815,96
<b>3.2.4 – Saldo em Bancos/ Receita Vinculada em 31.12.09</b>	(-)	338.283,19
<b>3.2.5 – Retenções e Descontos</b>	(-)	42.129,50
<b>3.2.6 – Saldo em Bancos/Receita Vinculada em 31.10.10</b>	(+)	281.307,43
<b>3.3 – Aplicação de Recursos Ordinários</b>	<b>15,70</b>	<b>1.082.923,72</b>
<b>3.4 – Aplicação Mínima de Recursos Ordinários</b>	<b>15,00</b>	<b>1.034.484,03</b>
<b>3.5 – Valor Aplicado a Maior</b>	<b>0,70</b>	<b>48.439,69</b>

<b>4. Retenções e Descontos</b>		
4.1 - INSS	R\$	19.073,19
4.2 - Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$	16.592,99
4.3 - Contribuição Sindical	R\$	247,92
4.4 - Desconto para Associação dos Servidores Municipais/ASM	R\$	534,00
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>36.448,10</b>
5.1 - Salário Família CLT	R\$	1.230,62
5.2 - Salário Maternidade	R\$	4.450,78
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>5.681,40</b>
<b>Total Geral</b>	<b>R\$</b>	<b>42.129,50</b>

**Norival Fiorin**  
**Prefeito Municipal**

**Maria Inês Dallolmo**  
**Contadora CRC/SC 20394/0-8**

**Ana Caroline Diesel Deitos**  
**Coordenadora do Controle Interno**



# Massaranduba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº. 1241

LEI Nº. 1241 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010  
Homologa Decretos de Suplementação

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Ficam homologados os Decretos abaixo relacionados no valor de R\$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais) que abriram Créditos Suplementares no decorrer do exercício de 2010, por conta do artigo 7º da Lei 1134/2009- Lei Orçamentária Anual:

Decreto nº 1935 - de 16 de março de 2010 - Valor R\$ 225.000,00 - fonte de recursos 12455 (Pavimentação de Ruas)

Decreto nº 1989 - de 23 de julho de 2010 - Valor R\$ 50.000,00 - fonte de recursos 12455 (Aquisição de aeradores para agricultura).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Novembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei Nº.1240

LEI Nº.1240 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010  
Abre Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO  
0201 - GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
0201 - 45909300 - Indenizações e Restituições  
0201 - 30000 - Recursos Ordinários..... R\$ 112.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
0801 - GERENCIA DE PLANEJAMENTO  
0801.01.482.0040.1098 - Construção de Casas Populares  
0801 - 45906100 - Aquisição de Imóveis  
0801 - 30000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 110.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401.015.452.0150.2068 - Conservação de Vias Urbanas  
0401 - 33903000 - Material de Consumo

0401 - 30000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Novembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei Nº.1242

LEI Nº.1242 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010  
Abre Crédito Especial

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional especial no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0505 - GERÊNCIA DE CULTURA  
0505.013.392.0130.2060 - Incentivo à Cultura  
0505 - 44504200 - Auxílios  
0505 - 3000 - Recursos Ordinários..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2009.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Novembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Lei Nº 1243/2010

LEI Nº 1243/2010

Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube Recreativo Palmeiras, a Associação São Miguel Esporte Clube, ao Cachoeira Esporte Clube, a Equipe de Trilheiros Tatu na Lama de Massaranduba, a Equipe de Trilheiros Leões da Trilha, a Equipe de Trilheiros Bicho da Trilha de Massaranduba, ao Clube dos Carroceiros 13 de Maio, a Alta Rotação Moto Clube e ao CTG Laço Massarandubense.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades: CLUBE RECREATIVO PALMEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº. 06.888.644/0001-44, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais); ASSOCIAÇÃO SÃO MIGUEL ESPORTE CLUBE, inscrita no CNPJ sob nº. 10.615.369/0001-62, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais); CACHOEIRA ESPORTE CLUBE, inscrito no CNPJ sob nº. 79.378.287/0001-48, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais); EQUIPE DE TRILHEIROS TATU NA LAMA DE MASSARANDUBA, inscrita no CNPJ sob nº. 09.112.290/0001-90, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais); EQUIPE DE TRILHEIROS LEÕES DA TRILHA, inscrita o CNPJ

sob nº 10.385.690/0001-06, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais); EQUIPE DE TRILHEIROS BICHO DA TRILHA DE MASSARANDUBA, inscrita no CNPJ sob nº 08.270.113/0001-19, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais); CLUBE DE CARROCEIROS 13 DE MAIO, inscrito no CNPJ sob nº 10.504.070/0001-30, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais); ALTA ROTAÇÃO MOTO CLUBE, inscrito no CNPJ sob nº 08.667.443/0001-42, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais); CTG LAÇO MASSARANDUBENSE, inscrito no CNPJ sob nº 79.377.800/0001-86, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Parágrafo único As respectivas entidades designarão o auxílio financeiro às obras de construção, reforma ou ampliação dos seus espaços físicos ou também na aquisição de mobílias, eletrodomésticos.

Art. 2º A entidade beneficiada prestará contas ao Município da aplicação do recurso recebido no prazo de 60 (sessenta) dias da data do repasse.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 16 DE NOVEMBRO DE 2010.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretaria de Administração e Finanças

### Lei Nº 1244/2010

LEI Nº 1244/2010

Declara de Utilidade Pública o Clube da 3ª Idade Nossa senhora da Glória

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º Fica declarado de utilidade pública o Clube da 3ª Idade Nossa Senhora da Glória, situado na Rua Massarandubinha, na localidade de Massarandubinha no Perímetro Rural do Município de Massaranduba, inscrito no CNPJ sob Nº 10.592.752/0001-42

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 16 DE NOVEMBRO DE 2010.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretaria de Administração e Finanças

### Decreto Nº. 2080 de 16 de Novembro de 2010

DECRETO Nº. 2080 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1240 de 16 de Novembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 - 45909300 - Indenizações e Restituições

0201 - 30000 - Recursos Ordinários..... R\$ 112.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

0801 - GERENCIA DE PLANEJAMENTO

0801.01.482.0040.1098 - Construção de Casas Populares

0801 - 45906100 - Aquisição de Imóveis

0801 - 30000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 110.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0150.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33903000 - Material de Consumo

0401 - 30000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Novembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Decreto Nº.2081 de 16 de Novembro de 2010

DECRETO Nº.2081 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Especial

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1242 de 16 de Novembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional especial no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2060 - Incentivo à Cultura

0505 - 44504200 - Auxílios

0505 - 3000 - Recursos Ordinários..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Novembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA MUNICIPAL

### I Edital do conselho municipal de direitos da criança e do adolescente de Morro da Fumaça - SC

I EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MORRO DA FUMAÇA - SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, faz saber à comunidade fumacense que será realizado o processo de escolha para preenchimento de 05 (cinco) cargos para o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Morro da Fumaça - Santa Catarina.

1 - O processo de escolha far-se-á em três etapas: inscrições, prova teórica sobre conhecimentos da legislação minoril e eleição.  
2 - Os candidatos deverão estar enquadrados nas determinações constantes nos art. 19º e ss., da Lei Municipal nº 1176/05.

3 - São impedidos de servir ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente: servidor público, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

4- As inscrições estarão abertas, aos interessados, na sala da Secretaria da Família, localizada à na Rua Silvio Sartor, s/n, Centro, das 8 horas às 13 horas entre os dias 22 de Novembro a 06 de Dezembro de 2010.

5 - Será exigido, para inscrição à candidatura a membro do Conselho Tutelar, o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - idade superior a 21 (vinte e um) anos (comprovados com cópia da Carteira de Identidade ou qualquer outro documento oficial);

II - residir no município há mais de 02 (dois) anos (declaração firmada em cartório);

III - tiver reconhecido idoneidade moral, devidamente comprovada por certidões negativas civis, criminais, expedidas pelo cartório distribuidor local;

IV - concluiu o ensino fundamental ou equivalente (cópia do certificado de conclusão de curso);

V - for reconhecida experiência na área de relacionamento com criança e adolescente (declaração expedida por um órgão ou entidade);

VI - estiver no gozo de seus poderes políticos (certidão extraída no site da Justiça Eleitoral);

VII - possuir CNH (cópia).

6 - Os requisitos citados no item anterior deverão ser comprovados no ato da inscrição, através de cópias reprografadas autenticadas dos documentos que deverão ir acompanhados de requerimento de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7 - Encerrado o prazo de inscrição, a presidente do CMDCA, após examinar os requerimentos, no dia 08 de Dezembro de 2010 publicará edital com o nome dos candidatos.

8- Abrir-se-á prazo de 48 horas para impugnações ou recursos a partir da publicação dos nomes dos inscritos, vencendo-se em 10 de dezembro de 2010.

9- A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança ou adolescente. Simultaneamente à publicação dos nomes e pelo prazo de 48 horas, abrir-se-á vista, ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para a fiscalização de que trata o Art. 139 da Lei nº 8069/90, podendo este apresentar impugnações.

10 - Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma e poderá apresentar defesa em 48 horas, a contar da data da notificação protocolada. Encerrados os prazos de que tratam os itens 08 e 09 deste edital, a comissão do CMDCA, responsável pelo processo de escolha para preenchimento das vagas do Conselho

Tutelar analisará as defesas, se houver, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

11 - Os candidatos incluídos no edital publicado após o julgamento dos recursos (prazo previsto para 14/12/2010) serão convocados para se submeterem a uma avaliação eliminatória, onde deverão demonstrar os seus conhecimentos sobre a legislação minoril.

12 - A avaliação realizar-se-á no dia 18 de Janeiro de 2010, das 14:00 as 17:00 horas, tendo como nota máxima 10 (dez) pontos e será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis).

13 - Após a avaliação mencionada nos itens 8 e 9, a comissão fará publicar edital com a relação dos habilitados para a eleição. O candidato que se sentir prejudicado poderá interpor recurso, fundamentado, ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, dentro em 48h.

14- A eleição está prevista para o dia 08 de fevereiro de 2011 das 08:00 as 13:00 horas.

15- Considerar-se-ão eleitos os 5 (cinco) candidatos mais votados;

16 - Após o resultado das eleições, o presidente da comissão publicará edital com o resultado da eleição, relacionando os 5 (cinco) conselheiros escolhidos, bem como os 5 (cinco) que integrarão a suplência, observando a ordem decrescente de votos obtidos, submetendo os autos do procedimento para homologação perante o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

17 - O cargo de Conselheiro Tutelar é remunerado nos termos da lei municipal nº 1.176/2005, artigos 34 e 35.

18 - Após a escolha, apurado o resultado, havendo a proclamação e homologação dos escolhidos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promoverá curso de capacitação para os escolhidos com a participação dos suplentes, com o apoio de outras entidades, visando instruir o Conselho tutelar sobre suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Morro da Fumaça, 11 de Novembro de 2010.

Zenir Bez Fontana Maragno

Presidente do CMDCA

# Nova Trento

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria Nº 707

PORTARIA Nº 707/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 193/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 193/2010, o senhor Valentin Camilo Casett, matrícula funcional nº. 4275, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, cujo objeto do contrato aquisição parcelada de Tubos de Concreto, para realização de serviços e obras no município.

Art. 2º - Atribui ao senhor Valentin Camilo Casett anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 16 de novembro de 2010.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 16 de novembro de 2010.

VALENTIN CAMILO CASETT

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

### RESUMO de Contrato Nº 193/2010

CONTRATO Nº 193/2010

Origem: Processo Licitatório nº 121/2010. Modalidade: Carta Convite nº 023/2010. Homologação: 16/11/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO ROQUE LTDA ME, com sede a Rua: José Battisti Archer, nº 42, Bairro: São Roque, Cidade: Nova Trento/SC, CEP: 88270.000, inscrita no CNPJ sob n.º 03.541.121/0001-39. Objeto do Contrato: Aquisição parcelada de Tubos de Concreto, para realização de serviços e obras no município de Nova Trento/SC até o período de 31/12/2010, tudo de acordo com as exigências constantes do anexo I deste (Termo de Referência) desta Carta Convite. O valor total deste contrato é de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais) O presente contrato possuirá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2010, observado o caput do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Nova Trento, 16 de novembro de 2010.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

## Novo Horizonte

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 045/2010

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.: 45/2010 TA 001

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : VITAL ENGENHARIA LTDA,

Vigência : Início: 01/11/2010 Término: 31/01/2011

Licitação : Processo Licitatório nº 042/2010, Carta Convite Nº 022/2010

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na PRORROGAÇÃO DE PRAZO. O Prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 045/2010 estende-se até 31 de Janeiro de 2011.

Fundamentação: com amparo no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e

suas alterações,  
NOVO HORIZONTE, 01 de Novembro de 2010 - SANTOS ZILLI -  
Prefeito Municipal

### Extrato Errata Data do 1º TA ao CT 039/2010

Retificação data do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 039/2010

O Município de Novo Horizonte/SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público aos interessados a retificação da data do 1º Termo Aditivo, publicado em 10/11/2010 DOM/SC - Edição nº 612, no que se refere a data, leia-se 09 de Novembro de 2010.

SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

### Extrato Errata Data do 1º TA ao CT 040/2010

Retificação data do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 040/2010

O Município de Novo Horizonte/SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público aos interessados a retificação da data do 1º Termo Aditivo, publicado em 10/11/2010 DOM/SC - Edição nº 612, no que se refere a data, leia-se 09 de Novembro de 2010.

SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal



# Paulo Lopes

## PREFEITURA MUNICIPAL

### CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

#### CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO

MÊS DE OUTUBRO DE 2010

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	111.244,97
1.2 - ITBI	125.289,00
1.3 - ISS	1.034.243,79
1.4 - FPM	3.115.524,65
1.5 - IRRF	95.087,63
1.6 - ICMS	1.970.815,54
1.7 - IPI	40.994,12
1.8 - IPVA	334.640,07
1.9 - ITR	8.806,98
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	12.912,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	17.213,66
1.12 - Multas e Juros	13.586,55
<b>TOTAL</b>	<b>6.880.358,96</b>

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.720.089,74
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.333.966,58
2.3 - Convênios	561.778,32
<b>TOTAL</b>	<b>3.615.834,64</b>

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.096.738,67	1.096.587,89	-150,78
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	800.379,95	898.527,71	98.147,76
3.3 - Ensino	1.156.937,70	939.138,47	-217.799,23
3.4 - Convênio	561.778,32	444.726,64	-117.051,68
<b>TOTAL</b>	<b>3.615.834,64</b>	<b>3.378.980,71</b>	<b>-236.853,93</b>

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;  
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 16 de novembro de 2010.

% aplicado = 23,26

Aplicado a maior = -119.802,25

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS OUTUBRO DE 2010**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	111.244,97
1.2 - ITBI	125.289,00
1.3 - ISS	1.034.243,79
1.4 - FPM	3.115.524,65
1.5 - IRRF	95.087,63
1.6 - ICMS	1.970.815,54
1.7 - IPI	40.994,12
1.8 - IPVA	334.640,07
1.9 - ITR	8.806,98
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	12.912,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	17.213,66
1.12 - Multas e Juros	13.586,55
<b>TOTAL</b>	<b>6.880.358,96</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das receitas oriundas de impostos	1.032.053,84
2.2 -	
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	820.146,12
<b>TOTAL</b>	<b>1.852.199,96</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal (1)</b>	<b>Realizada (2)</b>	<b>Diferença (3)</b>
3.1 - Gastos com Saúde	1.852.199,96	2.220.170,55	367.970,59
3.2 - (-) Convênios não Aplicados	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.852.199,96</b>	<b>2.220.170,55</b>	<b>367.970,59</b>

% aplicado = 20,35

Paulo Lopes, 16 de novembro de 2010.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE



**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MÊS DE OUTUBRO DE 2010**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	111.244,97
1.2 - ITBI	125.289,00
1.3 - ISS	1.034.243,79
1.4 - FPM	3.115.524,65
1.5 - IRRF	95.087,63
1.6 - ICMS	1.970.815,54
1.7 - IPI	40.994,12
1.8 - IPVA	334.640,07
1.9 - ITR	8.806,98
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	12.912,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	17.213,66
1.12 - Multas e Juros	13.586,55
<b>TOTAL</b>	<b>6.880.358,96</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.720.089,74
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.333.966,58
2.3 - Convênios	561.778,32
<b>TOTAL</b>	<b>3.615.834,64</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.096.738,67	1.096.587,89	-150,78
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	800.379,95	898.527,71	98.147,76
3.3 - Ensino	1.156.937,70	939.138,47	-217.799,23
3.4 - Convênio	561.778,32	444.726,64	-117.051,68
<b>TOTAL</b>	<b>3.615.834,64</b>	<b>3.378.980,71</b>	<b>-236.853,93</b>

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;  
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 16 de novembro de 2010.

% aplicado = 23,26

Aplicado a maior = -119.802,25

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

## RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR  NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.228.448,15	0,00
Pessoal Ativo	5.074.475,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	153.972,98	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.271,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	25.271,58	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.203.176,57</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>5.203.176,57</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>10.704.892,24</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>48,61</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>5.780.641,81</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>5.491.609,72</b>	
<b>FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 16/11/2010

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA  
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA  
 Diretor de Controle Interno

 NILTON BATISTA RAUPP  
 Contador

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.258.400,00</b>	<b>12.258.400,00</b>	<b>2.081.129,65</b>	<b>16,98</b>	<b>9.479.336,43</b>	<b>77,33</b>	<b>2.779.063,57</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.183.400,00</b>	<b>10.183.400,00</b>	<b>1.876.582,55</b>	<b>18,43</b>	<b>8.756.798,76</b>	<b>85,99</b>	<b>1.426.601,24</b>
RECEITA TRIBUTARIA	1.160.000,00	1.160.000,00	413.379,18	35,64	1.490.052,04	128,45	-330.052,04
IMPOSTOS	960.000,00	960.000,00	408.978,83	42,60	1.365.865,39	142,28	-405.865,39
TAXAS	200.000,00	200.000,00	4.400,35	2,20	124.186,65	62,09	75.813,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	295.000,00	295.000,00	47.734,90	16,18	238.253,62	80,76	56.746,38
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	295.000,00	295.000,00	47.734,90	16,18	238.253,62	80,76	56.746,38
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	13.645,67	0,00	64.093,89	0,00	-64.093,89
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	0,00	13.645,67	0,00	59.593,89	0,00	-59.593,89
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	-4.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.000,00	55.000,00	184,79	0,34	1.452,11	2,64	53.547,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.203.400,00	8.203.400,00	1.395.116,72	17,01	6.895.463,70	84,06	1.307.936,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.187.400,00	8.187.400,00	1.395.116,72	17,04	6.875.463,70	83,98	1.311.936,30
Transf. de Instituições Privadas	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Transf. de Pessoas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	470.000,00	470.000,00	6.521,29	1,39	67.483,40	14,36	402.516,60
Multas e Juros de Mora	32.000,00	32.000,00	4.009,73	12,53	32.813,99	102,54	-813,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	71.000,00	71.000,00	2.444,56	3,44	34.307,88	48,32	36.692,12
RECEITAS DIVERSAS	364.000,00	364.000,00	67,00	0,02	361,53	0,10	363.638,47
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.075.000,00</b>	<b>2.075.000,00</b>	<b>204.547,10</b>	<b>9,86</b>	<b>722.537,67</b>	<b>34,82</b>	<b>1.352.462,33</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	-18.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	-18.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.375.000,00	1.375.000,00	204.547,10	14,88	704.537,67	51,24	670.462,33
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.375.000,00	1.375.000,00	204.547,10	14,88	704.537,67	51,24	670.462,33
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.258.400,00</b>	<b>12.258.400,00</b>	<b>2.081.129,65</b>	<b>16,98</b>	<b>9.479.336,43</b>	<b>77,33</b>	<b>2.779.063,57</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.258.400,00</b>	<b>12.258.400,00</b>	<b>2.081.129,65</b>	<b>16,98</b>	<b>9.479.336,43</b>	<b>77,33</b>	<b>2.779.063,57</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.258.400,00	12.258.400,00	2.081.129,65	16,98	9.479.336,43	77,33	2.779.063,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	305.166,62	—	—	185.092,96	—	—
Superávit Financeiro	—	305.166,62	—	—	185.092,96	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.208.400,00</b>	<b>744.573,62</b>	<b>12.952.973,62</b>	<b>1.376.469,94</b>	<b>9.519.098,78</b>	<b>1.695.639,01</b>	<b>8.997.815,16</b>	<b>69,47</b>	<b>3.955.158,46</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.945.900,00</b>	<b>13.150,00</b>	<b>8.959.050,00</b>	<b>1.304.453,38</b>	<b>7.917.959,42</b>	<b>1.321.378,98</b>	<b>7.601.606,81</b>	<b>84,85</b>	<b>1.357.443,19</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.371.450,00	-53.550,00	5.317.900,00	787.518,70	4.561.803,50	787.818,70	4.551.997,75	85,60	765.902,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	1.000,00	93,47	931,90	93,47	931,90	93,19	68,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.573.450,00	66.700,00	3.640.150,00	516.841,21	3.355.224,02	533.466,81	3.048.677,16	83,75	591.472,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.257.500,00</b>	<b>731.423,62</b>	<b>3.988.923,62</b>	<b>72.016,56</b>	<b>1.601.139,36</b>	<b>374.260,03</b>	<b>1.396.208,35</b>	<b>35,00</b>	<b>2.592.715,27</b>
INVESTIMENTOS	3.098.500,00	620.923,62	3.719.423,62	2.646,00	1.336.733,03	304.889,47	1.131.802,02	30,43	2.587.621,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	159.000,00	110.500,00	269.500,00	69.370,56	264.406,33	69.370,56	264.406,33	98,11	5.093,67
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.208.400,00</b>	<b>744.573,62</b>	<b>12.952.973,62</b>	<b>1.376.469,94</b>	<b>9.519.098,78</b>	<b>1.695.639,01</b>	<b>8.997.815,16</b>	<b>69,47</b>	<b>3.955.158,46</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.208.400,00</b>	<b>744.573,62</b>	<b>12.952.973,62</b>	<b>1.376.469,94</b>	<b>9.519.098,78</b>	<b>1.695.639,01</b>	<b>8.997.815,16</b>	<b>69,47</b>	<b>3.955.158,46</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	481.521,27	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.208.400,00</b>	<b>744.573,62</b>	<b>12.952.973,62</b>	<b>1.376.469,94</b>	<b>9.519.098,78</b>	<b>1.695.639,01</b>	<b>9.479.336,43</b>	<b>69,47</b>	<b>3.955.158,46</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 16/11/2010

\_\_\_\_\_  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
GILDO ARCELINO DE SOUZA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
NILTON BATISTA RAUPP  
Contador

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.208.400,00	12.952.973,62	1.376.469,94	9.519.098,78	1.695.639,01	8.997.815,16	100,00	69,47	3.955.158,46
Legislativa	640.000,00	640.000,00	83.194,65	461.469,15	83.194,65	461.469,15	5,13	72,10	178.530,85
Ação Legislativa	640.000,00	640.000,00	83.194,65	461.469,15	83.194,65	461.469,15	5,13	72,10	178.530,85
Administração	2.244.000,00	2.298.700,00	154.456,45	1.154.779,43	187.370,07	1.098.347,22	12,21	47,78	1.200.352,78
Administração Geral	1.904.000,00	1.950.700,00	114.409,32	868.251,86	146.304,18	816.697,95	9,08	41,87	1.134.002,05
Administração Financeira	340.000,00	348.000,00	40.047,13	286.527,57	41.065,89	281.649,27	3,13	80,93	66.350,73
Assistência Social	260.000,00	270.280,00	40.325,28	200.071,96	45.506,27	191.257,52	2,13	70,76	79.022,48
Assistência ao Idoso	27.000,00	27.000,00	2.200,00	22.108,50	2.200,00	22.108,50	0,25	81,88	4.891,50
Assistência à Criança e ao Adolescente	81.000,00	71.000,00	11.380,61	48.991,28	10.997,37	47.830,96	0,53	67,37	23.169,04
Assistência Comunitária	152.000,00	172.280,00	26.744,67	128.972,18	32.308,90	121.318,06	1,35	70,42	50.961,94
Saúde	2.703.250,00	2.757.285,65	387.185,73	2.309.781,06	361.969,91	2.252.986,15	25,04	81,71	504.299,50
Atenção Básica	2.703.250,00	2.757.285,65	387.185,73	2.309.781,06	361.969,91	2.252.986,15	25,04	81,71	504.299,50
Educação	2.649.150,00	2.938.280,97	331.234,06	2.543.156,08	393.316,42	2.365.194,86	26,29	80,50	573.086,11
Alimentação e Nutrição	68.000,00	73.000,00	4.872,80	72.632,13	6.572,05	72.632,13	0,81	99,50	367,87
Ensino Fundamental	2.230.150,00	2.267.280,97	296.379,45	1.967.040,76	294.020,32	1.888.470,57	20,99	83,29	378.810,40
Educação Infantil	326.000,00	548.000,00	29.981,81	470.051,19	89.924,05	371.831,66	4,13	67,85	176.168,34
Educação Especial	25.000,00	50.000,00	0,00	33.432,00	2.800,00	32.260,50	0,36	64,52	17.739,50
Cultura	212.000,00	215.000,00	6.122,86	56.601,06	7.037,86	56.601,06	0,63	26,33	158.398,94
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Difusão Cultural	57.000,00	60.000,00	6.122,86	56.601,06	7.037,86	56.601,06	0,63	94,34	3.398,94
Urbanismo	572.000,00	520.000,00	125.000,00	520.000,00	72.365,87	436.045,17	4,85	83,85	83.954,83
Infra-Estrutura Urbana	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	490.000,00	520.000,00	125.000,00	520.000,00	72.365,87	436.045,17	4,85	83,85	83.954,83
Transportes Coletivos Urbanos	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	230.000,00	77.000,00	7.024,54	53.494,10	7.350,12	53.356,88	0,59	69,29	23.643,12
Habitação Urbana	230.000,00	77.000,00	7.024,54	53.494,10	7.350,12	53.356,88	0,59	69,29	23.643,12
Saneamento	324.000,00	420.327,00	8.479,96	391.042,01	103.336,94	294.053,31	3,27	69,96	126.273,69
Saneamento Básico Rural	320.000,00	420.327,00	8.479,96	391.042,01	103.336,94	294.053,31	3,27	69,96	126.273,69
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.000,00	467.250,00	35.586,73	188.116,38	39.256,27	182.072,37	2,02	38,97	285.177,63
Extensão Rural	255.000,00	467.250,00	35.586,73	188.116,38	39.256,27	182.072,37	2,02	38,97	285.177,63
Indústria	240.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
Promoção Industrial	240.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00



Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.208.400,00	12.952.973,62	1.376.469,94	9.519.098,78	1.695.639,01	8.997.815,16	100,00	69,47	3.955.158,46
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Turismo	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Transporte	1.304.000,00	1.479.350,00	105.236,61	1.158.792,30	284.941,30	1.134.566,33	12,61	76,69	344.783,67
Transporte Rodoviário	1.304.000,00	1.479.350,00	105.236,61	1.158.792,30	284.941,30	1.134.566,33	12,61	76,69	344.783,67
Desporto e Lazer	250.000,00	264.000,00	8.159,04	97.897,69	17.365,60	95.953,68	1,07	36,35	168.046,32
Desporto Comunitário	250.000,00	264.000,00	8.159,04	97.897,69	17.365,60	95.953,68	1,07	36,35	168.046,32
Encargos Especiais	265.000,00	400.500,00	84.464,03	383.897,56	92.627,73	375.911,46	4,18	93,86	24.588,54
Serviço da Dívida Interna	160.000,00	270.500,00	69.464,03	265.338,23	69.464,03	265.338,23	2,95	98,09	5.161,77
Transferências	105.000,00	130.000,00	15.000,00	118.559,33	23.163,70	110.573,23	1,23	85,06	19.426,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>12.208.400,00</b>	<b>12.952.973,62</b>	<b>1.376.469,94</b>	<b>9.519.098,78</b>	<b>1.695.639,01</b>	<b>8.997.815,16</b>	<b>100,00</b>	<b>69,47</b>	<b>3.955.158,46</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 16/11/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA  
 Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
 Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP  
 Contador

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abater as despesas adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 3.284, de 12 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº 3.284, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de novembro de 2009.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária Do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), para atender a seguinte programação:

09	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0901	Fundo Municipal de Saúde	
0901.10	Saúde	
0901.10.301	Atenção Básica	
0901.10.301.0021	Saúde Básica	
0901.10.301.0021.2067	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
31900000	Aplicações Diretas	.R\$8.000,00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais):

09	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0901	Fundo Municipal de Saúde	
0901.10	Saúde	
0901.10.301	Atenção Básica	
0901.10.301.0021	Saúde Básica	
0901.10.301.0021.2067	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
31910000	Aplicações Diretas	.R\$8.000,00

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de Novembro de 2010.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 276

PORTARIA Nº 276, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 013/2010 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 013/2010, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 11.585.449/0001-85, referente Construção do Centro de Convivência do Idoso, pelo valor global de R\$ 119.687,97 (cento e dezenove mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de Novembro de 2010.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Municipal Nº 1.857/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.857/2010

"Obriga os Estabelecimentos Bancários a Manter Guarda-Volumes à Disposição de seus Usuários, e dá outras providências". Autor: Vereador Elias Cabral.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos bancários dotados de porta com detector de metais obrigados a manter unidades de guarda-volumes à disposição de seus usuários.

Art. 2º Os guarda-volumes mencionado no art. 1º deverá:

- I - estar posicionado junto ao local de acesso, anteriormente às portas de que trata o art. 1º desta lei;
- II - ter chaves individuais que possam ficar com o usuário, enquanto permanecer dentro do estabelecimento;
- III - corresponder ao número compatível com o fluxo de pessoas previsto para o estabelecimento em questão;
- IV - conter compartimentos com as seguintes dimensões mínimas: 35 centímetros de altura, 45 centímetros de largura e 35 centímetros de profundidade.

Art. 3º Os estabelecimentos bancários de que trata esta Lei, deverão ser adaptados às suas disposições no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º O descumprimento ao disposto na presente lei ensejará multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), até a solução da desconformidade.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 45 (quarenta e cinco dias) a contar da publicação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
PREFEITO

#### Lei Municipal Nº 1.858/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.858/2010

"Disciplina Regras para Identificação de Logradouros Públicos, e dá outras providências". Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica proibido a alteração de nome de logradouros públicos que já possuem identificação especificada por Lei.

Art. 2º Os logradouros que não possuem identificação específica instituída por Lei, poderão ser reconhecidas e identificados por nome de pessoas, desde que observados os seguintes critérios:

I - o nome que dará identificação ao logradouro deverá ser específica e comprovadamente de cidadão portobelense ou qualquer autoridade pública que tenha prestado relevantes serviços ao Município de Porto Belo;

II - o projeto de lei deverá conter autorização da família do homenageado, salvo se for de autoridade pública.

Art. 3º A alteração da identificação do nome do logradouro vedada pelo caput do artigo 1º, poderá se realizada desde que contenha a aprovação efetiva de todos os proprietários de imóveis do logradouro modificado e não altere nome já consolidado por disposição legal.

Art. 4º A matéria tratada por esta Lei, não terá efeito se por força de planejamento urbano, o Município de Porto Belo, no escopo de facilitar a vida dos cidadãos, atribuir nova forma de caráter uniforme para identificação dos logradouros públicos.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
PREFEITO

### **Lei Municipal Nº 1.859/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.859/2010

"Disciplina a nomeação para cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, Legislativo e Fundações no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Emerson Luciano Stein.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica vedada a nomeação para cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo e Fundações as pessoas inseridas nas seguintes hipóteses:

a) Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

b) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

1. Contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
2. Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
3. Contra o meio ambiente e a saúde pública;
4. Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
5. De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
6. De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
7. De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
8. De redução à condição análoga à de escravo;
9. Contra a vida e a dignidade sexual; e
10. Praticados pro organização criminosa, quadrilha ou bando.

c) Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

d) Os que tiverem suas contas relativa ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que

configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

e) Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

f) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanhas ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

g) Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

h) Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

i) Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

j) Os membros do Executivo Municipal, do Legislativo Municipal e Fundações, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Art. 2º A vedação prevista na alínea b deste artigo não se aplica aos crimes culposos e aqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 3º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas serão considerados nulos.

Art. 4º Caberá ao Executivo Municipal, ao Poder Legislativo Municipal e Fundações, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência a presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 5º O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não encontrar-se inserido nas vedações do art. 1º.

Art. 6º O Prefeito Municipal e o Presidente do Poder Legislativo e Fundações, dentro do prazo de noventa dias, contados da publicação da lei, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão, nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo Único. Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 7º As denúncias de descumprimento da lei deverão ser encaminhadas ao Ministério Público que ordenará as providências cabíveis na espécie.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
PREFEITO

### **Lei Municipal Nº 1.860/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.860/2010

"Dispõe Sobre Placa de Inauguração de Obras Públicas". Autor:  
Vereador Emerson Luciano Stein.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica normatizado a forma de colocação de placas inaugurais de obras públicas do Município de Porto Belo.

Art. 2º As placas de inauguração de obras públicas no âmbito do Município de Porto Belo deverá constar:

I - Nome do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores da Legislatura Vigente;

II - Data do início da obra e data final da obra;

III - Valor total da execução da obra.

Art. 3º A nominata dos Vereadores deverá seguir a ordem seguinte: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e demais Vereadores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
PREFEITO

### **Decreto Nº 847/2010**

DECRETO Nº 847/2010

"Estabelece aumento da tarifa para usuários de transporte coletivo dentro do Município de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º Os valores das tarifas a serem cobradas, pela Empresa Permissionária, prestadora dos serviços de Transporte Coletivo, no Município de Porto Belo serão reajustados, elevando-se a tarifa ao valor de R\$ 2,75 (Dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º O reajuste passará a vigorar a partir do dia 22/11/2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de novembro de 2010.  
ALBERT STADLER  
PREFEITO

### **Errata do Extrato do Contrato Nº 054/2010 - PREFEITURA**

ERRATA

A Secretaria de Administração do Município de Porto Belo informa que a presente é para retificar a publicação do Extrato do Contrato nº 054/2010, que "Dispõe sobre SERVIÇOS DE RECAPAGEM E

VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS", publicado nesse Diário Municipal na data de 16 de novembro de 2010.

A retificação dos dispositivos supra dá-se em virtude de erro de digitação, posto que sua numeração é 055/2010.

Porto Belo (SC), 16 de novembro de 2010.  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **Errata do Extrato do Contrato Nº 055/2010 - PREFEITURA**

ERRATA

A Secretaria de Administração do Município de Porto Belo informa que a presente é para retificar a publicação do Extrato do Contrato nº 055/2010, que "Dispõe sobre AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS", publicado nesse Diário Municipal na data de 16 de novembro de 2010.

A retificação dos dispositivos supra dá-se em virtude de erro de digitação, posto que sua numeração é 056/2010.

Porto Belo (SC), 16 de novembro de 2010.  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **Extrato do Contrato Nº 054/2010 - PREFEITURA**

Extrato de Contrato Nº 054/2010 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 017/2010.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a cooperação técnica, por parte da CONTRATADA, visando o estudos e pesquisas para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá que tem por base o Termo de Referência que é parte integrante.

Contratado: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA- FAPUE

Prazo de vigência: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 meses (03/11/2011). O valor global: O valor Global deste Contrato importa em R\$ 243.259,17 (duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos)

Data e assinatura do contrato: 03 de novembro de 2010.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Porto União**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto Nº 495/10**

DECRETO Nº 495, de 12 de novembro de 2010.

Dispõe sobre Permissão de Uso.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 12 de novembro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, à Associação de Servidores Públicos de Porto União-ASSEMPU,



associação privada, regida por estatuto, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.444.466/0001-65, com sede nesta cidade de Porto União - SC, na rua Jorge Lacerda - Nº 18 - Bairro Santa Rosa, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola do Pintadinho da localidade de Pintadinho, com aproximadamente 132 m2, edificado no terreno rural com a área total de 2.500,00 m2 (dois mil e quinhentos metros quadrados), com transcrição no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União-SC, sob o nº 4.707, confrontando ao Norte com a Estrada Porto União-Matos Costa; ao Sul, Leste e Oeste com terrenos dos doadores.

Art. 2º O espaço físico objeto da presente permissão, será usado exclusivamente para atividades da Associação de Servidores Públicos de Porto União-ASSEMPU, conforme seu estatuto.

Art. 3º Todas as benfeitorias que o usuário executar, serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,  
Esporte e Cultura

Termo de Compromisso nº 002/10 que a Associação de Servidores Públicos de Porto União-ASSEMPU, assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União - SC.

A Associação de Servidores Públicos de Porto União-ASSEMPU, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.444.466/0001-65, com sede nesta cidade de Porto União - SC, na rua Jorge Lacerda Nº 18 - Bairro Santa Rosa, através de sua representante legal, Sr. Silvio Luciano Moraes, portador do RG nº 5.174.342-3 e CPF nº 881.939.349-20, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 002/10, referente à Permissão de Uso, a título precário e gratuito, do espaço físico onde funcionava a antiga Escola do Pintadinho da localidade de Pintadinho, com aproximadamente 132 m2, edificado no terreno rural com a área total de 2.500,00 m2 (dois mil e quinhentos metros quadrados), com transcrição no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União-SC, sob o nº 4.707, confrontando ao Norte com a Estrada Porto União-Matos Costa; ao Sul, Leste e Oeste com terrenos dos doadores, ciente do seu texto e efeitos correlatados, bem como as obrigações a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente permissão de uso será a título gratuito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSSIONÁRIO.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão, deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSSIONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a

PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSSIONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando ao PERMISSSIONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

#### CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSSIONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 002/10.

#### CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSSIONÁRIO:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos tributos, despesas com luz, água, telefone, etc., e demais ônus que recaírem sobre o imóvel;
- b) manter o objeto de permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restitui-lo na mais perfeita ordem;
- c) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- d) sujeitar-se as exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- e) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- f) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade e não permitir algazaras no local;
- g) afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- h) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- i) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSSIONÁRIO declara estar de acordo;
- j) exercer as suas atividades diariamente, cumprindo o horário determinado;
- k) não traspassar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

#### CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2010.

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DE PORTO UNIÃO-ASSEMPU  
Permissionário

#### TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur  
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 002/10

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito

Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto n.º 495/10, de 12 de novembro de 2010 e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola do Pintadinho da localidade de Pintadinho, com aproximadamente 132 m2, edificado no terreno rural com a área total de 2.500,00 m2 (dois mil e quinhentos metros quadrados), com transcrição no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União-SC, sob o nº 4.707, confrontando ao Norte com a Estrada Porto União-Matos Costa; ao Sul, Leste e Oeste com terrenos dos doadores, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico objeto da presente permissão, será destinado exclusivamente para atividades da Associação de Servidores Públicos de Porto União-ASSEMPU, conforme seu estatuto, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer as condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 002/10 assinado pelo PERMISSIONÁRIO.

§ 1º Não será permitida a transferência da permissão de uso a terceiros.

§ 2º A presente permissão de uso será à título gratuito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

#### CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 12 de novembro de 2010 a 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extra-conjugal.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIONÁRIO;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;
- d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a terceiros;
- e) reinício das atividades letivas na Escola.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Permitente

#### Extrato de Edital de Pregão Presencial 024/2010 EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 040/2010 Educação

Extrato de Edital de Pregão Presencial 024/2010 Educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de dois veículos novos, sendo um utilitário e outro para transporte de passageiros para manutenção da Secretaria Municipal da Educação. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 03 de dezembro de 2010, as 10:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 17 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal.

## Rio do Sul

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 0597/2010

PORTARIA Nº. 0597/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VALDENIR BORGES RIBEIRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Digitador (em extinção), Nível "20", faixa "23", para o cargo de Digitador (em extinção), Nível "E", 36 horas, com lotação na Secretaria de Administração. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

#### Portaria Nº 0653/2010

PORTARIA Nº. 0653/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da



competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AUGUSTO DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino , Nível "10", faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino , Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo - Departamento de Turismo, Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0675/2010**

PORTARIA Nº. 0675/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SONIA PASQUALINI VOTA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Administrador de Empresas, Nível "70", faixa "71", para o cargo de Administrador, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Compras/Contabilidade. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0678/2010**

PORTARIA Nº. 0678/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NADIR MARCHI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Agente de Saúde (em extinção), Nível "50", faixa "51", para o cargo de Agente de Saúde (em extinção), Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento da Vigilância Sanitária. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0680/2010**

PORTARIA Nº. 0680/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA LUCIA ANDRE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Almoxarife (em extinção), Nível "20", faixa "23", para o cargo de Almoxarife (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Almoxarifado. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0682/2010**

PORTARIA Nº. 0682/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARCIA PASSOS DE ANDRADE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Assistente Social, Nível "70", faixa "71", para o cargo de Assistente Social, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Autorização de Exames. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0685/2010**

PORTARIA Nº. 0685/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PATRICIA SARDA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Assistente Social, Nível "70", faixa "71", para o cargo de Assistente Social, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Tratamento Fora Domicílio (TFD). Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0686/2010**

PORTARIA Nº. 0686/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANGELA MARIA PEREIRA DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "23", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento da Vigilância Sanitária. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0688/2010**

PORTARIA Nº. 0688/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AUREA LONGEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Recepção. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0688/2010**

PORTARIA Nº. 0688/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a)

servidor(a) municipal AUREA LONGEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Recepção. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0689/2010**

PORTARIA Nº. 0689/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal FABRICIO ULHMANN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Autorização de Exames. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0690/2010**

PORTARIA Nº. 0690/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LILIANE SERAPHIM, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Farmácia Policlínica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0692/2010**

PORTARIA Nº. 0692/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROSICLER ROCHA KLUPPELL ODORIZZI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - ESF Santa Rita. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0694/2010**

PORTARIA Nº. 0694/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SHANNA WOLFF SIEVES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Tratamento Fora Domicílio (TFD). Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0709/2010**

PORTARIA Nº. 0709/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SILVANIA DELLA JUSTINA DE GODOI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Autorização de Exames. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0714/2010**

PORTARIA Nº. 0714/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CARLOS ALEXANDRE PADILHA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Auxiliar Administrativo II(em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Convênio Farmácia Popular. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0718/2010**

PORTARIA Nº. 0718/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ELIGIO LUIS PESSOA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "33", para o cargo de Auxiliar Administrativo II(em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Controle Avaliação e Auditoria. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0721/2010**

PORTARIA Nº. 0721/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal FERNANDO CESAR ALEXANDRINO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Auxiliar Administrativo II(em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na

Secretaria Municipal de Saúde - Divisão da Vigilância Epidemiológica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Vf

### **Portaria Nº 0722/2010**

PORTARIA Nº. 0722/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NELSON POLTRONIERI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fiscal de Tributos, Nível "60", faixa "63", para o cargo de Fiscal de Tributos, Nível "G", 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda - Departamento de Fiscalização Tributária. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0723/2010**

PORTARIA Nº. 0723/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal FRANCISCO ODELLI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "33", para o cargo de Auxiliar Administrativo II(em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão da Vigilância Sanitária. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Vf

### **Portaria Nº 0725/2010**

PORTARIA Nº. 0725/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JUREMA LANZMASTER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "32", para o cargo de Auxiliar Administrativo II(em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Controle Avaliação e Auditoria. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Vf

### **Portaria Nº 0726/2010**

PORTARIA Nº. 0726/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENDELIN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fiscal de Tributos, Nível "60", faixa "61", para o cargo de Fiscal de Tributos, Nível "G", 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda - Departamento de Fiscalização Tributária. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0727/2010**

PORTARIA Nº. 0727/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARISTELA REGINA BALBINOT, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Assistente Social, Nível "70", faixa "71", para o cargo de Assistente Social, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria de Administração - Departamento de Recursos Humanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Jg



**Portaria Nº 0728/2010**

PORTARIA Nº. 0728/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AIRTON CARLOS DAHMER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Farmácia Policlínica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 0730/2010**

PORTARIA Nº. 0730/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ALTAIR GUILHERME BECKER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Arquivo Central. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0732/2010**

PORTARIA Nº. 0732/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DEBORA PINHEIRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0733/2010**

PORTARIA Nº. 0733/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0734/2010**

PORTARIA Nº. 0734/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JONES FABIO BIANCATO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Recepção. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0735/2010**

PORTARIA Nº. 0735/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ELIAS BOELL JUNIOR, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20",

faixa "22", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Arquivo Central. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0736/2010**

PORTARIA Nº. 0736/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LACI DE FATIMA DOS SANTOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível"20", faixa "22", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal da Fazenda - Recepção. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0737/2010**

PORTARIA Nº. 0737/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível"20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0740/2010**

PORTARIA Nº. 0740/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PAMELA PROBST STOCK, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Controle Avaliação e Auditoria. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### **Portaria Nº 0743/2010**

PORTARIA Nº. 0743/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANDREIA CRISTINA LADEWIG, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Consultório Dentário, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### **Portaria Nº 0744/2010**

PORTARIA Nº. 0744/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ARIEL CHRISTEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Consultório Dentário, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf



**Portaria Nº 0745/2010**

PORTARIA Nº. 0745/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DAIANE BRANG FELDHAUS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Consultório Dentário, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0746/2010**

PORTARIA Nº. 0746/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ELISA NALSIRA BELING CERUTTI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Consultório Dentário, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0748/2010**

PORTARIA Nº. 0748/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JOSIANE CARLA BEBER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Consultório Dentário, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0749/2010**

PORTARIA Nº. 0749/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal KATIANE NUNES PRIETO RODRIGUES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Consultório Dentário, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0750/2010**

PORTARIA Nº. 0750/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARILU ROSANE GIOVANELLA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "33", para o cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0751/2010**

PORTARIA Nº. 0751/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SUELI JUNG, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa

"33", para o cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0835/2010**

PORTARIA Nº. 0835/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

##### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SIMONE VARGAS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Enfermagem, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Auxiliar de Enfermagem (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atendimento ao Adulto. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

#### **Portaria Nº 0840/2010**

PORTARIA Nº. 0840/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

##### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ISOLDE SCHOENINGER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10", faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0851/2010**

PORTARIA Nº. 0851/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

##### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ODILSON CESAR BACHMANN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "33", para o cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Gestão Administrativa. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0853/2010**

PORTARIA Nº. 0853/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

##### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JOICE RONCHI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

#### **Portaria Nº 0856/2010**

PORTARIA Nº. 0856/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

##### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA JOAQUINA ROSA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0857/2010**

PORTARIA Nº. 0857/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ADENIR GUTZ, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0861/2010**

PORTARIA Nº. 0861/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ALBERTINO SCHMIDT, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0864/2010**

PORTARIA Nº. 0864/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ALCIR JOSE SALVADOR, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais

Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0867/2010**

PORTARIA Nº. 0867/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ALTAIR LEDRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "14", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0869/2010**

PORTARIA Nº. 0869/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANDRE LUIS XAVIER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0889/2010**

PORTARIA Nº. 0889/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANILTON BRAND, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0890/2010**

PORTARIA Nº. 0890/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANTONIO ALVES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0893/2010**

PORTARIA Nº. 0893/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANTONIO SIMÃO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0906/2010**

PORTARIA Nº. 0906/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GILBERTO ALVES DO ROSARIO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0912/2010**

PORTARIA Nº. 0912/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LEODIR CAPISTRANO DA CUNHA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 0913/2010**

PORTARIA Nº. 0913/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUIS CARLOS MACHADO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0916/2010**

PORTARIA Nº. 0916/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUIZ FOSTER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0918/2010**

PORTARIA Nº. 0918/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MANOEL MIRANDA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0919/2010**

PORTARIA Nº. 0919/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARCOS ROBERTO WOLFF DE OLIVEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0920/2010**

PORTARIA Nº. 0920/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal OSVALDO BECKER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

### **Portaria Nº 0921/2010**

PORTARIA Nº. 0921/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PAULO SCHMITZ, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 0952/2010**

PORTARIA Nº. 0952/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SONIA MARIA TOMAZONI ULIANA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Cirurgião Dentista, Nível "70" faixa "73", para o cargo de Cirurgião Dentista, Nível "H", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 0974/2010**

PORTARIA Nº. 0974/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CRISTIANA ROPELATTO CAETANO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Farmacêutico, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Farmacêutico, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Farmácia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 0975/2010**

PORTARIA Nº. 0975/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GIBRAN DAMIÃO RAMOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Farmacêutico, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Farmacêutico, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Farmácia Policlínica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**Portaria Nº 0976/2010**

PORTARIA Nº. 0976/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PATRICIA SENS DE OLIVEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Farmacêutico, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Farmacêutico, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Farmácia Popular. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 0977/2010**

PORTARIA Nº. 0977/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROMULO AUGUSTO BORGES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Farmacêutico, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Farmacêutico, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Farmácia Policlínica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 0990/2010**

PORTARIA Nº. 0990/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VALSONIR JOAO JASPER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo



de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

### **Portaria Nº 0993/2010**

PORTARIA Nº. 0993/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VILSON DE ANDRADE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

### **Portaria Nº 0996/2010**

PORTARIA Nº. 0996/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal WALDEMAR PAULO DOS SANTOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

### **Portaria Nº 1040/2010**

PORTARIA Nº. 1040/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROBERTO DE CASTRO FARIA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Médico, Nível "70" faixa "73", para o cargo de Médico (em extinção), Nível "I", 30 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atendimento ao Adulto. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **Portaria Nº 1055/2010**

PORTARIA Nº. 1055/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PEDRO JOSE DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Marteleiro, Nível "20" faixa "23", para o cargo de Marteleiro (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das Vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

### **Portaria Nº 1057/2010**

PORTARIA Nº. 1057/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal HEITOR LONGO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Mecânico, Nível "30" faixa "32", para o cargo de Mecânico (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das Vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 1059/2010**

PORTARIA Nº. 1059/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AMADEU DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 1061/2010**

PORTARIA Nº. 1061/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AUGUSTINHO IGNACIO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obra e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 1064/2010**

PORTARIA Nº. 1064/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AYRTON DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das Vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 1070/2010**

PORTARIA Nº. 1070/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CARLOS ADÃO CIMARDI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 1071/2010**

PORTARIA Nº. 1071/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CARLOS NASCIMENTO RIBEIRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção de vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

**Portaria Nº 1073/2010**

PORTARIA Nº. 1073/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CHARLES BATISTA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

- Divisão de Manutenção das vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **Portaria Nº 1075/2010**

PORTARIA Nº. 1075/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CIRINEU BLEMER DIAS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **Portaria Nº 1078/2010**

PORTARIA Nº. 1078/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal COLMAR GASTÃO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Divisão de Manutenção das vias não Pavimentadas. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **Portaria Nº 1080/2010**

PORTARIA Nº. 1080/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DAURI CASATTI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **Portaria Nº 1081/2010**

PORTARIA Nº. 1081/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal FLAVIO HAMILTON RAMOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

### **Portaria Nº 1090/2010**

PORTARIA Nº. 1090/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NELSON SALVADOR, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Obras e Melhorias Viárias. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Aviso de Licitação 07/2010 ICSLO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 01/12/2010, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2010, PREGÃO Nº 05 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, SHOWS, APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E REALIZAÇÃO DO NATAL DA CRIANÇA 2010. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

ALEX CLEIDIR TARDETTI  
Gerente Executivo do Instituto Cultural

### Editais de Chamamento Público

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº 04/2010.

1. O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, casado, portador do RG nº 12R-1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, TORNA PÚBLICA a abertura do processo de seleção da melhor proposta para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, de acordo com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009 bem como pelas demais disposições:

1.1. O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município de São Lourenço do Oeste: [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).  
1.1.1. Fazem parte do presente edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANILHA MÉDIA DE CONSUMO ANUAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011

ANEXO III - PLANILHA DE VALORES MÁXIMOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CONSUMO 2011

1.2. Os interessados deverão encaminhar suas propostas (Anexo II), em envelope lacrado, acompanhado da cópia do CPF, do DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, e do comprovante de residência, com o seguinte endereçamento:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2010  
Município de São Lourenço do Oeste  
Rua Duque de Caxias, nº 789  
São Lourenço do Oeste - SC

1.3. As propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 30 de novembro de 2010.

1.4. O julgamento será realizado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, nomeada pela Portaria nº 874, de 22 de dezembro de 2009 e suas alterações, em data de 30/11/2010 às 09:00. Os interessados poderão se fazer presentes à Sessão, não sendo, no entanto, requisito para admissão de sua participação no certame.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PROPOSTA. Os critérios de seleção ainda obedecerão ao disposto na RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009, e subsidiariamente, na Lei 8.666 de 1993, no que couber

1.6. As propostas deverão observar os anexos do Edital, observando-se os valores máximos informados.

1.7. Os recursos financeiros são provenientes transferência do FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

1.8. Aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições legais aplicáveis às licitações, especialmente as previstas na Lei 8.666 de 1993.

São Lourenço do Oeste, SC, 12 de novembro de 2010.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto n.º 379/2010

DECRETO n.º 379/2010

Concede licença para tratamento de saúde ao funcionário MARI-VAN KRETZER, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º - Conceder licença para tratamento de saúde ao funcionário MARI-VAN KRETZER, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 05/11/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/11/2010.

Art. 3.º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de novembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

### Decreto n.º 380/2010

DECRETO n.º 380/2010

Concede férias a Servidora TERESA LUCIA CHIUMO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de



Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**DECRETA:**

Art. 1.º- Conceder a servidora TERESA LUCIA CHIUMO ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, férias por 30 dias que gozará a partir de 16/11/2010 a 15/12/2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de novembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 381/2010**

DECRETO n.º 381/2010

Exonera CLEONICE PRIM do Cargo em Comissão de Assessora Adjunta de Gabinete.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1.º- Exonerar CLEONICE PRIM do Cargo em Comissão de Assessora Adjunta de Gabinete.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de novembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto Nº382/2010**

DECRETO Nº382/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

**DECRETA:**

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

08- ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.24-2020 - Amortização e Encargos da Dívida R\$ 4.000,00

Anula:

3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00 Suplementa:

4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de novembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**Schroeder****PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Licitação TOMADA de PREÇOS PARA COMPRAS e SERVIÇOS Nº. 10/2010 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 10/2010 - PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 177/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para ampliação da Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Rua Erwino Alberto Winter, Schroeder I, no município de Schroeder/SC, totalizando a área de 348,59m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de dezembro de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de dezembro de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 18 de novembro de 2010.

VALMOR PIANEZZER

Prefeito Municipal em exercício

**Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 98/2010 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 98/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 181/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em



geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de novembro de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 18 de novembro de 2010.

Valmor Pianezzer  
Prefeito Municipal em Exercício

### Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 245/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 245/2010-PMS

Processo de licitação nº. 172/2010 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 93/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL CRONUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.975.632/0001-97, estabelecida na Rua Adolpho Bertoldi, nº. 505, Campo do Santana, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.490-470.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	100	Unidade	68,00	6.800,00
02	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W . Produto Homologado pela Celesc.	150	Unidade	47,00	7.050,00
03	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	100	Unidade	49,00	4.900,00
04	Lâmpadas vapor sódio, alta pressão, 250W, tubular, base E-40, garantia de fluxo de luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc.	500	Unidade	18,00	9.000,00
32	Braço de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	150	Unidade	60,00	9.000,00
TOTAL R\$ 36.750,00					

Valor do contrato: R\$ 36.750,00 (trinta e seis mil e setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 17/11/2010 - Vigência: 17/11/2011

VALMOR PIANEZZER  
Prefeito Municipal em exercício

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 246/2010-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
 89275-000 - SCHROEDER - SC  
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 246/2010-PMS

Processo de licitação nº. 172/2010 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 93/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
07	Receptáculo E - 27 com 02 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	100	Unidade	0,84	84,00
09	Receptáculo E - 40 com 02 furos para afixar luminárias, em poecelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	100	Unidade	3,32	332,00
TOTAL R\$ 416,00					

Valor do contrato: R\$ 416,00 (quatrocentos e dezesseis reais).

Data da Assinatura: 17/11/2010 - Vigência: 17/11/2011

VALMOR PIANEZZER  
 Prefeito Municipal em exercício

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 247/2010-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
 89275-000 - SCHROEDER - SC  
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 247/2010-PMS

Processo de licitação nº. 172/2010 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 93/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS SLTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.131.590/0001-80, estabelecida na Avenida Zoroastro Artiaga, quadra 22, lote 05, sala 04, cidade Satélite de São Luiz, Aparecida de Goiânia, Estado do Goiás, CEP: 74.920-120.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
05	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitador incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	500	Unidade	41,95	20.975,00
06	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitador incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	800	Unidade	28,00	22.400,00

08	Receptáculo E - 27 com 01 furos para afixar luminárias, em poelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	100	Unidade	0,90	90,00
10	Conector tipo cunha, tipo I	200	Unidade	3,62	724,00
11	Conector tipo cunha, tipo II	200	Unidade	2,25	450,00
12	Conector tipo cunha, tipo III	200	Unidade	1,24	248,00
13	Conector tipo cunha, tipo A	200	Unidade	2,69	538,00
14	Conector tipo cunha, tipo B	200	Unidade	2,84	568,00
15	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros) 25	Unidade	37,50	937,50	
16	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros) 25	Unidade	59,00	1.475,00	
17	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm	100	Unidade	12,70	1.270,00
18	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm	100	Unidade	14,00	1.400,00
19	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm	100	Unidade	14,50	1.450,00
20	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm	100	Unidade	15,10	1.510,00
21	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm	100	Unidade	15,80	1.580,00
22	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm	100	Unidade	17,40	1.740,00
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada	200	Unidade	3,10	620,00
24	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada	200	Unidade	3,35	670,00
25	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada	200	Unidade	3,40	680,00
26	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada	200	Unidade	3,70	740,00
27	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada	200	Peça	4,20	840,00
28	Conector complexado	200	Unidade	2,40	480,00
29	Arruela 38 X 30 mm galvanizada a fogo (parão Celesc) 400	Unidade	0,35	140,00	

30	Porca para parafuso 5/8 galvanizado a fogo ( padrão Celesc) 500	Unidade	0,55	275,00	
31	Braço de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	150	Unidade	12,00	1.800,00
33	Base para relé fotoeletrônico	300	Unidade	2,85	855,00
34	Fita isolante - rolo 20 m X 19 mm	60	Unidade	1,70	102,00
TOTAL R\$ 64.557,50					

Valor do contrato: R\$ 64.557,50 (Sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 17/11/2010 - Vigência: 17/11/2011

VALMOR PIANEZZER  
Prefeito Municipal em exercício

### **Termo Aditivo Nº. A10/2010 - FAS**

TERMO ADITIVO Nº. A10/2010 - FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2010 - FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Valmor Pianezzer.

CONTRATADA: COMUNIDADE TERAPÊUTICA ROSA DE SARON, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.000.030/0001-23, estabelecida na Rua Wale Wolmann, nº. 191, Bairro Nova Brasília, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89213-638, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Maria Marlene Ritzmann, inscrita no CPF sob o nº. 601.865.779-15 e portadora da Carteira de Identidade nº. 689.139-SSI/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 24/2010 - FAS, celebrado em 31 de agosto 2010, proveniente do processo nº. 18/2010 - FAS, Dispensa de Licitação nº. 7/2010-FAS, contratação de abrigo especializado para tratamento e internação de menor para a o Conselho Municipal de Assistencial Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da prefeitura de Schroeder/SC, visando o atendimento através de internação em regime semi aberto de uma adolescente e a manutenção da Instituição para que essa continue com os trabalhos que realiza, auxiliando e recuperando pessoas do sexo feminino, dependentes químicos, vítimas de violência física e sexual, exploração sexual e com problemas familiares.

Considerando o disposto no artigo 5, I e II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como por expressa disposição contratual;

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica o contrato aditivado o valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), para o novo período de vigência de 01/01/2011 a 30/06/2011, ao custo mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), conforme segue abaixo:



Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de novembro de 2010.

CONTRATADA:

COMUNIDADE TERAPÊUTICA ROSA DE SARON

Maria Marlene Ritzmann

CPF nº 601.865.779-15

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Valmor Pianezzer

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

### **Termo Aditivo Nº. A46/2010 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A46/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 219/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Valmor Pianezzer.

CONTRATADA: KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.245.708/0001-87, estabelecida na Rua Willibaldi Kayser, nº. 348, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81170-590, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Kleber de Moura Dalabona, inscrito no CPF sob o nº. 006.368.929-48, portador da Carteira de Identidade nº. 7.678.801-4-SSP-PR.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 219/2010-PMS, celebrado em 19 de outubro de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 145/2010-PMS, na Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 74/2010-PMS, viando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Considerando o item 13.7 do edital Pregão Presencial Registro de Preço nº 74/2010-PMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de desclassificação do item 39 feito pela empresa vencedora Kleber de Moura Dalabona e Cia Ltda.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em exercício de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica ao contrato a supressão do valor de R\$ 1.833,00 (Um mil e oitocentos e trinta e três), conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras secretarias	Qtde. Secretaria educação	Qtde. Fundo assistência social	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
39	COPOS DESCARTÁVEIS BRANCOS DE 180 ML COM 100 UNIDADES CADA.	Pacote	2.000	300	50	2.350	0,78	1.833,00
VALOR R\$ TOTAL								1.833,00

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de novembro de 2010.

CONTRATADA:

KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA

Kleber de Moura Dalabona

CPF nº 006.368.929-48

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Valmor Pianezzer

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

### **Termo Aditivo Nº. A47/2010 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A47/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 222/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Valmor Pianezzer.

CONTRATADA: SATELITE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.629.072/0001-67, estabelecida na Avenida Frederico Lambertucci, nº. 863, Fazendinha, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.330-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Wenceslau Vilha Junior, inscrito no CPF sob o nº. 359.597.119-15, portador da Carteira de Identidade nº. 3.165.557-9.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 222/2010-PMS, celebrado em 19 de outubro de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 145/2010-PMS, na Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 74/2010-PMS, viando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de



Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Considerando o pedido de desclassificação do item 39 feito pela empresa vencedora Kleber de Moura Dalabona e Cia Ltda.

Considerando que a segunda colada no caso a empresa Satélite Comercial Ltda, concorda em fornecer os material de limpeza no mesmo preço ofertado na sessão de lances da licitação e condições estabelecidas.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em exercício de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica ao contrato a aditivado o valor de R\$ 3.548,50 (Três mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Outras secretarias	Qtde. Secretaria educação	Qtde. Fundo assistência social	Qtde. Total	Valor r\$ Unitário	Valor r\$ Total
39	COPOS DESCARTÁVEIS BRANCOS DE 180 ML COM 100 UNIDADES CADA.	Pacote	2.000	300	50	2.350	1,51	3.548,50
VALOR R\$ TOTAL								3.548,50

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de novembro de 2010.

CONTRATADA:

SATELITE COMERCIAL LTDA

Wenceslau Vilha Junior

CPF no 359.597.119-15

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Valmor Pianezzer

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Orlando Tecilla  
CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 037.813.699-27



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 48/2010-PMS**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2010****Número do Registro de Preços: 25/2010****Data do Registro: 18/05/2010****Válido até: 18/05/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviço de transporte de passageiros, para atender as necessidades dos setores da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Contratação de Microônibus com no mínimo 28 lugares, com sanitário, para viagens dentro do estado de Santa Catarina.	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		3,2600	1
2	Contratação de Microônibus com no mínimo 38 lugares, com sanitário, para viagens dentro do estado de Santa Catarina.	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		3,6800	1
3	Contratação de Microônibus com no mínimo 43 lugares, com sanitário, para viagens dentro do estado de Santa Catarina.	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		3,9600	1
4	Contratação de Microônibus com no mínimo 45 lugares, com sanitário, para viagens dentro do estado de Santa Catarina.	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		3,9600	1

SCHROEDER, 18 de Maio de 2010.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 47/2010-PMS**

Página: 1/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2010**

**Número do Registro de Preços: 26/2010**

**Data do Registro: 18/05/2010**

**Válido até: 18/05/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de troféus e medalhas para premiação dos eventos do Setor de Esporte da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Medalha 55 mm Vazada Medalha vazada com 55 mm de diâmetro, leito para personalização com 35 mm, fundida em liga metálica de Zamak, na Cor dourada, prata e bronze. Inclusão de Fita com 2,5mm de largura por 0,80 m de comprimento, na cor Verde/ Branca.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		3,6000	1
2	Medalha 45mm Vazada - com detalhe em Ramo Medalha com tamanho de 45 mm de diâmetro, vazada com detalhe em ramo e leito para personalização de 25 MM, fundida em liga metálica de Zamak, Cor dourada, prata e bronze. Inclusão de Fita com 1,5mm de largura por 0,80 m de comprimento, na cor Verde/Branca.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		2,6500	1
3	Troféu Artilheiro e Goleiro Menos vazado Troféu com altura de 32 cm, base quadrada com 7,60 cm de largura na cor preta. Taça metalizada na cor dourada com 12 cm de largura a partir das alças. Tampa metalizada na cor dourada. Estatuetas intercambiáveis (Artilheiro e Goleiro menos vazado). Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		27,0000	1
4	Troféu de Campeão - 1º lugar Altura de 65 cm, largura inferior de 21,0 cm e largura superior sem estatueta de 46,0 cm. Troféus com base em polímero com acabamento em metalização brilhante dourada. Copa com acabamento brilhante prata. Demais componentes com acabamento em metalização brilhante dourada. Espaço para colocação da etiqueta	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		173,0000	1
5	Troféu de Vice Campeão 2º lugar Altura de 61 cm, largura inferior de 21,0 cm e largura superior sem estatueta de 46,0 cm. Troféus com base em polímero com acabamento em metalização brilhante dourada. Copa com acabamento brilhante prata. Demais componentes com acabamento em metalização brilhante dourada. Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		158,0000	1
6	Troféu de 3º lugar e 4º lugar Altura de 54 cm, largura inferior de 21,0 cm e largura superior sem estatueta de 46,0 cm. Troféus com base em polímero com acabamento em metalização brilhante dourada. Copa com acabamento brilhante prata. Demais componentes com acabamento em metalização brilhante dourada. Espaço para colocação da etiqueta	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		149,0000	1
7	Troféu de Campeão - 1º lugar Troféu com 80 cm de altura, com base redonda em polímero na cor preta com 21 cm de largura. Uma coluna em cano na cor prata fosco com suporte metalizado na cor dourada. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata fosco com tampa metalizada na cor dourada. Estatuetas intercambiáveis. Demais componentes metalizados na cor dourada. Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		147,0000	1
8	Troféu de Vice Campeão - 2º lugar Troféu com 67 cm de altura, com base redonda em polímero na cor preta com 21 cm de largura. Uma coluna em cano na cor prata fosco com suporte metalizado na cor dourada. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata fosco com tampa metalizada na cor dourada. Estatuetas intercambiáveis. Demais componentes metalizados na cor dourada. Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		139,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2010****Número do Registro de Preços: 26/2010****Data do Registro: 18/05/2010****Válido até: 18/05/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de troféus e medalhas para premiação dos eventos do Setor de Esporte da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
9	Troféu de 3º lugar e 4º lugar Troféu com 60 cm de altura, com base redonda em polímero na cor preta com 21 cm de largura. Uma coluna em cano na cor prata fosco com suporte metalizado na cor dourada. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata fosco com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Demais componentes metalizados na cor dourada. Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		129,0000	1
10	Troféu de Campeão - 1º lugar Troféu com 46 cm de altura em polímero com base na cor preta e taça metalizada na cor dourada com detalhes texturizados. Tampa metalizada na cor dourada e estatueta intercambiável. Espaço para colocação da etiqueta	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		53,0000	1
11	Troféu de Vice Campeão - 2º lugar Troféu com 43 cm de altura em polímero com base na cor preta e taça metalizada na cor dourada com detalhes texturizados. Tampa metalizada na cor dourada e estatueta intercambiável. Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		49,0000	1
12	Troféu 3º lugar / 4º lugar Troféu com 39 cm de altura em polímero com base na cor preta e taça metalizada na cor dourada com detalhes texturizados. Tampa metalizada na cor dourada e estatueta intercambiável. Espaço para colocação da etiqueta.	UN	A.S. SPORT BRASIL LTDA ME (9765)		48,0000	1

SCHROEDER, 18 de Maio de 2010.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO 93/2010-PMS**

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

**Número do Registro de Preços: 58/2010**

**Data do Registro: 17/11/2010**

**Válido até: 17/11/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	68,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	74,6500	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	82,6000	3
2	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	47,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	54,1000	2
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	60,6500	3
3	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	49,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	56,8000	2
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	61,9900	3
4	Lâmpadas vapor sódio, alta pressão, 250W, tubular, base E-40, garantia de fluxo de luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	18,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	18,0500	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	24,6000	3
5	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	41,9500	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	61,4000	3
6	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	28,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	28,4000	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	45,5000	3
7	Receptáculo E - 27 com 02 furos para afixar luminárias, em porcelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,8400	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,8600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Receptáculo E - 27 com 01 furos para afixar luminárias, em pocelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,9000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,9300	2
9	Receptáculo E - 40 com 02 furos para afixar luminárias, em pocelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	3,3200	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,9000	2
10	Conector tipo cunha, tipo I.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,6200	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	5,9000	2
11	Conector tipo cunha, tipo II.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,2500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	2,2700	2
12	Conector tipo cunha, tipo III.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	1,2400	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	3,5300	2
13	Conector tipo cunha, tipo A	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,6900	1
14	Conector tipo cunha, tipo B	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,8400	1
15	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	37,5000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	45,0500	2
16	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	59,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	70,8500	2
17	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	12,7000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	12,7500	2
18	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	14,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	15,1500	2
19	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	14,5000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	16,4500	2
20	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	15,1000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	16,5000	2
21	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	15,8000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	17,4000	2
22	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	17,4000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	18,9000	2
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,1000	1
24	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,3500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	4,6600	2
25	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,4000	1
26	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,7000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	5,5900	2
27	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	4,2000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	6,4000	2
28	Conector complexado.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,4000	1
29	Arruela 38 X 30 mm galvanizada a fogo (parão Celesc).	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,3500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,5000	2
30	Porca para parafuso 5/8 galvanizado a fogo ( padrão Celesc).	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,5500	1
31	Braço de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	12,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	12,1000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	15,9000	3
32	Braço de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	78,8200	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	110,0000	3
33	Base para relé fotoeletrônico	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,8500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	2,9000	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,8000	3
34	Fita isolante - rolo 20 m X 19 mm	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	1,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010****Número do Registro de Preços: 58/2010****Data do Registro: 17/11/2010****Válido até: 17/11/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	1,7300	2

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2010.

# Siderópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei nº1904

LEI Nº1.904, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010  
AUTORIZA A FILIAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a filiação e a contribuição mensal do município de Siderópolis à Confederação Nacional dos Municípios - CNM.

Art. 2º - A filiação visa a representação institucional do Município de Siderópolis na esfera administrativa da União no desenvolvimento de ações comuns ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Art. 3º - As despesas correrão por conta do orçamento de cada exercício.

Art. 4º - Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data da publicação da presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 11 de Novembro de 2010  
DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO  
Secretária de Administração  
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI  
Agente Administrativo

### Lei nº1905

LEI Nº1.905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITOS QUE ESPECIFICA AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2.010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Siderópolis, mediante transposição de dotações, destinado ao empenhamento de despesas correntes, no valor total de R\$ 490.000,00 ( Quatrocentos e Noventa Mil Reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 03: Secretaria de Administração e Planejamento  
Atividade 2.005: Manutenção da Secretaria de Administração  
Elemento de despesa: (16) - 3.1.90.11.01.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 30.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
Atividade: 2.008 - Manutenção do Departamento de Educação/Ensino Fundamental  
Elemento de Despesa: (41) - 3.1.90.11.01.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 220.000,00

Atividade: 2.009 - Manutenção do Fundeb  
Elemento de Despesa: (52) - 3.1.90.11.01.12.0 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 120.000,00

Órgão : 10 - Encargos Gerais Do Município  
Unidade: 01 - Encargos Gerais Do Município  
Atividade: 0.028 - Manutenção dos Encargos Gerais  
Elemento de despesa: (176) - 3.1.90.01.01.00 - Aposentadorias e Reformas ..... 60.000,00

Órgão : 12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Atividade : 2.016 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Elemento Despesa: (188) - 3.1.90.11.01.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 60.000,00

Total a suplementar ..... R\$ 490.000,00

Art. 2º - Os recursos para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito  
Projeto 1.001: Manutenção da Procuradoria Geral .....  
Elemento de despesa: (12) - 3.1.90.11.01.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 80.000,00

Órgão 04 - Secretaria de Finanças  
Atividade: 2.006 - Manutenção da Secretaria de Finanças  
Elemento de despesa: (26) - 3.1.90.11.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 60.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação  
Atividade: 2.012 - Manutenção de Creches e Pré-Escolares  
Elemento de despesa: (79) - 3.1.90.11.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 100.000,00

Atividade: 2.013 - Manutenção de outros Níveis de Ensino  
Elemento de despesa: (85) - 3.3.50.41.01.00 - Contribuições ..... 50.000,00

Órgão 07- Secretaria de Obras  
Atividade: 2.017 - Manutenção da Secretaria Obras e Serviços Municipais  
Elemento de despesa: (124) - 3.1.90.11.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 200.000,00

Total a anular ..... R\$ 490.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesas correntes, não previstas na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 430.000,00 ( Quatrocentos e Trinta Reais):

Órgão 15 : Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2.050: Manutenção do Fundo Municipal Saúde  
Elemento de Despesa: (9) 3.1.90.11.0.1.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 300.000,00

Atividade 2.055 - Manutenção Estratégia Saúde as Família - ESF  
Elemento de Despesa: (37) - 3.1.90.11.0.1.00 - Vencimento e Vantagens Fixas ..... 130.000,00

Total a Suplementar ..... R\$ 430.000,00

Art. 4º - Os recursos destinados a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 3º, correrão por conta da anulação

das seguintes dotações:

I - Da Unidade Prefeitura Municipal de Siderópolis:

Órgão 05: Secretaria de Educação

Projeto 1.004: Aquisição de área/construção/Ampliação de Escolas Ensino Fundamental

Elemento de despesa: (31) 4.4.90.51.0.1.00 - Obras e Instalações.. R\$ 70.000,00

Elemento de despesa: (32) 4.4.90.51.0.94.00 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Elemento de despesa: (33) 4.4.90.51.0.95.00 - Obras e Instalações R\$ 110.000,00

Projeto 1.005 - Aquisição de Veículos e Utilitários para a Educação

Elemento de Despesa: (38) 4.4.90.52.0.1.90.0 - Equip. e Material Permanente .....R\$ 150.000,00

Total a anular .....RS 430.000,00

Parágrafo Único: Os recursos orçamentários anulados do Orçamento da Unidade Prefeitura serão transferidos para a Unidade Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei Federal 4.320/64 e da Portaria STN 163/2000.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

### Portaria nº296

PORTARIA N.º296, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº254/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº254/2010, considerando o retorno ao trabalho da servidora RITA DE CASSIA SIPRIANO SILVA, CPF/MF nº769.251.109-87, Professora Mag-LP, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

### Portaria nº297

PORTARIA N.º297, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

RESCINDE O CONTRATO TEMPORARIO DE MARILEIA DA SILVA MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009, CONSIDERANDO o retorno da servidora Rita de Cássia Sipriano Silva, que se encontrava em licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária MARILEIA DA SILVA MULLER, brasileiro(a), CPF/MF sob nº556.501.209-00, PROFESSOR MAG LP, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

**Timbó**

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei 2485

LEI Nº 2485, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2010, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 167.000,00 (CENTO E SESENTA E SETE MIL REAIS) do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2010 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.443 de 17/12/2009):

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

03.03.004.128.0017.2030.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.03.004.128.0017.2030.	RECURSOS HUMANOS, QUALIFICAÇÃO PROF.	
03.03.004.128.0017.2030.	GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	9.700,00
	TOTAL	9.700,00

03.03.004.128.0017.2032.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.03.004.128.0017.2032.	RECURSOS HUMANOS, QUALIFICAÇÃO PROF.	
03.03.004.128.0017.2032.	QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
03.04.004.122.0018.2038.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.04.004.122.0018.2038.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
03.04.004.122.0018.2038.	MANUTENÇÃO DO PROTOCOLO UNIFICADO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	9.800,00
	TOTAL	9.800,00
03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
320000.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	
329000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	49.200,00
	TOTAL	49.200,00
08.01.015.451.0050.2090.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	32.000,00
	TOTAL	32.000,00
08.02.026.451.0052.1067.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1067.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1067.	PONTES E OBRAS DE ARTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	46.300,00
	TOTAL	46.300,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	167.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 167.000,00 (CENTO E SESSENTA E SETE MIL REAIS), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2010 da Administração Direta do Município de Timbó

(Lei nº 2.443 de 17/12/2009):

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	27.000,00
	TOTAL	27.000,00
	RESUMO	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	27.000,00

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

21.01.023.695.0036.2202	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
21.01.023.695.0036.2202	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.2202	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS FESTAS E EVENTOS DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	140.000,00
	TOTAL	140.000,00
	RESUMO	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	140.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de novembro de 2010.  
SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

#### Extrato da Ata de Julgamento das Propostas TP 104-2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 0000104/2010FMS

EXTRATO DE ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS  
O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento da habilitação do Edital de Tomada de Preços nº. 000104/2010, do tipo menor preço, que trata da contratação de serviços de pavimentação asfáltica. Com base na análise das propostas a Comissão decide classificar as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA como primeira colocada e a empresa VIAPAV CONSTRUTORA LTDA como segunda colocada. A empresa VIAPAV CONSTRUTORA LTDA conforme item 8.1 do edital fica convocada a se manifestar em cinco dias se aceita praticar o preço do primeiro colocado. Ficam intimadas as empresas a apresentarem recursos a contar da publicação deste extrato. A íntegra da Ata de julgamento encontra-se disponível no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).  
Data: 16/11/2010.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó





# Tunápolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 1025/2010 de 18 de novembro de 2010.

LEI Nº 1025/2010 de 18 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a realocação da chacinha nº 10, situada na Rua 25 de Julho, Município de Tunápolis e adota outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a realocação do loteamento de parte da chácara nº 10, situado no perímetro urbano da cidade de Tunápolis, interceptado pelo prolongamento da Rua 25 de Julho, com uma área de 9.000 m<sup>2</sup> (nove mil metros quadrados), dos quais 1.744,74 m<sup>2</sup> destinados para a Rua e 7.255,26 m<sup>2</sup> destinados a lotes urbanos, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita do CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, sito a Rua João Castilho, 111, sendo o imóvel objeto da matrícula nº 6.188 do ofício do Registro de Imóveis de Itapiranga - SC, no qual, passarão a constituir os seguintes lotes com as devidas confrontações:

Lote urbano nº1 com área de 264,30m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 10,60m com a Rua 25 de Julho;  
- Sul: em 15,83m com o lote nº305;  
- Leste: em 20,74m com a Rua 25 de Julho;  
- Oeste: em 20,00m com o lote nº2.

Lote urbano nº2 com área de 260,25m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 12,90m com a Rua 25 de Julho;  
- Sul: em 13,15m com o lote nº305;  
- Leste: em 20,00m com o lote nº1;  
- Oeste: em 20,00m com o lote nº3.

Lote urbano nº3 com área de 250,00m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 12,50m com a Rua 25 de Julho;  
- Sul: em 12,50m com o lote nº305;  
- Leste: em 20,00m com o lote nº2;  
- Oeste: em 20,00m com o lote nº4.

Lote urbano nº4 com área de 250,00m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 12,50m com a Rua 25 de Julho;  
- Sul: em 12,50m com o lote nº305;  
- Leste: em 20,00m com o lote nº3;  
- Oeste: em 20,00m com o lote nº5.

Lote urbano nº5 com área de 250,00m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 12,50m com a Rua 25 de Julho;  
- Sul: em 12,50m com o lote nº305;  
- Leste: em 20,00m com o lote nº4;  
- Oeste: em 20,00m com o lote nº6.

Lote urbano nº6 com área de 250,00m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 12,50m com a Rua 25 de Julho;  
- Sul: em 12,50m com o lote nº305;  
- Leste: em 20,00m com o lote nº5;  
- Oeste: em 20,00m com o lote nº7.

Lote urbano nº7 com área de 1704,61m<sup>2</sup> destinado a área verde:  
- Norte: em 19,00m com a chácara nº10 e em 10,00m com o lote nº9;  
- Sul: em 19,65m com o lote nº305 e com o Lajeado Tunas;

- Leste: em 20,00m com o lote nº6 e em 45,37m com os lotes nºs 9, 10, 11 e 12 e em 11,12m com o lote nº8;  
- Oeste: com o Lajeado Tunas.

Lote urbano nº8 com área de 111,57m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 10,00m com o lote nº9;  
- Sul: em 10,00m com o lote nº7;  
- Leste: em 11,00m com a Rua 25 de Julho;  
- Oeste: em 11,12m com o lote nº7.

Lote urbano nº9 com área de 233,44m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,00m com o lote nº10;  
- Sul: em 10,00m com o lote nº8 e em 10,00m com o lote nº7;  
- Leste: em 11,70m com a Rua 25 de Julho;  
- Oeste: em 11,64m com o lote nº7.

Lote urbano nº10 com área de 227,48m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,00m com o lote nº11;  
- Sul: em 20,00m com o lote nº9;  
- Leste: em 11,40m com a Rua 25 de Julho;  
- Oeste: em 11,35m com o lote nº7.

Lote urbano nº11 com área de 238,04m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,00m com o lote nº12;  
- Sul: em 20,00m com o lote nº10;  
- Leste: em 12,50m com a Rua 25 de Julho;  
- Oeste: em 11,30m com o lote nº7.

Lote urbano nº12 com área de 222,62m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,04m com a chácara nº10;  
- Sul: em 20,00m com o lote nº11;  
- Leste: em 11,18m com a Rua 25 de Julho;  
- Oeste: em 11,08m com o lote nº7.

Lote urbano nº13 com área de 253,84m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,04m com a chácara nº10;  
- Sul: em 20,00m com o lote nº14;  
- Leste: em 13,22m com o lote nº18;  
- Oeste: em 12,00m com a Rua 25 de Julho.

Lote urbano nº14 com área de 242,45m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,00m com o lote nº13;  
- Sul: em 20,00m com o lote nº15;  
- Leste: em 12,05m com o lote nº18;  
- Oeste: em 12,10m com a Rua 25 de Julho.

Lote urbano nº15 com área de 215,63m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 20,00m com o lote nº14;  
- Sul: em 20,00m com o lote nº16 e 17;  
- Leste: em 10,80m com o lote nº18;  
- Oeste: em 10,80m com a Rua 25 de Julho.

Lote urbano nº16 com área de 183,50m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 15,75m com o lote nº15;  
- Sul: em 15,75m com a Rua 25 de Julho;  
- Leste: em 11,70m com o lote nº17;  
- Oeste: em 11,60m com a Rua 25 de Julho.

Lote urbano nº17 com área de 182,70m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 15,75m com o lote nº15 e 18;  
- Sul: em 15,75m com a Rua 25 de Julho;  
- Leste: em 11,50m com o lote nº18;  
- Oeste: em 11,70m com o lote nº16.

Lote urbano nº18 com área de 1914,83m<sup>2</sup>:  
- Norte: em 34,48m com a chácara nº10;  
- Sul: em 36,58m com a Rua 25 de Julho e em 11,50m com o lote nº17;

- Leste: em 51,66m com a chácara nº11;
- Oeste: em 11,50m com o lote nº17 e em 36,07m com os lotes nºs 13, 14 e 15.

Área de 1744,74m2 destinada à formação do prolongamento da Rua 25 de Julho:

- Norte: em 12,02m com a chácara nº10, em 15,75m com o lote nº16 em 15,75m com o lote nº17, em 36,58m com o lote nº18;
- Sul: em 10,37m com a Rua 25 de Julho, em 10,60m com o lote nº1, 12,90m com o lote nº2, em 12,50m com o lote nº3, 12,50m com o lote nº4, em 12,50m com o lote nº5 e em 12,50m com o lote nº6;
- Leste: em 12,00m com o lote nº13, em 12,10m com o lote nº14, em 10,80m com o lote nº15 e em 11,60m com o lote nº16 e em outro rumo com a chácara nº11;
- Oeste: em 11,00m com o lote nº8, em 11,70m com o lote nº9, em 11,40m com o lote nº10, em 12,50m com o lote nº11 e em 11,18m com o lote nº12, em 20,74m com o lote nº1.

Art. 2º As despesas decorrentes à execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei 293/1995 de 31 de maio de 1995.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 18 de novembro de 2010.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

### **Lei Nº 01026/2010 de 18 de novembro de 2010.**

Lei nº 01026/2010 de 18 de novembro de 2010.

Dispõe sobre o incentivo à incrementação da arrecadação municipal através do sorteio de prêmios e mediante troca de cartelas por notas ou cupons fiscais.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o incentivo à incrementação da arrecadação municipal, mediante sorteio de prêmios em troca de nota fiscal ao consumidor emitida pelo comércio local e de nota do produtor rural.

Parágrafo único. Consta do Anexo único desta Lei o regulamento do sorteio de que trata este artigo:

- I - relação dos prêmios a serem distribuídos;
- II - critério e forma de distribuição das cartelas;
- III - forma de realização do sorteio;
- IV - forma e condições de entregas dos prêmios sorteados.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 18 de novembro de 2010.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

### **ANEXO ÚNICO**

#### **REGULAMENTO DO SORTEIO DE PRÊMIOS**

#### **RELAÇÃO DOS PRÊMIOS A SEREM SORTEADOS**

##### **Prêmio Valor em reais**

- 01 Motocicleta 125 cc ..... R\$ 6.000,00
- 02 Televisores coloridos - 42 polegadas ..... R\$ 4.200,00
- 02 Notebook ..... R\$ 3.600,00
- 05 bicicletas 18 marchas..... R\$ 1.500,00
- 05 Câmaras digitais..... R\$ 1.500,00
- 03 Microondas ..... R\$ 1.200,00
- 25 bolas ..... R\$ 400,00

#### **PERÍODO DE DURAÇÃO DA PROMOÇÃO**

A promoção terá início em 01 de novembro de 2010 e término com o último sorteio a ser realizado dia 26 de abril de 2011, durante os festejos da Semana do Município.

#### **CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS CARTELAS**

As cartelas que para a participação do sorteio de prêmios serão distribuídas mediante troca por notas ou cupons fiscais ao consumidor e nota do produtor rural, pelos seguintes critérios:

- a) uma cartela para cada R\$ 100,00 (cem reais) em notas ou cupons fiscais ao consumidor final, exceto de insumos e produtos agrícolas;
- b) uma cartela para cada R\$ 1.000,00 (um mil reais) em nota fiscal de venda de produto agropecuário;
- c) uma cartela para cada R\$ 1.000,00 (um mil reais) em nota fiscal de produtor rural mediante apresentação simultânea da contra nota.
- d) um cartela para cada R\$ 500,00 (quinhentos reais) em notas ou cupons fiscais ao consumidor para compra de insumos e produtos agrícolas.

Somente terão validade para a troca, as notas fiscais ou cupons com data de emissão a partir de 1º de janeiro de 2010.

As notas de prestação de serviço somente serão aceitas aquelas emitidas por Prestador de Serviços com inscrição no Município Tunápolis (exceto fatura da CELESC e de telefone).

As notas ou cupons fiscais somente serão aceitas quando emitidas pelo comércio e indústria com inscrição estadual no Município de Tunápolis.

A troca de cartelas poderá ser feita na Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente bem como na recepção da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

As notas fiscais trocadas por cartelas serão carimbadas e ficarão de posse do proprietário.

Não serão aceitas para fins desta promoção:

- a) notas fiscais ou cupons fotocopiadas ou rasuradas;
- b) notas fiscais de depósito de produtos;
- c) notas fiscais de transferência de animais para pastagens;
- d) notas fiscais de devolução de qualquer produto ou mercadoria entre produtores, ou para empresas.

#### **CONTEÚDO DAS CARTELAS**

As cartelas serão elaboradas de forma a identificar:

- a) o programa de incentivo;
- b) relação dos prêmios;
- c) local, data, horário em que acontecerão os sorteios;
- d) a forma do sorteio;
- e) forma e prazo de entrega dos prêmios;
- f) campo para anotação do nome, endereço, telefone de contato

do participante;

g) outras informações necessárias à transparência e lisura dos sorteios.

#### REALIZAÇÃO DOS SORTEIOS:

As datas, locais, bem como a relação dos prêmios a serem sorteados em cada evento constam da tabela abaixo apresentada na tabela abaixo:

Data	Local	Prêmios
331.12.2010	Praça Municipal	01 notebook, 01 televisor 42, 01 câmara digital, 01 bicicleta e 05 bolas.
331.01.2011	Prefeitura Municipal	01 câmara digital, 01 bicicleta, 01 microondas e 05 bolas.
228.02.2011	Escola Mun. de Linha São Pedro	01 câmara digital, 01 bicicleta, 01 microondas e 05 bolas.
331.03.2011	Escola Municipal de Linha Fátima	01 câmara digital, 01 bicicleta, 01 microondas e 05 bolas.
226.04.2011	Praça Municipal	01 Motocicleta 125 cc, 01 notebook, 01 televisor 42, 01 câmara digital, 01 bicicleta e 05 bolas

A ordem de sorteio será conforme estabelecido na tabela acima, sendo que para cada prêmio, sempre considerado unitário, será feito um novo sorteio, contemplando uma nova cartela, ou seja, a cartela sorteada não integrará mais a urna para sorteio posterior. O sorteio será efetuado mediante retirada da cartela da urna, para cada prêmio unitário, conforme estabelecido na Tabela I.

As cartelas serão colocadas em urnas dispostas na secretaria da agricultura e na recepção da Prefeitura Municipal de Tunápolis, para os sorteios mensais.

As cartelas que não foram sorteadas serão colocadas em uma urna maior, que será utilizada para o sorteio do dia 26/04/2011.

Nos sorteios de 31/12/10, 31/01/11, 28/02/11, 31/03/11, e 26/04/11 concorrerão as cartelas entregues dentro do respectivo período.

Em caso da não retirada do prêmio no prazo de 60 (sessenta) dias da realização do sorteio, haverá automática decadência do direito ao sorteado, sendo o prêmio revertido para a próxima campanha ou para a Associação de Amigos dos Excepcionais de Tunápolis.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

#### Decreto Nº 1346/2010

DECRETO Nº 1346/2010

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação de Imóvel a ser utilizado para construção de Creche Municipal.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, dos seguintes lotes urbanos e com a respectiva matrícula: - Lote nº 220, resultante do remembramento do lote urbano nº 220, com 1.540,00 m² e do lote 221, com 175,75 m², ambos da Rua João Castilho, situado nesta cidade de Tunápolis, perfazendo uma área total de 1.715,75 (um mil setecentos e quinze metros e setenta e cinco decímetros quadrados), Matrícula 12.359, constante do livro 2 - Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga;

Parágrafo Único: todas as confrontações, delimitações e áreas

estão estipuladas no Anexo único deste Decreto.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será utilizado para fins de construção de uma Creche Municipal.

Art. 3º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 17 de novembro de 2010.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Este decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

#### Decreto Nº. 1.347/2010

DECRETO Nº. 1.347/2010

Desapropria lote urbano nº. 220 e 221, registrado no registro de imóveis de Itapiranga sob nº 12.359, a ser utilizado para fins de construção de Creche Municipal e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado, por via amigável ou judicial, o LOTE URBANO Nº. 220, resultante do remembramento do lote urbano nº 220, com 1.540,00 m² e do LOTE URBANO 221, com 175,75 m², ambos da Rua João Castilho, situado nesta cidade de Tunápolis, perfazendo uma área total de 1.715,75 (um mil setecentos e quinze metros e setenta e cinco decímetros quadrados), Matrícula 12.359, constante do livro 2 - Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga, no valor de total de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), conforme Laudo de Avaliação pela comissão designada para este fim em apenso.

Parágrafo único: As medidas e delimitações do imóvel de que trata este artigo primeiro estão estabelecidos no memorial descritivo constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação, inclusive para o pagamento e Transferência do Imóvel.

Parágrafo único: No caso de pagamento amigável será celebrado Termo de pagamento e de Transferência do Imóvel.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 17 de novembro de 2010.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em controladoria Interna

## Turvo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 90/2010

DECRETO Nº 090/10, de 08 de novembro de 2010.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009

#### DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
27.812.0037.2.013 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(106) - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 08 de novembro de 2010.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.  
NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

## Vidal Ramos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Publicação Pregão Presencial Nº. 31/2010 - Locação Equipamentos, tendas, gerador de Energia.

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 31/2010

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a Contratação de empresa especializada em instalação de Palcos, Tendas e coberturas especiais, locação Gerador de Energia, bem como organização, produção e gerenciamento, contratação de shows artísticos, sonorização e iluminação de feiras e festas comemorativas que atenda as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), deste Edital.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2010, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade

com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 26 de novembro de 2010

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:00 hrs do dia 26 de novembro de 2010, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 16 de novembro de 2010.

NABOR JOSÉ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

#### Publicação Pregão Presencial Nº. 32/2010 - Aquisição veículo Educação

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
PREGÃO Nº. 32/2010

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: Um Veículo automotivo, 0 Km, fabricação nacional, ano/modelo 2010/2010, movido a diesel, capacidade para no mínimo 14 passageiros com tração no eixo traseiro.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo Decreto nº. 1.508/2008 de 01/01/2009 Nomeando a Comissão de Licitação e a Portaria nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 32/2010, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 26 de novembro de 2010.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 14:00 hrs do dia 26 de novembro de 2010, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 16 de novembro de 2010.  
NABOR JOSÉ SCHMITZ  
Prefeito Municipal



# Videira

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 2.440/10

LEI Nº 2.440/10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISCIPLINA A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada à nomeação, para cargos em comissão no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo e agentes políticos do município de Videira, de pessoas que estão inseridas nas seguintes hipóteses:

I - Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado em todas as instâncias, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

II - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado em todas as instâncias desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) Contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
- b) Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) Contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) De redução à condição análoga à de escravo;
- i) Contra a vida e a dignidade sexual;
- j) Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III - Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

IV - Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

V - Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por Órgão judicial colegiado em todas as instâncias, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VI - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral em todas as instâncias, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas

eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;  
VII - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por Órgão judicial colegiado em todas as instâncias, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;  
VIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;  
IX - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X - Os servidores do Poder Executivo e Legislativo que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar pelo prazo de 8 (oito) anos.

Parágrafo Único: A vedação prevista no inciso II do artigo 1º não se aplica aos crimes culposos e aqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 2º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta lei serão considerados nulos a partir da sanção desta legislação.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência a presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 4º O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, declarará por escrito que não está inserido nas vedações do art. 1º, e, deverá apresentar os documentos comprobatórios de que não se enquadra nas proibições.

Art. 5º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Videira, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da lei, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e agentes políticos nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo Único: Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º As denúncias de descumprimento da lei deverão ser encaminhadas ao Ministério Público que tomará as providências cabíveis na espécie.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2010.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração



**Decreto Nº 9.570/10**

DECRETO Nº 9.570/10, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria de Administração  
01 - Administração  
2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 20.000,00

03 - Secretaria de Administração  
03 - Segurança Pública  
2.021 - Convênio Polícia Militar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 19.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... 39.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de novembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2010.  
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 9.571/10**

DECRETO Nº 9.571/10, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.433/10, de 10 de novembro de 2010.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social e Médica de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica - FASM  
01 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica - FASM  
2.077 - Manutenção do Fundo de Assistência Social e Médica  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas ..... 400.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... 400.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto 9.098/09.

Videira, 11 de novembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 9.572/10**

DECRETO Nº 9.572/10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.434/10, de 10 de novembro de 2010.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal  
01 - Assessoria de Gabinete  
2.002 - Manutenção da Chefia de Gabinete  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 47.000,00  
3.1.9.1.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 2.500,00

01 - Gabinete do Prefeito Municipal  
01 - Assessoria de Imprensa  
2.004 - Manutenção da assessoria de Imprensa  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 5.500,00

01 - Gabinete do Prefeito Municipal  
04 - PROCON  
2.004 - Manutenção do PROCON  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 1.500,00

02 - Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica  
01 - Assessoria Jurídica  
2.011 - Manutenção da Secretaria de Assessoria Jurídica  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 23.500,00  
3.1.9.1.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 2.000,00

03 - Secretaria de Administração  
01 - Administração  
2.008 - Manutenção do Departamento de Expediente  
3.1.9.1.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 2.500,00

03 - Secretaria de Administração  
01 - Administração  
2.009 - Manutenção do Departamento de Compras  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 7.500,00

03 - Secretaria de Administração  
02 - Encargos Especiais  
2.012 - Inativos - FASM Patronal  
3.1.9.1.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 4.000,00

04 - Secretaria de Finanças  
01 - Departamento Financeiro e Tributário  
2.024 - Manutenção do Departamento de Contabilidade  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 12.000,00  
3.1.9.1.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 2.500,00

04 - Secretaria de Finanças  
 01 - Departamento Financeiro e Tributário  
 2.025 - Manutenção do Departamento de Tesouraria  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 8.000,00

04 - Secretaria de Finanças  
 01 - Departamento Financeiro e Tributário  
 2.026 - Manutenção do Departamento de Tributação  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 3.000,00

05 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 01 - Desenvolvimento Econômico  
 2.027 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 9.000,00

06 - Secretaria Municipal de Planejamento  
 01 - Planejamento  
 2.028 - Manutenção da Secretaria de Planejamento  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 38.500,00  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 3.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 01 - Departamento de Educação  
 2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 5.500,00  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 7.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 01 - Departamento de Educação  
 2.030 - Manutenção da Biblioteca  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 8.000,00  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 500,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
 06 - Departamento de Esportes  
 2.041 - Manutenção do Departamento de Esportes  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 18.500,00  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 5.500,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura  
 01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 167.000,00  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 25.000,00

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
 01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 60.000,00  
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 5.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
 01 - Departamento de Turismo e Cultura  
 2.052 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura  
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas ..... 14.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... 488.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2010.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
 Secretário de Administração

### Portaria Nº 1394/10

PORTARIA nº 1.394/10  
 Autoriza Interdição de Rua

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido Processo Administrativo nº 5379/2010

#### RESOLVE

Autorizar a Interdição da Avenida Manoel Roque, no dia 14 de novembro do corrente ano, a partir das 17:00 h às 21:00 h, para apresentação de manobras com veículos da marca Volkswagen, organizado pela Auto Elite Ltda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de novembro de 2010.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 10 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
 Secretário de Administração

### Portaria Nº 1395/10

PORTARIA nº 1395/10  
 Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de novembro de 2010 a 30 de novembro de 2010, o gozo de férias do servidor ARNALDO POSANSKE, Agente de Serviços Técnicos, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2010.

Videira, 11 de novembro de 2010.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
 Secretário de Administração

### Dispensa de Licitação N. 53/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/10-FMS  
HOMOLOGAÇÃO: 16/11/2010  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES.  
FORNECEDOR DIRETO: FARMÁCIA EDSON JOSÉ COLLE LTDA EPP.  
Valor R\$: 4.522,64 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 16 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial Nº 190/2010 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2010 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 190/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA DE ESPETÁCULOS CÊNICOS PARA A PRODUÇÃO, EXECUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO CÊNICO "AUTO DE NATAL", A SER REALIZADO NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2010, NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MEDALHÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 17:00 horas do dia 01 de Dezembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 17:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Citação com Prazo de 15 Dias**

CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A Presidente da Comissão de Inquérito, designada no Processo Administrativo de nº 5.153/2010, através da Portaria de nº 1355/2010, faz saber a LANIR APARECIDA DE LIMA NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, que estão correndo, em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que a mesma figura como indiciada, incurso no artigo 173, inciso II do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira - Lei Complementar nº 007/97, por abandono injustificado do emprego.

E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital citada para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar defesa e as provas que pretende produzir perante essa Comissão, sediada na Prefeitura Municipal de Videira, sob pena de revelia. Para ciência da indiciada é expedido o presente Edital, a ser publicado por três dias consecutivos.

Videira, 17 de novembro de 2010.

ADRIANA E. FORNAZARI

Presidente da Comissão de Inquérito